

CARLOS ROBERTO PEREIRA DIAS

Pobreza, exclusão social e desenvolvimento social: uma análise comparada dos bairros Cachoeirinha e Jardim Aeroporto na cidade de Bocaiuva-MG

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS - UNIMONTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL - PPGDS**

Montes Claros, Abril de 2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

CARLOS ROBERTO PEREIRA DIAS

Pobreza, exclusão social e desenvolvimento social: uma análise comparada dos bairros Cachoeirinha e Jardim Aeroporto na cidade de Bocaiuva-MG

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social (PPGDS), da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES - como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Desenvolvimento Social.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª Luciene Rodrigues

Co-orientador: Prof. Dr. Casimiro Balsa

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS - UNIMONTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL - PPGDS**

Montes Claros, Abril de 2010

D541p Dias, Carlos Roberto Pereira.
Pobreza, exclusão social e desenvolvimento social [manuscrito] : uma análise comparada dos bairros Cachoeirinha e Jardim Aeroporto na cidade de Bocaiuva-MG / Carlos Roberto Pereira Dias. – 2010.
175 f. : il.

Bibliografia: f. 158-164.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social/PPGDS, 2010.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Luciene Rodrigues.

Co-orientador: Prof. Dr. Casimiro Balsa.

1. Pobreza. 2. Exclusão social. I. Rodrigues, Luciene. II. Balsa, Casimiro. III. Universidade Estadual de Montes Claros. IV. Título: Uma análise comparada dos bairros Cachoeirinha e Jardim Aeroporto na cidade de Bocaiuva-MG.

CARLOS ROBERTO PEREIRA DIAS

Dissertação intitulada Pobreza, exclusão social e desenvolvimento social: uma análise comparada dos bairros Cachoeirinha e Jardim Aeroporto na cidade de Bocaiuva-MG, de autoria de Carlos Roberto Pereira Dias, foi submetida ao processo de avaliação pela banca examinadora para a obtenção do título de mestre em desenvolvimento social, e aprovada em 20 de abril de 2010 de acordo com as normas e legislação vigente do PPGDS - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Unimontes - Universidade Estadual de Montes Claros.

Prof^a. Dra. Luciene Rodrigues – Unimontes – Orientadora

Prof. Dr. Casimiro Manuel Marques Balsa – Universidade Nova de Lisboa – Co-orientador

Prof^a. Dra. Maria da Luz Alves Ferreira – Unimontes – Avaliadora

Prof^a. Dra. Maria Elizete Gonçalves – Unimontes - Avaliadora

Aos meus pais e amigos

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho não seria possível, se este que escreve não tivesse um dia recebido o dom da vida, portanto, cabe agradecer em primeira instância, àquele que foi responsável pelo sopro existencial, DEUS;

Aos meus pais pelos cuidados e amor incondicional, por quem se estendem os agradecimentos a toda a família;

A minha orientadora, a professora Luciene Rodrigues, pela grande contribuição dada a este trabalho;

Ao meu co-orientador, Casimiro Balsa, pelas sugestões de literaturas importantes na construção do aporte teórico deste trabalho;

A professora Maria Da Luz, pelo fato de ter sido professora e orientadora na graduação, momento em que o presente trabalho teve início e por ter aceitado, prontamente, o convite para compor a banca de defesa deste trabalho;

A professora Maria Elizete, pelas contribuições dadas no tratamento estatístico deste trabalho e por ter aceitado participar da banca de defesa;

Aos professores do PPGDS;

A Cibele Sousa (namorada), Aline Rodrigues e Bruno pela colaboração direta, na tabulação dos dados, correção ortográfica e confecção dos mapas;

Aos amigos, a quem tanto estimo, pela compreensão e votos de confiança dirigidos a mim na realização deste trabalho;

A prefeitura municipal de Bocaiuva, em especial os setores de planejamento e epidemiologia, pelas informações cedidas;

A Trindade e seu esposo José Procópio, através de quem agradeço a todos os moradores do bairro Cachoeirinha, pela acolhida e pelas informações disponibilizadas;

Aos moradores do bairro Jardim Aeroporto pelas informações prestadas;

A mim mesmo, por não desistir de lutar, mesmo em condições não muito favoráveis, para a geração deste trabalho.

“A riqueza evidentemente não é o bem que estamos buscando, sendo ela meramente útil e em proveito de alguma outra coisa.”(ARISTÓTELES apud SEN, 2000, p.28)

Sumário

	Página
Introdução	15
1 Pobreza, exclusão social e desenvolvimento	20
1.1 Pobreza.....	20
1.1.1 Pobreza relativa e absoluta.....	24
1.1.2 Linha de pobreza e linha de indigência.....	26
1.1.3 Pobreza unidimensional e pobreza multidimensional	27
1.1.4 Pobreza como privação de liberdades e limitação da Condição de agente...	31
1.1.5 Relações de Confiança, laços sociais e pobreza.....	34
1.1.6 Olhares sociológicos da pobreza e concepções das políticas sociais.....	36
1.1.7 Indicadores de pobreza.....	38
1.1.8 Espaços da pobreza x construção social.....	41
1.2 Exclusão social.....	42
1.2.1 Exclusão social: da coletivização à individuação.....	45
1.3 Perspectivas do desenvolvimento.....	47
2 Os processos de desigualdade social no entendimento da pobreza e da exclusão social	53
2.1 Pobreza e desigualdades sociais no Brasil.....	53
2.1.1 O gênero no entendimento da pobreza, da exclusão social e das desigualdades sociais	59
2.1.2 Raça/cor na compreensão da pobreza, da exclusão social e das desigualdades sociais.....	63
2.2 A educação na compreensão da pobreza, da exclusão social e das desigualdades sociais.....	66
2.3 Emprego/desemprego na compreensão da pobreza, da exclusão social e das desigualdades sociais.....	71
2.4 Políticas Sociais no Brasil.....	75
3 Desenvolvimento Social, Pobreza e exclusão nos bairros Jardim Aeroporto e Cachoeirinha	80
3.1 O Contexto territorial e localização dos bairros: o município de Bocaiuva.	80
3.1.1 Aspectos Históricos.....	81
3.1.2 Aspectos demográficos e socioeconômicos	83
3.1.3 Mapeamento da cidade por condição socioeconômica dos bairros: um olhar sócio-espacial sobre as situações de pobreza.....	91
3.2 Condição socioeconômica dos moradores dos bairros Jardim Aeroporto e Cachoeirinha	101
3.2.1 O bairro Jardim Aeroporto.....	102
3.2.1.1 Rendimentos dos moradores.....	103
3.2.1.2 Educação e formação profissional.....	105
3.2.1.3 Emprego/desemprego.....	107
3.2.1.4 Condição de habitação e acesso a bens e serviços públicos.....	110
3.2.1.5 Percepção da violência e do sentimento de segurança dos moradores.....	113
3.2.1.6 Participação política e social.....	114

3.2.1.7	Relação de vizinhança e sentimento quanto ao modo de vida.....	115
3.2.1.8	Acesso a atividades de lazer e de formação complementar.....	117
3.2.1.9	Considerações acerca da pobreza e da exclusão social.....	118
3.2.2	O bairro Cachoeirinha.....	119
3.2.2.1	Rendimentos dos moradores.....	120
3.2.2.2	Educação e formação profissional.....	122
3.2.2.3	Emprego/desemprego.....	124
3.2.2.4	Condição de habitação e acesso a bens e serviços públicos.....	128
3.2.2.5	Percepção da violência e do sentimento de segurança dos moradores.....	130
3.2.2.6	Participação política e social.....	132
3.2.2.7	Relação de vizinhança e sentimento quanto ao modo de vida.....	133
3.2.2.8	Acesso a atividades de lazer e de formação complementar.....	135
3.2.2.9	Considerações acerca da pobreza e da exclusão social.....	136
4	Um olhar multidimensional sobre a pobreza, exclusão social e desenvolvimento.....	138
4.1	Pobreza e desigualdades sociais em Jardim Aeroporto e Cachoeirinha.....	138
4.1.1	Raça/cor e gênero na compreensão da pobreza, da exclusão social e das desigualdades sociais.....	139
4.1.2	Raça/cor e gênero na compreensão da educação.....	143
4.1.3	Raça/cor e gênero na compreensão do emprego/desemprego.....	146
4.2	Desenvolvimento numa perspectiva multidimensional	147
4.2.1	Indicadores de vulnerabilidade das famílias.....	149
4.2.2	Indicadores de acesso ao conhecimento.....	150
4.2.3	Indicadores de acesso ao trabalho.....	151
4.2.4	Indicadores de disponibilidade de recursos.....	151
4.2.5	Indicadores de desenvolvimento infantil.....	152
4.2.6	Indicadores de condições habitacionais.....	153
4.3	O índice de desenvolvimento familiar dos bairros estudados.....	154
	Considerações finais.....	155
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	159
	ANEXOS.....	166

LISTA DE GRÁFICOS/ILUSTRAÇÕES

Gráfico 01 - Proporção de municípios com incidência de pobreza acima de 50% e índice de Gini acima de 40% - Brasil e grandes regiões 2003.....	55
Gráfico 02 - Proporção de municípios com incidência de pobreza acima de 50% e índice de Gini acima de 40% por tamanho da população – Brasil 2003.....	56
Figura 01 – Foto aérea da cidade de Bocaiuva em janeiro de 2010.....	81
Gráfico 03 - Ocupação da população de Bocaiuva por setores econômicos	85
Mapa 01 – Média de Habitantes por residência dos bairros da zona urbana da cidade de Bocaiuva – MG em 2009.....	95
Mapa 02 – Renda <i>per capita</i> média por bairro da zona urbana de Bocaiuva – MG em 2009.....	96
Mapa 03 – Área construída média por habitantes dos bairros da zona urbana da cidade de Bocaiuva - MG em 2009.....	97
Mapa 04 – Presença de pavimentação nos bairros da zona urbana da cidade de Bocaiuva – MG em 2009.....	98
Mapa 05 – Ocorrências policiais total por habitantes nos bairros da cidade de Bocaiuva – MG em 2009.....	99
Mapa 06 – Mapa sintético das condições socioeconômicas dos bairros da zona urbana de Bocaiuva – MG em 2009.....	100
Figura 02 – Foto ilustrativa do bairro Jardim Aeroporto da cidade de Bocaiuva – MG em 2010.....	102
Gráfico 04 - Renda individual em salário mínimo (R\$ 510,00) dos moradores do bairro Jardim Aeroporto da cidade de Bocaiuva-MG, em fevereiro de 2010.....	104
Gráfico 05 - Renda familiar em salário mínimo (R\$ 510,00) dos moradores do bairro Jardim Aeroporto da cidade de Bocaiuva-MG, em fevereiro de 2010.....	104
Gráfico 06 - Renda per capita dos moradores do bairro Jardim Aeroporto da cidade de Bocaiuva-MG, em fevereiro de 2010.....	105
Gráfico 07 - Escolaridade por sexo dos moradores do bairro Jardim Aeroporto da cidade de Bocaiuva-MG, em fevereiro de 2010.....	106
Gráfico 08 - Motivo pelo qual, os moradores do bairro Jardim Aeroporto da cidade de Bocaiuva-MG, declaram possuir nenhum ou apenas 1 curso de capacitação profissional.....	107
Gráfico 09 – Situação de emprego/desemprego e aposentadoria por sexo dos moradores do bairro Jardim Aeroporto da cidade de Bocaiuva-MG em fevereiro de 2010.....	108
Gráfico 10 - Escolaridade por situação de Emprego/Desemprego e aposentadoria dos moradores do bairro Jardim Aeroporto da cidade de Bocaiuva-MG, em fevereiro de 2010.....	108
Gráfico 11 – Tempo em que os moradores do bairro Jardim Aeroporto se encontram desempregados.....	110
Gráfico 12 - Quantidade de filhos (dos moradores que declaram ter filhos) no bairro Jardim Aeroporto da cidade de Bocaiuva-MG, em fevereiro de 2010	111
Gráfico 13 - Serviços urbanos existentes no bairro Jardim Aeroporto.....	111
Gráfico 14 - Percepção da violência e do sentimento de segurança dentro do bairro Jardim Aeroporto da cidade de Bocaiuva-MG, pelos seus moradores.	113
Gráfico 15 – Participação dos moradores do bairro Jardim Aeroporto nas questões políticas, econômicas e sociais da cidade de Bocaiuva-MG.....	115
Gráfico 16 – Como os moradores do bairro Jardim Aeroporto se sentem vivendo no bairro.....	116

Gráfico 17 – Se os entrevistados do bairro Jardim Aeroporto tivessem oportunidade de mudar para outro bairro da cidade:.....	117
Gráfico 18 - Consideração a cerca da pobreza e percepção do sentimento de exclusão dos moradores do bairro Jardim Aeroporto da cidade de Bocaiuva-MG.....	118
Figura 03 – Foto ilustrativa do bairro Cachoeirinha.....	119
Gráfico 19 - Renda individual em salário mínimo (R\$ 510,00) dos moradores do bairro Cachoeirinha da cidade de Bocaiuva-MG, em fevereiro de 2010.....	121
Gráfico 20 - Renda familiar em salário mínimo (R\$ 510,00) dos moradores do bairro Cachoeirinha da cidade de Bocaiuva-MG, em fevereiro de 2010.....	121
Gráfico 21 - Renda per capita dos moradores do bairro Cachoeirinha da cidade de Bocaiuva-MG, em fevereiro de 2010.....	122
Gráfico 22 - Escolaridade por sexo dos moradores do bairro Cachoeirinha da cidade de Bocaiuva-MG, em fevereiro de 2010.....	123
Gráfico 23 - Motivo pelo qual, os moradores do bairro Cachoeirinha da cidade de Bocaiuva-MG, declaram possuir nenhum ou apenas 1 curso de capacitação profissional....	124
Gráfico 24 – Situação de emprego/desemprego e aposentadoria por sexo dos moradores do bairro Cachoeirinha da cidade de Bocaiuva-MG em fevereiro de 2010.....	125
Gráfico 25 - Escolaridade por situação de Emprego/Desemprego e aposentadoria dos moradores do bairro Cachoeirinha da cidade de Bocaiuva-MG, em fevereiro de 2010.....	126
Gráfico 26 – Tempo em que os moradores do bairro Cachoeirinha se encontram desempregados.....	127
Gráfico 27 - Quantidade de filhos (dos moradores que declaram ter filhos) no bairro Cachoeirinha da cidade de Bocaiuva-MG, em fevereiro de 2010.....	128
Gráfico 28 - Serviços urbanos existentes no bairro Cachoeirinha.....	129
Gráfico 29 - Percepção da violência e do sentimento de segurança dentro do Cachoeirinha da cidade de Bocaiuva-MG, pelos seus moradores.	131
Gráfico 30 – Participação dos moradores do bairro Cachoeirinha nas questões políticas, econômicas e sociais da cidade de Bocaiuva-MG.....	132
Gráfico 31 – Como os moradores do bairro Cachoeirinha se sentem vivendo no bairro.....	134
Gráfico 32 – Se os entrevistados do bairro Cachoeirinha tivessem oportunidade de mudar para outro bairro da cidade:.....	135
Gráfico 33 - Consideração a cerca da pobreza e percepção do sentimento de exclusão dos moradores do bairro Cachoeirinha da cidade de Bocaiuva-MG.....	136
Mapa 07 – Renda familiar média dos moradores dos bairros da zona urbana da cidade de Bocaiuva – MG em 2009.....	167
Mapa 08 – Ocorrências de crimes contra pessoa nos bairros da zona urbana da cidade de Bocaiuva – MG de janeiro a agosto de 2009.....	168
Mapa 09 – Ocorrências de crimes contra patrimônio nos bairros da zona urbana da cidade de Bocaiuva – MG de janeiro a agosto de 2009.....	168
Mapa 10 – Ocorrências de crimes diversos nos bairros da zona urbana da cidade de Bocaiuva – MG de janeiro a agosto de 2009.....	169
Mapa 11 – Área construída média das residências dos bairros da zona urbana da cidade de Bocaiuva – MG em 2009.....	169

LISTA DE TABELAS

Tabela 01- Proporção de pobres, por localização do domicílio – Brasil e Grandes Regiões – 1996-2007.....	57
Tabela 02- Proporção de pessoas extremamente pobres – Brasil e Grandes Regiões 1996-2007.....	58
Tabela 03- Proporção de pobres e extremamente pobres segundo cor/raça – 1996 – 2007.....	64
Tabela 04- Média da renda da ocupação principal segundo cor/raça e sexo da população em reais (R\$) de 1996 – 2007.....	66
Tabela 05- Taxa de analfabetismo de pessoas de 10 anos ou mais e média de anos de estudo da população por cor/raça e sexo – Brasil 1996 – 2007.....	68
Tabela 06- Taxa de escolarização líquida segundo cor/raça e nível/modalidade de ensino – Brasil 1996 – 2007.....	69
Tabela 07- Taxa de Ocupação e taxa de Desocupação por cor/raça e sexo – Brasil 1996 – 2007.....	72
Tabela 08- Distribuição percentual da população ocupada de 16 anos ou mais de idade por cor/raça, segundo sexo e posição na ocupação – Brasil 2007.....	73
Tabela 09- População residente em Bocaiuva – MG de 1970 a 2009.....	83
Tabela 10- População total de Bocaiuva, distribuição por sexo e faixa etária – 2009.....	84
Tabela 11 - Valor Adicionado do PIB por setores em (R\$) para a cidade de Bocaiuva – (2003-2007).....	84
Tabela 12- Indicadores Demográficos para Bocaiuva, Minas Gerais e Brasil (1991 – 2000).....	86
Tabela 13 - Indicadores de IDH para Bocaiuva, Minas Gerais e Brasil (1991 – 2000).....	86
Tabela 14 - Indicadores de renda e desigualdade pra Bocaiuva, Minas Gerais e Brasil (1991 – 2000).....	87
Tabela 15 – Vulnerabilidade para Bocaiuva, Minas Gerais e Brasil (1991 – 2000).....	89
Tabela 16 - Indicadores de habitação - acesso a bens, serviços básicos e condição domiciliar - para Bocaiuva, Minas Gerais e Brasil (1991 – 2000)	90
Tabela 17 - Indicadores de Educação para Bocaiuva, Minas Gerais e Brasil (1991 – 2000).....	91
Tabela 18 – Classificação socioeconômica dos bairros de Bocaiuva, dados 2009.....	92
Tabela 19 – Valores atribuídos aos indicadores que compões o Indicador Sintético dos bairros de Bocaiuva.....	94
Tabela 20 – Faixa etária dos entrevistados no bairro Jardim Aeroporto por sexo em 2010.....	103
Tabela 21- Tipo de trabalho (cargo/função) dos moradores do bairro Jardim Aeroporto em 2010.....	109
Tabela 22- Bens de consumo durável, acesso à Internet e TV a cabo pelos moradores do bairro Jardim Aeroporto.....	112
Tabela 23- Percepção dos entrevistados acerca de alguns problemas existentes dentro do bairro Jardim Aeroporto em 2010.....	114
Tabela 24- Idade dos Entrevistados no bairro Cachoeirinha por Sexo em 2010.....	120
Tabela 25- Tipo de trabalho (cargo/função) dos moradores do bairro Cachoeirinha em 2010...	126
Tabela 26- Bens de consumo durável, acesso à Internet e TV a cabo dos moradores do bairro Cachoeirinha em 2010.....	130
Tabela 27- Percepção dos entrevistados acerca de alguns problemas existentes dentro do bairro Cachoeirinha em 2010.....	131
Tabela 28 – Proporção de pobres para os bairros Jardim Aeroporto e Cachoeirinha,	

segundo raça/cor e sexo. (dados em %).	140
Tabela 29 - Proporção de extremamente pobres para os bairros Jardim Aeroporto e Cachoeirinha, segundo raça/cor e sexo. (dados em %).	141
Tabela 30 – Média de rendimentos individuais para os bairros Jardim Aeroporto e Cachoeirinha, segundo raça/cor e sexo.	141
Tabela 31 – Renda individual, por quartis para o bairro Jardim Aeroporto e Cachoeirinha, segundo raça/cor e sexo.	143
Tabela 32 - Proporção de Analfabetismo para pessoas de 10 anos ou mais por cor e sexo para o bairro Jardim Aeroporto e Cachoeirinha.	144
Tabela 33 - Porcentagem de escolarização segundo cor/raça e sexo para os moradores dos bairros Jardim Aeroporto e Cachoeirinha.	145
Tabela 34 - Porcentagem de Ocupação e de Desocupação por cor/raça e sexo.	146
Tabela 35 – Indicador de Vulnerabilidade das famílias dos bairros Jardim Aeroporto e Cachoeirinha em fevereiro de 2010.	149
Tabela 36 – Indicador de Acesso ao conhecimento das famílias dos bairros Jardim Aeroporto e Cachoeirinha.	150
Tabela 37 - Indicadores de Acesso ao Trabalho das famílias dos bairros Jardim Aeroporto e Cachoeirinha.	151
Tabela 38 – Indicador de Acesso a Disponibilidade de Recursos das famílias dos bairros Jardim Aeroporto e Cachoeirinha.	152
Tabela 39 – Indicador de Desenvolvimento Infantil das famílias dos bairros Jardim Aeroporto e Cachoeirinha.	153
Tabela 40 – Indicador de Condições Habitacionais das famílias dos bairros Jardim Aeroporto e Cachoeirinha.	154
Tabela – 41 Indicador de Desenvolvimento Familiar dos bairros Jardim Aeroporto e Cachoeirinha.	155
Tabela 42 – Indicador de Desenvolvimento Familiar da cidade de Bocaiuva – MG (2006 – 2007)	166
Tabela 43 – Renda individual, familiar e <i>per capita</i> por quartis para os bairros Jardim Aeroporto e Cachoeirinha.	166
Tabela 44 - Renda Familiar da cidade de Bocaiuva por bairro em outubro de 2008.....	167

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar as situações de pobreza e exclusão social nos bairros Cachoeirinha e Jardim Aeroporto da cidade de Bocaiuva-MG, e verificar se tais situações constituem ou não, entrave para o desenvolvimento social dos moradores das localidades em foco. É apresentado um panorama geral do município, assim como as condições sociais internas da cidade, a partir da unidade de análise “bairro”. Com auxílio de mapas temáticos, busca-se traçar um perfil socioeconômico de modo a agrupar e comparar as diversas unidades territoriais, pelas variáveis: habitantes por residência, renda média *per capita*, área construída, pavimentação, ocorrências policiais, de modo a situar os dois bairros em tela, e expor os dados coletados na pesquisa de campo. O bairro Jardim Aeroporto apresenta-se em melhor situação quanto as variáveis citadas e, o Cachoeirinha encontra-se dentre os bairros que possuem os piores indicadores. Assim sendo, percebe-se que no bairro Cachoeirinha as condições de vida dos seus moradores são mais difíceis, haja vista a pobreza e as privações por eles vividas. Já no bairro Jardim Aeroporto, encontra-se em sua maioria, pessoas com boa condição econômica e de destaque social. As postulações acerca da pobreza aqui apresentadas buscam entendê-la em seus aspectos multidimensionais, para além das concepções que a vêem somente pelo prisma da insuficiência de renda. Utiliza-se como argumentação para a análise da pobreza e do desenvolvimento, o aporte teórico de Amartya Sen(2000), em que segundo o mesmo, a pobreza gera privações de liberdades, e que o desenvolvimento social, entendido como aumento da qualidade de vida, só pode ser alcançado se antes combater a pobreza e as situações por ela geradas. Eliminar a pobreza constitui-se como principal meio e fim para se chegar ao desenvolvimento. Diante do quadro em cena, constata-se que a pobreza limita a condição de agente, minimizando as chances de sucesso, e maximizando as oportunidades do fracasso. Tal afirmação pode ser mostrada, com as comparações da construção do índice de desenvolvimento familiar para os dois bairros, revelando que o bairro Cachoeirinha encontra-se em situação muito grave, quanto ao desenvolvimento de suas famílias, enquanto os moradores do bairro Jardim Aeroporto possuem um bom desenvolvimento. Os moradores do bairro Cachoeirinha vivem a pobreza em suas várias dimensões.

Palavras chave: pobreza, exclusão, desenvolvimento, liberdades substantivas.

ABSTRACT

This work aims to analyze the poverty and social exclusion in deprived Cachoeirinha and Garden City Airport Bocaiuva-MG, and verify that such situations do not constitute or impede social development of the residents of the localities in focus. It presented an overview of the municipality, as well as the social conditions of inner city, from the unit of analysis "neighborhood." With the help of thematic search to trace a socioeconomic profile in order to collate and compare the various territorial units for the variables inhabitants per household, average income per capita, built area, paving, police complaints, to situate the two neighborhoods on the screen, and expose the data collected in field research. The Jardim Airport presents itself in a better situation as the variable and the Cachoeirinha is among the districts that have the worst indicators. Thus, we find that the district Cachoeirinha living conditions of its residents are more difficult, given the poverty and hardship they experienced. In the Jardim Airport, is mostly people with good economic condition and social prominence. The postulations about poverty presented here seek to understand it in its multidimensional aspects, apart from the conceptions that see only through the prism of insufficient income. It is used as argument for the analysis of poverty and development, the theoretical contribution of Amartya Sen (2000), which according to it, poverty generates deprivation of liberties, and social development, understood as increasing the quality of life can only be reached before fighting poverty and the situations it generates. Eliminating poverty is to be the main middle and end to reach the development. Before the picture on the scene, it appears that poverty limits the agent condition, minimizing the chances of success, and maximizing the chances of failure. This assertion can be shown, with comparisons of construction development index relative to the two neighborhoods, revealing that the district Cachoeirinha is in very serious situation for the development of their families, as residents of the neighborhood have a Garden Airport good development. Residents of the neighborhood Cachoeirinha experience poverty in its many dimensions.

Key words: poverty, exclusion, development, substantive freedoms.

Introdução

No Brasil, anteriormente a década de 1980, os temas que preocupavam os cientistas sociais e a população em geral, eram aqueles referentes ao crescimento econômico e a modernização¹. As questões relativas à pobreza já eram levantadas, mas não eram consideradas problemas que merecessem tratamento prioritário. Hoje, no início da segunda década do século XXI, pode-se observar que as questões que tangem o campo da pobreza e da exclusão social, bem como as discussões acerca do “desenvolvimento social”, estão no centro das atenções daqueles que procuram entender as dinâmicas sociais.

À luz da teoria de Sen (1997, 1999, 2000), este trabalho busca refletir sobre a pobreza enquanto privação material e simbólica, limitação dos recursos básicos e essenciais para a manutenção da vida, entendendo esta como privação das liberdades que as pessoas possuem para maximizarem as chances de conseguirem um bom emprego, de terem uma boa formação educacional, de poderem saciar a sua fome e poderem participar ativamente da vida em sociedade. Entende-se a pobreza como uma das promotoras para o alargamento da exclusão social, constituindo-se assim, como um entrave para o desenvolvimento social.

Vale salientar que pobreza e exclusão social são conceitos distintos, ambos fazem parte de processos multifacetados. A pobreza pode ser considerada como uma das faces explicativas da exclusão social, no entanto, nem todos os pobres são excluídos e nem todo excluído é pobre (Estivill, 2006).

Assim sendo, procura-se entender a pobreza como privação de “liberdades instrumentais e substantivas” (Sen, 2000). Tais privações envolvem os mais variados campos da vida humana, dizem respeito às necessidades alimentares, habitação, transporte, garantias de uma boa educação, sistema básico de saneamento e de saúde, participação política, possibilidade de lazer, e de outros fatores que elevam a qualidade de vida.

Nesta perspectiva, a pobreza vista como privação de liberdades, só seria combatida na medida em que aumentassem as liberdades instrumentais e substantivas de cada indivíduo. O principal fim do desenvolvimento seria maximizar as liberdades, portanto, este será

¹ O termo *modernização* ganha visibilidade no pós Segunda Guerra Mundial, e refere-se, basicamente, às mudanças sociais, econômicas e políticas que tiveram origem a partir da revolução Industrial na Inglaterra e da revolução política na França, ambas no século XVIII. O termo *modernização* está associado à democratização das sociedades, destruição dos privilégios herdados e a declaração de igualdade dos direitos de cidadania. “Conseqüentemente, um elemento básico na definição de modernização é que ela se refere a um tipo de mudança social desde o século XVIII, que consiste no avanço econômico ou político de alguma sociedade pioneira e em mudanças subseqüentes nas sociedades seguidoras.”(BENDIX, 1996, p.371-373).

alcançado se primeiro forem resolvidas às questões da pobreza e das desigualdades. O combate à pobreza e as situações por ela gerada torna-se o meio e o fim para se chegar ao tão sonhado desenvolvimento social.

Com base neste aporte teórico, este trabalho busca operacionalizar o conceito de desenvolvimento de Sen (2000), que tem como ponto forte à compreensão multifacetada do processo, em que pobreza e exclusão social constituem entrave para o desenvolvimento. Todavia, cumpre destacar as diferenças entre o conceito teórico e o conceito operacional, dado que, no caso de um conceito tão amplo, sua operacionalização consiste em escolhas, em privilegiar algumas dimensões em detrimento de outras. Este trabalho busca compreender algumas questões relativas à pobreza, exclusão social e desenvolvimento, a partir da análise da situação dos moradores em dois bairros com situações socioeconômicas distintas, dentro de uma cidade representativa da maior parte dos municípios do país – as cidades entre 20 e 50 mil habitantes.

Caracterizado como município de pequeno porte II, Bocaiuva, segundo estimativa da população realizada pelo IBGE (2009), tinha cerca de 46.623 habitantes. Localizada na região Sudeste do Brasil, e ao Norte de Minas Gerais, entre os Rios Jequitáia e Macaúbas, zona do alto São Francisco, a 369 km da capital mineira, o que representa cerca de 4 horas de viagem por rodovia. Distante 42 km de Montes Claros, o centro comercial mais próximo. A taxa de incidência de pobreza na cidade para o ano de 2000 era de 47% segundo dados do IBGE².

O território escolhido constitui caso interessante de estudo no Brasil, em termos científicos e políticos, de organização da sociedade civil na luta contra a pobreza e também do Estado, pois é de lá que saem dois grandes expoentes no cenário nacional das ações concretas da luta contra a pobreza, pela sociedade civil e pelo Estado. O primeiro, o sociólogo e ativista dos direitos humanos Herbert de Souza – “o Betinho”, um dos fundadores do IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, chama a atenção para o problema da pobreza, da exclusão social e da fome no país; o segundo, o ministro Patrus Ananias, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, destaca-se no cenário nacional, em termos de organização do poder público no combate à pobreza e promoção do desenvolvimento social.

A situação de pobreza vivenciada por alguns moradores da cidade, em especial, de algumas localidades urbanas – bairros -, em contraste com outros, de grande poder aquisitivo,

² Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 e Atlas de Desenvolvimento Humano (2003)

chama a atenção para a tentativa de uma melhor compreensão dos processos de pobreza e desigualdades existentes nesta cidade.

O trabalho destaca, dentro da cidade de Bocaiuva, dois bairros, que por vez, manifestam contrastes explícitos em relação às privações. O bairro Jardim Aeroporto, localizado na zona sul da cidade, próximo à região central, bem dotado de infra-estrutura e equipamento social. É um bairro heterogêneo no que se refere à situação econômica de seus moradores, habitado, em sua maioria por pessoas de boas condições econômicas; e o bairro Cachoeirinha, localizado na região sudoeste da cidade, distante da área central, conhecido pela pobreza e precariedade vivida pelos seus moradores.

O bairro Jardim Aeroporto, em 2009, teria aproximadamente 235 residências, 31 quarteirões, 21 pontos comerciais/industrias, cerca de 130 terrenos baldios, e uma população estimada em 626 habitantes.³ As moradias são em sua maioria bem projetadas, casas consideradas fora do padrão geral da cidade, por se constituírem como “casa de gente rica”. As ruas que dão acesso ao mesmo, em grande número, são bem pavimentadas. O bairro se distancia do centro da cidade em aproximadamente 1 km.

O bairro Cachoeirinha, para o ano de 2009, teria aproximadamente 235 residências, 18 quarteirões, 8 pontos comerciais, cerca de 246 terrenos baldios e uma população estimada de 653 habitantes. São encontrados neste bairro, moradias simples, em sua maioria barracões de 3 a 4 cômodos. As ruas encontram-se todas sem pavimentação e a distância do mesmo em relação ao centro da cidade é de cerca de 3 km.

O objetivo geral deste trabalho é analisar as situações de pobreza e exclusão social nos bairros Cachoeirinha e Jardim Aeroporto da cidade de Bocaiuva-MG, e verificar de que modo tais situações constituem ou não entrave para o desenvolvimento social dos moradores das localidades em foco. Pretendemos de forma específica (i) identificar as principais dimensões que caracterizam as situações multifacetárias da pobreza nos dois bairros; (ii) verificar até que ponto a pobreza determina a exclusão social; (iii) investigar quais sujeitos dentre os dois bairros, estão mais propícios a se sobressaírem melhor na sociedade, nas questões relativas ao trabalho, profissão, escolaridade; e por fim, (iv) analisar em que medida a pobreza restringe as oportunidades de desenvolvimento social dos territórios estudados.

As hipóteses que norteiam a pesquisa são: (i) Os níveis educacionais são diferentes dentre os habitantes dos dois bairros, uma vez que no bairro Jardim Aeroporto grande parte das pessoas possuem acesso a um ensino de melhor qualidade, atingindo maiores níveis de

³ Fonte; Pesquisa realizada entre julho e agosto de 2009 pelo setor de planejamento e epidemiologia da prefeitura municipal

escolaridade, tendo maiores taxas de empregos, bem remunerados e formais; já no bairro Cachoeirinha há uma maior incidência de pessoas excluídas, haja vista a intensidade da pobreza, levando-os a baixas taxas de empregos, mal remunerados e informais. (ii) existe uma correlação entre a pobreza e a exclusão social, fazendo com que tais situações corroborem de forma significativa para que ocorra um entrave ao desenvolvimento social dos moradores do bairro em que vive a pobreza em suas mais variadas expressões.

No que se refere aos procedimentos metodológicos da pesquisa, utiliza-se o método comparado para a realização da presente pesquisa. Segundo Sartori (1994) o método comparativo consiste em confrontar uma coisa com a outra, possibilitando o controle, “el saber comparado nos da la clave para comprender, explicar e interpretar” (RAGIN apud SARTORI, 1994, p.30). Durkheim (1971) diz que a sociologia comparativa não é um ramo da sociologia, mas é a própria sociologia na medida em que tenta explicar os fatos. Entende-se então que comparar implica em estabelecer diferenças e semelhanças. Assim “prestará atención las diferencias en los contextos que son similares, o buscará analogias en sistemas diferentes.” (DOGAN & PELASSY apud SARTORI, 1994, p.40).

Dentro dessa perspectiva metodológica utiliza-se como recursos: entrevistas estruturadas e semi-estruturadas, revisão bibliográfica, e pesquisa oral. Faz-se uso de dados fornecidos pela prefeitura municipal de Bocaiuva-MG, bem como pesquisas realizadas no site do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -, e do MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

A amostra se constituiu de 102 domicílios, sendo aplicados 48 questionários no bairro Jardim Aeroporto e 54 no bairro Cachoeirinha, onde se procurou fazer uma abordagem descritiva das questões socioeconômicas e também uma análise qualitativa acerca das liberdades substantivas, de modo a apreender dos entrevistados, percepções e emoções, na tentativa de captar o que de fato é pobreza para eles. Após a descrição e análise dos dados quantitativos e qualitativos, busca-se uma sistematização por meio do cálculo de um indicador sintético de desenvolvimento, a partir de seis dimensões: Ausência de Vulnerabilidade; Acesso ao Conhecimento; Acesso ao Trabalho; Disponibilidade de Recursos; Desenvolvimento Infantil e Condições Habitacionais. As seis dimensões compreendem um conjunto de 27 componentes e 49 indicadores. Trata-se de um indicador que apresenta vantagens em relação aos índices de pobreza existentes, sendo mais completo, abarcando mais dimensões na análise e mensuração da pobreza.

O texto encontra-se organizado em quatro capítulos. O primeiro trata da matriz teórica do trabalho, da discussão acerca da polissemia e da historicidade dos conceitos chave

como pobreza, exclusão social e desenvolvimento, na tentativa de salientar os processos de transformações que vem ocorrendo nas suas utilizações, aproximando os conceitos à discussão do desenvolvimento social e também dos indicadores e formas de mensuração da pobreza e do nível de desenvolvimento. O segundo capítulo tem uma componente analítica e histórica, trata dos processos de desigualdades sociais existentes no Brasil, na tentativa de mostrar que tais desigualdades podem contribuir de forma direta e indireta nos processos de pobreza e exclusão social. Assim são analisadas as condições de gênero, raça/cor, educação, emprego/desemprego, e algumas considerações acerca das políticas sociais adotadas no país, para a minimização do problema. O terceiro capítulo tem por objetivo discutir especificidades históricas, socioeconômicas, demográficas e espaciais do território em análise – o município de Bocaiuva, fundamentais no entendimento dos processos de produção e reprodução das situações de pobreza e exclusão social, bem como mapear a cidade de acordo com alguns indicadores, para em seguida, expor os dados coletados na pesquisa de campo, dentro dos bairros Cachoeirinha e Jardim Aeroporto, para o ano de 2010. No quarto capítulo, busca-se analisar e sistematizar os dados, organizando-os em áreas e sub-índices até chegar à construção do indicador sintético de desenvolvimento social - o Índice de Desenvolvimento Familiar, a fim de tratar a pobreza, em suas várias dimensões.

O IDF mostra que, de fato, o bairro Cachoeirinha encontra-se em desvantagem em relação ao bairro Jardim Aeroporto. O Cachoeirinha encontra-se em situação muito grave quanto ao desenvolvimento das suas famílias. As diferenças encontradas entre as condições de vida dos moradores dos respectivos bairros, servem para afirmar que a pobreza é bem mais do que a insuficiência de renda. Atrelado a baixa renda, tem-se uma má formação escolar, pouca qualificação profissional, condições impróprias para a moradia, e restrições de vários serviços públicos e privados. O pobre no bairro Cachoeirinha encontra-se limitado a uma perspectiva de pouco sucesso, com pouca chance de emprego, e com pouca possibilidade de mudança. As melhores condições de vida, dos moradores do bairro Jardim Aeroporto, justifica as discussões concernentes ao desenvolvimento social, visto como não privação, e expansão das liberdades instrumentais e subjetivas propostas por Sen (2000).

1 Pobreza, exclusão social e desenvolvimento

Este capítulo trata de uma discussão geral acerca dos conceitos-chaves desse trabalho, como pobreza e exclusão social, buscando fazer uma revisão das literaturas, julgadas importantes dentro desta perspectiva, discorrendo assim de Weber (1946), Marx (1980), Santos(1987), Arendt (1990), Oliveira (1997), Martins (1997), Dupas (1999), Giddens (2001), Paugam (2003), Schwartzman (2004), Balsa (2006), Bajoit (2006), Rocha (2006), Soulet (2006), Estivill (2006), Castel (2006), dentre outros. Analisa-se ainda o termo desenvolvimento, na tentativa de salientar o processo de transformação que vem ocorrendo na sua utilização, aproximando o conceito de pobreza à discussão do desenvolvimento social, a partir das contribuições de Cardoso e Faletto (1975), Furtado (1981), Sen (1997, 1999, 2000), Kliksberg (2001), e Veiga(2006).

1.1 Pobreza

O pobre sempre foi portador de uma condição humilhante, mas este na idade medieval, ao se reportar à doutrina cristã da sagrada escritura, tinha sua justificativa, no valor espiritual da humildade e da abnegação. Assim sendo, Paugam (2003), mostra que havia neste tempo a elevação da caridade, onde os ricos tinham como dever, prestar ajuda a aqueles que sofriam com a pobreza. Porém, nas concepções modernas da pobreza, esta passa a ser vista como privação e fonte de desprezo, perdendo as justificativas cristãs. “Nas sociedades que transformam o sucesso em valor supremo e em que, predomina o discurso justificador da riqueza, a pobreza é o símbolo do fracasso social e frequentemente se traduz na existência humana por uma degradação moral.”(p.46).

A pobreza pode atingir níveis diferentes e pode se revelar de distintas formas, uma vez que, ela pode ser identificada num processo multidimensional, onde não existe apenas uma causa explicativa, mas sim várias faces e vertentes para a sua configuração. (SEN, 2000; BAJOIT, 2006; ROCHA, 2006; SILVA 2009; Martini, 2009)

O pobre não é somente privado economicamente, ele sofre também outras limitações, que por vezes perpassa a conceituação habitual do seu termo. Sendo assim, o uso da palavra pobreza pode nos levar a diferentes reflexões.

Em busca de alguns entendimentos do que é ser pobre e/ou da condição de pobreza, recorremos, em primeira instância, ao Aurélio (2000). O termo pobreza advém de pobre, *pauper-eris* (latim) que significa aquele que não tem o necessário à vida; sem dinheiro ou meios; que denota pobreza; pouco produtivo; pouco dotado; pessoa pobre; mendigo, pedinte.

Nas análises de Estivill (2006), a palavra pobreza pode expressar basicamente três tipos de carências: “ter pouco, valer pouco, ter pouca sorte”. Pode assim, ser estrutural, quando verificamos o “ser pobre”; circunstancial, “estar pobre”; excludente, “não ser rico”; voluntária, “torna-se pobre”; ou fingida “fazer-se de pobre”.

Pode-se dizer, que vivemos num período onde vigora uma verdadeira “guerra dos conceitos” (Balsa, 2006) onde a mesma procura cada vez mais esclarecer, de forma minuciosa, cada sentido, cada proposição teórica, para que, a partir de uma definição conceitual clara e distinta possa melhor entender a realidade e aplicabilidade de cada conceito na esfera prática.

Numa pesquisa realizada acerca das diferentes conotações desta palavra, tendo como base os 1.044 documentos do Arquivo Histórico da Real Academia Espanhola, pode-se verificar que:

Em 37% dos casos é-lhe atribuída uma função substantiva que identifica aquelas pessoas que carecem de bens materiais. Em 13% dos casos, o substantivo “pobre” é utilizado como oposição a rico e em 4% dos casos as palavras são associadas no plural, “ricos e pobres”, (...) Em 39% dos casos, “pobre” é utilizado de forma imediata com um sentido de comiseração e, com menos freqüência, de desprezo (como por exemplo, na expressão “pobre homem”), utilizando-se mais em relação à experiência como escassez, ausência de valor, modéstia. A sua utilização é mais freqüente com referência a entidades geopolíticas como “povos pobres”, “regiões pobres”, “países pobres”. Quando “pobre” aparece como um atributo mediato, qualificando um substantivo ou um verbo, é comum aplicar os verbos ser e estar. No primeiro caso, “ser pobre” adquire um caráter estrutural. Por fim, encontram-se expressões do tipo “pobres voluntários”, “pobres de espírito”, “pobreza evangélica” ou ainda expressões exclamativas do tipo “pobre de ti” (Sarcástica) e “pobre de mim” (autocompaixão). (ESTIVILL, 2006, p.104-105)

Percebe-se que o conceito de pobreza é bem diversificado, e seu uso correto depende da delimitação concisa da dimensão que se quer atribuir a tal conceito. Sendo assim, vários aspectos devem ser levados em consideração para uma análise mais satisfatória acerca de tal problema, desde aspectos culturais a geográficos.

Definir o conceito de pobreza relevante e escolher os procedimentos de mensuração adequados é o resultado de análise sensata e cuidadosa de cada realidade social específica. Por um lado, trata-se da questão de identificar os traços essenciais de pobreza em determinada sociedade. É generalizada, atingindo a maior parte da

população, ou, ao contrário, é geograficamente localizada? Quais são seus determinantes? É um fenômeno crônico ou está associado a mudanças econômicas e tecnológicas? Quais são seus sintomas principais – subnutrição, baixa escolaridade, falta de acesso a serviços básicos, desemprego ou marginalidade? Quem são os pobres em termos de um conjunto de características básicas, ou em outras palavras, qual o perfil dos pobres?(ROCHA, 2006, p.10)

Constatado a volatilidade do conceito, entender as causas da pobreza, como são geradas, quais são os processos que a envolvem, bem como identificar as suas possíveis soluções, faz parte da agenda de muitos estudiosos, dentro e fora do país. Buscam assim, a partir de seus entendimentos, indicar quais seriam os possíveis caminhos que levariam a um resultado favorável no enfrentamento de tal problemática.

Segundo Giddens (2001), as explicações para a pobreza podem ser agrupadas em dois tópicos principais: primeiro as teorias que vêem os indivíduos pobres como responsáveis por sua própria pobreza; e segundo, as teorias que enxergam a pobreza como algo produzido e reproduzido por forças estruturais da sociedade. “Essas abordagens concorrentes são, às vezes, descritas como a teoria que ‘responsabiliza a vítima’ e a teoria que ‘responsabiliza o sistema’.”(p.260).

Para Malthus (1803), as causas da pobreza estariam ligadas ao fato dos seres humanos se reproduzirem em uma escala maior do que sua capacidade de produzir os alimentos necessários para a sua sobrevivência, ou seja, uma desproporção relativa da taxa de natalidade com a quantidade produzida de alimentos, “talvez o maior dos problemas da pobreza seja culpa dos próprios pobres, que não têm determinação e força de vontade para trabalhar”(MALTHUS apud SCHWARTZMAN, 2004, p.14). Portanto, segundo a visão Malthusiana a solução para a pobreza seria fazer com que os pobres tomassem consciência da situação e “controlassem os seus impulsos sexuais”, parando de se reproduzirem tanto. Minorar-lhes a miséria só agravaria ainda mais a situação, uma vez que alimentados, eles se reproduziriam cada vez mais. Se estes não conseguissem se controlar, o melhor a fazer seria deixá-los lançados à própria sorte, pois a natureza se encarregaria de manter o equilíbrio natural.

A visão Malthusiana relativa à pobreza contrastava com os princípios da caridade tão presentes na tradição Judaica Cristã e em outras religiões, ficando assim, refutada esta cogitação acerca da problemática concernente à pobreza.

Schwartzman (2004) procura fazer uma análise cronológica sobre a pobreza. Segundo ele, a questão da pobreza existe desde a antiguidade e sempre esteve manifestada nas mais diversas sociedades. Assim, ser pobre é um problema que reflete diretamente na

condição humana de existência. A pobreza tira do indivíduo um pouco de sua representatividade enquanto ser humano. O autor mostra que as causas da pobreza não poderiam ser tratadas por nós, enquanto cientistas sociais, se não pela ótica estrutural, como pela exploração do trabalho pelo capital; alienação daqueles que ficavam inertes devido ao sistema de exploração que os deixam impossibilitados de tomarem consciência dos próprios problemas e necessidades.

Segundo Amartya Sen (2000), uma das questões do grande êxito da pobreza, estaria na privação do que ele chama de liberdades substantivas, que por sua vez, rouba das pessoas a liberdade de saciarem a sua fome, a possibilidade de ter acesso à água tratada, saneamento básico, moradia, vestir-se de modo apropriado, de ter acesso a uma educação de qualidade. Segundo ele, o estado deveria ser mais presente na vida do cidadão, para que tais liberdades substantivas fossem de fato exercidas.

Nas suas palavras:

Cabe notar aqui, porém, que a perspectiva baseada na liberdade apresenta uma semelhança genérica com a preocupação comum com a “qualidade de vida”, a qual também se concentra no modo como as pessoas vivem (talvez até mesmo nas escolhas que têm), e não apenas nos recursos ou na renda de que elas dispõem. (SEN, 2000, p.39-40)

Nesta perspectiva, a pobreza só seria combatida na medida em que aumentassem as liberdades substantivas de cada indivíduo. O desenvolvimento social só poderá ser alcançado se primeiro resolver as questões da pobreza e das desigualdades.

As conseqüências da privação do capital, que por ora geram a pobreza, vão desde a exclusão econômica à social, uma vez que os cidadãos deixam de fazer muitas coisas pelo fato de não terem condições financeiras suficientes para arcarem com os seus anseios, onde a própria pessoa humana é vista de forma minimizada, onde o ter incide sobre o ser, onde o cidadão é excluído muitas vezes até do direito de falar, pensar, “viver”. Desta forma, a privação das liberdades substantivas faz com que a pobreza econômica seja levada a um campo que, por vezes, vai além do seu significado próprio. Assim, de acordo com Sen (1997) pobreza significa que as oportunidades mais básicas para o desenvolvimento dos indivíduos como cidadãos lhes são negadas.

O Estado, ao contrário do que afirma os ideários liberais, poderia ser mais presente na vida dos cidadãos, garantindo pelo menos o básico. A todos, poderia ser estendidos direitos à alimentação, moradia, educação, trabalho, etc., para que bem pudessem gozar de uma vida digna.

Lavinas (2002), define o pobre como sendo aquele indivíduo que não tenha meios suficientes para consumir o mínimo necessário à sua sobrevivência e que tal mínimo vital, varia de acordo com o grau de desenvolvimento e do nível de riqueza de uma dada região, sendo assim, cabe a sociedade o dever de combater a pobreza, uma vez que o pobre é aquele que possui o direito de receber ajuda.

Segundo Romão (2000) os critérios usados para identificar os pobres podem ser de caráter objetivo ou subjetivo. Os de caráter objetivo seriam aqueles ligados à situação concreta dos indivíduos, tais como renda, tamanho da família, situação ocupacional, habitação, entre outros, enquanto que os de caráter subjetivos estão mais ligados às opiniões ou sentimentos das pessoas sobre quais deveriam ser os padrões mínimos de satisfação das suas necessidades.

O primeiro critério envolve, pelo menos, duas variantes operacionais importantes que são usuais na literatura corrente, sendo a que enfoca a pobreza do ponto de vista relativo e a que a considera apenas do ângulo absoluto.

1.1.1 Pobreza relativa e absoluta

Pode-se dizer que, ao se procurar as origens da preocupação com as desigualdades sociais e a pobreza, ao contrário do que possamos pensar, esta não está ligada aos países mais pobres, onde a problemática é mais crítica, mas sim aos países desenvolvidos. “Tratava-se de alertar para situações de privação onde as questões de sobrevivência física não estavam em jogo.”(ROCHA, 2006, p.15) Assim sendo, tal problemática nos países ricos, levou a que se enfatizasse o caráter relativo da pobreza.

Minha tese principal é que tanto a pobreza como subsistência são conceitos relativos, só podendo ser definidos em relação aos recursos materiais e emocionais disponíveis numa determinada época aos membros de uma dada sociedade ou de diferentes sociedades. (TOWNSEND, 1962 apud ROCHA, 2006, p.15)

Assim sendo, pensar na pobreza sob seu caráter relativo nos propõe comparar a situação do indivíduo que a vive com a condição vivida pelos seus semelhantes. A pobreza passa a ser entendida segundo os padrões de vida vigentes na sociedade. Seriam pobres aqueles que tivessem inseridos na camada inferior da distribuição da renda.(GIDDENS, 2001, p.256)

Para Romão (2000),

A posição relativa da pessoa determina se ela deve ser considerada pobre ou não-pobre. [...] Parte, portanto, de uma base normativa que se refere ao estilo de vida predominante na sociedade. Sob esse aspecto, é um conceito dinâmico, já que as necessidades mudam historicamente. E, talvez mais importante, o seu conteúdo conceitual é específico de cada sociedade, posto que em cada qual subsistem situações econômicas, políticas e sociais bastante distintas. (p.108)

O conceito de pobreza relativa define necessidades a serem satisfeitas em função do modo de vida predominante na sociedade em questão, o que significa incorporar a redução das desigualdades de meios entre indivíduos como objetivo social. Implica, conseqüentemente, delimitar um conjunto de indivíduos “relativamente pobres” em sociedade onde o mínimo vital já é garantido a todos. (ROCHA, 2006, p.11)

Segundo Romão (2000), o conceito relativo da pobreza é usualmente mais comum em sociedades desenvolvidas, onde os problemas ligados à sobrevivência física, praticamente, não são encontrados. Já no caso brasileiro, onde os requisitos mínimos para manutenção da sobrevivência física não estão sendo atendidos. Tal enfoque sofre perda de sua relevância, sendo mais usual ver a pobreza sob caráter absoluto.

Na pobreza vista em termos absolutos, destacam-se as questões concernentes à sobrevivência física, ao não atendimento de necessidades consideradas mínimas para a manutenção das atividades vitais. Consideram-se pobres aqueles que tenham renda inferior aos patamares considerados mínimos para a sobrevivência.

Romão (2000, p.108) sinaliza que:

O simples fato de a conceituação da pobreza em termos absolutos fazer menção explícita a níveis mínimos aceitáveis de satisfação de necessidades básicas envolve o reconhecimento de que entre os membros da sociedade existem alguns que não estão preenchendo os requisitos mínimos estabelecidos, o que requer um desenho de políticas de superação da pobreza para essas pessoas.

Na ótica da pobreza absoluta, surgem parâmetros para medir o grau de privação existente em relação às necessidades físicas de sobrevivência, a saber, as linhas de indigência e pobreza.

1.1.2 Linha de pobreza e linha de indigência

Constitui-se como ponto instigante para aqueles que estudam a pobreza e tentam entendê-la, a busca de formas concretas de medir a intensidade, e demarcar dentre a sociedade aqueles que podem ser considerados pobres. Buscar formas de mensuração da pobreza, bem como identificar quem são os pobres e quem a vive em maior intensidade, constitui-se no mínimo como sendo um intento difícil, haja vista, as particularidades de cada região e cultura.

Pensar em linha de pobreza é, simplesmente, apontar a renda monetária necessária para que um indivíduo possa ter acesso a uma cesta de bens e serviços essenciais à satisfação de suas necessidades básicas. No entanto, emerge um problema para se definir o que seria necessidade básica. Dupas (2001) aponta que uma saída seria tentar a utilização de um critério fisiológico, definindo assim, necessidades básicas como aquilo que fosse imprescindível para garantir a sobrevivência física. Sen (2000) destaca que não existe uma resposta coesa para tal questão, uma vez que existem muitas pessoas que conseguem sobreviver com dietas mínimas, mas que apresentam expectativas de vida relativamente baixas, bem como uma baixa estatura em decorrência da deficiência alimentar.

De acordo com tal perspectiva Dupas (2001, p.25) define que:

As linhas de pobreza que têm sido traçadas incluem, obviamente, mais do que simplesmente alimentos. Envolvem moradia, saneamento, educação e eventualmente até bens que algumas sociedades podem considerar supérfluos: idas ao teatro ou a restaurantes, viagens, entre outros. Elas tentam mensurar a renda monetária necessária para que, dados os hábitos da população e os preços vigentes, os indivíduos possam usufruir de uma vida considerada socialmente aceitável. Como as sociedades são diferentes, os elementos utilizados para determinar o corte entre pobres e não pobres devem também diferir de acordo com os costumes, expectativas e hábitos de cada comunidade. Isso, evidentemente, acarreta um problema para comparações entre países ou mesmo regiões muito dispares.

Se a linha de pobreza é entendida sob uma perspectiva que ultrapassa as das necessidades alimentares, estão abaixo da linha da indigência, aqueles cujo rendimento *per capita* mensal seja suficiente apenas para suprir as suas necessidades alimentares, tendo por base o custo mínimo da alimentação capaz de garantir a sobrevivência humana.

A primeira etapa consiste em determinar, para a população em questão, quais são suas necessidades nutricionais. A etapa seguinte objetiva estabelecer, a partir das informações de pesquisa de orçamentos familiares, a cesta alimentar de menor custo que atenda às necessidades nutricionais estimadas. O valor correspondente a essa

cesta é a linha de indigência, parâmetro de valor associado ao consumo alimentar mínimo necessário.(ROCHA, 2006, p.50)

Devido à dificuldade supracitada, torna-se difícil o estabelecimento no Brasil, de uma renda mínima igual para todas as regiões, para que se possa estabelecer as linhas de indigência e pobreza. O governo federal, para o ano de 2010, utiliza como corte para definir a linha da indigência, aquelas famílias cuja renda *per capita* não ultrapasse a R\$ 70,00 (13,7% do salário mínimo). Para a linha de pobreza considera-se o valor de R\$140,00 *per capita* (27,4% do salário mínimo). Para órgãos como IBGE, IPEA, dentre outros, são pobres aqueles que tenham renda *per capita* abaixo de 1/2 salário mínimo, e indigentes, aqueles que possuam renda *per capita* abaixo de 1/4 do salário mínimo.

Estabelecido os padrões mínimos para a determinação da linha de pobreza, conhecido o número de pessoas que se enquadram em tal situação e, tendo também o conhecimento prévio da população total, basta dividir o número dos indivíduos caracterizados como pobres pelo número total da população, para que tenhamos a percentualidade das pessoas que se encontram abaixo da linha da pobreza, encontrando assim a incidência da pobreza.

Atentando-se para as peculiaridades de cada região os parâmetros de medição e identificação da pobreza, em termos de linhas de pobreza e indigência, se fazem importantes na medida que auxiliam na quantificação e no reconhecimento daqueles que são pobres pela vertente da renda, numa abordagem unidimensional.

1.1.3 Pobreza unidimensional e multidimensional

A pobreza sob a óptica unidimensional tem por base eleger a baixa renda como único meio para se mensurar e caracterizar as pessoas que são pobres. Assim sendo, pobre seria aquele cuja renda fosse considerada insuficiente para manter, sob condições mínimas, a sua sobrevivência.

Ao se considerar a pobreza em sua dimensão particular de insuficiência de renda, significa que há pobreza somente na medida em que há famílias vivendo com renda familiar *per capita* inferior ao mínimo necessário para que possam satisfazer suas necessidades básicas. (TEIXEIRA, 2007, p.24)

Segundo Giddens (2001), alguns pesquisadores acreditam que medir a pobreza exclusivamente em termos de renda é uma forma de subestimar a real dimensão das privações vividas pelas famílias. Conforme Silva (2009), a renda exprime apenas uma margem parcial das diversas formas da vida humana. Assim sendo,

Os níveis de renda são relevantes, pois permitem que as pessoas adquiram bens e serviços e que usufruam de um determinado padrão de vida. Por este motivo, a dimensão renda está presente na maioria dos estudos multidimensionais. Todavia, estes níveis, por si só, são inadequados para suprir aspectos essenciais como a liberdade para desfrutar de uma vida longa, escapar da morbidez, oportunidade de ter o emprego pretendido, viver longe da criminalidade. (SILVA, 2009, p.51)

Desta forma, contrária à abordagem da renda, o caráter multidimensional da pobreza postula a existência de uma inter-relação entre as diversas carências. Neste sentido a renda passa a ser entendida sob caráter instrumental e, como sendo uma das possibilidades de entendimento da pobreza. Assim sendo, a pobreza passa a ser vista a partir de diferentes aspectos.

Bajoit (2006) postula que a pobreza vista somente pela insuficiência de renda, não nos diz muita coisa sobre as razões que fazem com que os indivíduos, venham a cair na pobreza ou na indigência. Assim, para ele:

Definir o “pobre” em termos de renda é uma evidência e uma tautologia. Isso não nos ensina nada sobre as razões pelas quais ele é pobre, nem sobre a maneira pela qual ele poderia sair desta situação. Que uma pessoa seja considerada pobre porque não dispõe de uma quantidade de renda suficiente para atingir um determinado limiar, ou que ela seja definida como indigente, porque o limiar que atinge é mais baixo ainda, é evidente. Isso permite identificar, grosso modo, as pessoas que precisam de ajuda social, mas isso não nos diz nada de importante sobre a pobreza, nem sobre suas causas, nem sobre seus efeitos. Em consequência, não nos auxilia a criar políticas sociais para minorar a pobreza. (BAJOIT, 2006, p.91)

Para Neder *et alli* (2007), a pobreza é um fenômeno multidimensional que por vezes não se relaciona apenas a fatores econômicos, deve-se também levar em consideração, aspectos políticos, sociais e culturais.

No aspecto da pobreza abordada apenas no que se refere às privações materiais, além da insuficiência de rendimentos, deve-se levar em conta outras privações relacionadas a condições habitacionais, abastecimento de água, saneamento básico, grau de instrução, inserção no mercado de trabalho, etc. (NEDER, et alli, 2007, p.3)

Para Bourguignon e Chakravarty (2003) *apud* Silva (2009), a pobreza é caracterizada como o não alcance de um nível mínimo aceitável de diferentes atributos monetários e não monetários, cujo são indispensáveis para a subsistência de um padrão de vida.

Sen (1997, 1999, 2000) destaca que a pobreza em seu caráter multidimensional procura ver o pobre a partir de privações de capacidades, e das liberdades substantivas, que por vezes perpassam as explicações da pobreza sob o viés da insuficiência de renda. A renda não pode ser vista separadamente das capacidades que ela pode gerar na vida das pessoas.

A perspectiva da pobreza como privação de capacidades não envolve nenhuma negação da idéia sensata de que a renda baixa é claramente uma das causas principais da pobreza, pois a falta de renda pode ser uma razão primordial da privação de capacidades de uma pessoa. (Sen, 2000, p.109)

Nesta perspectiva, ter uma renda inadequada é, com efeito, uma forte condição predisponente de uma vida pobre. Sendo assim, a preocupação em ver a pobreza sob o prisma das capacidades, deve-se pelo menos a quatro fatores. O primeiro é que a insuficiência de renda deve ser vista apenas de forma instrumental, ao passo que as privações de capacidades são intrinsecamente importantes. Segundo que, existem outras influências sobre a pobreza real que vão além do baixo nível de renda, ou seja, a renda não é o único instrumento de geração de capacidades. Terceiro, cabe ainda ressaltar que a relação instrumental entre baixa renda e baixa capacidade é variável, tanto entre as comunidades quanto entre famílias e indivíduos, fazendo com que o impacto da renda sobre as capacidades sejam contingente e condicional. E por fim, a privação relativa de renda pode ocasionar na privação absoluta de capacidades.

Em um país generalizadamente opulento, é preciso mais renda para comprar mercadorias suficientes para realizar o mesmo funcionamento social. (...) O que a perspectiva da capacidade faz na análise da pobreza é melhorar o entendimento da natureza e das causas da pobreza e privação desviando a atenção principal dos meios (e de um meio específico que geralmente recebe atenção exclusiva, ou seja, a renda) para os fins que as pessoas têm razão para buscar e, correspondentemente, para as liberdades de poder alcançar esses fins. (SEN, 2000, p.111 - 112)

Destaca-se a renda como sendo um meio importantíssimo de obter capacidades. Como a maximização das capacidades para viver tenderia, em geral, a aumentar o potencial das pessoas para serem mais produtivas e auferir rendas mais elevadas, também esperaríamos

uma relação na qual um aumento de capacidades conduzisse a um maior poder de auferir renda.

Nota-se que, a redução da pobreza de renda não pode, em si, ser a motivação suprema de políticas de combate à pobreza. Assim sendo, faz-se um grande equívoco ao ver a pobreza segundo a perspectiva limitada da privação de renda e a partir daí tentar justificar investimentos, por exemplo, em educação, saúde etc., com o argumento de que são bons meios para atingir o fim da redução da pobreza de renda. Isso nas perspectivas das capacidades, seria confundir os fins com os meios.

Segundo Martini (2009), a concepção multidimensional da pobreza permite ainda, diferenciá-la em duas situações: crônica e transitória. A pobreza, vista de forma transitória, seria associada à vulnerabilidade de indivíduos, famílias e comunidades. Assim, podem ser relacionados os momentos de choques econômicos, como, por exemplo, de quebra de safra agrícola, de flutuações de preços, de debilitações em termos de saúde e de falta de segurança. Enquanto que a pobreza crônica se refere a indivíduos confinados a essa situação, e que se encontram excluídos do acesso a determinados bens e serviços elementares para a vida em sociedade.

Podem ser visualizadas duas críticas distintas para a abordagem multidimensional da pobreza. A primeira de viés quantitativa, argumenta que a avaliação empírica da pobreza multidimensional é dificultada pelo fato de ter em um único indicador a ponderação de múltiplos conceitos de pobreza.

Além disso, a própria definição de pobreza multidimensional relativa para diferentes sociedades é difícil para estudos empíricos, tanto por causa das dificuldades de operacionalização, já que costumam envolver aspectos não observáveis e mensuráveis quantitativamente, como por causa de sua conceitualização, a qual tem, para alguns autores, uma perspectiva mais filosófica do que teórica. (MARTINI, 2009, p.25)

A segunda crítica, de cunho qualitativo, postula que a abordagem multidimensional da pobreza pode criar uma confusão entre as suas causas e a pobreza efetiva, definida em termos de renda, o que pode levar a uma subestimação do papel da renda sobre esse fenômeno.

Apesar das críticas, conforme Silva e Barros (2006), o reconhecimento de que a pobreza é um fenômeno multidimensional tem sido amplamente difundido no meio científico e vários autores estão de acordo com tal perspectiva de entender a pobreza.

De acordo com Alkire e Foster (2008) *apud* Silva (2009), uma orientação a ser seguida para as pesquisas de cunho multidimensional é o desenvolvimento de um ambiente coerente com sua estrutura de mensuração. Geralmente este ambiente é análogo ao conjunto de técnicas desenvolvidos no espaço unidimensional.

1.1.4 Pobreza como privação de liberdades e limitação da condição de agente

Ainda dentro da perspectiva de ver a pobreza sob aspecto multidimensional, considera-se a liberdade de escolha, como sendo imprescindível para fazer as coisas que são justamente valorizadas, sendo assim importante tanto para a liberdade global da pessoa, quanto para possibilitar que a mesma tenha oportunidade de alcançar os resultados que julgam serem valiosos.

Sendo assim, para Aristóteles “A riqueza evidentemente não é o bem que estamos buscando, sendo ela meramente útil e em proveito de alguma outra coisa.”(ARISTÓTELES *apud* SEN, 2000, p.28)

Se temos razões para querer mais riqueza, precisamos indagar: quais são exatamente essas razões, como elas funcionam ou de que elas dependem, e que coisas podemos ‘fazer’ com mais riqueza? Geralmente temos excelentes razões para desejar mais renda ou riqueza. Isso não acontece porque elas sejam desejáveis por si mesmas, mas porque são meios admiráveis para termos mais liberdade para levar o tipo de vida que temos razões para valorizar. (SEN, 2000, p.28)

Sobre tal ponto de vista, verifica-se que a renda, assim como, nas perspectivas das capacidades, tem valor meramente instrumental, sendo considerada simplesmente como meio para se alcançar aquilo que julgamos ser importante. A pobreza baseada na insuficiência da renda torna-se salutar na medida que ela constitui-se como privação das liberdades substantivas. E, tais liberdades vão, desde as oportunidades de ter boa educação, de vestir-se de forma apropriada, de ter boa assistência de saúde, de manter relações comerciais, de poder ouvir e ser ouvido, até o poder de participar ativamente da vida política e social.

Para Paugam (2003), nas sociedades modernas os pobres não estão apenas privados de recursos econômicos; exercem também pouca influência sobre o poder político, e sua respeitabilidade corresponde, em geral, à sua posição social inferior.

Para Weber, (1946) o pobre seria bem mais do que um ser com pouco ou sem nenhum dinheiro, sendo este, pela situação vivida, incapaz de fazer valer seus direitos sobre os demais. Estaria ele, remetido à situação inferior.

O indivíduo não é pobre por ter pouco ou nenhum dinheiro; é desfavorecido de recursos ou de rendas porque, na ausência de saúde, de ocupação remunerada, de instrução, de relações, de capital negociável ou intransferível, ele não pode impor seus direitos sobre os demais(...).(WEBER apud PAUGAM, 2003, p.47)

Entender a pobreza como privação de liberdades é importante, ao passo que, ao expandir as liberdades que se tem razão para valorizar, não só torna a vida mais rica e mais desimpedida, como também permite maior completude dos seres sociais, possibilitando maior interação com o mundo em que se vive, podendo até mesmo influenciá-lo.

Segundo Laderchi et alli (2003), no espaço das capacidades a pobreza é definida como privação ou impossibilidade de se atingir capacidades básicas, onde, capacidades básicas diz respeito à satisfação de importantes necessidades que expandam as oportunidades reais para que os indivíduos tenham o tipo de vida que valorizem.

Assim, expandir as liberdades torna-se condição imprescindível para o alcance da melhoria da qualidade de vida, a qual também se concentra no modo como as pessoas vivem (talvez até mesmo nas escolhas que têm), e não apenas nos recursos ou na renda de que elas dispõem.

(...) a liberdade de uma pessoa pode ser considerada valiosa em adição às realizações dela mesma. As opções e oportunidades de um indivíduo podem ser julgadas importantes em uma avaliação normativa em adição aquilo que ele acaba realizando ou assegurando. A liberdade pode ser valorizada não meramente porque auxilia a realização mas também em razão de sua própria importância, extrapolando o valor do resultado realmente alcançado. Se, por exemplo, todas as alternativas além daquela verdadeiramente escolhida fossem eliminadas, isso não afetaria a realização (uma vez que a alternativa escolhida ainda pode ser escolhida), mas a pessoa claramente tem menos liberdade, e isso pode ser considerado uma perda de certa importância. (SEN, 1999, p.76)

De acordo com tal vertente pode-se dizer que a vantagem pode ser mais bem representada pela liberdade que a pessoa tem que pelo que a pessoa realiza – em termos de bem-estar ou de sua condição de agente – com base nessa liberdade. A garantia da liberdade torna-se o principal foco. Assim sendo, a expansão das liberdades torna-se a principal garantidora do desenvolvimento, sendo este alcançado por meio dela e a expansão desta mesma liberdade tornar-se-ia a principal finalidade do desenvolvimento.

Sen (2000) analisa a liberdade utilizando cinco instrumentais, sendo eles: (1) liberdades políticas, (2) facilidades econômicas, (3) oportunidades sociais, (4) garantias de transparência e (5) segurança protetora.

As liberdades políticas, amplamente concebidas (incluindo o que se denominam direitos civis), referem-se às oportunidades que as pessoas têm para determinar quem deve governar e com base em que princípios, além de incluírem a possibilidade de fiscalizar e criticar as autoridades, de ter liberdade de expressão política e uma imprensa sem censura, de ter a liberdade de escolher entre diferentes partidos políticos etc. [...] *As facilidades econômicas* são as oportunidades que os indivíduos têm para utilizar recursos econômicos com propósitos de consumo, produção ou troca. [...] *Oportunidades sociais* são as disposições que a sociedade estabelece nas áreas de educação, saúde etc., as quais influenciam a liberdade substantiva de o indivíduo viver melhor. [...] *As garantias de transparência* referem-se às necessidades de sinceridade que as pessoas podem esperar: a liberdade de lidar uns com os outros sob garantia de dessegredo e clareza. [...] *A segurança protetora* é necessária para proporcionar uma rede de segurança social, impedindo que a população afetada seja reduzida à miséria abjeta e, alguns casos, até mesmo à fome e à morte. (SEN, 2000, p.55-57)

Todos estes instrumentais agiriam em conjunto para que fossem geradas e aumentadas as liberdades humanas em geral. “As políticas públicas visando o aumento das capacidades humanas e das liberdades substantivas em geral podem funcionar por meio da promoção dessas liberdades distintas, mas inter-relacionadas.”(idem, p.25)

Devido ao caráter de complementaridade e integração dessas liberdades instrumentais, pode-se dizer que a privação de uma, venha ocasionar, conseqüentemente, a privação de outras. Sendo assim a privação de liberdade econômica pode gerar a privação de liberdade social e política, e da mesma forma o contrário.

Ainda quanto às liberdades, pode-se dizer que a liberdade individual é essencialmente um produto social, existindo uma relação de mão dupla, onde a sociedade visa expandir as liberdades individuais e por outro lado, as liberdades individuais são usadas, não somente para satisfazer as necessidades de cada um, mas também para melhoras as disposições sociais, tornando-as mais apropriadas e eficazes.

Segundo Sen (2000), a liberdade torna-se central para o entendimento do desenvolvimento por duas razões.

- 1) A razão avaliatória: a avaliação do progresso tem de ser feita verificando-se primordialmente se houve aumento das liberdades das pessoas
- 2) A razão da eficácia: a realização do desenvolvimento depende inteiramente da livre condição de agente das pessoas.” (SEN, 2000, p.18)

A perspectiva da liberdade pressupõe o alargamento das condições vividas pelas pessoas, propiciando uma mudança social. Cada indivíduo pode agir das mais variadas formas para alcançar suas expectativas, transformando e maximizando as suas oportunidades. Portanto, compreender o papel da condição de agente é essencial para reconhecer os indivíduos como pessoas responsáveis, que podem optar por agir de uma forma ou de outra.

O emprego da expressão “condição de agente” requer esclarecimento. O agente às vezes é empregado na literatura sobre economia e teoria dos jogos em referência a uma pessoa que está agindo em nome de outra (talvez sendo acionada por um “mandante”), e cujas realizações devem ser avaliadas à luz dos objetivos da outra pessoa (o mandante). Estou usando o termo agente não nesse sentido, mas em sua acepção mais antiga – e “mais grandiosa” – de alguém que age e ocasiona mudança e cujas realizações podem ser julgadas de acordo com seus próprios valores e objetivos, independentemente de as avaliarmos ou não também segundo algum critério externo. (SEN, 2000, p.33)

Diante de tal definição, Sen (2000) defende que a condição de agente de cada um seja fruto das garantias das oportunidades sociais, políticas e econômicas de que se dispõe. Fica ainda evidente a existência complementar entre a condição de agente individual e as disposições sociais: “é importante o reconhecimento simultâneo da centralidade da liberdade individual e da força das influências sociais sobre o grau e o alcance da liberdade individual. Para combater os problemas que enfrentamos, temos de considerar a liberdade individual um comprometimento social.”(p.10)

A privação das liberdades gera limitações das capacidades, afetando também de forma considerada a possibilidade de ação daqueles que a sofrem. Entende-se que ter mais liberdade melhora o potencial das pessoas para cuidarem de si mesmas e para influenciarem o mundo em que vivem.

1.1.5 Relações de confiança, laços sociais e pobreza

As relações de confiança, estabelecidas entre os indivíduos, podem ser observadas como uma forma de se conseguir vantagem dos laços sociais criados, afim, de construir estratégias que sejam favoráveis ao combate das situações causadas pela pobreza.

“Confrontamos, cada vez mais, com a incerteza que os tempos dos grandes destinos coletivos permitiam dissimular ou atenuar, os indivíduos são forçados a traçar, por sua própria conta e risco, os seus próprios destinos.”(BALSA, 2006, p.10)

As condições de precariedade e vulnerabilidade são marcas de processos de aglutinação entre as pessoas, criando laços sociais mais fortes, onde a ajuda recíproca faz com que os impactos sofridos pela pobreza, sejam de certa forma amenizados.

Existe um consenso generalizado em torno da idéia de que as relações de confiança se estabelecem sempre que existem situações em que os sujeitos estão em condições, ou se vêem na obrigação, de ter de gerir laços sociais marcados pelo risco ou pela incerteza, que decorrem de um conhecimento insuficiente dos recursos disponíveis, (...).(BALSA, 2006, p.12)

Segundo SOULET (2006) a confiança está na base das relações sociais, sendo possível destacar três níveis: 1) é o fundamento da troca econômica (toda a troca comercial pressupõe a confiança no valor e na qualidade do produto adquirido); 2) está subjacente à permuta social (a maioria das interações baseia-se na crença de que o outro cumprirá as suas promessas, por muito más que sejam, e que, nesse sentido, se revelará previsível); 3) constitui o cerne do vínculo moral (a superação dos interesses particulares e a orientação no sentido do outro pressupõe o reconhecimento de que este é digno de fé). Neste sentido, a confiança é um pré-requisito essencial para se agir em sociedade, para se iniciar uma ação significativamente orientada para o outro. (SOULET, 2006, p.25)

Assim, as relações estabelecidas, os vínculos criados, o estabelecimento da boa vizinhança pode se constituir como uma das perspectivas para o enfrentamento das situações de pobreza. Ajudar ao próximo e, estar em sintonia com o outro possibilita uma alternativa no meio da convivência entre os indivíduos para a minimização dos impactos causados pela privação. O simples fato de oferecer ao seu próximo um pouco de mantimentos, faz com que, os indivíduos doares se sintam mais à vontade, uma vez que sabem que tal relação construirá um laço, uma relação onde futuramente poderá ser ele o necessitado de ajuda, e que provavelmente será beneficiado.

Os laços sociais são importantes e as relações estabelecidas podem corroborar para a mobilidade e a manutenção da sobrevivência em meio a situações onde o Estado não seja tão presente. Assim sendo, as relações entre os indivíduos faz com que os mesmos tenham formas alternativas de ação.

1.1.6 Olhares sociológicos da pobreza e concepções das políticas sociais

Entender a multidimensionalidade da pobreza é de fundamental importância para a compreensão da dinâmica imbricada nas estratégias de desenvolvimento social. Bajoit (2006) tenta fazer um levantamento sobre algumas vertentes sociológicas acerca da pobreza. Segundo ele, existem basicamente quatro formas de entender a pobreza: (I) o pobre é visto como marginal, *visão liberal*, (II) o pobre visto como explorado, *visão marxista*, (III) o pobre é visto como *dependente* e por fim (IV) o pobre pode ser visto como um ser *desafiliado, atomizado*.

Nos moldes dos ideários liberais, o pauperismo é entendido como falta de sucesso nas relações que os sujeitos propõem na luta pela sua sobrevivência (Estivill, 2006; Castel, 2006). Assim, vamos passando de um fenômeno coletivo para uma realidade onde o indivíduo é cada vez mais responsável pela sua miséria. O fato de viver na pobreza deve-se a sua pouca força de vontade, falta de empreendedorismo, para reverter a sua situação, “todos são livres”, têm as mesmas chances, “os pobres são preguiçosos”, não possuem vontade para trabalhar, falta-lhes coragem para enfrentarem os seus problemas. Tal perspectiva liberal põe a responsabilidade do fracasso e da pobreza nas mãos dos indivíduos. Defendem uma não intervenção do Estado, onde segundo as teorias do economista Adam Smith, uma mão invisível, marcada pela liberdade de mercado, iria solucionar as mazelas da humanidade.

O segundo olhar sobre a pobreza seria entender o pobre como explorado, *visão mais estrutural, marxista*. Para os Marxistas, a história da humanidade seria precisamente a história da luta de classes e, portanto, as questões relativas à pobreza só seriam resolvidas na medida em que houvesse uma verdadeira luta de classes, onde proletariados e burgueses se confrontariam na luta final pelo fim da pobreza e da desigualdade social. Marx (1980) tinha como certo que no capitalismo o crescimento da riqueza produz, no pólo oposto, o crescimento do pauperismo, tanto que a isso chamou de “lei geral absoluta da acumulação capitalista”.(1980, p.747)

O terceiro rosto que a pobreza revela, consiste em ver o pobre como *dependente*, *visão baseada na falta de autonomia*. O pobre seria aquele com pouco *capital social* (Kliksberg, Tomassini, Putnam). Neste argumento busca-se fortalecer vínculos sociais dos grupos e objetivam-se medidas que possibilitem as comunidades convivência e cooperação baseadas em relações de confiança.

Por fim, o quarto rosto que a pobreza imprime é o de entender o pobre num processo de desafiliação, onde o indivíduo se encontra isolado, atomizado (Castel; Paugam). (BAJOIT, 2006, p.92)

Segundo o Bajoit (2006), estes quatro rostos que podem ser encontrados para descrever a pobreza muitas vezes coexistem, uma vez que o pobre é tudo: marginal, explorado, dependente e desafiliado. A pobreza abrange vários rostos e dimensões.

Todas essas leituras, com certeza, são pertinentes: as fotos são boas. O pobre, sem dúvida, é tudo isso ao mesmo tempo: um marginal, um explorado, uma pessoa dependente e um desafiliado. O problema, evidentemente, é que cada uma dessas leituras tomadas separadamente reduz o pobre a uma única dimensão, simplifica o problema de uma forma excessiva (como a foto reduz o personagem fotografado a um objeto plano, revelando dele uma parte do que ele é, mas escondendo todos os demais aspectos de sua realidade). (BAJOIT, 2006, p.100-101)

Dentro desta perspectiva do olhar sociológico sobre a pobreza, verifica-se entre as formas instituídas para que o pobre consiga angariar recursos duas concepções do contrato social: primeiro o contrato de igualdade, onde o indivíduo passa a ter direitos somente por ser possuidor de necessidades materiais. Tal concepção do contrato coloca nas necessidades materiais a condição de prova e legitimação da ajuda instituída pela coletividade e que o Estado tem o papel de administrar.

A segunda concepção do contrato social vincula-se a equidade, onde a condição que o indivíduo deve provar para ter acesso ao auxílio legítimo, não é mais somente possuir necessidades materiais, devem ser preenchidos outros critérios, onde o empenho e dedicação mostram-se como condições importantes. Assim sendo, os pobres teriam que provar que realmente necessitam de ajuda, e que não são oportunistas, nem vagabundos, muito menos preguiçosos. Faltava-lhes meios para conseguirem superar as dificuldades da pobreza, portanto estariam aptos a receberem auxílio.

Ainda segundo Bajoit (2006), poderia destacar duas concepções da política social no olhar sobre a pobreza. Na primeira, o pobre estaria colocado como principal responsável pela sua condição, cabendo a ele buscar os seus meios com o auxílio de pessoal especializado para resolver os seus problemas.

O funcionamento da sociedade não é questionado de forma alguma: é o pobre quem precisa adaptar-se às exigências da sociedade na qual vive, é ele quem deve integrar-se nos papéis sociais, interiorizar os valores e as normas e adquirir os recursos necessários para tornar-se autônomo e não precisar mais de ajuda. (BAJOIT, 2006, 94)

Na segunda concepção da política social, a pobreza é tida como fruto do funcionamento do sistema, caráter mais estrutural, “este comporta relações de dominação social que geram desigualdades, desemprego, exclusão, desafiliação”.(Idem, p.94). Para que o problema da pobreza possa ser superado, faz-se necessário que a sociedade busque adaptar-se às necessidades dos pobres. Somente assim, eles poderão um dia alcançar o sucesso, vencendo os obstáculos impostos pela privação, pela pobreza.

Pode-se assim situar os quatro rostos que a pobreza assume de acordo com as concepções do contrato social e das políticas sociais. O pobre visto como marginal, estaria dentro da concepção do contrato de igualdade: “a cada um segundo suas necessidades” (Idem, p.93), numa perspectiva da política social onde deveriam se adaptar às exigências do sistema. O pobre entendido como explorado, também se encontraria dentro do contrato de igualdade, mas quanto à política social estaria na concepção onde o sistema é que deveria adaptar-se as suas necessidades. No terceiro rosto da pobreza, o pobre encarado como dependente, estaria inserido na concepção do contrato social de equidade: “para cada um segundo o seu empenho” (Idem, p.96) e, este é que deve se adaptar as exigências do sistema. Por fim, o pobre visto como desafiado também se encontraria na perspectiva do contrato por equidade, porém o sistema que deveria se adaptar as suas necessidades.

Depois de ter discorrido sobre as faces que a pobreza pode incorporar, cabe sinalizar alguns dos meios de mensuração aplicados para o entendimento do avanço e retrocesso das medidas utilizadas para enfrentamento das situações geradas pela privação que a pobreza incute na sociedade.

1.1.7 Indicadores de Pobreza

Segundo Rocha (2006) muitas tentativas foram realizadas entre os anos 1970 e 1980 a fim de se estabelecer um indicador social sintético, por vezes sem muito êxito. Não se chegou a um resultado satisfatório conceitual e operacionalmente. Assim sendo, a primazia da pobreza como temática central das organizações internacionais voltadas para o desenvolvimento no início dos anos 90 demandava, apesar das restrições sobejamente conhecidas, um indicador sintético das condições de vida nos diferentes países. O chamado Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), proposto pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e divulgado pela primeira vez no *Relatório de Desenvolvimento*

Humano de 1990, sintetiza de certa forma a discussão sobre índices sintéticos de desenvolvimento, ocorrida nos anos precedentes⁴.(ROCHA, 2006, p.23)

Para Mingoti (2005) o índice tem como prerrogativa básica sintetizar em apenas uma variável a informação de todas as variáveis que foram utilizadas para medir o fenômeno. Assim os índices de pobreza a partir da criação do IDH passam a ser construídos na tentativa de superar o reducionismo que perpassa a equiparação das medidas de desenvolvimento social e pobreza apenas pelo viés econômico, buscando-se levar em consideração na formulação de tais indicadores, o aspecto unidimensional e multidimensional da pobreza.

Não obstante, situando-se nesta complexa relação autores como Barros; Carvalho e Franco (2003), consideram que:

Como o desenvolvimento social é multidimensional, é necessário recorrer-se a um indicador sintético. Dessa forma, para avaliar se o nível de desenvolvimento social de um país melhorou ou não, é preciso saber o que se passou com as dimensões e indicadores considerados mais relevantes pela sociedade. (p.04-05)

O IDH é um indicador baseado na média aritmética simples de três indicadores relativos a aspectos fundamentais da condição de vida – a esperança de vida ao nascer, o nível educacional e o PIB *per capita*. Como, para compor o índice, os indicadores básicos utilizados são expressos em unidades de medidas diversas, isso requer uma padronização para auferir a média, tornando-a comparável. Assim sendo, cada indicador passa a ser expresso com valores entre 0 e 1. “Se, por exemplo, a esperança de vida de um país hipotético fosse 55 anos, dados os limites máximos e mínimos estabelecidos em 85 anos e 25 anos, seu indicador de esperança de vida seria de 0,5.”(ROCHA, 2006, p.23-24)

De acordo com Silva (2009), dentro da perspectiva do desenvolvimento, foi elaborado em 1996 pelo PNUD, o Índice de Penúria de Capacidades – IPC, que tinha como

⁴ Drewnowsky e Scott em meados da década de 1960 tinha como objetivo conceber um indicador único capaz de medir a qualidade de vida entendida como um objetivo universal, isto é, não culturalmente específico. Propunham assim, recorrer unicamente a indicadores físicos, de modo a evitar vieses monetários, cambial e de preços relativos. Operacionalmente, porém, a construção do índice de Drewnowsky e Scott dependia de informações de difícil obtenção, não tendo sido repetida após o estudo comparativo inicial para 20 países. Nessa mesma linha, porém de forma mais simplificada, Morris e Liser (1977) conceberam o *physical quality of life index* (PQLI), que reunia num índice único três características reputadas como básicas para refletir qualidade de vida: mortalidade infantil, esperança de vida com um ano de idade e taxa de alfabetização. A concepção deste índice foi essencialmente a adotada pelo índice de desenvolvimento humano (IDH). O PQLI, construído levando em conta pesos idênticos para as três variáveis. Ao incorporar a variável alfabetização, o PQLI deixa de ser um indicador físico e culturalmente neutro, e passa a valorar, em parte, o progresso social como entendido nas sociedades modernas. Para Sen (1980), por exemplo, o PQLI não leva em conta o sofrimento da fome e de outras privações, o qual não se reflete adequadamente nas estatísticas de mortalidade. Ver (ROCHA, 2006)

objetivo analisar a pobreza pelo enfoque das carências, que por vezes procurava refletir sobre a porcentagem dos indivíduos que não tinham acesso a um mínimo de potencialidades humanas fundamentais, onde se destaca três dimensões: alimentação correta e gozar de boa saúde; partos em condições salubres; taxa de analfabetismo das mulheres (SILVA, 2009, p.88)

O PNUD propõe no seu Relatório de desenvolvimento humano de 1997, em substituição ao (IPC), um novo índice sintético, denominado Índice de Pobreza Humana (IPH), definido de forma diversa conforme se trate de países em vias de desenvolvimento (IPH -1) e países desenvolvidos (IPH – 2).

Na formulação do IPH – 1, evita-se o uso da variável renda. O índice sintético volta a ser composto apenas a partir de indicadores sociais, em número de quatro, que são agregados em três componentes: percentual de pessoas com esperança de vida inferior a 40 anos; proporção de adultos analfabetos; o resultado da média simples de dois indicadores: proporção da população sem acesso a água tratada e a proporção de crianças menores de cinco anos com peso insuficiente. (ROCHA, 2006, p.26-27)

No caso dos países desenvolvidos a composição do IPH – 2 inclui, além de componentes de esperança de vida e alfabetização definidos de forma específica, outros dois indicadores. Um deles é a proporção de pobres, cuja renda *per capita* se situe abaixo de 50% da renda mediana do país. A exclusão social é o segundo indicador e utiliza a taxa de desemprego de mais de 12 meses remetendo assim o conceito de exclusão social às dificuldades de inserção no mercado de trabalho. “A composição desse índice evidencia a importância da renda, em geral, e da renda obtida via inserção no mercado de trabalho, especificamente, como aspectos-chave da pobreza nos países industrializados”.(ROCHA, 2006, p.27)

O IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) desenvolveu o IDF – Índice de Desenvolvimento Familiar com base nas informações da PNAD e do Cadastro Único do Governo Federal. Na elaboração do IDF examinam-se 6 dimensões, 26 componentes e 48 indicadores⁵, sendo que o índice pode variar de 0 (pior situação) a 1 (melhor situação). As seis dimensões analisadas no IDF são: Ausência de Vulnerabilidade; Acesso ao Conhecimento; Acesso ao Trabalho; Disponibilidade de Recursos; Desenvolvimento Infantil e Condições Habitacionais. O interessante do IDF em relação ao IDH – Indicador Sintético mais difundido

⁵ Para aprofundar no debate dos componentes e indicadores do IDF, ver (BARROS; CARVALHO; FRANCO, 2003)

- é o fato de que o IDF trabalha com seis dimensões de análise, ao invés das três dimensões do IDH, mas, sobretudo, que o referido índice pode ser desagregado ao nível de cada família, mostrando as peculiaridades existentes entre as mais divergentes regiões, possibilitando ter um banco de informação mais coeso com as localidades espaciais diversas.

1.1.8 Espaços da Pobreza x construções sociais

Existem duas posições teóricas no que concerne ao entendimento da relação espacial da pobreza. Uma que entende que o meio geográfico tem papel importante para a configuração de espaços segregados, de pobreza e exclusão. A segunda perspectiva entende que o espaço não pode ser visto senão como reflexo da estrutura social.

Sendo assim, segundo Balsa (2008),

(...)de acordo com a formulação de Y. Grafmeyer o espaço é neste caso considerado com uma “superfície de registro perfeitamente neutra”(Ibidem); ele tem, nesta perspectiva, uma função estritamente nominal: é o estudo da estrutura ou das características sociais dos habitantes que vai servir para informar o espaço. Em última análise, considera-se que o espaço só existe através das representações dos indivíduos, os quais são considerados capazes de orientar a forma como se realiza a própria apropriação do espaço. Uma posição inversa faz depender a estrutura social e as características dos indivíduos da morfologia do espaço e, no limite, das suas coordenadas físicas e geográficas. (BALSA, 2008, p.7)

Adicionalmente, aportes teóricos sobre desigualdades espaciais apontam que, mantendo constante todas as variáveis, idade, sexo, cor, formação, experiência profissional, indivíduos nascidos em regiões ou países ricos apresentam maiores possibilidades de auferirem rendimentos mais elevados do que em regiões/países pobres (Azzoni, 2000). O`Sullivan (1996); Lago (2000) em seus estudos de Economia Urbana mostra que a heterogeneidade social constitui um elemento importante nas oportunidades aos pobres, pela interação entre as classes, fluxo de informações sobre empregos, entre outros.

Considera-se que na relação entre espaço geográfico e as representações sociais, exista um processo de influências mútuas, onde “não existe qualquer relação automática e unívoca entre uma forma espacial determinada e um efeito social particular, mas que há, entre eles, toda uma gama possível de compatibilidades e de constrangimentos”(REMY; VOYÉ *apud* BALSA, 2008, p.7)

Segundo Rocha, vale notar que ao meio físico frequentemente adverso se juntam condições sanitárias precárias, o baixo nível de escolaridade e possibilidade muito limitadas dos governos locais de operar, de forma eficaz, em favor do desenvolvimento das atividades produtivas e da assistência da população, estando pois, a criação de espaços de pobreza e exclusão social vinculados a tais fatores. Onde a estrutura social modela o espaço, e o espaço vai reproduzindo e intensificando as relações de exclusão social. (ROCHA, 2006, p.180)

1.2 Exclusão Social

As categorias pobreza e exclusão social, não são sinônimas, ambas envolvem processos multifacetados e multidimensionais. A exclusão social não pode ser entendida somente a partir da pobreza (econômica), tal envolve várias outras vertentes. Não se trata, exclusivamente, da privação de recursos econômicos, as pessoas são excluídas socialmente por preferências sexuais, pertença a grupos diferentes, por serem homens ou mulheres, por religião, cor da pele, deficiência física, vícios, etc. Assim, a exclusão social tem como uma de suas faces a pobreza.

A pobreza constitui-se então como uma das vertentes para o estudo e a compreensão da exclusão social. Neste sentido Sen (2000) destaca que:

Por exemplo, as dificuldades que alguns grupos de pessoas enfrentam para “participar da vida da comunidade” podem ser cruciais para qualquer estudo de “exclusão social”. A necessidade de participar da vida de uma comunidade pode induzir demandas por equipamentos modernos (televisores, videocassetes, automóveis etc.) em um país onde essas comodidades são quase universais (diferentemente do que seria necessário em países menos ricos), e isso impõe exigências severas a uma pessoa relativamente pobre em um país rico mesmo quando ela possui um nível de renda muito mais elevado em comparação com o dos habitantes de países menos opulentos. (SEN, 2000, p.112)

Assim entendido, as relações entre pobreza e exclusão social se fazem de formas diversas e estão inseridas num processo multifacetado. Remontando uma breve perspectiva histórica, a exclusão social remonta à antiguidade grega, onde escravos, mulheres e estrangeiros eram excluídos, mas o fenômeno era tido como natural. Somente a partir da crise econômica mundial, que ocorre na idade contemporânea, que se dá evidência à pobreza, é que a exclusão social toma visibilidade e substância.

Para alguns autores, a construção da terminologia exclusão deve-se a René Lenoir que traz em seu livro “Lês Exclus, 1974”, o que poderíamos demarcar como origem do conceito de exclusão. Outros autores atribuem a Secrétan (1959) a glória da sua elaboração, que segundo este, estaria próximo do que hoje se entende por pobreza voluntária, assim, ele mostra que tal processo abrange uma auto-exclusão, que seria conduzida por motivos éticos e religiosos. Ainda alguns outros defendem que a primazia do conceito deve-se a Klanfer (1965) que faz uma associação dos excluídos às pessoas que conseguiram sobreviver à sociedade pré-industrial e a crise do petróleo. (ESTIVILL, 2006, p.105)

Segundo Vêras (2001), o tema da exclusão social não é novo no Brasil, sendo que nossa cultura barroca de fachada, com base na conquista, exclui índios, camponeses no campo e na cidade, migrantes, favelados, encortiçados, sem teto, etc. Desde os tempos coloniais, portanto, do Brasil do Império, ao das Repúblicas – velha, nova e contemporâneas – e agravado durante a ditadura militar, processos sociais excludentes estão presentes no nosso meio social.

Pode-se entender a exclusão como sendo um processo complexo e multifacetado, ou seja, uma configuração de dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas. Sendo assim, exclusão “Não é uma coisa ou um estado é processo que envolve o homem por inteiro e suas relações com os outros.” (SAWAIA, 2001, p. 7).

Hannah Arendt (1990) apresenta alguns pontos em comum com o problema contemporâneo dos excluídos, onde ao analisar os judeus apátridas, produto do nazismo, ela mostra que estes já não pertenciam a nenhum segmento da sociedade, seriam seres humanos desnecessários economicamente e passíveis de serem eliminados. Segundo Arendt, os apátridas já não possuiriam nenhum lugar que lhes fosse peculiar. Os excluídos, segundo tal ponto de vista, seriam aqueles que lançados no esquecimento, já não encontrariam ninguém que se interessasse por eles, nem mesmo para oprimi-los. Estariam fora das comunidades políticas, se tornariam indivíduos sem nenhum direito. Essas pessoas viveriam em situação pior do que a da escravidão, porque “mesmo os escravos ainda pertenciam a algum tipo de comunidade humana: seu trabalho era necessário, usado e explorado, e isso os mantinha dentro do âmbito da humanidade.”(ARENDR, 1990, p.58)

Segundo Oliveira(1997), a problemática da exclusão social não corresponde somente aos países ditos periféricos como o Brasil, vindo a ser na verdade um fenômeno que desde há algum tempo, vem atingindo também os países ricos.

Para ficar só com o exemplo da França, anote-se, por exemplo, que desde os anos 50 e 60 aparecem designações como ‘quarto mundo’, ‘nova pobreza’ (Lamarque, 1995) e, naturalmente, ‘exclusão social’ (Ribeaud, 1976), para se referir a um número não negligenciável de pessoas presas à engrenagem da pobreza, em meio a uma crescente abundância. De modo geral, os excluídos eram vistos como resíduos que o desenvolvimento dos ‘trinta anos gloriosos’ do pós-guerra parecia esquecer. (OLIVEIRA, 1997, p.49)

Nos países ricos, segundo Oliveira (1997), a exclusão social se daria principalmente pelo esgotamento do modelo clássico de integração na sociedade moderna, por meio do pleno emprego, e conseqüentemente, da ampla participação no mercado de consumidores.

A partir da década de 80, a exclusão passa a ser vista como algo estrutural. Nesta perspectiva, o fenômeno do desemprego passa a ser entendido como sendo um dos principais geradores de exclusão, se revelando em grande parte como um “subproduto do próprio desenvolvimento científico-tecnológico, por sua capacidade de liberar mão-de-obra e, no caso dos que conseguem emprego, de precarizar a relação empregatícia na sua forma clássica”, que era a do contrato de trabalho por tempo indeterminado. (OLIVEIRA, 1997, p.49)

Oliveira propõe questionar se verdadeiramente os excluídos existem, se estes não seriam apenas frutos de uma “ilusão de óptica”, onde o senso comum se encarregaria de produzir uma miragem, um algo equivocado. Visivelmente, ou aparentemente, pode-se constatar a sua existência. Os excluídos estariam nos semáforos, nas ruas, nas praças, nas marquises dos edifícios, etc.. “Mas pensando na conotação científica do verbo, uma pergunta é sempre possível: Eles realmente existem (...)?”. (OLIVEIRA, 1997, p.52)

O conceito de exclusão vem se prestando aos mais diversos usos, o que ocasionou certa diluição retórica de sua especificidade. Pode-se chamar de excluídos os segmentos sociais mais diversos, caracterizados por uma posição de desvantagem e identificados a partir de uma “pertinência étnica” (negros e índios), “comportamental” (homossexuais), ou outra qualquer, como é o caso dos deficientes físicos ou de pessoas que cultuam religiões diferentes, por exemplo. Tais segmentos constituem grupos tradicionalmente chamados de “minorias”, designação que, segundo Oliveira, seria mais apropriada do que o termo “exclusão”.

Chamar de excluído todo e qualquer grupo social desfavorecido pode levar a contrasensos, como aplicar um mesmo conceito tanto a moradores de rua quanto a pessoas que, apesar de portadores de deficiência física, gozam de uma situação econômica bastante confortável – como é o caso de um paraplégico empresário, cuja oficina de fabricação de cadeiras de rodas fatura 60 mil dólares por mês (Isto É, 3/7/96). (OLIVEIRA, 1997, p.50)

São percebidas duas formas de exclusão numa perspectiva inovadora, onde primeiro observa-se que o excluído não possui habilidades suficientes para que possam ser absorvidos pelo processo produtivo, tornando-se desnecessários economicamente, produzindo o desemprego estrutural, perdendo lugar para o advento das máquinas. Segundo, percebe-se que o excluído é tido como marginal, sofre um processo de estigmatização e é tido como socialmente ameaçante, “cuja consequência mais dramática seria a sua expulsão da própria órbita da humanidade.” (Idem, p.51)

As concepções dualistas – incluídos e excluídos; dentro e fora – no sistema capitalista se tornam refutadas, uma vez que numa perspectiva marxista, mesmo os excluídos, seriam funcionais para a manutenção do sistema. Seriam necessários tanto para a pertinência de um “exército de reserva”, quanto para uma maior exploração de mão-de-obra.

Sob esse viés que Luciano de Oliveira se põe a questionar a existência dos excluídos. Segundo ele seria contraditório pensar em exclusão, pessoas que estão do lado de fora se elas podem ser encontradas, mesmo que de forma perversa, integradas ao sistema econômico. “Rigorosamente falando, os únicos realmente excluídos seriam aqueles de quem já não se pudesse extrair nenhum centavo de mais-valia.”(OLIVEIRA, 1997, p.54)

1.2.1 Exclusão social: da coletivização à individuação

Até meados da década de 70 do século XX, as discussões que tínhamos relativas às questões sociais eram basicamente acerca das noções de classe social e desigualdade social, que, segundo uma concepção clássica da sociologia, tinha como cerne de discussão as relações de conflito, que por vezes é gerado pela luta entre os vários grupos sociais pela repartição dos benefícios do crescimento. O termo exclusão social surge mais tarde, após a crise dessas formas de representação social.

Os “excluídos” não constituem, propriamente, um grupo homogêneo. São mais precisamente conjuntos de indivíduos separados de seus atributos coletivos, entregues a si próprios, e que acumulam a maioria das desvantagens sociais: pobreza, falta de trabalho, sociabilidade estrita, condições precárias de moradia, grande exposição a todos os riscos de existência, etc. (CASTEL, 2006, p.63)

Pode-se perceber segundo Castel (2006) que o termo exclusão nasce da passagem de uma representação coletiva das questões sociais tal como pobreza, desigualdade, para uma representação individualizada, onde os indivíduos passam a ser responsabilizados pelas

misérias sociais em que vivem e são empurrados para as margens da sociedade. Têm-se a passagem do que ele chama de sociedade industrial, (onde as questões sociais são vistas a partir do coletivo, agrupamentos sociais, sindicatos), para sociedade salarial (onde as questões sociais são vistas a partir do indivíduo, interesses particulares, descoletivização, individuação). Assim, o indivíduo deixa de ser um afiliado dentro de um grupo social, participante de um todo, para ser tornar um desafiado, atomizado, sozinho, entregue a própria sorte.

Positivamente, a individuação, o apelo à responsabilidade pessoal e a tomada de iniciativa podem liberar as coações coletivas que podem ser muito penosas sobre os indivíduos, fazendo com que alguns consigam autonomia, maximizando o seu desempenho. Negativamente, o indivíduo teria dificuldades em enfrentar essas transformações, ficando desorientados, tornando-se inválidos, desafiados. O indivíduo estaria entregue a sua própria sorte. A liberdade que é dada ao ser no processo de individuação serve para culpá-los pelas suas imobilidades, pelos seus fracassos. “Referir-se à exclusão, de fato, é ater-se a uma concepção negativa e abstrata dos fenômenos de dissolução social. O excluído é unicamente qualificado pela falta, pela ausência de inscrição nos círculos habituais de trocas sociais.” (CASTEL, 2006, p.70)

Assim sendo, o conceito de exclusão, que por vez, refere-se a indivíduos, vem sofrendo várias críticas, pelo fato de que ao centralizar a sua atenção sobre o indivíduo “ela impede de ver as dinâmicas coletivas e as relações globais de dominação que sempre estão em ação na nossa sociedade.”(Idem, p.64). O problema da exclusão mostra-se insuficiente, uma vez que o mesmo não abarca em si uma discussão mais estrutural.

O desemprego, a precariedade, a rejeição (o abandono) certamente são vividos por indivíduos que podem sofrê-los no isolamento, mas também são experiências coletivas que exprimem o destino comum de alguns grupos sociais. A maior crítica que se pode fazer ao termo exclusão é, sem dúvida, de ter ocultado esta dimensão coletiva dos fenômenos de dissociação social, focalizando a atenção na infelicidade dos indivíduos que as sofrem. São, no entanto, grupos inteiros que sofrem – como as frações da classe operária que eu evocava e cujas qualificações são tornadas inválidas pelas transformações atuais do capitalismo. Estes grupos têm consciência de que o futuro se constrói sem eles, que eles não têm lugar numa mundialização que exacerba a concorrência à escala planetária sob a lei única da maximização dos lucros. (CASTEL, 2006, p.72)

Assim sendo, a noção de excluído torna-se frágil na medida em que centra sua atenção em indivíduos isolados, fechados em sua própria desgraça, que estariam de certa

forma separados do social pela perda da sua pertença coletiva. Os excluídos, portanto, pertencem a grupos sociais, “ninguém está separado do social, não existe algo fora do social”.

Esses indivíduos não estão por isso completamente desligados do social, por um lado, porque eles são constituídos por um processo social de descoletivização e, por outro lado, porque eles próprios formam novos grupos sociais que partilham um destino comum. (CASTEL, 2006, p.76)

1.3 Perspectivas do Desenvolvimento

O conceito de “desenvolvimento” apresenta-se de forma não muito simples, exigindo para a sua compreensão análises atentas e perspicazes, uma vez que são de múltiplas origens a sua discussão. Apesar de não se ter uma data exata da sua utilização, é consenso que as discussões acerca do conceito de desenvolvimento tiveram como acontecimento precedente a II Guerra Mundial. Antes da Segunda Guerra Mundial, aproximadamente dois séculos, entre as teorias dos economistas clássicos, mesmo não utilizando o termo desenvolvimento, já havia discussões concernentes à temática, podem ser observados assim os trabalhos de Adam Smith, Stuart Mill, e Schumpeter. Este último dá certa relevância sobre a temática do desenvolvimento ao incorporar em seus estudos a importância da inovação tecnológica. (KUGELMAS, 2007, p.1-2)

No final da II Guerra Mundial, com a criação de órgãos tais como: a Organização das Nações Unidas - ONU, Fundo Monetário Internacional - FMI, Banco Mundial e o Banco Internacional de Reconstrução do Desenvolvimento - BIRD, as discussões do desenvolvimento passam a ser levadas para um campo de análise que ultrapassam os limites dos padrões do crescimento econômico por si só.

Pode-se dizer que o conceito de desenvolvimento vem ganhando nos últimos anos, uma notória caracterização de importância e, sobretudo de polêmica entre os mais diversos estudiosos das ciências sociais. Tem sido utilizado para averiguar o progresso, crescimento e bem-estar das sociedades, tornando-se um dos conceitos que em si, carrega uma gama de possibilidades de discussão interdisciplinar, no estabelecimento de convergências ou divergências.

Segundo Veiga (2006), o termo desenvolvimento vem sendo observado segundo três pontos de vista distintos, onde o primeiro consiste em entender o desenvolvimento como

sendo sinônimo de “crescimento econômico”; o segundo consiste em ver o desenvolvimento como “ilusão”; e em terceiro destacam-se as concepções intermediárias, ditas como defensoras do “caminho do meio” .

No início das discussões tinha-se como sinônimo de desenvolvimento o crescimento econômico, mas com o passar do tempo ao verificarem que mesmo com o aumento da economia interna e o aumento da industrialização nos países subdesenvolvidos, os problemas advindos das desigualdades sociais (pobreza, fome, desemprego, analfabetismo, exclusão social, etc.) permaneciam, via-se então a necessidade de estar analisando o desenvolvimento não somente como crescimento econômico, mas também ligado às questões do bem-estar social. E nas últimas décadas, as ciências sociais incorporam de forma “atrasada” (em relação às ciências naturais), em sua discussão, o termo desenvolvimento sustentável, haja vista o aumento da degradação ambiental. (DRUMMOND, 2006)

Para os cientistas da atualidade não cabe mais a discussão do desenvolvimento baseado somente no crescimento do PIB – Produto Interno Bruto tem-se que levar em consideração outros fatores que por vezes vão além do econômico. A qualidade de vida, a educação, a possibilidade de viver sem privações dos recursos que são fundamentais, as oportunidades que são dadas, o direito a um trabalho digno, etc. são colocados como elementos para o entendimento do desenvolvimento. Salienta-se que entre todos aqueles que na atualidade discutem sobre o desenvolvimento, há um consenso no que tange ao fato de ver o crescimento econômico como sendo imprescindível para o alcance do desenvolvimento. Crescer economicamente é fundamental, mas deve-se lembrar que só o crescimento da economia não constitui em si a utilização do conceito desenvolvimento, é necessário como dito acima, avançar tal discussão para além do crescimento econômico. (VEIGA, 2006; SEN, 2000; KUGELMAS, 2007; FURTADO, 2004; KLIKSBERG, 2001).

É perfeitamente possível imaginar casos – e temos vários exemplos históricos – de países que obtiveram crescimento econômico, mas com pouco desenvolvimento, com crescimento econômico muito concentrador e enorme reforço das estruturas vigentes. Mas, seja como for, há aí certamente uma associação de idéias e, pode-se dizer, para resumir uma longuíssima discussão acadêmica, que o crescimento é condição necessária, mas não suficiente, para o desenvolvimento pleno propriamente dito. (KUGELMAS, 2007, p.3)

Nesta perspectiva para analisar o desenvolvimento bastaria medir o avanço de indicadores como o PIB *per capita*. “Ninguém duvida de que o crescimento é um fator muito importante para o desenvolvimento. Mas não se deve esquecer que no crescimento a mudança é quantitativa, enquanto no desenvolvimento ela é qualitativa.” (VEIGA, 2006, p.56).

A segunda forma de se ver o desenvolvimento consiste em vê-lo como “ilusão”, “crença”, “mito”, sendo entendido como uma manipulação ideológica. Assim sendo, veicula-se entre esses que acreditam no mito do desenvolvimento, a impossibilidade de mobilidade ascendente dos países periféricos na “rígida hierarquia da economia capitalista mundial”.

Não é difícil demonstrar que são irrisórias as chances de transposição dos dois “golfos” que separam a pobreza dos periféricos da riqueza modesta dos semiperiféricos, e esta da riqueza oligárquica dos Estados do núcleo orgânico. Ou seja, embora alguma mobilidade seja possível, é altamente improvável que o núcleo orgânico absorva muitos desses países da semiperiferia..(VEIGA, 2006, p.21)

A essência desta tese caracteriza-se por se negar a entender que, “[...] no sentido estrito de acúmulo de riquezas por parte de um número significativo de países [...] significaria em algum momento seu ingresso no núcleo orgânico”. (VEIGA, 2006, p.22). Para estes autores, se realmente o crescimento econômico fosse sinônimo de desenvolvimento a quantidade de países desenvolvidos teria que ser muito maior que na realidade tem sido.

Para Furtado (1974), citado por Veiga (2006), o principal mito em relação ao desenvolvimento diz respeito à premissa de que este possa ser universalizado a todos os países do mesmo modo de que vem sendo focado nos países capitalistas centrais.

Pode-se constatar em meados da década de 70 o reconhecimento, tanto das instituições voltadas para o financiamento do desenvolvimento, bem como do meio acadêmico de que as questões concernentes a pobreza e as desigualdades sociais, não estavam sendo minimizadas, o que era esperado como resultado do crescimento econômico.

Como conseqüência dessas constatações, houve uma clara mudança de ênfase nos núcleos onde são gerados o pensamento e as orientações de política econômica dominantes, deslocando o crescimento econômico à condição de variável instrumental. (ROCHA, 2006, p.9)

Sendo assim, o caminho do meio que recusa as duas primeiras saídas, fica entre a visão míope do crescimento econômico e a impossibilidade dita como ilusão. “Esse caminho do meio é o mais desafiador, pois é bem mais difícil de ser trilhado.”(VEIGA, 2006, p.18).

Segundo Veiga (2006), dentre os que discutem sob a perspectiva do caminho do meio, o indiano Amartya Sen (2000), premio Nobel de Economia em 1998, é o que melhor traz em suas reflexões a definição do que seria o desenvolvimento social.

Sen (2000) coloca que as questões do desenvolvimento devem estar relacionadas diretamente com as liberdades substantivas. "O desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdades que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente." (p.10) Assim sendo, ele também vê a importância do crescimento econômico como sendo um meio para o alcance e a expansão de tais liberdades em meio à sociedade. Para que as pessoas possam viver bem, para que haja o desenvolvimento de fato, é necessário que as liberdades substantivas sejam garantidas, sem privações. A todos devem ser estendidos serviços como educação, saúde, moradia, alimentação, emprego, direitos civis, liberdade de poder participar de forma efetiva da vida social, econômica e política de uma determinada comunidade. Segundo Sen, as liberdades seriam os meios e os fins do desenvolvimento. Nesse sentido, a pobreza constituiria como uma forma de privação das liberdades entre os indivíduos.

O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privações de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência de Estados repressivos.(...) Às vezes a ausência de liberdades substantivas relaciona-se diretamente com a pobreza econômica, que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter uma nutrição satisfatória ou remédios para doenças tratáveis, a oportunidade de vestir-se ou morar de modo apropriado, de ter acesso a água tratada ou saneamento básico. Em outros casos, a privação de liberdades vincula-se estreitamente à carência de serviços públicos e assistência social, como por exemplo a ausência de programas epidemiológicos, de um sistema bem planejado de assistência médica e educação ou de instituições eficazes para a manutenção da paz e da ordem locais. Em outros casos, a violação da liberdade resulta diretamente de uma negação de liberdades políticas e civis por regimes autoritários e de restrições impostas à liberdade de participar da vida social, política e econômica da comunidade. (SEN, 2000, p.18)

O Estado deveria ser mais presente na vida das pessoas visando maximizar os efeitos das liberdades, reduzindo as condições que causam as privações das liberdades. Assim entendido, o Estado deveria ser mais presente no combate às privações tais como desemprego, analfabetismo, fomes coletivas, pobreza. O Estado assumiria a função de provedor dos recursos que seriam indispensáveis para que as pessoas pudessem alcançar as liberdades substantivas.

Os fins e os meios do desenvolvimento exigem que a perspectiva da liberdade seja colocada no centro do palco. Nessa perspectiva, as pessoas têm de ser vistas como ativamente envolvidas – dada a oportunidade – na conformação de seu próprio destino, e não apenas como beneficiárias passivas dos frutos de engenhosos programas de desenvolvimento. O Estado e a sociedade têm papéis amplos no fortalecimento e na proteção das capacidades humanas. São papéis de sustentação, e não de entrega sob encomenda. A perspectiva de que a liberdade é central em relação aos fins e aos meios do desenvolvimento merece toda a nossa atenção. (SEN, 2000, p.71)

O Estado, agindo em conjunto com a sociedade, deve criar condições reais para que cada indivíduo possa agir, deixando de serem apenas seres pacientes para se tornarem protagonistas ativos de suas vidas, visando, assim, buscar o que julga ser importante para que tenha uma vida que valorize.

Sen (2000), além de defender a participação do Estado defende também a atuação do mercado na vida dos cidadãos para que, de fato, haja o desenvolvimento social. Para que a sociedade alcance o desenvolvimento faz-se necessário que as pessoas tenham liberdade de poderem comprar, trocar, vender, realizarem suas transações comerciais (Idem, p.136). O Estado e o mercado poderiam agir juntos para a garantia das liberdades, sem as quais não se chegará ao desenvolvimento.

Kliksberg (2001) defende a idéia de que o estado poderia agir de forma “inteligente” na administração das políticas públicas, a fim de promover o desenvolvimento social. O “Estado inteligente”, segundo ele, seria aquele que conseguisse intervir para a melhoria das condições da população sem gastos extremos, colaborando para que fossem desenvolvidos projetos sociais auto-sustentados.

Kliksberg (2001) e Sen (2000) apostam na capacidade da educação, como sendo um meio de mobilidade social. A partir da educação as pessoas ao tomarem consciência daquilo que são capazes de realizar, de cobrarem políticas públicas, de participarem nas decisões de sua comunidade, principalmente as mulheres, ao acompanhar de perto a educação dos filhos, ao se verem como pessoas dotadas de informação começam a mudar a forma de encarar a realidade, possibilitando assim uma melhoria social.

Segundo Veiga (2006), dentre os que discutem acerca do desenvolvimento, a melhor proposta sintética, surge de Celso Furtado (2004), que tenta ver o desenvolvimento como expansão das necessidades elementares da população.

Disponer de recursos para investir está longe de ser condição suficiente para preparar um melhor futuro para a massa da população. Mas quando o projeto social prioriza a efetiva melhoria das condições de vida dessa população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento. (FURTADO, apud VEIGA 2006, p.81-82)

Segundo Furtado (1981, p.15-16), as discussões relativas ao desenvolvimento, possui pelo menos três dimensões distintas: a primeira refere-se ao incremento da eficácia do sistema social de produção - crescimento econômico -, a segunda pode ser entendida como a da satisfação das necessidades elementares da população - a habitação, a alimentação, o vestuário, etc. -, e a terceira dimensão relaciona-se a consecução de objetivos que almejam grupos dominantes de uma sociedade e que competem na utilização de recursos escassos. Essa última dimensão, segundo Furtado, seria a mais ambígua, uma vez que aquilo a que aspira um grupo social pode parecer simples desperdício de recursos a outros. A terceira dimensão estaria mais ligada a um discurso ideológico.

O aumento da eficácia do sistema de produção – comumente apresentada como indicador principal do desenvolvimento – não é condição suficiente para que sejam melhor satisfeitas as necessidades elementares da população. (FURTADO, 1981, p.17)

Pode-se perceber certa semelhança no pensamento de Furtado (1981) quando se refere às “necessidades elementares”, ao pensamento de Sen (2000), nas formulações das “liberdades substantivas”, uma vez que ambos propõem que, para se chegar ao desenvolvimento faz-se necessário buscar nas questões da qualidade de vida os meios para atingir um ótimo social. As melhorias na qualidade de vida tornam-se o meio e a principal finalidade do desenvolvimento social. Combater a pobreza superando as privações que dela se originam, constitui função primordial para a instauração do desenvolvimento social.

2. Os processos de desigualdade social no entendimento da pobreza e da exclusão social

Pretende-se, neste capítulo, realizar algumas reflexões sobre pobreza e exclusão social sob a óptica das desigualdades sociais. Estar-se-á assim, fazendo alguns apontamentos sobre a relevância de incorporar o gênero e a raça/etnia nas discussões sobre pobreza e desigualdades, uma vez que, no Brasil, as mulheres e negros constituem um grupo caracteristicamente excluído. Neste sentido, se fazem presente, as discussões de Scott (1995), Scavone (1996), Orlandina Oliveira (1997), Abramo (1998), Pochmann (1999), Jaccoud e Beghin (2002), Hoffmann (2002), Telles (2003), Castel (2006), Bedin (2006), e outros. Trataremos também de realizar breves considerações acerca da educação e emprego/desemprego no entendimento das desigualdades. E por fim, traçaremos algumas considerações relativas às políticas adotadas no Brasil para o enfrentamento da pobreza e das desigualdades sociais, tendo como base o MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

2.1 Pobreza e desigualdades sociais no Brasil

O estudo da pobreza seria o estudo de uma das desigualdades sociais (Bedin, 2006; Castel, 2006). O pobre seria aquele que, de forma direta, carrega sobre si o peso dos processos de desigualdade, desde a privação de recursos básicos até mesmo a processos que os remetem à situações preconceituosas e estigmatizantes.

Segundo Castel (2006), as desigualdades sociais que podem ser verificadas em grande parte dos países, como no caso brasileiro, constituem o coração das questões sociais. Precipitadamente poderíamos inferir que o Brasil seja um país pobre, haja vista o grande número de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza e pelo fato de ser um país em desenvolvimento dependente (Cardoso; Faletto, 1975), mas o que nos surpreende e revela-se de certa forma contrário às nossas precipitações é que o “Brasil detém a décima posição entre as maiores economias do planeta.” (BEDIN, 2006, p.232). Sendo assim, pensamos que as questões sociais no Brasil nos revelam uma má distribuição da renda que não atinge níveis de

igualdade suficiente para que haja uma boa repartição do bolo⁶. “Em todo caso, nas duas pontas da escala social, os mais ricos tornam-se ainda mais ricos e os pobres, cada vez mais pobres, e sê-lo-iam ainda mais se políticas específicas não tivessem sido criadas em seu favor.”(CASTEL, 2006, p.68-69)

Segundo Hoffmann (2002), na década de 1980, a economia brasileira passou por uma crise aguda, tendo como conseqüências a estagnação e aceleração inflacionaria, contribuindo para aumentar ainda mais a desigualdade da distribuição de renda no país, cujo pico foi em 1989. Assim, pode-se perceber o impacto de tal crise ao se analisar os coeficientes de Gini⁷ para os anos de 1981 e 1989, sendo de 0,574 e 0,625 respectivamente.(SILVA, 2009, p.37)

De acordo com Pochmann (1999), mesmo com as tentativas de desconcentração de renda incentivadas pelas políticas neoliberais nos anos 1990 observa-se pouco êxito de tais intentos, uma vez que o Brasil prosseguiu como campeão mundial de desigualdades entre ricos e pobres (POCHMANN, 1999 apud SILVA, 2009, p.37)

Segundo dados do manual de capacitação e informação sobre gênero, raça, pobreza e Emprego da OIT (2005), o Brasil seria um dos países que apresenta maiores níveis de desigualdade de renda em todo o mundo. Quando se calcula o número de vezes que a renda média dos 20% mais ricos supera a dos 20% mais pobres para diferentes países, a situação mais desigual é a do Brasil. “No Brasil, os 20% mais ricos têm mais de 30 vezes mais renda do que os 20% mais pobres.” (2005, p.23)

As desigualdades geram uma maior carência econômica, que por vezes aumenta a privação de recursos básicos (moradia, alimentação, educação, etc.) que pode assim gerar a pobreza e conseqüentemente levar o indivíduo à exclusão social. Segundo Schwartzman (2004) haveria no Brasil cerca de 55 milhões - um terço da população Brasileira - vivendo com meio salário mínimo mensal ou menos. Bedin (2006) mostra que no Brasil, os 10% mais ricos da população ganham aproximadamente 47 vezes mais do que os 10% mais pobres.

⁶ Simon Kuznets (1901-1985) em uma conferência proferida ao congresso da associação dos economistas americanos de 1954, procurou mostrar que as evidências disponíveis faziam pensar que a desigualdade de renda tendia a aumentar na fase inicial da industrialização de um país, ocorrendo o inverso em fase posterior, quando esse país estivesse desenvolvido. Foi essa a base científica da famosa parábola do ‘U’ invertido, sobre a relação entre crescimento e distribuição. Primeiro o bolo deveria crescer para que depois houvesse uma melhor repartição. (VEIGA, 2006, p.42-43)

⁷ Trata-se de um índice de desigualdade proposto por Corrado Gini em 1914, frequentemente utilizado para expressar o grau de desigualdade de renda. Conceitualmente, o índice de Gini pode ser associado à chamada curva de Lorenz, que é definida pelo conjunto de pontos que, a partir das rendas ordenadas de forma crescente, relacionam proporção acumulada de pessoas e a apropriação acumulada de renda. Assim, a curva de Lorenz delimita uma área de desigualdade, que teoricamente varia de 0 (caso de perfeita igualdade) a 0,5 (caso de máxima desigualdade).

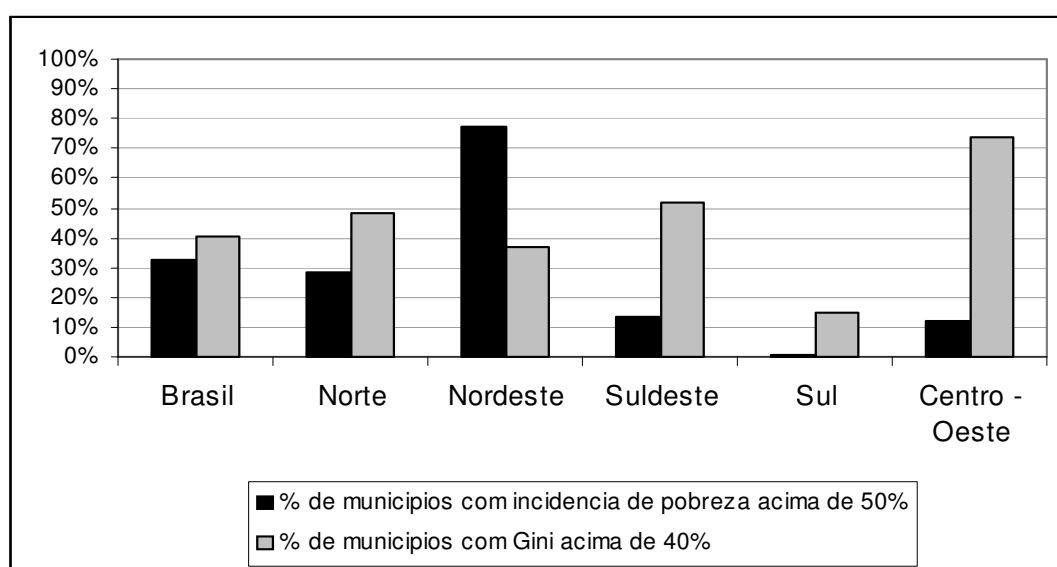
A acumulação de riqueza de um lado, contrasta com a inexistência de posses de outro. A conhecida história de muitos terem pouco e poucos terem muito retrata bem a distribuição dos benefícios propiciados pelo desenvolvimento científico e tecnológico na sociedade moderna. (PELIANO, 1999, p.1)

Vivemos imersos numa sociedade dual, onde os contrastes existentes se manifestam de forma clara, poucos têm muito, e muitos têm pouco.

Percebe-se que existe no Brasil uma desigualdade regional, onde determinadas regiões conseguem patamares melhores de desenvolvimento e crescimento econômico, enquanto outras reproduzem a pobreza e os processos de desigualdade social.

Segundo Mapa de Pobreza e Desigualdade 2003⁸ lançado pelo IBGE no final de 2008, constata-se que 32,6% dos municípios brasileiros possuíam mais da metade de sua população vivendo na pobreza absoluta.

Gráfico 01 - Proporção de municípios com incidência de pobreza acima de 50% e índice de Gini acima de 40% - Brasil e grandes regiões 2003



Fonte: Mapa de Pobreza e Desigualdade 2003

Percebe-se que a região Nordeste se mostra com maior percentual de municípios com incidência de pobreza acima de 50%, e que a região Sul possui o menor número de municípios em tal situação, mas quando se analisa o percentual dos municípios com Gini acima de 40%, pode-se notar o inverso, onde as regiões que possuíam maior percentual de

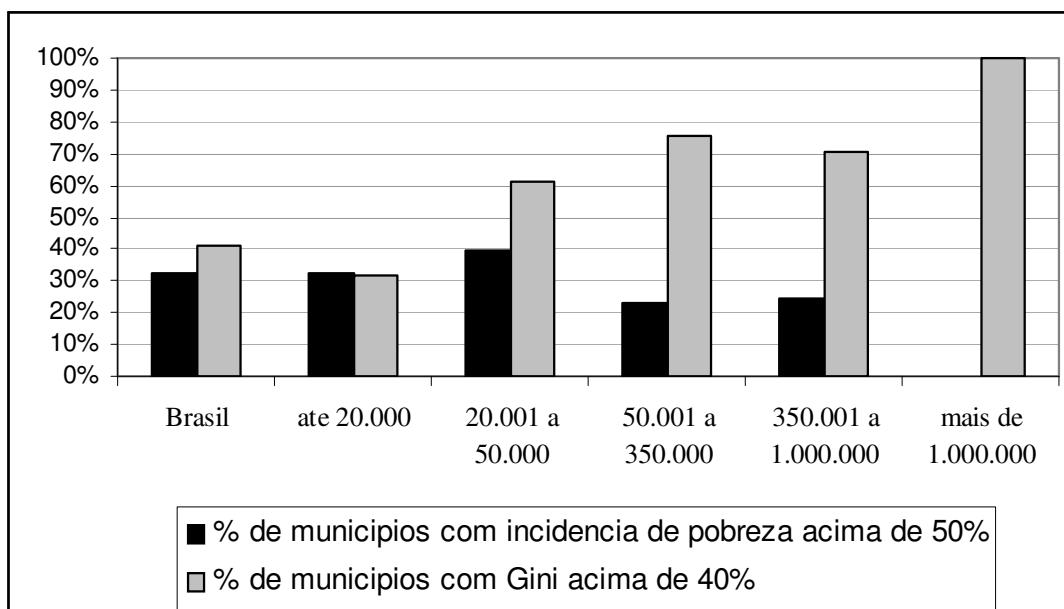
⁸ O mapa foi produzido pelo IBGE em parceria com o Banco Mundial. A partir dos dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003 e do Censo 2000

municípios com incidência de pobreza acima dos 50% são as que possuem menor porcentagem de municípios com Gini acima de 40%. Assim percebe-se que a região Centro Oeste é a que se apresenta com maior desigualdade.

Conforme Rocha (2003a), apesar da concentração em torno das grandes metrópoles (em decorrência do processo de urbanização) a pobreza continua a ter um caráter regional. Dessa forma, permanece de maneira mais acentuada no Nordeste. Isto pode ser atribuído ao tamanho absoluto do contingente populacional envolvido, bem como, à sua importância relativa na população da região, visto que os pobres nordestinos vivem sob condições adversas.

De acordo com o gráfico 2, observa-se que há uma maior concentração de pobreza nos municípios menos populosos, e que a desigualdade é maior nos municípios mais populosos, chegando a uma taxa de 100% de ocorrências para os municípios com mais de 1.000.000 de habitantes que possuem o índice de Gini acima de 40%, e para estes mesmos municípios pode-se constatar um taxa de 0% de ocorrências para incidência de pobreza acima de 50%.

Gráfico 02 – Proporção de municípios com incidência de pobreza acima de 50% e índice de Gini acima de 40%, por tamanho da população – Brasil 2003



Fonte: Mapa de Pobreza e Desigualdade 2003

De acordo com a tabela 01 percebe-se que houve redução considerável na proporção de pobres para o Brasil de 1996 para o ano de 2007, podendo ser notado que a região nordeste apresenta maior concentração da pobreza.

Tabela 01 – Proporção de pobres⁹, por localização do domicílio – Brasil e Grandes Regiões – 1996-2007

Localização	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Brasil	42,1	41,8	42,1	42,7	42,1	41,8	42,7	41,0	38,4	34,0	30,8
Norte	51,7	52,3	53,2	54,2	52,4	53,5	55,2	54,8	52,1	47,4	45,1
Nordeste	68,5	68,1	67,4	67,7	67,0	66,6	67,2	65,4	62,3	56,8	52,6
Sudeste	27,4	27,2	28,3	28,8	29,3	29,2	30,6	28,8	25,8	22,0	19,2
Sul	31,5	32,3	32,0	32,9	29,3	28,4	27,9	25,5	24,2	20,6	17,1
Centro-Oeste	40,7	37,6	38,1	39,7	38,6	37,1	38,4	34,5	32,8	28,2	24,5

Fonte: IBGE/Pnad microdados.

Elaboração: Ipea/Disoc, Unifem e SPM.

Segundo Martini (2009), no final da década de 1990 houve uma série de choques externos combinados com uma política econômica baseada em políticas monetária e fiscal pró-cíclicas, gerando um baixo crescimento econômico, fazendo com que a proporção de pobres viesse a aumentar. Apesar de não se ter a proporção de pobres para o ano de 2000 nota-se que de 1999-2000, com a estabilização externa e o ajuste cambial, houve novamente o crescimento da economia, mas de 2001 a 2003 novos choques externos provocaram a desaceleração da taxa de crescimento do país. Por fim, de 2004 a 2008, uma nova fase de crescimento sustentado permitiu uma nova onda de redução da proporção de pobres no país. (MARTINI, 2009, p.13).

Pode-se, ainda, destacar como promotoras da redução da pobreza a partir de 2004 a maior evidência dada à situação pelas novas políticas adotadas com a Criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, onde se verifica um conjunto de ações concertadas para o combate a pobreza.

Assim vemos também na tabela 02, que a pobreza extrema vem sendo combatida e minimizada a partir do ano 2004, mostrando que estamos avançando com nosso sistema de políticas sociais. De acordo com a tabela 02, verifica-se novamente a maior concentração da

⁹ Foram consideradas pessoas pobres aquelas cuja renda domiciliar per capita é inferior a meio salário mínimo mensal.

pobreza na região nordeste, que mesmo com diminuição gradual da proporção de extrema pobreza nos últimos anos, ainda se encontra com taxas altas de pobreza, sendo esta o dobro da média nacional ao se observar o último ano do período analisado.

Tabela 02 – Proporção de pessoas extremamente pobres¹⁰ – Brasil e Grandes Regiões 1996-2007

Localização	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Brasil	20,8	20,4	20,0	20,4	20,4	19,4	19,6	17,6	15,8	13,2	11,8
Norte	24,0	25,1	26,2	24,8	24,3	24,6	24,2	23,7	21,6	18,2	17,5
Nordeste	41,5	41,2	39,4	39,8	39,4	38,1	38,6	35,1	31,8	27,5	24,4
Sudeste	10,3	10,0	10,2	10,6	11,4	10,5	10,9	9,3	8,0	6,2	5,6
Sul	12,2	12,1	12,5	13,1	11,3	9,8	9,4	8,2	7,4	5,9	5,0
Centro-Oeste	15,9	13,9	13,5	14,9	14,6	13,5	14,2	11,0	10,4	7,8	6,5

Fonte: IBGE/Pnad microdados.

Elaboração: Ipea/Disoc, Unifem e SPM.

Segundo Rocha (2006), o componente regional da pobreza no Brasil se mantém. Quando se consideram indicadores de renda ou quaisquer outros aspectos da condição de vida das pessoas e das famílias, a incidência de pobreza é mais elevada no Norte e Nordeste, e sensivelmente mais baixa nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste. “Isso significa que, apesar das profundas transformações estruturais por que passou o país em 30 anos, as regiões Norte e Nordeste não apresentaram indícios de romper com sua herança de pobreza, e alterar, significativamente, sua posição desfavorável.” (ROCHA, 2006, p.180)

O Brasil é um país marcado por desigualdades: sociais, econômicas, regionais, geracionais, educacionais. Transversalmente a estas, permeando e potencializando os seus mecanismos de exclusão, estão as desigualdades de gênero e de raça. Assim, segundo Pochmann (2008, p.11) “a pregnância do legado cultural escravocrata e patriarcal é, ainda, de tal forma profunda que, persistentemente, homens e mulheres, brancos e negros continuam a ser tratados desigualmente.” Assim sendo, verifica-se que um e outro grupo têm oportunidades desiguais e acesso assimétrico aos serviços públicos, aos postos de trabalho, às instâncias de poder e decisão e às riquezas de nosso país.

¹⁰ Foram consideradas pessoas extremamente pobres aquelas cuja renda domiciliar *per capita* é inferior a um quarto do salário mínimo mensal

Apesar da igualdade formal, presente na letra da lei e de importância inquestionável, é na vivência cotidiana que a ideologia que reforça iniquidades de gênero e raça é mais explicitamente percebida. Imiscuindo-se insidiosamente nas relações sociais, produz discrepâncias que redundam em exclusões. Nos bancos escolares, no interior das empresas, nas cidades, nas famílias, no campo, no interior dos lares, nos hospitais, nas favelas e em cada parte da nossa sociedade, negros são discriminados por sua cor/raça e mulheres, por seu sexo. Investigar e retratar essas desigualdades são passos essenciais para começarmos a enfrentá-las. (POCHMANN, 2008, p.11)

2.1.1 O Gênero no entendimento da pobreza, da exclusão social e das desigualdades sociais

Pode-se dizer que uma das discussões que passou a ganhar grande relevância dentro do entendimento da pobreza, sob o viés das desigualdades sociais, circunscreve-se nas relações e condições diferentes existentes entre homens e mulheres. Assim entendendo, as relações de gênero¹¹ constituem-se em fatores determinantes, em grande parte, para as possibilidades de acesso ao emprego, assim como as condições em que esse se exerce. Desse modo, condicionam também a forma pela qual os indivíduos e as famílias vivenciam a pobreza e conseguem ou não superá-la.

Nesse sentido, consideráveis esforços, vêm sendo articulados para que as necessidades das mulheres sejam consideradas nas estratégias de redução da pobreza e nas políticas de geração de emprego. (Manual de capacitação e informação sobre gênero, raça, pobreza e emprego, OIT, 2005, p.3)

A pobreza afeta homens e mulheres de forma diferente. Existem processos e características comuns a homens e mulheres na situação de pobreza, mas também outros nos quais se pode observar uma clara incidência de determinantes de gênero. As mulheres representam um grupo especial entre os pobres, que se caracteriza por sua alta dedicação a

¹¹ Segundo Scott (1995), os estudos que utilizam o gênero como categoria de análise, desde os anos de 1980, está contribuindo para se entender as relações entre os homens e as mulheres, para além dos sexos macho e fêmea. Foi a partir das teorias e lutas feministas dos anos de 1960 que o assunto das relações de desigualdade entre as mulheres e os homens ganha expansão pelo mundo, numa tentativa de conscientização da sociedade. Segundo Rivera (2003); Scott (1995) e Vianna (2002), nas concepções de gênero, não existe um homem nem uma mulher natural, definidos por instintos ou habilidades geneticamente herdadas de características peculiares de cada sexo. Todos nós, homens ou mulheres, nascemos “neutros”, a sociedade é que se encarrega de nos “formatar” para a execução de determinados “papéis” que por ora são remetidos a limites masculinos e femininos. “Gênero, aqui, é empregado com a preocupação social, histórica e cultural de superar as explicações biologizantes acerca das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos (...)” (VIANNA, 2002, p.90)

atividades não-remuneradas e importantes graus de dependência econômica em relação aos homens.

Uma grande proporção de mulheres pobres, quando conseguem superar as barreiras que encontram para exercer um trabalho remunerado, se concentra em uma reduzida gama de ocupações, principalmente informais e com baixos salários. “Por diversas razões, (...), frequentemente as mulheres apresentam maiores níveis de vulnerabilidade frente à pobreza e experimentam formas de pobreza mais severas que os homens.” (Idem, p.27)

Incorporar a dimensão de gênero à análise da pobreza implica assumir que a posição social da mulher é desigual e que a experiência feminina da pobreza pode ser diferente e mais aguda do que a dos homens, devido às formas de exclusão e discriminação por sexo. (Ibidem, p.28)

As relações entre homens e mulheres, ao longo dos séculos, mantêm caráter excludente. São assimiladas de forma bipolarizada, sendo designada à mulher a condição de inferior que tem sido reproduzida pela maioria dos formadores de opinião e dos que ocupam as esferas do poder na sociedade. “La desigualdad de género es una de las condiciones que reiteradamente se manifiestan al examinar los procesos de exclusión social.” (OLIVEIRA; ARIZA, 1997, p.185)

Segundo Alambert (1983), Platão em *A República*, V livro, desenhava a mulher como sendo uma reencarnação dos homens covardes e injustos. Aristóteles em *A Historia Animalium*, afirmava que a mulher é fêmea em virtude de certas características: “é mais vulnerável à piedade”, chora com mais facilidade, é mais “afeita à inveja”, à injustiça, tem menos pudor e menos ambição, “é menos digna de confiança”. Ainda pode-se refletir sobre as abordagens de Rousseau e Kant, onde o primeiro concebe a mulher como destinada ao casamento e a maternidade; e o segundo considera a mulher como sendo pouco dotada intelectualmente e moralmente fraca, tendo como pontos fortes o encanto e a aparência.

A base da pobreza das mulheres está na divisão sexual do trabalho, uma vez que para elas são estendidos uma menor quantidade de recursos materiais e sociais, assim como uma reduzida possibilidade de inserção nos processos de tomada de decisão em assuntos que afetam a sua vida e o funcionamento da sociedade. O menor acesso a recursos determina uma situação de privação das mulheres em diferentes âmbitos sociais.

Tanto o cuidado da família quanto o trabalho doméstico que, por ora, tendem a ser responsabilidades dirigidas às mulheres, contribuem para a geração de desigualdades de

oportunidades no acesso aos recursos econômicos, sociais, culturais e políticos. Isso é consequência de uma ordem de gênero que inclui não somente o trabalho, como todas as outras dimensões da vida social, e de uma divisão sexual do trabalho. O valor atribuído ao trabalho doméstico e privado se faz representar tanto por uma condição de inferioridade social quanto à uma desvalorização econômica do trabalho das mulheres. Isso não somente significa uma limitação de tempo e de recursos para investir na sua formação e no trabalho remunerado, como também está fortemente relacionado a uma subvalorização econômica e social do seu trabalho e do seu papel na sociedade.

Segundo Oliveira e Ariza (1997, p.194), o caráter excludente da segregação ocupacional entre homens e mulheres dentro do mercado de trabalho está regido sob três perspectivas, sendo: primeiramente a mulher tende a conseguir empregos de menor prestígio social, sem muitas possibilidades de mobilidade e com alto grau de instabilidade; segundo, pode ser observada uma alta disparidade salarial entre homens e mulheres, e por fim, verifica-se que a mulher não possui grande autonomia, não está inserida nos processos de tomada de decisão, sua autonomia é privada e restrita.

Como já dito, as mulheres tendem a ser inseridas em tipos de trabalhos mais precários, pouco valorizados e, além delas trabalharem fora de casa, são delas as funções referentes ao cuidado doméstico. As mulheres tendem a dedicar uma grande quantidade de horas diárias a um trabalho que não é remunerado, mas é imprescindível para a sobrevivência familiar e a reprodução social: cuidar da casa e das crianças, cuidar da saúde dos membros da família e dos idosos. Para amplos setores de mulheres, isso impõe restrições à participação em condições de igualdade no mundo produtivo e público e gera dependência econômica em relação aos homens.

Nesse caso,

Se a persistência da responsabilidade das mulheres pelos cuidados com a casa e a família é um dos fatores determinantes da posição secundária ocupada por elas no mercado de trabalho, a maternidade é, sem dúvida, o que mais interfere no trabalho feminino quando os filhos são pequenos. A responsabilidade pela guarda, cuidado e educação dos filhos na família limita a saída da mulher para o trabalho remunerado, sobretudo se os rendimentos obtidos forem insuficientes para cobrir custos com formas remuneradas de cuidado infantil. (ROCHA, 2000, p.19)

Os fatores relacionados à estrutura e a composição da família também podem ter uma forte incidência na vulnerabilidade das mulheres frente à pobreza, assim como na intensidade e severidade com que a vivenciam. A falta de autonomia para gerar renda torna-as

especialmente vulneráveis, particularmente em determinadas etapas da vida, como, por exemplo, durante a gravidez, a lactância, o período em que os filhos estão pequenos e a velhice.

As mulheres podem cair em uma situação de pobreza, por exemplo, em consequência de uma separação ou viuvez. O processo de nuclearização das famílias, ou seja, a preferência dos filhos por estabelecer seu próprio núcleo familiar – que acompanha os processos de urbanização – tendeu a produzir uma perda dos apoios que a mulher poderia obter em uma família ampliada, aumentando a sua vulnerabilidade em situações como separação ou viuvez. O número e a idade dos filhos, assim como a presença de pessoas idosas na família, podem determinar em grande medida as suas possibilidades de empreender uma atividade remunerada. (Manual de capacitação e informação sobre gênero, raça, pobreza e emprego, OIT, 2005, p.31)

Autores como Sen (2000) e Kliksberg (2001) apostam na mulher como agentes ativas de mudanças sociais, podendo estas, quando conseguem êxito nas relações sociais, colaborar para a redução da pobreza e para o alargamento do desenvolvimento social.

Não mais receptoras passivas de auxílio para melhorar seu bem-estar, as mulheres são vistas cada vez mais, tanto pelos homens como por elas próprias, como agentes ativas de mudanças: promotoras dinâmicas de transformações sociais que podem alterar a vida das mulheres e dos homens. (SEN, 2000, p.221)

No Brasil, as desigualdades sociais se mostram relevantes para a explicação de determinados fenômenos. Ao se falar da pobreza, faz-se recorrente a necessidade de reconhecer que existem fortes determinantes da condição de gênero sobre a sua configuração, portanto, essa dimensão deve ser incorporada nos debates que focalizam a pobreza e a exclusão social, objetivando melhor entendimento dos processos que a envolvem, bem como maiores possibilidades de eficácia nas políticas de sua erradicação. Isso implica incluir entre os objetivos dessas políticas a superação da divisão sexual do trabalho e da desigualdade entre homens e mulheres no acesso aos recursos produtivos e reconhecer e valorizar o trabalho doméstico e familiar realizado pelas mulheres. “Quando se ignoram os determinantes estruturais e intermediários das relações de gênero, as políticas de combate à pobreza tendem a reproduzir as desigualdades vigentes”. (Idem, p.31)

2.1.2 Raça/Cor na compreensão da pobreza, da exclusão social e das desigualdades sociais

Telles (2003) considera que o termo exclusão vem sendo usado em grande escala para referir-se ao status dos negros e pobres na sociedade brasileira. Exclusão social seria então a falta de integração social que, por ora, pode ser observada pela limitação de determinadas pessoas aos recursos ou aos direitos de cidadania.

A exclusão social é tida como particularmente apropriada para descrever a sociedade brasileira porque um terço dos brasileiros vive na pobreza. Embora o Brasil tenha se tornado uma das dez maiores economias do mundo, ainda possui um dos mais iníquos sistemas de distribuição de renda. A exclusão dos negros passou a ser considerada como uma característica da sociedade brasileira, uma vez que os pobres são, em percentuais desproporcionalmente altos, majoritariamente negros. (TELLES, 2003, p.17)

Segundo Martins (2004) haveria uma forte dimensão racial na situação de pobreza no Brasil. A proporção de negros pobres na população brasileira é muito superior à sua proporção na população em geral. Nesta, os negros são cerca de 45% e os brancos, 55%. No entanto, em 2001, 57% da população negra é pobre, enquanto 22% da população branca está nessa mesma situação. Ainda, 29% dos negros vivem em pobreza extrema (indigência), enquanto, entre os brancos, somente 12% estão nessa condição.¹²

Tomando-se as informações para 2007, verifica-se segundo o IPEA, que a proporção dos que se declaram negros ultrapassou os brancos, sendo de 49,8% para os primeiros e 49,4% para os brancos. Mas, ainda se verifica a grande quantidade de negros pobres em relação aos brancos. Assim os dados mostram que 20% da população branca situava-se abaixo da linha de pobreza, enquanto mais do dobro, ou 41,7%, da população negra encontrava-se na mesma situação de vulnerabilidade. No caso de indigência, a situação é tão ou mais grave: enquanto 6,6% dos brancos recebem menos de ¼ de salário mínimo per capita por mês, esse percentual salta para 16,9% para a população negra, isto é, quase três vezes mais. Isso significa 20 milhões a mais de negros pobres do que brancos e 9,5 milhões de indigentes negros a mais do que brancos.¹³

¹² Aqui, a linha para identificação dos pobres é a utilizada pelo IBGE/Pnad microdados elaborado pelo Ipea/Disoc, Unifem e SPM, onde considera-se pobre aquelas cuja renda domiciliar per capita é inferior a meio salário mínimo mensal. E considerados como extremamente pobres - indigentes, aqueles cuja renda domiciliar per capita seja inferior a ¼ do salário mínimo mensal.

¹³ IPEA. Retrato das desigualdades de gênero e raça, 3ª.ed. Brasília, 2008

Segundo Jaccoud (2002) e Beghin (2002), a exclusão dos negros no cenário brasileiro constitui-se como um dos fatores determinantes para a não ascensão destes de uma forma mais solidificada nos mais diversos campos sociais e econômicos da sociedade brasileira. O que é notório, ao contrário do que muitos pensam, haver uma democracia racial, o que se pode verificar, é um mito concernente a tal democracia, uma vez que o que está implícito é uma sociedade que oculta, esconde e legitima o preconceito e a discriminação. O Brasil vem desde o princípio, mostrando-se contraditório as idéias de um país miscigenado, onde distintas raças convivem em comum união e igualdade de direitos.

Nas tabelas 3 e 4 pode-se perceber com clareza tais diferenciações entre brancos e negros com relação à pobreza e renda média. Os dados servem para corroborar ainda mais com a discussão sobre a influência que a raça/cor tem sobre a vida do cidadão brasileiro. As maiores taxas de pobreza estão diretamente vinculadas aos negros, chegando ser mais do que o dobro da encontrada entre os brancos. Já dá para se ter noção das desigualdades existentes no país, em especial, quando trata-se de diferenciações raciais, onde os pobres são predominantemente negros, enquanto que os brancos possuem em sua maior parte, um nível de vida melhor em relação aos negros.

Tabela 03 – Proporção de pobres e extremamente pobres¹⁴ segundo cor/raça – 1996 - 2007

Proporção de Pobres											
	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Total	42,1	41,8	42,1	42,7	42,1	41,8	42,7	41,0	38,4	34,0	30,8
Branco	29,6	28,7	29,4	30,0	29,2	29,5	29,6	28,3	26,1	22,4	19,7
Negro	58,0	57,7	57,6	58,1	57,3	56,0	57,1	54,8	50,9	45,7	41,7

Proporção de Extremamente Pobres											
	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Total	20,8	20,4	20,0	20,4	20,4	19,4	19,6	17,6	15,8	13,2	11,8
Branco	12,4	11,7	11,7	12,1	12,2	11,8	11,5	10,3	9,2	7,5	6,6
Negro	31,3	30,9	30,2	30,4	29,9	28,1	28,5	25,5	22,5	18,9	16,9

Fonte: IBGE/Pnad microdados.

Elaboração: Ipea/Disoc, Unifem e SPM.

¹⁴ Foram consideradas pessoas pobres aquelas cuja renda domiciliar per capita é inferior a meio salário mínimo mensal. E consideradas como extremamente pobres aqueles cuja renda domiciliar per capita é inferior a ¼ do salário mínimo mensal.

Pode-se assim verificar que, mais uma vez, o ano de 2004 constitui-se como marco para a minimização das condições de pobreza no Brasil. Apesar das reduções nos indicadores de pobreza, percebe-se que ainda tem-se muito a avançar. Fato é que os negros sofrem sim processos desiguais dentro do cenário social, político e econômico brasileiro. Os indivíduos se encontram imersos numa sociedade preconceituosa, onde o peso da discriminação cai violentamente naquelas famílias e indivíduos que sofrem não somente uma violação da sua liberdade econômica, mas também de identidade.

Ao que parece, pouco a pouco se resgata o orgulho da negritude, uma vez que verifica-se em 2007 o aumento do número de declarados negros, vindo a superar os declarados brancos, ilustrando assim, uma nova forma de encarar as distinções sociais baseadas na raça/cor no Brasil. As políticas adotadas a favor dos negros estão servindo para ampliar as oportunidades dos mesmos nos mais variados campos da vida social. Ainda tem-se muito a fazer, e espera-se que muitas coisas mudem, mas enquanto isso se processa os negros saem em desvantagem em relação aos brancos.

Nota-se na tabela 04, que no último ano analisado os negros têm renda média muito inferior a dos brancos, recebendo cerca da metade do que os brancos ganham. Recebem abaixo da média geral do país, exemplificando mais uma vez, o porquê da existência de números extremos de pobres negros.

Quando feita análise dentre os negros, em 2007, nota-se que as mulheres negras são as que possuem remuneração menor. Os homens brancos possuem os melhores rendimentos se comparado com as mulheres brancas, mas as mulheres brancas possuem melhores rendas do que os homens negros. O entendimento das situações de gênero e raça/cor no enfrentamento da pobreza é necessário, ao passo que as constatações empíricas apontam para duras realidades encontradas na relação pobreza, negro e mulher.

Ao que parece, ser negro torna-se prerrogativa para também ser pobre e ser negro e mulher, torna-se condição altamente favorável para a inserção do cidadão(ã) nas estatísticas de mensuração da pobreza.

Tabela 04 – Média da renda da ocupação¹⁵ principal segundo cor/raça e sexo da população em reais (R\$) de 1996 - 2007

	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Total	843,7	837,8	831,9	768,6	780,4	759,7	705,4	703,9	732,4	790,9	820,9
Homens	1.009,1	1.007,4	991,5	915,0	920,0	896,6	835,4	830,3	861,8	928,5	961,2
Mulheres	589,4	578,4	589,0	552,7	577,9	566,1	522,5	528,5	554,8	605,1	630,3
Branços	1.095,1	1.100,1	1.090,8	1.005,2	1.009,3	983,7	924,0	913,1	955,7	1.034,5	1.065,6
Homens	1.326,1	1.339,3	1.315,9	1.211,5	1.212,2	1.177,5	1.118,5	1.096,1	1.139,2	1.238,4	1.278,3
Mulheres	753,3	750,9	759,9	714,3	732,8	724,8	666,4	673,9	717,6	778,3	797,1
Negros	506,9	498,5	496,4	465,2	484,5	481,9	443,5	463,2	486,3	526,4	563,0
Homens	599,0	594,2	586,2	551,2	566,0	565,4	514,6	540,2	569,9	611,7	649,0
Mulheres	357,9	343,4	353,5	330,7	356,7	355,1	336,1	348,7	364,2	402,1	436,5

Fonte: IBGE/Pnad microdados.

Elaboração: Ipea/Disoc, Unifem e SPM.

Atrelada à baixa renda, a pobreza atinge aos negros, e mais gravemente as mulheres. Em grande proporção, são encontrados dentro dos negros, pessoas com pouca escolaridade e com alta taxa de desemprego, vindo muitas vezes a executarem serviços braçais e sem carteira assinada.

2.2 Educação na compreensão da pobreza, da exclusão social e das desigualdades sociais

Shwartzman (2004, p.17) em parceria com Reis (2004), ao realizarem um trabalho, feito a pedido do Banco Mundial, acerca da exclusão social no Brasil mostra que a educação constitui-se fator preponderante para tentar minimizar os impactos causados pela discriminação e privação de recursos na sociedade brasileira.

O papel diferenciador e seletivo da educação se acentua pela grande heterogeneidade dos sistemas educacionais no país. Se todos os jovens tivessem acesso ao mesmo tipo de educação, e pudessem chegar à conclusão da educação secundária em igualdade de condições, teríamos uma situação de igualdade de oportunidades, mesmo com um mercado de trabalho restrito. No entanto, a qualidade da educação oferecida pelas escolas públicas, que predominam no nível fundamental e médio, é extremamente variada, sendo que as melhores escolas são

¹⁵ Renda da ocupação principal a preços de setembro de 2007, deflacionada pelo INPC.

as particulares, só acessíveis a famílias de renda média e alta. A má qualidade da educação pública acentua seu papel como mecanismo de inclusão/exclusão social, situação que necessita ser analisada em profundidade.

No que se refere à educação, a população negra também se encontra em desvantagem em relação aos brancos. A educação que se pode encontrar no âmbito estatal, pública, é uma educação que muitas vezes deixa a desejar, tanto pela qualidade do ensino, quanto pela falta de políticas públicas que sejam capazes de igualar as condições entre todos, brancos, negros, ou quaisquer que sejam as etnias, buscando estabelecer o cumprimento da nossa constituição onde reza que todos possuem direito a uma educação pública e de qualidade. Recentemente, ainda se insistia na prioridade de abrir cada vez mais escolas; hoje, a cobertura escolar no primeiro grau¹⁶ já é de quase 100%, e muitos estados começam a confrontar com o problema de salas vazias.

O consenso de que a redução da pobreza e da desigualdade passa necessariamente pela democratização do ensino de qualidade, capaz de instrumentalizar os jovens para o mercado de trabalho, justifica a ênfase na melhoria do nível de escolaridade como objetivo prioritário de política pública. Hoje, quando quase a totalidade das crianças já freqüentam a escola – 95,7% das crianças de 10 a 14 anos (Pnud, 2001), o desafio consiste em fazer com que a escola recupere o seu papel fundamental de mecanismo de mobilidade social, o que depende do provimento de ensino público de qualidade. (ROCHA, 2006, p.185)

O estudo das condições de acesso, permanência e desempenho na escola fornece elementos fundamentais para a análise da magnitude da desigualdade educacional entre as raças. As oportunidades educacionais contribuem de forma decisiva para a melhoria da qualidade de vida das pessoas e dessa forma o avanço no sistema educacional influencia diretamente as chances de integração do indivíduo na sociedade e sua capacidade de mobilidade ou ascensão social. A educação aparece, portanto, como uma variável crucial para transformar significativamente a situação desigual em que se encontram os indivíduos de diferentes raças.

Torna-se importante observar que ter baixo nível de escolaridade não significa necessariamente condenação à pobreza: sabe-se que as pessoas de baixo nível de escolaridade se repartem de forma bastante uniforme ao longo da distribuição de rendimentos. “No

¹⁶ Uma das explicações para tal acontecimento é à queda da taxa de fecundidade, iniciada no país por volta de 1970, além de outras políticas educacionais/sociais adotadas pelo governo.

entanto, entre os pobres predominam indivíduos com baixo nível de escolaridade.” (Barros; Machado & Mendonça, 1997, apud ROCHA, 2006, p.184)

Estudos no campo da economia mostram que dos diversos fatores que afetam a renda - região, idade, sexo, raça, tipo de ocupação, educação, etc – um dos mais importante, é a educação. Em 2001, o rendimento mensal médio de quem tinha educação superior era cerca de 2.200 reais, enquanto que o rendimento médio de quem não tinha educação era dez vezes menor.

Estudos que relacionam anos de estudo ao nível de rendimento dão subsídios indiretos sobre a relação entre pobreza e baixa escolaridade no Brasil. Verificou-se, por exemplo, que cada ano adicional de escolaridade resulta em aumento da renda variando entre 10 e 19%, dependendo do nível de escolaridade alcançado. Esse efeito sobre a renda é bem mais acentuado no Brasil do que em outros países, onde se verifica um aumento médio de 10% para cada ano a mais de escolaridade. (ROCHA, 2006, p.185)

As tabelas 5 e 6 mostram as taxas de analfabetismo para pessoas de 10 anos ou mais e a média de anos de estudo da população por cor/raça e sexo, mostrando também a taxa de escolaridade líquida por nível e modalidade de ensino. Vejamos, pois as tabelas.

Tabela 05 – Taxa de analfabetismo de pessoas de 10 anos ou mais e média de anos de estudo da população por cor/raça e sexo – Brasil 1996 - 2007

	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Taxa de Analfabetismo para pessoas de 10 anos ou mais											
Total	13,8	13,9	12,9	12,3	11,4	10,9	10,6	10,5	10,2	9,6	9,2
Branços	8,7	8,3	7,8	7,7	7,1	6,9	6,5	6,6	6,5	6,0	5,7
Negros	20,4	20,9	19,2	18,1	16,6	15,7	15,3	14,8	14,1	13,2	12,8
Homens	13,9	14,1	13,1	12,5	11,5	11,2	10,8	10,8	10,5	9,9	9,5
Mulheres	13,6	13,7	12,6	12,1	11,2	10,6	10,5	10,2	9,9	9,3	8,9
Média de anos de estudo da população total											
Total	5,0	5,1	5,3	5,4	5,8	5,9	6,1	6,2	6,3	6,5	6,5
Branços	5,8	6,0	6,2	6,3	6,6	6,7	7,0	7,0	7,1	7,3	7,4
Negros	3,9	4,0	4,1	4,3	4,7	5,0	5,1	5,3	5,4	5,6	5,7
Homens	4,8	4,9	5,1	5,3	5,6	5,8	6,0	6,0	6,2	6,3	6,3
Mulheres	5,1	5,2	5,4	5,6	5,9	6,1	6,2	6,3	6,5	6,7	6,7

Fonte: IBGE/Pnad microdados.

Elaboração: Ipea/Disoc, Unifem e SPM.

Tabela 06 - Taxa de escolarização líquida¹⁷ segundo cor/raça e nível/modalidade de ensino – Brasil 1996 - 2007

	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Ensino Fundamental											
Total	86,5	88,5	90,9	92,3	93,1	93,7	93,8	93,8	94,4	94,8	94,6
Branços	90,6	92,1	93,4	94,2	94,7	94,7	95,0	95,1	95,4	95,7	95,2
Negros	82,3	84,9	88,6	90,5	91,6	92,7	92,7	92,8	93,6	94,2	94,1
Ensino Médio											
Total	24,1	26,6	29,9	32,7	36,9	40,0	43,1	44,4	45,3	47,1	48,0
Branços	33,8	38,0	40,7	44,0	49,6	52,4	54,9	56,2	56,6	58,4	58,7
Negros	13,4	14,8	18,6	21,2	24,4	28,2	31,9	33,6	35,6	37,4	39,4
Ensino Superior											
Total	5,8	6,2	6,8	7,4	8,9	9,8	10,6	10,5	11,2	12,6	13,1
Branços	9,2	9,9	10,9	11,7	14,1	15,5	16,6	16,1	17,3	19,2	19,8
Negros	1,8	2,0	2,0	2,5	3,2	3,8	4,4	4,9	5,5	6,3	6,9

Fonte: IBGE/Pnad microdados.

Elaboração: Ipea/Disoc, Unifem e SPM.

Nas tabelas 5 e 6, ao se analisar todos os anos e, em especial o ano de 2007, pode-se constatar de fato a diferenciação existente entre brancos e negros no que se refere a educação. Os brancos possuem uma taxa de analfabetismo menor do que a dos negros, sendo de 5,7% e 12,8% respectivamente; e dentre os homens e as mulheres, verifica-se que os homens tem taxas mais altas de analfabetismo, 9,5% contra 8,9% das mulheres.

Verificamos que quanto à média de anos de estudo, no decorrer de todo o período analisado, tem-se associado aos brancos a maior média de anos de estudo podendo destacar, em 2007, as respectivas médias para brancos e negros: 7,4 anos e 5,7 anos respectivamente.. As mulheres levam vantagem quanto a média de anos de estudo em todo o período analisado pela tabela 5, e em 2007, pode-se verificar que os homens possuíam em média 6,3 anos de estudo, enquanto que as mulheres tinham 6,7 anos de estudo.

Ao analisar a taxa de escolarização líquida percebe-se que, no ensino fundamental, não se pode encontrar entre os brancos e negros, no ano de 2007, grandes desigualdades referentes a tal taxa, uma vez que as mesmas se encontram relativamente próximas, sendo 95,2% e 94,1%, mostrando assim, que os negros avançaram de forma significativa, no

¹⁷ A taxa de escolarização líquida fornece a proporção da população matriculada no nível/modalidade de ensino considerado adequado conforme as seguintes faixas etárias: educação infantil para menores de 6 anos (0 a 3 anos e 4 a 6 anos); ensino fundamental de 7 a 14 anos; ensino médio de 15 a 17 anos e ensino superior de 18 a 24 anos.

decorrer do período analisado, no que diz respeito ao ingresso no ensino fundamental na idade adequada ao nível de ensino.

Já no ensino médio, torna-se altamente visível a diferenciação existente entre os brancos e negros no decorrer dos anos, e em 2007 pode-se observar respectivamente taxas de 58,7% e 39,4% para brancos e negros. A percentagem de escolaridade média alcançada pelos negros em 2007, é inferior a taxa de 40,7 % alcançada pelos brancos há uma década atrás, no ano de 1998. Isso demonstra que os negros têm baixa escolaridade e, que mesmo com os avanços e as políticas adotadas ainda temos um caminho longo para a minimização das desigualdades entre brancos e negros.

Ao se tratar do ensino superior, os contrastes entre brancos e negros ficam ainda mais gritantes, sendo 19,8% e 6,9%. No início do período analisado pela tabela 06, verifica-se que em 1996 tínhamos cerca de 9,2% de brancos matriculados no ensino superior, na idade adequada a esse nível de ensino, enquanto que o mais próximo que os negros conseguiram chegar dos brancos foi em 2007, com 6,9%. Há 14 anos atrás se tinha maior porcentagem de brancos no curso superior do que se observa a três anos atrás para os negros.

Se a educação constitui-se como parâmetro crucial para que a pessoa possua uma maior renda, sendo que para que tenha uma boa educação é necessário que tenha uma renda mais elevada, chegamos então a um problema de causa e efeito. É a falta de educação que gera a baixa renda? Ou a baixa renda que gera a baixa educação? Ou as duas questões são frutos de um processo, em que as diferenciações raciais e de gênero falam mais alto? Pode-se acreditar que, tanto a falta da educação quanto a privação de recursos econômicos devem-se, em grande parte, ao fato das privações de oportunidades que uma maioria da população brasileira sofre desde os seus primórdios, nas quais os que mais sofrem os impactos deste processo seletivo é majoritariamente os negros e mulheres.

O que se percebe, depois do exposto é que as questões referentes a raça/cor e gênero estão intimamente ligadas as noções de pobreza, desigualdades e exclusão, mostrando que os negros e as mulheres no Brasil, ao contrário do que se prega, não possuem as mesmas condições de ascensão social e econômica que um homem branco. A educação constitui-se como forma *sine qua non*, ou seja, indispensável para que tais desigualdades possam no futuro vir a serem minimizadas.

A questão aqui é estrutural. Como proporcionar uma educação de qualidade para todos, brancos e negros, homens e mulheres, numa realidade em que se vive submerso por ideologias ultrapassadas, que ainda postulam a superioridade da “raça branca em relação aos negros”, a “superioridade do homem sobre a mulher” onde o pobre cada vez mais fica

excluído da sociedade. Não adianta falar que somos iguais, que temos direito à educação, saúde, moradia, “a vida”, se concretamente falando, consta-se o contrário.

2.3 Emprego/desemprego na compreensão da pobreza, da exclusão social e das desigualdades sociais

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948 prevê os direitos ao trabalho, ao lazer e ao repouso, à saúde e à instrução, sempre contextualizados para o livre desenvolvimento da personalidade das pessoas. É interessante notar que seu texto coloca o trabalho como um dos meios de proteção social. A leitura dos artigos XXIII e XXV demonstram claramente:

Art. XXIII - 1. Toda pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.

2. Toda pessoa que trabalha tem o direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana, e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social.

Art. XXV - 1. Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, o direito à segurança, em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.

Assim sendo, o trabalho remete o cidadão a um estado de bem estar consigo mesmo, uma vez que o trabalho marca não somente um fator econômico, mas também outras questões concernentes ao caráter, da pessoa. O ser humano, pelo trabalho, realiza a si mesmo e “se torna mais homem”. O trabalho está presente de forma latente dentro da doutrina do Cristianismo: “Quem não trabalha não merece comer”, “O trabalho edifica o homem”.

Paugam (2003) nos mostra que com a perda do emprego, o homem não perde somente seu salário, mas também seu status de trabalhador, a maneira como organiza o tempo e o espaço, a sociabilidade nos cafés, suas relações com os companheiros no fim do dia, bem como a relação familiar.

Mesmo as relações familiares podem ser afetadas, por ser difícil para alguns admitir que não são o que gostariam de ser para as pessoas que os cercam. Ao falarem de suas dificuldades conjugais, os próprios desempregados muitas vezes estabelecem uma relação causal entre a perda do emprego e as tensões que aparecem em casa, as quais levam a uma separação ou a um divórcio. A deslocalização profissional está associada, portanto, a uma desintegração familiar e aprofunda o sentimento de culpa. (p.36 -37)

Vemos que o desemprego constitui-se como uma das conseqüências da reprodução das desigualdades no Brasil. Assim sendo, as mulheres e os negros apresentam os maiores níveis de desemprego, expressos pela taxa de desocupação, sendo as mulheres negras as que se encontram em situação mais difícil. As mulheres apresentam taxa de desocupação de 10,8%, e quando se analisa dentre as mulheres aquelas que são negras, a taxa de desemprego chega a 12,4% em 2007, comparada a 9,4% para as mulheres brancas. Os homens apresentam taxas de desocupação de 6,1%, sendo 6,7% para os homens negros e 5,5% para os homens brancos. A tabela 07¹⁸ expressa esses valores.

Tabela 07 – Taxa de Ocupação e taxa de Desocupação por cor/raça e sexo – Brasil 1996 - 2007

	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Taxa de ocupação¹⁹											
Total	93,1	92,2	91,0	90,4	90,6	90,8	90,3	91,1	90,7	91,6	91,8
Branco	93,5	92,7	91,5	91,1	91,7	91,8	91,2	92,1	91,8	92,5	92,7
Negro	92,5	91,5	90,4	89,4	89,3	89,7	89,3	90,0	89,6	90,6	90,9
Homens	94,3	93,6	92,8	92,1	92,5	92,6	92,2	93,2	92,9	93,6	93,9
Mulheres	91,2	90,0	88,4	87,9	88,1	88,4	87,7	88,3	87,8	89,0	89,2
Taxa de Desocupação²⁰											
Total	6,9	7,8	9,0	9,6	9,4	9,2	9,7	8,9	9,3	8,4	8,2
Branco	6,5	7,3	8,5	8,9	8,3	8,2	8,8	7,9	8,2	7,5	7,3
Negro	7,5	8,5	9,6	10,6	10,7	10,3	10,7	10,0	10,4	9,4	9,1
Homens	5,7	6,4	7,2	7,9	7,5	7,4	7,8	6,8	7,1	6,4	6,1
Mulheres	8,8	10,0	11,6	12,1	11,9	11,6	12,3	11,7	12,2	11,0	10,8

Fonte: IBGE/Pnad microdados.

Elaboração: Ipea/Disoc, Unifem e SPM.

¹⁸ A tabela não traz as informações do cruzamento realizado entre a raça/cor e sexo, Cf. Retrato das desigualdades de gênero e raça produzido pelo IBGE/IPEA, 3ª.ed, 2008.

¹⁹ Corresponde ao quociente entre população empregada e população economicamente ativa.

²⁰ Corresponde ao quociente entre população desempregada e população economicamente ativa.

Quando analisamos o percentual da população ocupada com 16 anos ou mais, por cor/raça e sexo, em relação à posição de ocupação, percebe-se que 34,1% dos trabalhadores brasileiros possuem carteira assinada, e que dentre estes, os homens brancos são maioria, as mulheres possuem menor taxa de ocupação com carteira assinada, e dentre estas, as negras se encontram em pior situação.

Percebe-se ainda que há, de fato, um forte determinante de gênero nos tipos de ocupação, onde se tem apenas 0,8% dos homens ligados ao trabalho doméstico, enquanto que para as mulheres esta taxa é de 16,3%, e quando focamos a mulher negra, percebe-se que tal taxa sobe para 21,4%. As mulheres também apresentam maiores taxas na produção para próprio consumo e trabalho não remunerado, sendo de 13,3% ao passo que os homens apresentam taxas de 5,7% para tal atividade. E mais uma vez, quando focamos a mulher negra, observamos que esta taxa vai para 15,4%. Tais informações podem ser visualizadas na Tabela 08.

Tabela 08 - Distribuição percentual da população ocupada de 16 anos ou mais de idade por cor/raça, segundo sexo e posição na ocupação – Brasil 2007

Posição na ocupação	Total	Homens		Mulheres	
		Branco	Negro	Branca	Negra
Funcionário público e militar	7,0	5,8	4,7	10,7	7,9
Com carteira	34,1	41,2	35,3	33,5	23,3
Sem carteira	17,1	16,3	23,4	13,0	13,8
Conta própria	21,5	24,5	26,1	15,9	17,0
Empregador	3,9	7,1	2,8	3,4	1,2
Empregado doméstico	7,4	0,7	0,9	12,0	21,4
Outros ²¹	9,0	4,6	6,8	11,5	15,4

Fonte: IBGE/Pnad microdados.

Elaboração: Ipea/Disoc, Unifem e SPM.

Segundo Shwartzman (2004), o Brasil não tem índices excepcionalmente altos de desemprego, mas isto tem mais a ver com o conceito estatístico de desemprego do que com a situação de trabalho da população. De fato, o termo "desemprego" se refere à pessoas que estão ativamente procurando trabalho e não o conseguem em um período determinado. Ele exclui, portanto, pessoas que, por diversas razões, não estão procurando trabalho

²¹ Corresponde ao conjunto de trabalhadores na produção para o próprio consumo, trabalhadores na construção para o próprio uso e não remunerados.

(consideradas "inativas") e as que conseguem trabalho precário, ou temporário, enquanto buscam outro.

Diferentes pesquisas medem a situação do desemprego de formas distintas, e apresentam dados de desemprego discrepantes. Em geral, como o seguro desemprego no Brasil é ainda bastante limitado, e não se aplica à pessoas fora do mercado formal de trabalho, as pessoas tratam sempre de conseguir alguma renda, fazendo “bicos”, e, com isto, saem das estatísticas do desemprego. Quando a economia se aquece tem muita gente procurando emprego, e, com isto, aumenta-se tanto a ocupação quanto a desocupação; quando a economia se esfria muita gente desiste de procurar trabalho, e, desta forma, o desemprego pode cair.

As estatísticas de emprego são importantes para medir variações de curto prazo da economia, mas para uma visão mais completa da situação é necessário olhar para o mercado de trabalho em seu conjunto com as diferentes formas de emprego e ocupação. Segundo Shwartzman (2004), no Brasil apenas 24% das pessoas que trabalham têm emprego formal, ou seja, um contrato de trabalho legalmente válido; 54% dos trabalhadores não contribuem para nenhum sistema de previdência social e não têm os benefícios da aposentadoria.

A estratificação do mercado de trabalho está claramente associada à educação: funcionários, militares e empregadores têm, em média, o ensino fundamental completo (oito anos de escolaridade), enquanto que os trabalhadores em carteira vão pouco além do antigo primário (6.3 anos em média). O nicho do funcionalismo público é ocupado, em sua maior parte, por mulheres educadas; mas, no outro extremo, as mulheres que se dedicam ao trabalho doméstico, com ou sem carteira, são as menos educadas. Existe também uma clara associação entre cor e qualidade do emprego: preponderam brancos entre empregadores, funcionários e empregados com carteira, e não-brancos entre trabalhadores domésticos e sem carteira. (SHWARTZMAN, 2004, p.74)

O desemprego causa vários problemas para o desempregado, para a família e para o Estado. Para o cidadão desempregado e sua família o desemprego provoca insegurança, a indignidade, aquela sensação de inutilidade para o mundo social.

Assim sendo, Sen (2000) faz a seguinte observação:

Há provas abundantes de que o desemprego tem efeitos abrangentes além da perda da renda, como dano psicológico, perda de motivação para o trabalho, perda de habilidade e autoconfiança, aumento de doenças e morbidez (e até mesmo das taxas de mortalidade), perturbação das relações familiares e da vida social, intensificação da exclusão social e acentuação de tensões raciais e das assimetrias entre os sexos.(SEN, 2000, p.117)

Percebe-se que as desigualdades sociais referentes às condições de cor/raça e gênero no entendimento da pobreza e da exclusão social se fazem necessária para a tomada de decisões no âmbito das políticas sociais.

2.4 Políticas Sociais no Brasil

O sistema de proteção social do Brasil tem suas origens em meados da década de 30, do século passado e esteve, a priori, ligada ao trabalho, tendo direitos de proteção social somente aqueles que tinham vínculo empregatício. Pode-se perceber pela trajetória histórica, que, além de nunca ter sido possível levar este sistema de proteção social à maioria da população brasileira ocupada, a partir de 1980, houve a expulsão de parte do contingente antes incorporado ao sistema. Desse modo, a inserção das pessoas no mundo da proteção social pela via do trabalho, que até 1980, constituía a regra para pouco mais da metade da população ocupada, passou a ser uma expectativa minimizada para a maioria dos trabalhadores brasileiros.

A constituição federal de 1988 traz em suas bases legais, a ampliação da proteção social, que até então estava vinculada estreitamente à condição do emprego formal. Tal constituição torna-se marco histórico da política social brasileira. “Trata-se de uma mudança qualitativa na concepção de proteção que vigorou no país até então, pois inseriu no marco jurídico da cidadania os princípios da seguridade social e da garantia de direitos mínimos e vitais à reprodução social.”(IPEA²², 2007, p.8)

Assim sendo, pode-se constatar pelo menos três mudanças significativas quanto às políticas de proteção adotadas a partir de 1988. Primeiro, o rompimento com o vínculo empregatício; segundo, houve transformação das ações assistencialistas em políticas de assistência social de ampla capacidade inclusiva; e terceiro, garantia da universalização referente às políticas de saúde e educação básica.

A partir da década de 90, vê-se a necessidade de focalização das políticas sociais, visando o combate direto a pobreza absoluta. Tal perspectiva coloca a atuação do Estado, na contramão dos preceitos universalizantes da constituição de 1988. Neste sentido, segundo Abranches (1994), as políticas de combate à pobreza são seletivas.

²² Relatório de políticas sociais: acompanhamento e análise. 13ª. ed. 2007)

É importante notar, ainda, que a política social deve ter como meta a universalização. É a instrumentalização de direitos assegurados pelo Estado a qualquer cidadão que venha a sofrer os efeitos negativos daquelas contingências por ela contempladas. As políticas de eliminação da pobreza absoluta são seletivas. Discriminam positivamente, definindo como seus beneficiários apenas aquelas pessoas que se encontrem na condição de miséria, geralmente definidas em relação a uma faixa de renda mínima ou à manifestação conjunta, persistente e aguda de uma série de carências básicas. (ABRANCHES, 1994, p.15)

Observa-se assim, a existência dessas duas perspectivas de entendimento das políticas sociais do Brasil. Nas postulações universalistas encontram-se os defensores da necessidade de garantia do mínimo de benefícios sociais a todos, sem distinção, assim como reza na constituição federal de 1988. Nas postulações favoráveis a focalização, tem-se a defesa da idéia de que o estado deve ser mais presente e ajudar aqueles cujas necessidades são maiores, ou seja, dos necessitados os que precisam mais.

No olhar do governo, busca-se um caminho do meio. Detectado a não existência de recursos suficientes para atender a todos ao mesmo tempo, faz-se a opção pela implantação da universalização progressiva, identificando as famílias pobres que necessitam de ajuda para encontrarem o caminho da inserção, sem deixar de prestar a atenção nos demais para que estes não venham a cair na indigência, a fim de que as pessoas percam a dignidade e a esperança de um futuro melhor.

Nestes primeiros anos do séc.XXI, percebe-se que as questões relativas às políticas sociais vêm ganhando força e destaque no cenário político e econômico, dentro e fora do país. O enfrentamento da pobreza e das desigualdades, a partir de uma série de programas e ações lançadas no governo Lula, em especial com a criação do MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, vem corroborar para uma nova forma de entender o quadro de proteção social vigente no país.

No passado, não se investiu o suficiente para garantir uma política de inclusão no Brasil. Isso levou o país a uma dívida elevada e por isso os primeiros resultados, ainda que significativos, parecem menores em comparações com outros países. O investimento aqui aplicado ainda é para incluir milhões de brasileiros nos direitos mais elementares da cidadania e da dignidade humana, como o direito à alimentação.

Nossa dívida social é muito grande e pesada e apenas começamos a resgatá-la enquanto os países europeus estão com pelo menos um século de dianteira nessa missão. Para ter uma dimensão, entre 2003 e 2006, conseguimos fazer com que, no

Brasil, cerca de 14 milhões de pessoas deixassem de viver na extrema pobreza.(ANANIAS, 2008, p.1)²³

Percebe-se assim, que as políticas sociais podem ter como prioridade a correção das mazelas decorrentes da histórica dívida social do Brasil, visando promover o resgate das situações que atentam contra a dignidade humana, em caráter emergencial. Contudo, podem ser criadas bases para o fortalecimento do Estado de Bem Estar Social, a fim de gerar melhorias na qualidade de vida dos cidadãos.

Segundo Abranches (1994), a política social, vista como ação pública, corresponde a um sistema de transferência unilateral de recursos e valores, com modalidades variadas. “A unilateralidade baseia-se no fato de o processo social determinar inúmeras situações de dependência que devem ser corrigidas, legitimamente, através da ação estatal.” (p.13).

Têm-se muitas críticas quanto às políticas sociais de transferência condicionada de renda, a exemplo o Bolsa Família²⁴, quanto a promoção do ócio e da preguiça entre aqueles que recebem o benefício. Discursos favoráveis a tais políticas advogam que ao contrário do que muitos pensam, tais transferências constituem como fortes instrumentos para o combate da pobreza, ajudando muitas pessoas a saírem da inércia promovida pela situação de maior precariedade anteriormente vivida.

Um dos aspectos que está se evidenciando é a elevada capacidade que as políticas sociais têm de estimular e desenvolver as potencialidades das pessoas, famílias e comunidades atendidas. Segundo um estudo feito pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2006, o índice de ocupação entre beneficiários do Bolsa Família é de 77% contra 74% dos não beneficiários.(COELHO; ANANIAS, 2009, p.1)²⁵

²³ Artigo do Ministro Patrus Ananias. O que temos a falar; o que temos a aprender. Publicado no Jornal do Brasil em 25 de maio de 2008.

²⁴ O programa Bolsa Família foi criado em outubro de 2003 e unificou os programas que eram vigentes até esse período: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Cartão Alimentação. O Programa Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades (frequência escolar, cartão vacinação completo das crianças e acompanhamento pré-natal das gestantes) que beneficia famílias pobres com renda mensal por pessoa de R\$ 70,01 a R\$ 140,00 e extremamente pobres com renda mensal por pessoa de até R\$ 70,00. Conforme o MDS, o Programa Bolsa Família articula três dimensões fundamentais no que tange à superação da fome e da pobreza: i) promove o alívio imediato da pobreza a partir da transferência direta da renda; ii) reforça o exercício de direitos sociais básicos na área de saúde e educação por meio das condicionalidades, o que concorre para o rompimento da pobreza geracional e, iii) coordenação de programas complementares (como programa de geração de trabalho e renda, alfabetização de adultos), de forma que os beneficiários do Bolsa Família possam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza. (Sitio do MDS: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>)

²⁵ Coelho, Maria Fernanda Ramos; Ananias, Patrus. Políticas sociais ajudam na inclusão econômica. Artigo publicado no jornal Valor Econômico em 27 de outubro de 2009.

De acordo com Ananias (2008), pesquisas vêm demonstrando resultados satisfatórios no campo das políticas sociais, fazendo com que a economia cresça de modo consistente e incorporando os mais pobres ao mercado. Como resultado da geração de empregos, da recuperação do poder de compra do salário mínimo e dos programas de transferência de renda o número de pessoas em situação de pobreza e o grau de desigualdade na distribuição de renda no Brasil têm diminuído a cada ano, desde 2003.²⁶

As políticas sociais, pelas evidências já encontradas, traz significativas melhorias na economia do país, uma vez que, tais políticas incorporam novas pessoas ao mercado interno, formando cidadãos que dinamizam a economia. “Existem diversas evidências de que o investimento no atendimento às necessidades humanas básicas melhora a produtividade e o crescimento econômico, ampliando o retorno dos investimentos.”(COELHO; ANANIAS, 2009, p.1)

Resumidamente, segundo Shwartzman (2004), seria possível pensar para o Brasil, três grandes tipos, ou gerações de políticas sociais. Nota-se no primeiro tipo as políticas de ampliação e extensão dos benefícios e direitos sociais que se iniciam na década de 30, culminando com a Constituição de 1988. Já as de segundo tipo, ou segunda geração, procuram racionalizar e redistribuir os recursos gastos na área social. Tal preocupação pode ser notada no Governo Fernando Henrique Cardoso, continuando com o governo de Luís Ignácio da Silva. Elas respondem a uma dupla motivação: a de colocar os gastos sociais em situação de equilíbrio financeiro e a de corrigir os aspectos mais regressivos dos gastos sociais, que beneficiam as classes médias e altas em detrimento das mais pobres. E por fim, as reformas de terceira geração²⁷ seriam aquelas que buscam alterar não somente a

²⁶ Ananias, Patrus. Políticas sociais como pilar fundamental para o desenvolvimento de uma nação, 2008.

²⁷ Várias propostas deste tipo foram reunidas no documento sobre a “agenda perdida” brasileira, subscrita por um conjunto de economistas de várias tendências durante a campanha eleitoral de 2002, e retomadas pelo Governo Lula em 2003, através de documento publicado pelo Ministério da Fazenda. As propostas incluem agir diretamente sobre a desigualdade, pela distribuição direta de recursos à população mais pobre, na expectativa de que, além de suprir carências imediatas, isto possa ter efeitos de reativação do mercado interno; políticas estruturais, dando acesso das populações mais pobres a ativos como o micro-crédito, a regularização da propriedade imobiliária a posse da terra; enfatizar transferências diretas de recursos do governo aos cidadãos, através de tecnologias como cartões magnéticos, evitando a intermediação de políticos e das burocracias públicas, e evitando também a necessidade de controle de preços dos artigos de primeira necessidade como combustíveis, remédios, etc; políticas que aumentem a capacidade produtiva dos mais pobres, através do apoio à produção popular, garantindo melhores condições de comercialização dos produtos e maior acesso a mercados como o de crédito; utilização do setor privado para a provisão dos serviços, partindo do princípio de que “o papel da sociedade de subsidiar o acesso dos que não possuem recursos a serviços sociais básicos não significa que o Estado seja obrigatoriamente o único produtor desses serviços”; descentralização da política social, estimulando a participação local como forma de aumentar tanto a eficiência quanto a flexibilidade no desenho das políticas

distribuição dos gastos sociais, mas também a qualidade dos serviços prestados, assim como do marco institucional e legal dentro do qual as atividades econômicas e a vida social possam se desenvolver.

Para Shwartzman (2004), torna-se ilusório pensar que haveria solução em curto prazo para os problemas da pobreza no Brasil. Segundo ele, para que a pobreza seja vencida no país, primeiro faz-se necessário que os políticos tenham compromisso com a igualdade social e os direitos humanos, visando realizar uma política econômica adequada na tentativa de gerar recursos que sejam capazes de minimizar o peso da dependência econômica, adotando também políticas específicas nas mais diversas áreas, tais como educação, saúde, trabalho, combate a discriminação social, proteção a infância, dentre outros.

No Brasil, onde a desigualdade exerce forte presença, resta numa visão otimista, esperar que ocorra de fato uma transformação estrutural que seja capaz de oferecer a todos, o direito a igualdade, e a justiça. Sabe-se que isso não acontecerá da noite para o dia, e que mesmo com os avanços alcançados, o caminho a ser percorrido é longo.

sociais, combinada com política efetiva de monitoramento do uso adequado dos recursos; e a unificação do orçamento social da União e coordenação das políticas sociais com estados e municípios. As propostas de reforma de terceira geração incluem ainda uma nova política para a área de segurança pública, com temas como a unificação das políticas civil e militar, a criação de uma polícia judiciária, e a aproximação entre os órgãos de segurança e as comunidades de baixa renda; e a reforma do judiciário, com propostas para tornar a justiça mais acessível e mais eficiente, através de medidas como a introdução da "súmula vinculada", para fortalecer a autoridade das cortes superiores e o controle da indústria de recursos e liminares, e formas adequadas de controle externo do poder judiciário. (SCHWARTZMAN, 2004)

3 Desenvolvimento social, pobreza e exclusão nos bairros Cachoeirinha e Jardim Aeroporto

Neste capítulo é feita uma caracterização geral da cidade de Bocaiuva-MG a partir de informações do IBGE e do Atlas de Desenvolvimento Humano para os anos de 1991 e 2000, de modo a situar o território de localização dos dois bairros em análise, em seus aspectos históricos, demográficos, socioeconômicos e sócio-espaciais. Aspectos estes relevantes no entendimento dos processos de produção e reprodução das situações de pobreza e exclusão social. Após a apresentação do contexto geral do município, busca-se analisar as condições sociais internas da cidade a partir da unidade de análise “bairro”. Com auxílio de mapas temáticos, busca-se traçar um perfil socioeconômico de modo a agrupar e comparar as diversas unidades territoriais pelas variáveis: habitantes por residência, renda média *per capita*, área construída, pavimentação e ocorrências policiais, de modo a situar os dois bairros em tela, e expor os dados coletados na pesquisa de campo.

3.1 O Município de Bocaiuva

O município de Bocaiuva localiza-se na região Norte do Estado de Minas Gerais, a 369 km da capital mineira. Distante 42 km de Montes Claros, o centro comercial mais próximo, possui uma área total de 3.232 km² e uma população, estimada em 46.623 habitantes para o ano de 2009, tendo uma densidade demográfica de 14,4 habitantes por km², segundo IBGE. É banhado pelos rios Jequitinhonha e Guavinipan e tem como principal bacia a do rio Jequitinhonha/São Francisco.

Pouco a pouco Bocaiuva foi tornando-se um município de destaque na região. É a porta de entrada do Norte de Minas Gerais e polarizador dos pequenos municípios que o circundam. Dentro de uma escala que varia de 20.000 a 50.000 habitantes, o município é considerado como de pequeno porte II, e é o de maior destaque da microrregião a qual pertence, onde estão inseridos o município de Engenheiro Navarro, Guaraciama, Olhos d'Água e Francisco Dumont.

Figura 01 – Foto aérea da cidade de Bocaiuva em janeiro de 2010



Fonte: ASCOM – Assessoria de Comunicação da prefeitura municipal de Bocaiuva

3.1.1 Aspectos históricos

A ocupação da região norte-mineira data do final do século XVII, através de dois movimentos populacionais: um deles vindo de Pernambuco e Bahia e o outro de São Paulo. Em 1548, quando Tomé de Souza foi escolhido primeiro governador geral do Brasil pela Coroa portuguesa, entre os seus regimentos constava a necessidade de se adentrar nas terras do sertão, enviando exploradores pelo Rio São Francisco.

Segundo Rodrigues (2000), em 1553 parte da Capitania de Porto Seguro, sob o comando de Espinosa-Navarro, a primeira expedição que subiu o rio Jequitinhonha, alcançando o Rio Verde, descendo em direção ao São Francisco. Fato é que sua expedição foi apenas de reconhecimento do local, nada concretizou em termos de povoamento. Por isso a historiografia atribui a bandeira de Matias Cardoso de Almeida a responsabilidade pela ocupação efetiva da região a partir de 1690.

Segundo Vasconcelos (1948), Matias Cardoso, que fazia parte da bandeira de Fernão Dias Leme, saiu de São Paulo por volta de 1690 tendo como intuito a prestação de serviço militar na campanha contra os índios do Ceará e do Rio Grande. Chegando à superfície plana

do Rio Verde, margem do Rio São Francisco onde assentou o arraial de Morrinhos, fixou então a era definitiva da conquista.

Um fato que não se pode esquecer, é que bem antes da chegada dos baianos e paulistas no norte de Minas, já existia a presença de vários grupos indígenas. Portanto, os primeiros habitantes dessa região foram os nativos. O tenente-general Matias Cardoso juntamente com os seus comandados exterminaram, capturaram e venderam milhares de índios previamente condenados a servidão.

Antônio Gonçalves Figueira, outro membro da expedição de Fernão Dias Leme, que era cunhado de Matias Cardoso resolveu se estabelecer inicialmente em Ituaçu, dedicando-se ao cultivo da cana-de-açúcar em regiões incultas do Vale do São Francisco. Em princípios do século XVIII registra-se a criação, por Antônio Gonçalves Figueira, das fazendas Olhos d'água (Bocaiuva), Formigas (Montes Claros) e Jaíba. Para os que discutem a origem do povoamento da região, a este último é dado notório reconhecimento.

A história de formação da região, e principalmente da cidade, conta ainda por volta de 1700, com a chegada da imagem do Senhor do Bonfim, que fez com que vários fiéis viessem morar ao seu redor, por acreditarem ser um local abençoado, por ter sido escolhido pela imagem²⁸. Assim sendo, este fato de cunho religioso, constitui-se também como parte da história da origem do povoamento da cidade.

Primeiramente, Bocaiuva recebe a denominação de Curato de Macaúba, sendo em 2 de abril de 1845, elevada à Freguesia do Senhor do Bonfim, vindo em 12 de março de 1846 ser extinta pelo Partido Liberal e restaurada após a queda do referido partido e ascensão do Partido Conservador em 31 de maio de 1850. Sem registros de datas, sabe-se que a cidade fora também denominada “Senhor do Bonfim de Montes Claros”.

Em 14 de novembro de 1873, a Freguesia é elevada à categoria de vila, agora sob a denominação de Vila do Jequitaí, com sede no Arraial do Senhor do Bonfim, sendo instalada apenas em 28 de setembro de 1887. Nesse processo de criação do município verifica-se que no ano de 1888 houve a transferência do fórum da Vila de Nossa Senhora de Jequitaí, fazendo com que somente neste ano o município fosse efetivamente criado. Em 14 de julho de 1888, o município passa a denominação de Bocaiuva, com o Coronel Manoel Freire Figueiredo Fonseca ocupando a primeira presidência da Câmara.

²⁸ A história da imagem do Senhor do Bonfim resume-se ao fato de que esta estava sendo transportada por escravos, cujo destino era a Bahia, quando eles ao passarem pela cidade, pararam para descansar debaixo de uma gameleira, e ao tentarem erguê-la, novamente, estava tão pesado que não conseguiram, de forma alguma prosseguir a viagem, vindo assim a imagem permanecer no local, onde foi erguido uma capela, na qual vários fiéis faziam suas orações.

No início do século XX Bocaiuva cercou-se por localidades de significativa expressão comercial e econômica, como Diamantina e Montes Claros. Sendo centro de concentração de tropeiros e, em decorrência deste fato, já pela metade deste século, o município foi considerado um pólo microrregional, com funções e atividades econômicas, políticas e sócio-culturais, que abarcavam, inclusive, municípios circunvizinhos menores. Até os dias atuais, Bocaiuva é considerada o pólo mais importante da microrregião, concentrando, em sua sede, grande parte das atividades de outros municípios.

3.1.2 – Aspectos demográficos e socioeconômicos

Antes da década de 70, notava-se a grande concentração da população bocaiuvense na zona rural, cerca de 2/3. Observa-se, no entanto, depois desta década, o início do processo de transferência da população da zona rural para a zona urbana. Na década de 80, percebe-se a equiparação da população urbana e rural. Em fins da década de 80, já era possível ver a grande inversão da população fazendo com que maior parte dos bocaiuvenses residissem na zona urbana.

Tabela 09 – População residente em Bocaiuva – MG de 1970 a 2009

Ano	Urbana	Rural	Total
1970	11.616	23.776	35.392
1980	19.964	20.499	40.463
1991	29.521	17.524	47.045
1996	24.203	16.135	40.338
2000	32.442	10.322	42.764
2009*	34.035	12.588	46.623

Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

* IBGE - Estimativa da população para 2009

Em 1962, os distritos de Engenheiro Navarro e Francisco Dumont foram elevados às categorias de Municípios, desmembraram-se de Bocaiuva, determinando perda demográfica significativa, principalmente na zona rural. Em 1996, os distritos de Guaraciama e Olhos D'Água foram também emancipados.

Bocaiuva, segundo dados da estimativa da população do IBGE para o ano de 2009, tinha cerca de 46.623 habitantes, sendo de 73% na zona urbana e 27% na zona rural, onde 23.426 são homens e 23.197 são mulheres.

Tabela 10 - População total de Bocaiuva, distribuição por sexo e faixa etária -2009

Faixa Etária	Masculino	Feminino	Total
Menor 1	435	415	850
1 a 4	1.790	1.713	3.503
5 a 9	2.253	2.157	4.410
10 a 14	2.199	2.038	4.237
15 a 19	2.270	2.184	4.454
20 a 29	4.370	4.371	8.741
30 a 39	3.213	3.284	6.497
40 a 49	2.904	2.774	5.678
50 a 59	1.933	1.929	3.862
60 a 69	1.166	1.228	2.394
70 a 79	641	767	1.408
80 e +	252	337	589
Total	23.426	23.197	46.623

Fonte: IBGE, Censos e Estimativas para 2009

Em 2009, a população urbana, 34.000 habitantes, vive em cerca de 13.000 residências, distribuídas em cerca de 24 bairros. O município possui 11 povoados e 203 comunidades rurais.

Bocaiuva possui uma taxa de crescimento econômico estimada em 1% ao ano. O PIB – Produto Interno Bruto para o ano de 2007 foi de R\$ 295.330,00 sendo o PIB per capita de R\$ 6.613,00. Ao se analisar, a composição setorial do PIB, tem-se 9% na pecuária, 30% na indústria, 50% nos serviços e 11% nos impostos.

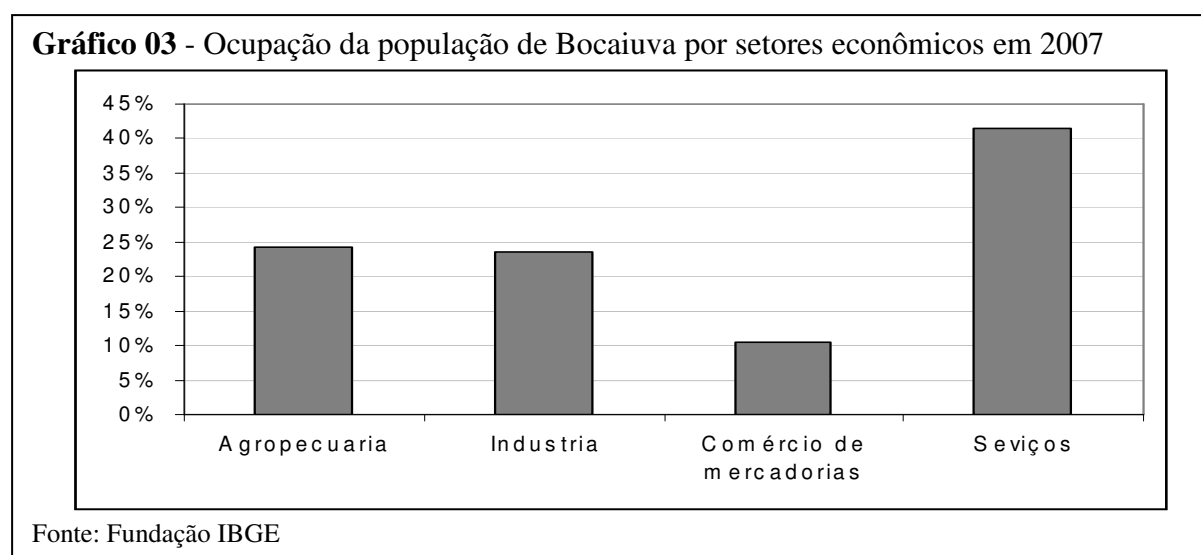
Tabela 11 - Valor Adicionado do PIB por setores em (R\$) para a cidade de Bocaiuva – (2003-2007)

Setores do PIB	2003	2004	2005	2006	2007
Agropecuária	20.299,71	19.123,67	22.715,50	22.392,57	26.690,00
Industria	60.656,11	77.460,40	81.495,17	91.077,13	88.827,00
Impostos	15.609,00	18.359,71	21.845,78	23.875,39	31.848,00
Serviços	93.557,85	106.246,63	120.024,13	140.389,00	147.965,00
Total	190.122,67	221.190,41	246.080,58	277.734,09	295.330,00

Fonte: IBGE

Percebe-se que o setor de serviços é o que mais contribui para o PIB municipal, apresenta crescimentos consideráveis no decorrer do período analisado, tendência essa verificada para a maior parte dos municípios da região e do país. Nota-se que o ano de 2007 foi o ano no qual se verifica maior crescimento dos setores de agropecuária e impostos. Observa-se, ao contrário que foi o período de menor crescimento nos setores de indústria e serviços, sendo registrado decréscimo no valor do PIB adicionado a indústria.²⁹

Segundo o IBGE (2007), o município teria aproximadamente 1.296 empresas cadastradas. Verifica-se quanto à ocupação da população por setores econômicos a seguinte distribuição: (i) agropecuária, extração vegetal e pesca com 3.788 trabalhadores, o que representa 24,32% do total; (ii) indústria com 3.678 trabalhadores, ou 23,61% do total de empregados; (iii) comércio, 1.651 trabalhadores, ou seja, 10,60% do total; (iv) serviços com 6.459 trabalhadores representando 41,47% da população ocupada.



Ao se analisar os indicadores demográficos extraídos do Atlas de Desenvolvimento Humano, para o município, estado e país, nos anos de 1991 e 2000, verifica-se que a esperança de vida ao nascer em Bocaiuva teve crescimento de 6,3 anos, passando de 66,3 anos em 1991, para 72,5 anos em 2000, e tal crescimento foi maior do que o observado para Minas Gerais e para o Brasil.(ver tabela 12). Houve diminuição da taxa de mortalidade

²⁹ Isso tem explicação na crise econômica mundial, a qual teve início a partir de junho de 2007, onde grandes empresas norte americanas já anunciavam quedas consideráveis de lucros. Em Bocaiuva, a empresa de maior porte que se tem é a RIMA Industrial, cuja principal produção está ligada a montagem de peças de veículos automotores. Em outubro de 2007 houve queda de mais de 6% nas vendas no setor automobilístico Brasileiro. (SOUZA, 2008, p.5)

infantil no município no período de 1991-2000, sendo registrado uma queda de 37,6%, uma vez que para o ano de 1991 tinha-se a taxa de 34,4(por mil nascidos vivos) e para o ano de 2000 verificou-se a taxa de 21,5(por mil nascidos vivos). O município também possui menor taxa de mortalidade infantil do que as encontradas no estado e no país. E a taxa de fecundidade total, ou seja, quantidade de filhos por mulher, teve queda considerável, uma vez que para o ano de 1991 tinha-se 4,9 filhos por mulher enquanto que para o ano de 2000, pode-se observar a taxa de 2,3 filhos por mulher. Observa-se que para o ano de 1991, Bocaiuva possuía taxa de fecundidade bem superior as encontradas no estado e no país sendo estas 2,7 e 2,9, mas para o ano de 2000 vemos que a cidade teve maior queda da referida taxa do que as encontradas em Minas e no Brasil.

Tabela 12- Indicadores Demográficos para Bocaiuva, Minas Gerais e Brasil (1991 – 2000)

	Bocaiuva		Minas Gerais		Brasil	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Esperança de vida ao nascer	66,3	72,5	66,4	70,5	64,7	68,6
Mortalidade até um ano de idade	34,4	21,5	35,4	27,8	44,7	30,6
Taxa de fecundidade total	4,9	2,3	2,7	2,2	2,9	2,4
Probabilidade de sobrevivência até 40 anos	88,0	94,0	87,9	92,4	86,9	90,4
Probabilidade de sobrevivência até 60 anos	73,2	84,0	73,1	80,5	70,9	77,6

Fonte:Elaboração própria a partir dos dados do Atlas de Desenvolvimento Humano 2000

Ao se analisar os indicadores de probabilidade de sobrevivência até 40 e 60 anos, para os anos de 1991 e 2000, percebe-se que novamente Bocaiuva teve melhores resultados do que o encontrado no estado e no país.

Quanto ao IDH – Índice de Desenvolvimento Humano, os dados expressos na tabela seguinte nos mostram que Bocaiuva possui menor IDH do que o estado e do que o país, tanto para o ano de 1991 quanto para 2000, apesar de ter tido maior crescimento de 1991 para 2000, em relação a Minas e o Brasil. Percebe-se que Bocaiuva possui IDH - Longevidade melhor do que o estado e o país, mas quanto ao IDH – Educação e Renda, este se encontra em situação inferior aos mesmos.

Tabela 13 - Indicadores de IDH para Bocaiuva, Minas Gerais e Brasil (1991 – 2000)

	Bocaiuva		Minas Gerais		Brasil	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Índice de Desenvolvimento Humano	0,651	0,736	0,697	0,773	0,696	0,766
Índice de Desenvolvimento Humano - Educação	0,697	0,815	0,751	0,850	0,745	0,849
Índice de Desenvolvimento Humano – longevidade	0,688	0,792	0,689	0,759	0,662	0,727
Índice de Desenvolvimento Humano – renda	0,568	0,602	0,652	0,711	0,681	0,723

Fonte:Elaboração própria a partir dos dados do Atlas de Desenvolvimento Humano 2003

Para o ano de 2000, em comparação com os demais municípios que compõem a região norte de Minas, Bocaiuva apresenta melhor situação quanto ao IDH, ficando atrás apenas de Montes Claros (IDH - 0,783) e Pirapora (IDH - 0,758)

Quanto aos indicadores de renda, mostrados na tabela 14, verifica-se que houve queda tanto do percentual de pessoas abaixo da linha da indigência, quanto do percentual de pessoas abaixo da linha da pobreza, para o município, estado e país no período de 1991 para 2000. Para o ano de 2000, observa-se que o percentual de pessoas abaixo da linha de indigência é menor para o Brasil, e maior para Bocaiuva, e quanto à linha da pobreza, temos a menor taxa observada para Minas Gerais e a maior para Bocaiuva. Todavia, quando se considera a região Norte de Minas como um todo, o município apresenta um dos melhores resultados, ficando atrás apenas de Montes Claros que no ano de 2000 possuía cerca de 34,53% de sua população com renda *per capita* abaixo da linha da pobreza.

Tabela 14 - Indicadores de renda e desigualdade para Bocaiuva, Minas Gerais e Brasil (1991 – 2000)

	Bocaiuva		Minas Gerais		Brasil	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Percentual de pessoas com renda per capita abaixo da linha de indigência	33,5	21,1	19,7	12,6	20,2	16,3
Percentual de pessoas com renda per capita abaixo da linha da pobreza	64,9	47,0	43,3	29,8	40,1	32,8
Percentual de renda proveniente de rendimentos do trabalho	85,4	67,5	83,6	69,7	83,3	69,8
Percentual da renda proveniente de transferências governamentais	10,5	18,7	10,9	16,3	10,3	14,7
Percentual de pessoas com mais de 50% da sua renda provenientes de transferências governamentais	7,7	15,7	7,8	13,9	7,9	13,3
Índice de Gini	0,63	0,56	0,61	0,62	0,63	0,65
Índice L de Theil ³⁰	0,70	0,51	0,70	0,67	0,77	0,76
Percentual da renda apropriada pelos 20% mais ricos da população	67,2	59,8	65,9	65,7	67,1	68,1
Percentual da renda apropriada pelos 80% mais pobres da população	32,8	40,2	34,2	34,3	32,9	31,9

Fonte:Elaboração própria a partir dos dados do Atlas de Desenvolvimento Humano 2003

³⁰ O Índice L de Theil mede a desigualdade na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. É o logaritmo da razão entre as médias aritmética e geométrica das rendas individuais, sendo nulo quando não existir desigualdade de renda entre os indivíduos e tendente ao infinito quando a desigualdade tender ao máximo. Para seu cálculo, excluem-se do universo os indivíduos com renda domiciliar per capita nula.(Atlas de Desenvolvimento Humano, 2003)

O percentual da renda provenientes de rendimentos do trabalho, sofre queda para as três instâncias analisadas, no período de 1991 a 2000. O percentual da renda proveniente de rendimentos do trabalho para Bocaiuva em 1991 era de 85,4%, passando para 67,5% em 2000, registrando assim maior queda do que a ocorrida no estado e no país. Para o município, tínhamos em 1991 cerca de 10,5% da renda proveniente de transferências governamentais, já em 2000 podíamos verificar 18,7%, com a mesma situação, crescimento este maior do que o encontrado em Minas e no Brasil. Ao se analisar o percentual de pessoas com mais de 50% da sua renda provenientes de transferências governamentais, pode-se constatar que para o ano de 1991, a menor taxa estava atribuída a Bocaiuva, 7,7%. Para o ano de 2000, encontra-se o contrário, onde a maior taxa é relacionada ao município, sendo de 15,7, e a menor para o país, sendo de 13,3%.

Quanto aos índices que medem a desigualdade, percebe-se que em relação ao índice de Gini para o ano de 1991, Bocaiuva apresenta valor semelhante ao verificado no país, e Minas Gerais estava em melhor situação relativa, embora com grande concentração de renda. Em 2000, percebe-se que há significativa melhora no índice de Gini municipal, e que há crescimento da desigualdade no estado e no país. Quanto ao Índice L de Theil, percebe-se que para o ano de 1991, havia maior desigualdade no país do que a encontrada no estado e em Bocaiuva. No ano de 2000, há considerável queda do índice L de Theil para Bocaiuva, e uma menor queda para Minas Gerais e para o Brasil demonstrando, assim, que tanto no índice de Gini, quanto no de L de Theil, há maior desigualdade de renda no país do que no estado de Minas Gerais e no município de Bocaiuva.

Tal desigualdade se mostra de forma clara, corroborando mais uma vez para a afirmação de que não vivemos em um país pobre, mas sim desigual. Quando analisamos o percentual da renda apropriada pelos 20% mais ricos da população, segundo dados do Atlas de Desenvolvimento Humano (2003), vemos que em Bocaiuva, como já citado, por ter taxas menores de desigualdade do que a do estado e do país, houve queda considerável de 1991 para 2000, e que tanto para Minas quanto para o Brasil, tal queda foi mais modesta. Em Bocaiuva para o ano de 1991, observava-se que 67,2% da renda era apropriada pelos 20% mais ricos, enquanto que para o estado verifica-se 65,9% e para o Brasil 67,1%. Em 2000, o percentual da renda apropriada pelos 20% mais ricos para Bocaiuva foi de 59,8%, para o estado 65,7% e para o país 68,1%. Já o percentual da renda apropriada pelos 80% mais pobres, teve crescimento salutar para Bocaiuva, enquanto que para o estado teve crescimento insignificante e para o país houve diminuição. Mas mesmo com o crescimento da apropriação de renda pelos 80% mais pobres em 2000 para Bocaiuva, verifica-se ainda uma intensa e

árdua desigualdade, onde 20% dos ricos apropriam de 59,8% da renda e 80% dos pobres apropriam apenas de 40,2% da renda.

Dos indicadores de vulnerabilidade, expostos na tabela 15, destaca-se a redução da percentagem de crianças de 10 a 14 anos que trabalhavam, tendo reduções notáveis e apresentando melhor situação tanto para 1991 quanto para 2000, para a cidade de Bocaiuva. O percentual de mulheres assumindo o papel de chefes de família sem a presença do cônjuge e com filhos menores de 15 anos, teve quedas mais modestas, revelando que em Bocaiuva, no ano de 2000, cerca de 6,8% de mulheres encontram-se em tal situação, sendo a pior percentagem observada em relação a Minas Gerais e Brasil para o mesmo indicador. Ao se analisar o percentual de pessoas que vivem em famílias com razão de dependência maior que 75%, nota-se que Bocaiuva apresenta piores percentagens tanto para 1991 quanto para o ano de 2000.

Tabela 15 – Vulnerabilidade para Bocaiuva, Minas Gerais e Brasil (1991 – 2000)

	Bocaiuva		Minas Gerais		Brasil	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Percentual de crianças de 10 a 14 anos que trabalham	6,3	4,8	9,5	6,5	8,5	6,0
Percentual de mulheres chefes de família sem cônjuge e com filhos menores de 15 anos	7,8	6,8	7,9	5,9	8,0	5,8
Percentual de pessoas que vivem em famílias com razão de dependência maior que 75% ³¹	51,7	46,1	47,1	39,2	48,7	41,1

Fonte:Elaboração própria a partir dos dados do Atlas de Desenvolvimento Humano 2003

Quanto aos indicadores de habitação, pode ser percebido na tabela 16 que houve crescimento para todos os indicadores de acesso a bens e serviços básicos de 1991 para 2000, tanto para Bocaiuva quanto para Minas e Brasil. Mesmo com os devidos avanços percebe-se que em 2000, temos melhores indicadores para o país, e indicadores inferiores para Bocaiuva, mostrando assim que o município apresenta várias carências, e que está em desvantagem em relação aos indicadores para Minas e Brasil.

³¹ Percentual de pessoas que vivem em famílias nas quais a razão entre o número de seus membros com idade de até 14 anos e de 65 anos ou mais e o dos com idade entre 15 e 64 anos é maior que 0,75

Tabela 16 - Indicadores de habitação (acesso a bens, serviços básicos e condição domiciliar) para Bocaiuva, Minas Gerais e Brasil

	Bocaiuva		Minas Gerais		Brasil	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Percentual de pessoas que vivem em domicílios com água encanada	55,8	74,9	77,5	89,5	71,5	80,8
Percentual de pessoas que vivem em domicílios com banheiro e água encanada	47,9	69,8	73,8	87,2	67,2	76,9
Percentual de pessoas que vivem em domicílios urbanos com serviço de coleta de lixo	61,9	88,2	71,2	92,3	77,9	91,2
Percentual de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica	78,5	91,9	85,3	95,6	84,9	93,5
Percentual de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica e TV	51,3	80,7	70,1	88,5	68,9	86,0
Percentual de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica e geladeira	43,1	67,7	62,4	83,6	66,4	81,9
Percentual de pessoas que vivem em domicílios com computador		2,4		9,2		10,3
Percentual de pessoas que vivem em domicílios com telefone	8,8	21,6	17,1	40,3	16,8	37,4
Percentual de pessoas que vivem em domicílios com carro	10,3	21,1	21,0	32,9	22,1	32,3
Percentual de pessoas que vivem em domicílios com densidade acima de 2 pessoas por dormitório	24,8	19,9	17,9	13,1	26,5	21,0
Percentual de pessoas que vivem em domicílios e terrenos próprios e quitados	72,4	74,5	64,5	69,3	63,9	69,8

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Atlas de Desenvolvimento Humano (2003)

Quanto à condição domiciliar, vemos que o município está em melhor situação no que refere ao percentual de pessoas que vivem em domicílios e terrenos próprios e quitados, tanto em 1991 quanto em 2000. A situação quanto à percentagem de pessoas que vivem em domicílios com densidade acima de 2 pessoas por dormitório, aproxima-se da porcentagem encontrada no Brasil, e é pior do que a encontrados em Minas Gerais.

Na tabela 17 nota-se que houve avanços entre 1991 e 2000, no que tange a diminuição da taxa de analfabetismo, e isso vale tanto para o município de Bocaiuva, quanto para o estado de Minas Gerais e para o Brasil. Excetuando-se a percentagem de crianças de 10 a 14 anos e adolescentes de 15 a 17 anos analfabetos, em que o Brasil apresenta maior queda de 1991 para 2000, todas as outras faixas de idade tiveram redução maior para a cidade de Bocaiuva em relação ao estado e país no período de 1991 a 2000.

Tabela 17 - Indicadores de Educação para Bocaiuva, Minas Gerais e Brasil (1991 – 2000)

	Bocaiuva		Minas Gerais		Brasil	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Percentual de crianças de 7 a 14 anos analfabetas	20,7	6,5	18,6	6,6	25,1	12,4
Percentual de crianças de 7 a 14 anos na escola	81,4	96,3	82,8	95,9	79,4	94,5
Percentual de crianças de 7 a 14 anos com mais de um ano de atraso escolar	44,4	17,8	38,8	17,9	40,5	25,3
Percentual de crianças de 10 a 14 anos analfabetas	10,8	2,5	9,1	2,2	16,1	5,9
Percentual de crianças de 10 a 14 anos na escola	82,7	95,7	81,4	95,2	80,2	94,7
Percentual de crianças de 10 a 14 anos com mais de um ano de atraso escolar	64,2	24,9	56,6	25,3	58,2	36,2
Percentual de adolescentes de 15 a 17 anos analfabetos	7,7	1,5	6,9	1,9	11,4	4,0
Percentual de adolescentes de 15 a 17 anos na escola	49,3	81,8	48,0	76,0	55,1	77,7
Percentual de adolescentes de 15 a 17 anos com menos de quatro anos de estudo	36,1	12,4	25,5	9,7	30,3	16,4
Percentual de pessoas de 18 a 24 anos analfabetas	12,7	3,6	7,1	3,3	11,4	5,7
Percentual de pessoas de 18 a 24 anos com menos de quatro anos de estudo	34,9	15,2	21,4	12,6	25,0	16,0
Percentual de pessoas de 25 anos ou mais analfabetas	34,2	24,3	21,9	14,8	22,8	16,0
Percentual de pessoas de 25 anos ou mais com menos de quatro anos de estudo	61,7	46,9	43,3	32,8	42,3	33,0

Fonte:Elaboração própria a partir dos dados do Atlas de Desenvolvimento Humano 2003

Os dados acerca da presença das crianças e adolescentes na escola indicam avanços, onde os melhores indicadores, para as faixas de idade de 7 a 14 anos, 10 a 14 anos e 15 a 17 anos, para 2000, foram de Bocaiuva. O número de pessoas com 18 a 24 anos e acima de 25 anos com menos de quatro anos de estudo, teve considerável redução, embora o município se encontre em pior situação do que a encontrada no estado e no Brasil.

3.1.3 Mapeamento da cidade por condição dos bairros: um olhar sócio-espacial sobre as situações de pobreza

Com a intenção de melhor visualizar a condição sócio-espacial da cidade de Bocaiuva, faz-se uma caracterização da situação encontrada para cada bairro da cidade de acordo com alguns indicadores. A saber, os indicadores utilizados foram: Tipo de classificação do bairro, quantidade de casas, quantidade de habitantes, média de habitantes por casa, renda familiar, renda per capita, área construída média, área construída média por habitantes, presença de pavimentação e ocorrência policial total por habitantes. Vejamos os dados obtidos na tabela 18.

Tabela 18 – Classificação socioeconômica dos bairros de Bocaiuva, dados 2009

BAIRROS	Tipo ³²	casas ³³	Habi- tantes	hab/ casa	renda familiar (R\$)	renda per capita/mês (R\$)	area constr uída (m2) ³⁴	Const/ hab (m2)	(%) Pav imen tacao ³⁵	Ocor rência Polícia total/ hab ³⁶
Alterosa	3	102	259	2,54	651,00	256,38	74,16	29,21	0,00	0,069
Beija Flor	3	421	1.261	3,00	716,82	239,32	50,67	16,92	0,48	0,033
Bonfim	2	1.196	2.906	2,43	806,18	331,79	72,67	29,91	0,89	0,045
Cachoeirinha	3	235	653	2,78	501,23	180,38	30,49	10,97	0,00	0,038
Califórnia	1	258	665	2,58	752,86	292,09	140,85	54,64	0,86	0,047
Cariuna	3	70	178	2,54	513,44	201,91	58,14	22,87	0,43	0,081
Centro	1	1.777	3.965	2,23	1031,77	462,41	101,33	45,42	0,90	0,109
Esplanada	2	570	1.421	2,49	609,35	244,43	74,89	30,04	0,99	0,097
Jardim Aeroporto	1	235	626	2,66	1350,44	506,95	125,46	47,10	0,61	0,050
Jardim América	2	416	1.416	3,40	545,24	160,18	53,08	15,59	1,00	0,016
Jardim Beija Flor	3	113	214	1,89	887,73	468,75	55,26	29,18	0,00	0,111
Maria Rosa	3	195	442	2,27	787,82	347,57	71,29	31,45	0,21	0,078
Monterrey	1	269	737	2,74	718,50	262,25	87,14	31,81	0,78	0,035
Morada Nova	3	265	770	2,91	613,75	211,23	32,64	11,23	0,00	0,027
Nossa S. Aparecida	3	1.065	3.135	2,94	531,80	180,66	47,95	16,29	0,98	0,025
Nossa S. De Fátima	1	405	834	2,06	822,60	399,46	105,10	51,04	1,00	0,036
Novo Horizonte	3	157	583	3,71	581,25	156,53	42,74	11,51	0,43	0,024
Pernambuco	2	2.734	7.150	2,62	666,34	254,79	61,41	23,48	0,96	0,043
Romeu Barcelos	3	165	375	2,27	728,03	320,33	38,79	17,07	0,00	0,031
São Geraldo	3	536	1.583	2,95	552,11	186,94	39,43	13,35	1,00	0,043
Sinval V. Menezes	3	159	483	3,04	762,38	250,97	52,24	17,20	1,00	0,006
Tancredo Neves	3	324	979	3,02	567,99	187,98	38,77	12,83	1,00	0,003
Zumbi	3	670	1901	2,84	802,24	282,75	62,83	22,15	0,67	0,031
Total		12.337	32.536							
Media				2,69	717,43	277,65	65,97	25,71	0,62	0,047
Mínimo		70	178	1,89	501,23	156,53	30,49	10,97	0,00	0,003
Maximo		2.734	7.150	3,71	1350,44	506,95	140,85	54,64	1,00	0,111

Fonte: Elaboração Própria com base em dados disponibilizados pelo setor de epidemiologia e planejamento da prefeitura municipal de Bocaiuva, e pela policia militar para o ano de 2009

A tabela 18 mostra um quadro geral da cidade de Bocaiuva, sendo possível visualizar dentro de cada indicador proposto, qual a situação encontrada para cada bairro. Observa-se

³² Tipo de classificação existente no município junto ao código de Tributos, onde os bairros de Tipo 1, são os que possuem melhores condições de infra-estrutura, e os de Tipo 3 as piores.

³³ Dados coletados através do setor de planejamento e epidemiologia, onde todas as casas da zona urbana foram visitadas tendo como data base o mês de agosto de 2009. Obteve-se com esta pesquisa a quantidade de: casas, habitantes, habitantes por casa, renda familiar e renda per capita.

³⁴ Dados obtidos com base no registro das residências no setor de arrecadação e tributação da prefeitura de Bocaiuva para o ano de 2009

³⁵ Informações levantadas pelo setor de planejamento da prefeitura em dezembro de 2009, onde foram medidas todas as ruas, tendo assim a porcentagem de ruas com pavimentação por bairro.

³⁶ Dados disponibilizados pela policia militar de Bocaiuva, referente aos meses de janeiro a agosto de 2009 constando o numero de ocorrências dividido pelos habitantes do bairro. Foram levados em consideração três tipos de crimes: (i) crime contra patrimônio, (ii) crime contra pessoa e (iii) crimes diversos.

que a cidade possui renda média de aproximadamente R\$ 717,43. Verifica-se que 5 bairros são classificados como do tipo 1, por possuírem melhores condições estruturais, como água tratada, rede de esgoto, pavimentação, energia elétrica, proximidade a instituições de ensino e de saúde. Pode-se também identificar 4 bairros do tipo 2, que tem condições menos favoráveis do que os que se encontram no tipo 1, e 15 do tipo 3 com as piores situações de infra-estrutura encontradas na cidade.

Observa-se que 50% dos bairros possuem renda média inferior a média encontrada na cidade. Dentre os bairros que possuem menor renda familiar, destaca-se o Cachoeirinha, com renda familiar média de R\$ 501,23, e o Cariúna, com renda familiar média de R\$ 513,44. Dos demais bairros que possuem média da renda familiar acima da média da cidade, destaca-se o bairro Jardim Aeroporto e Centro, com rendas familiares médias de R\$ 1.350,44 e R\$ 1.031,77 respectivamente. Nota-se que os dois bairros, com renda familiar inferior a média da cidade, encontram-se classificados como de tipo 3, e os dois com renda familiar superior a média da cidade, são classificados como de tipo 1.

Ao se analisar a renda *per capita*, percebe-se que a média da cidade é de R\$ 277,65 ao mês. Cerca de 62,5% dos bairros possuem moradores com renda *per capita* inferior à média da cidade. Verifica-se que o bairro Cachoeirinha se encontra entre os 3 bairros com menor renda *per capita*, sendo o primeiro o bairro Novo Horizonte, o segundo o bairro Jardim América e o terceiro o bairro Cachoeirinha. O bairro Jardim Aeroporto é o que possui maior renda *per capita*.

Pode-se aqui, fazer inúmeros apontamentos acerca dos indicadores encontrados para cada bairro, mas ver cada indicador separadamente possibilita analisar os bairros por uma única dimensão, limitando a análise do todo, de todas as variáveis. Surge daí a necessidade de se criar um indicador sintético que resuma, num único índice, a condição geral encontrada por bairro.

Na tabela 19 são expostos os valores atribuídos a cada indicador que foi utilizado para a construção do indicador sintético para os bairros analisados. Não se usa todos os indicadores constantes na tabela anterior, apenas cinco deles, sendo: (i) habitantes por residência, (ii) renda per capita, (iii) área construída média por habitantes, (iv) presença de pavimentação e (v) ocorrência policial total por habitantes. A partir destes indicadores, será possível fazer uma boa classificação da cidade.

Tabela 19 – Valores atribuídos aos indicadores que compõem o Indicador Sintético dos bairros de Bocaiuva

BAIRROS						Indicador Sintético ³⁷	Classificação do indicador sintético ³⁸
	(i)	(ii)	(iii)	(iv)	(v)		
Alterosa	0,80	0,20	0,60	0,20	0,40	0,440	5
Beija Flor	0,40	0,40	0,20	0,60	0,80	0,480	5
Bonfim	0,80	0,40	0,60	1,00	0,80	0,720	2
Cachoeirinha	0,60	0,20	0,20	0,20	0,80	0,400	5
Califórnia	0,80	0,40	1,00	1,00	0,80	0,800	1
Cariuna	0,80	0,20	0,40	0,60	0,40	0,480	5
Centro	1,00	0,80	1,00	1,00	0,20	0,800	1
Esplanada	0,80	0,20	0,60	1,00	0,20	0,560	4
Jardim Aeroporto	0,60	1,00	1,00	0,80	0,60	0,800	1
Jardim América	0,20	0,20	0,20	1,00	1,00	0,520	4
Jardim Beija Flor	1,00	0,60	0,60	0,20	0,20	0,520	4
Maria Rosa	1,00	0,40	0,60	0,40	0,40	0,560	4
Monterrey	0,60	0,40	0,60	0,80	0,80	0,640	3
Morada Nova	0,60	0,20	0,20	0,20	0,80	0,400	5
Nossa S. Aparecida	0,60	0,20	0,20	1,00	0,80	0,560	4
Nossa S. De Fátima	1,00	0,40	1,00	1,00	0,80	0,840	1
Novo Horizonte	0,20	0,20	0,20	0,60	1,00	0,440	5
Pernambuco	0,80	0,20	0,40	1,00	0,80	0,640	3
Romeu Barcelos	0,80	0,40	0,20	0,20	0,80	0,480	5
São Geraldo	0,60	0,20	0,20	1,00	0,80	0,560	4
Sinval V. Menezes	0,40	0,40	0,20	1,00	1,00	0,600	3
Tancredo Neves	0,40	0,20	0,20	1,00	1,00	0,560	4
Zumbi	0,60	0,40	0,40	0,80	0,80	0,600	3

Fonte: Elaboração própria

Obs: Quanto mais próximo de 1,00 melhor é a situação do bairro

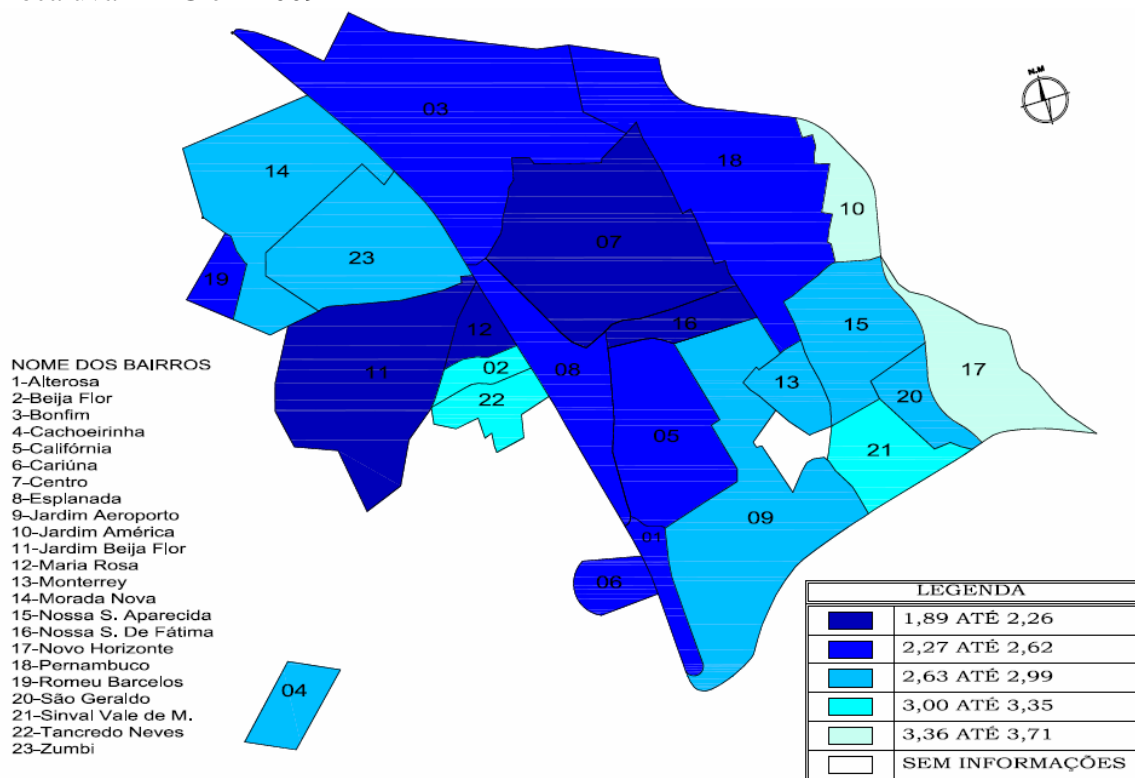
(i) habitante por residência; (ii) renda per capita; (iii) área construída por habitante; (iv) presença de pavimentação; (v) ocorrência policial total por habitante.

Teve-se a preocupação de elaborar o mapeamento da cidade, disponibilizando, para melhor visualização, mapas para cada indicador utilizado, para a confecção do indicador sintético, de modo a ver se existe relação direta entre o espaço geográfico e as condições existentes para cada bairro.

³⁷ Para se calcular este indicador sintético, primeiro foi preciso padronizar os indicadores que foram utilizados. Assim cada indicador, recebeu os seguintes valores (0,20; 0,40; 0,60; 0,80 e 1,00). Foram utilizados 5 indicadores: (i) habitantes por residência, (ii) renda per capita, (iii) área construída por habitantes, (iv) presença de pavimentação e (v) ocorrência policial total por habitantes. Dos indicadores (i) e (v), atribuiu-se o valor 0,20 para a maior quantidade de habitantes por residência e maior número de ocorrência policial total por habitantes, e atribuiu-se o valor 1,00 para a menor quantidade de habitantes por residência e menor número de ocorrência policial total por habitantes; Já para os indicadores ((ii), (iii) e (iv), atribuiu-se o valor 1,00 para os maiores valores encontrados e 0,20 para os menores. Quanto mais próximo de 1 estiver o indicador, melhor será a sua situação. Para finalizar o cálculo do indicador sintético, foi feito a soma dos valores encontrados para cada indicador, e depois tirou-se a média, sendo esta o valor do indicador sintético.

³⁸ O tipo 1 é para os bairros com melhores condições e os de tipo 5 para os bairros com piores situações.

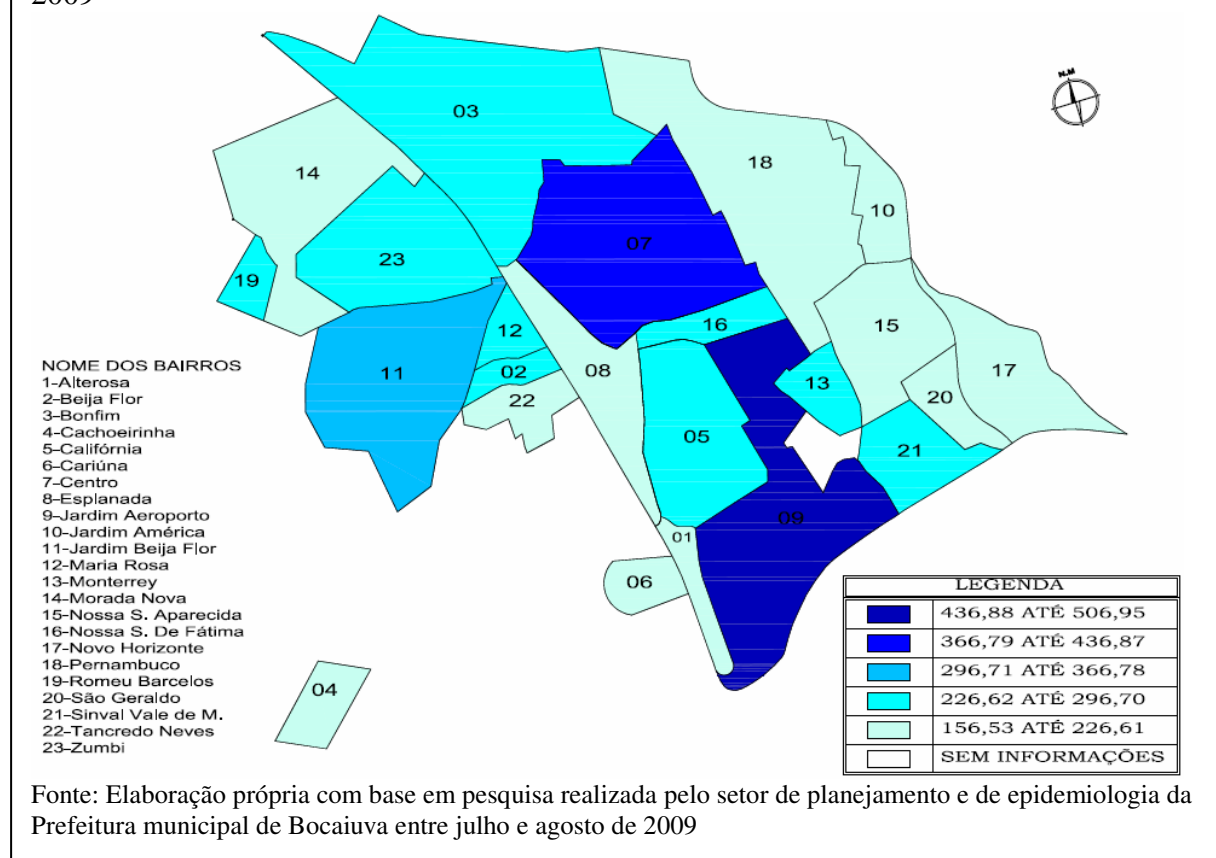
Mapa 01 - Média de Habitantes por residência dos bairros da zona urbana da cidade de Bocaiuva – MG em 2009



Fonte: Elaboração própria

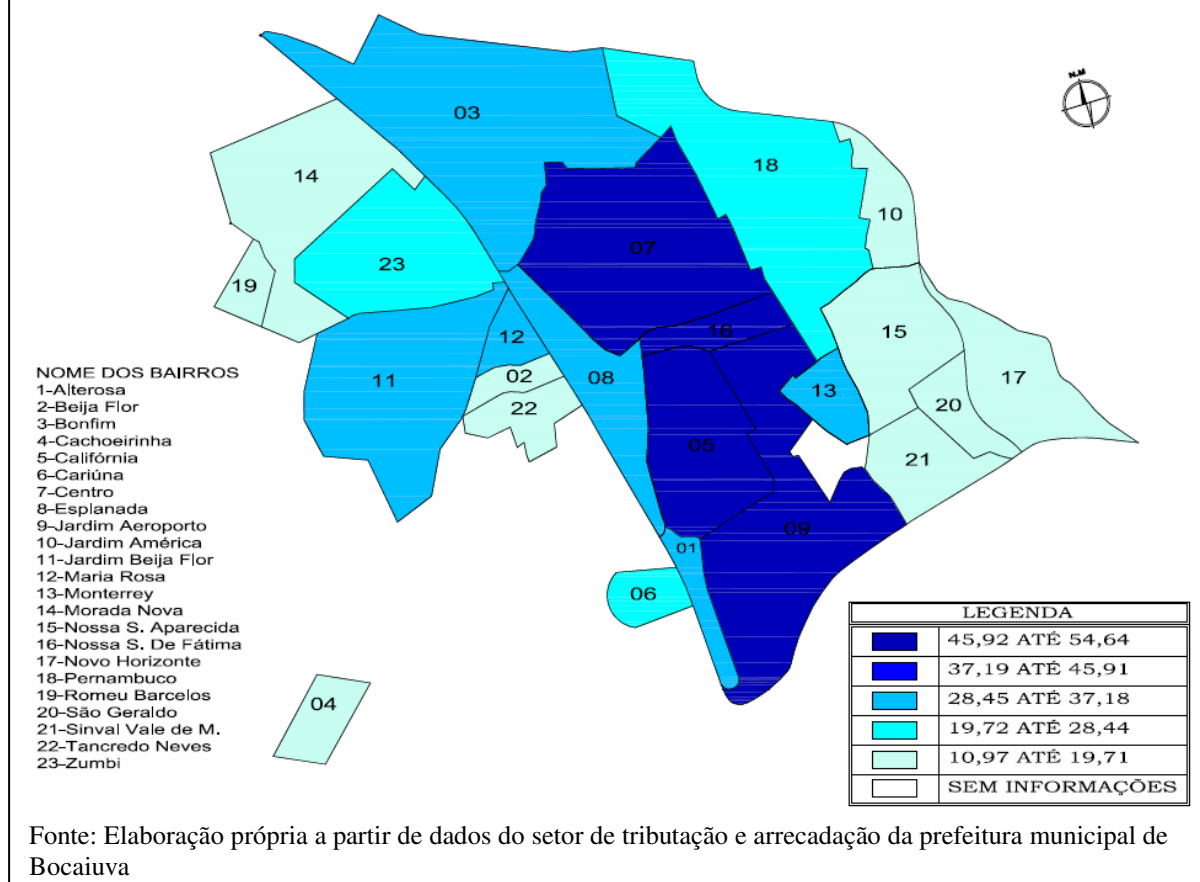
O mapa 01 traz o resultado do levantamento para o indicador de habitantes por residência, onde percebe-se que os que estão em melhor situação, cujo possuem menor quantidade de habitantes por casa, são os bairros Centro, Nossa Senhora de Fátima, Maria Rosa e Jardim Beija Flor, estando estes entre 1,89 e 2,26 habitantes por residência. Já os bairros Jardim América e Novo Horizonte, possuem pior situação quanto à quantidade de habitantes por residência, estando estes entre 3,36 e 3,71. Nota-se que grande parte dos bairros possuem uma situação mediana podendo ser encontrados cerca de 7 que estejam dentro da faixa de 2,27 e 2,62 e também 7 que possuem entre 2,63 e 2,99 habitantes por residência, encontram-se nesta ultima situação, os bairros Jardim Aeroporto e Cachoeirinha. Os demais bairros encontram-se dentro da faixa de 3,00 e 3,35 habitantes por residência. Quanto ao índice de habitantes por residência, percebe-se que não há muita influência do espaço na determinação da situação encontrada. Apesar de apreender que a região central possui melhor situação, sendo os bairros com pior situação localizados na região periférica.

Mapa 02 – Renda *per capita* média por bairro da zona urbana de Bocaiuva – MG em 2009



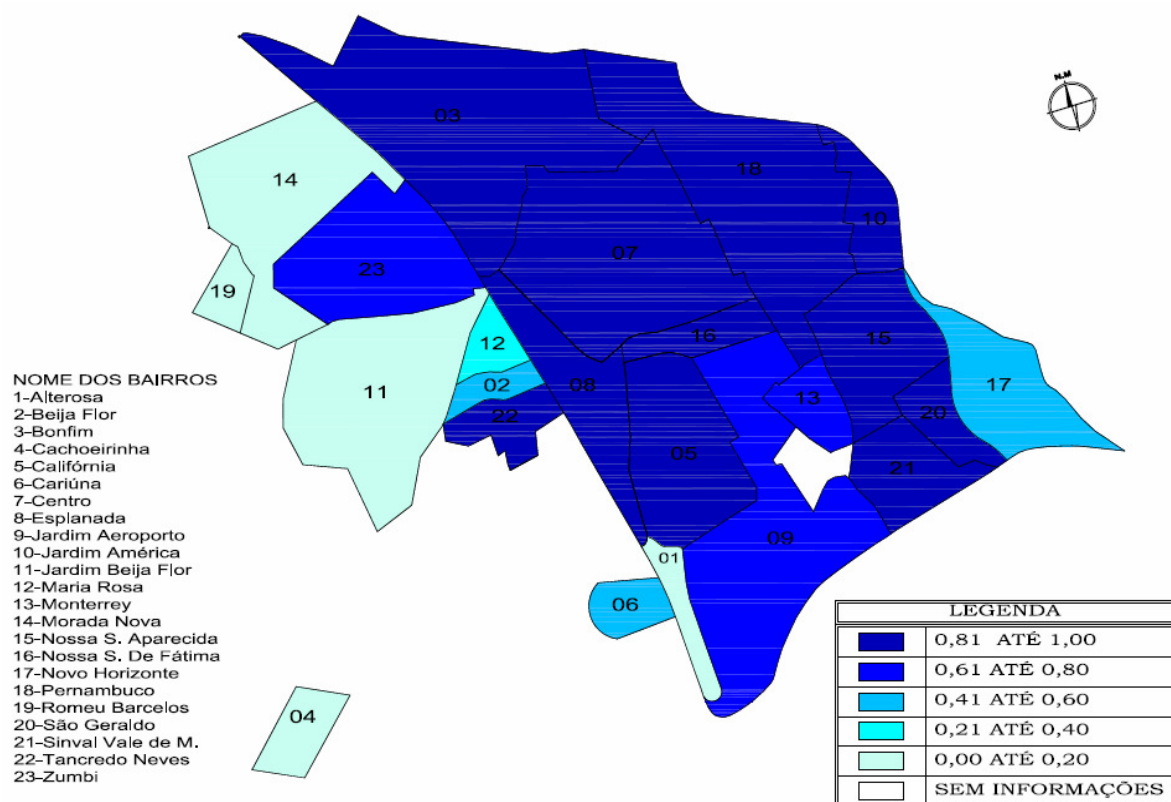
O segundo mapa traz como dados, o resultado dos valores para o indicador de renda *per capita*, onde pode ser visualizado que o bairro Jardim Aeroporto possui melhor situação, estando este na primeira faixa cuja renda *per capita* vai de R\$ 436,88 até R\$ 506,93. Numa situação próxima do bairro Jardim Aeroporto, pode-se observar o bairro Centro, cujo está entre R\$ 366,79 e R\$ 436,87 reais *per capita*. O bairro Jardim Beija Flor, é o único que se encontra na terceira faixa que vai de R\$ 296,71 até R\$ 366,78 reais *per capita*. Já os bairros Romeu Barcelos, Zumbi, Bonfim, Maria Rosa, Beija Flor, Califórnia, Nossa Senhor de Fátima, Monterrey e Sinval Vale de Menezes, encontram-se na quarta faixa, cuja renda *per capita* vai de R\$ 226,62 até R\$ 296,70. Por fim, na última faixa, detentores das piores rendas *per capita*s, encontram-se 11 bairros, entre eles o Cachoeirinha. Neste mapa percebe-se que a noção do espaço exerce influência visível, na determinação do indicador de renda *per capita*, uma vez que os bairros que estão na pior situação, são todos periféricos.

Mapa 03 – Area construída média por habitantes dos bairros da zona urbana da cidade de Bocaiuva - MG em 2009



A intenção de se utilizar o indicador de área média construída por habitante, constitui-se no fato de ser possível ver a situação de moradia e do espaço que cada morador tem para viver, constituindo este, um bom indicador para se comparar um bairro com o outro. Neste mapa percebe-se ainda mais, que há uma forte influência do espaço geográfico quanto à situação encontrada para cada bairro. Vê-se que mais uma vez a parte central possui melhores situações, enquanto que os piores indicadores estão associados aos bairros mais periféricos. Identifica-se que os bairros com melhor situação, que possuem entre 45,92 m² e 54,64 m² para cada habitante em suas residências são o Centro, Califórnia, Nossa Senhora de Fátima e Jardim Aeroporto, e os que se encontram em pior situação, são os que possuem entre 10,97m² e 19,71m² são bairros Morada Nova, Romeu Barcelos, Beija Flor, Tancredo Neves, Jardim América, Nossa Senhora Aparecida, São Geraldo, Sinval Vale de Menezes, Novo Horizonte e Cachoeirinha.

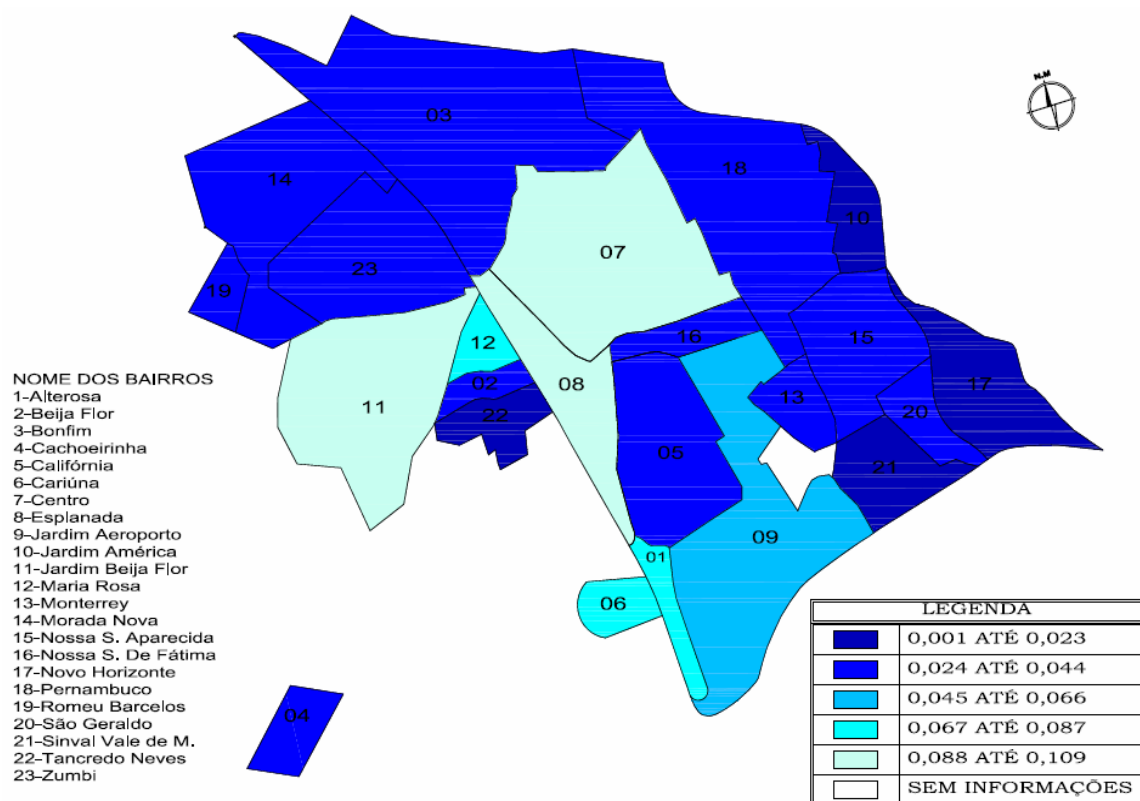
Mapa 04 – Presença de pavimentação nos bairros da zona urbana da cidade de Bocaiuva – MG em 2009



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pela setor de planejamento da Prefeitura Municipal de Bocaiuva

Quanto à presença de pavimentação, nota-se que a maioria dos bairros encontram-se na melhor faixa, mostrando assim que grande parte da cidade já recebeu pavimentação. Segundo o setor de planejamento da prefeitura de Bocaiuva, ainda restam cerca de 122.000 m² de ruas a serem pavimentadas. Neste mapa pode-se ver os bairros que se encontram em pior situação, na última faixa que corresponde a 0,00 até 0,20, encontram-se, mais uma vez, em pontos periféricos, não possuindo nenhuma rua pavimentada. Dentre os que se encontram sem pavimentação, vê-se a presença do bairro Cachoeirinha, Morada Nova, Romeu Barcelos, Jardim Beija Flor e Alterosa. Para o indicador percebe-se que o bairro Jardim Aeroporto não se encontra dentro da melhor faixa, isto se deve ao fato de que ao se calcular os metros de ruas pavimentadas, levou-se em consideração as ruas que possuíam pavimentação dividido pela metragem total de ruas do bairro, e neste bairro, existem muitas ruas que foram criadas recentemente, portanto sem moradores, e sem pavimentação, fazendo assim com que o indicador de pavimentação do bairro viesse a cair.

Mapa 05 – Ocorrências policiais total por habitantes nos bairros da cidade de Bocaiuva – MG em 2009

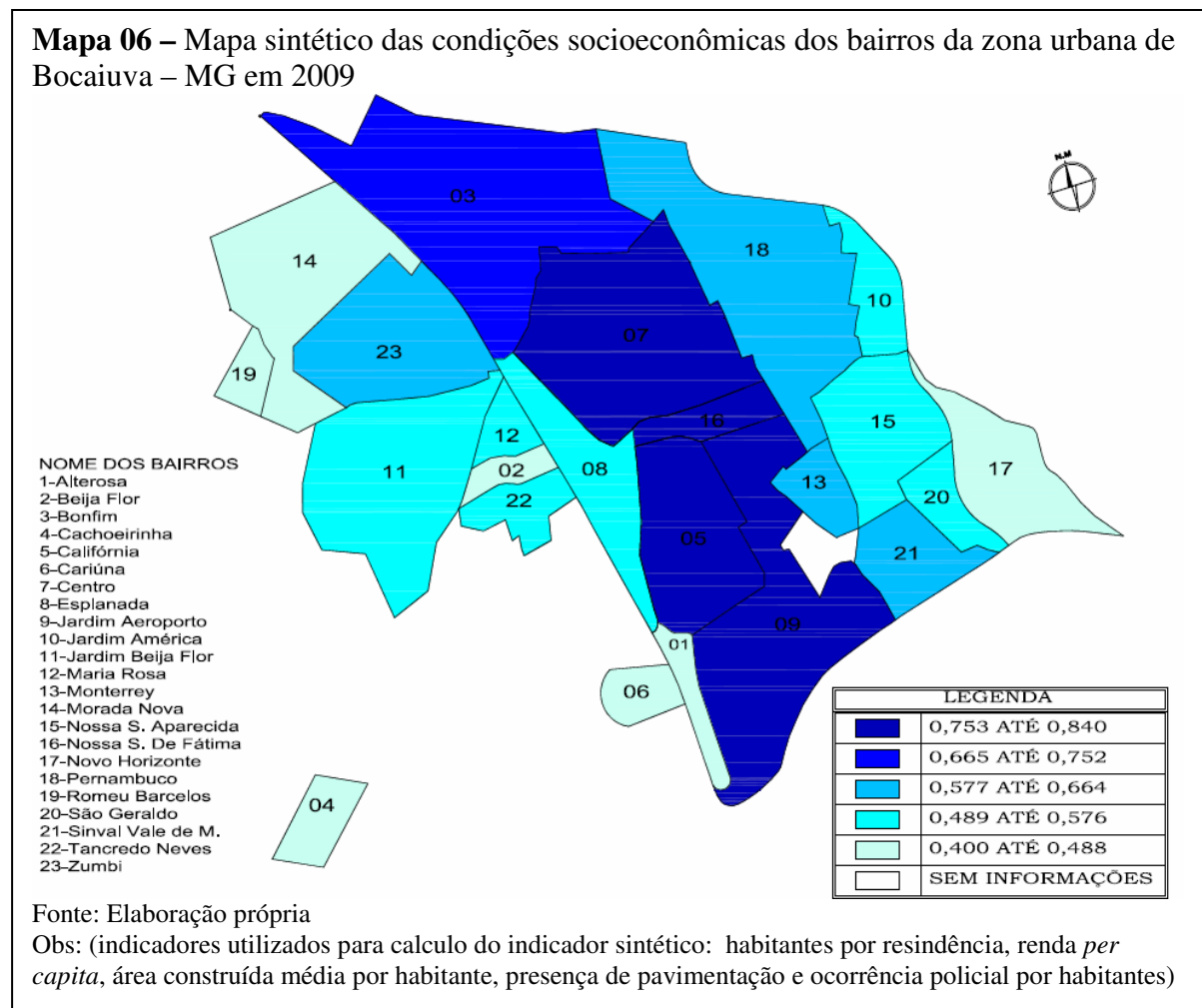


Fonte: Elaboração própria com dados disponibilizados pela Polícia Militar de Bocaiuva.

Obs: Base de dados referente a janeiro a agosto de 2009

A idéia de se utilizar o indicador de ocorrência policial total por habitantes, tem como motivo tentar identificar quais dos bairros da cidade são mais violentos, ou pelo menos saber de onde origina o maior número de ocorrências por habitantes. Nota-se que o bairro Central, juntamente com os bairros Esplanada e Jardim Beija Flor, possuem os piores valores para o indicador. Pode-se associar ao grande numero de ocorrências do bairro Centro e Esplanada o fato de estarem mais a vista, por serem bairros mais comerciais, onde se concentra grande parte das atividades financeiras da cidade. Percebe-se ainda que grande parte dos bairros da cidade estão na segunda faixa, onde encontra-se o bairro Cachoeirinha, demonstrando assim que quanto a ocorrência policial por habitante, neste bairro há uma boa situação. O bairro Jardim Aeroporto é o único que se encontra na terceira faixa, isto se explica pelo fato do mesmo ser o que possui melhores casas, mais bem estruturadas, portanto, sendo este alvo em potencial de crimes contra o patrimônio. Na quarta faixa, pode ser encontrado os bairro Maria Rosa, Cariúna e Alterosa. Para a primeira faixa, com melhor situação, observam-

se os bairros Jardim América, Novo Horizonte, Sinval Vale de Menezes e o bairro Tancredo Neves.



Neste último mapa aqui apresentado, traz-se o indicador sintético, que reúne em si, todas as outras situações evidenciadas nos mapas anteriores. Neste fica claro qual a situação de cada bairro, quando se levam em consideração todos os cinco indicadores propostos. Os bairros Centro, Nossa Senhora de Fátima, Califórnia e Jardim Aeroporto, são os bairros que apresentam melhor situação. Já os bairros Novo Horizonte, Alterosa, Cariúna, Cachoeirinha, Beija Flor, Romeu Barcelos e Morada Nova são os de pior situação. O bairro Bonfim se encontra sozinho dentro da segunda faixa. E os bairros Pernambuco, Monterrey, Sinval Vale de Menezes e Zumbi encontram-se na terceira faixa. Os demais bairros estão situados na quarta faixa. Este mapa sintetiza a determinação espacial das condições encontradas para cada bairro, no qual se observa que os piores indicadores estão relacionados a bairros periféricos,

na medida em que se aproxima da região central nota-se a presença de bairros com melhor situação. O bairro Jardim Aeroporto e o Cachoeirinha encontram-se nos extremos de condição, mostrando assim a grande diferença entre eles. Nota-se que o bairro Cachoeirinha encontra-se isolado na região sudeste da cidade. Fazendo assim com que os moradores deste bairro vivam mais intensamente as situações de precariedade relativa aos indicadores analisados. Exemplo disso, é que no Cachoeirinha pelo fato de não possuir pavimentação e ser distante dos outros bairros da cidade, não se encontra farmácia, padaria, açougue, e tantos outros serviços.

3.2 Condição socioeconômico dos moradores dos bairros Jardim Aeroporto e Cachoeirinha

A análise comparada dos dados dos 23 bairros do município, a partir de tabelas e mapas temáticos, corroboram a polarização pretendida, isto é, unidades espaciais com as melhores e as piores condições socioeconômicas. As evidências confirmam que o bairro Jardim Aeroporto é o de habitação de pessoas com melhores condições sociais e econômicas, enquanto o bairro Cachoeirinha, embora não seja o único bairro pobre da cidade, situa-se no grupo dos mais pobres, conforme tabela 19. Portanto, a escolha do bairro Cachoeirinha, entre os três mais pobres da cidade, se deve à facilidade de acesso aos moradores, ao fato do pesquisador ter conhecimento prévio da realidade deste bairro desde o ano de 2007, quando começou a ter maior proximidade com os moradores, tanto pela pesquisa monográfica de conclusão de curso, quanto pelo trabalho de supervisão censitário realizado a serviço do IBGE, onde foi possível manter um forte contato com grande parte dos moradores de ambos os bairros em estudo.

Para a caracterização dos bairros estudados, foi levantada uma amostra³⁹ de 102 residências, aplicados de forma sistemática. Destes 48 foram destinados aos moradores do bairro Jardim Aeroporto, e 54 aos moradores do bairro Cachoeirinha. Esta amostra foi escolhida com base no conhecimento prévio do número total da população de cada bairro, por dados disponibilizados pelo setor de epidemiologia e planejamento da prefeitura municipal de Bocaiuva. Os dados disponibilizados foram coletados em fevereiro de 2010, portanto, o valor do salário mínimo de referência era de R\$ 510,00.

³⁹ A mesma trata-se de amostragem não probabilística, não permitindo assim generalizações para a população.

3.2.1 O bairro Jardim Aeroporto

O bairro Jardim Aeroporto, localizado na região Sul da cidade de Bocaiuva-MG, em outubro de 2009, tinha aproximadamente 235 residências, 31 quarteirões, 21 pontos comerciais/industriais, cerca de 130 terrenos baldios, e população estimada de 626 habitantes. Localiza-se, a aproximadamente 930m de distância do centro da cidade. As ruas são bem estruturadas, em sua maioria pavimentadas, e de fácil acesso.

Figura 02 – Foto ilustrativa do tipo de residência do bairro Jardim Aeroporto



Fonte: Foto retirada no bairro Jardim Aeroporto em fevereiro de 2010

Pode-se encontrar neste bairro, haja vista as condições econômicas em que vivem as pessoas da cidade de Bocaiuva, uma notória diferença no que tange ao poder aquisitivo, sendo estes os que detêm uma melhor condição econômica. Vale salientar que o bairro não se encontra de forma homogênea abrigando apenas pessoas de grande poder aquisitivo, pode-se encontrar pessoas pobres vivendo nele, apesar de ser habitado, em sua maioria, por pessoas de destaque econômico.

Das 48 pessoas que foram entrevistadas neste bairro, 45,8% são do sexo masculino, a idade mínima para responder ao questionário foi de 18 anos (Ver Tabela 20). Constatou-se que 64,6% dos entrevistados são os chefes de família, e que 75% dos chefes de família são homens. Dos entrevistados, 45,8% se declararam brancos, 41,7% pardos, 6,3% pretos/negros, e 6,3% amarelos.

Tabela 20 – Faixa etária dos entrevistados no bairro Jardim Aeroporto por sexo em 2010

Faixa etária	Masculino(%)	Feminino(%)	Total(%)
18 até 21	2,1	-	2,1
26 até 30	4,2	12,5	16,7
31 até 35	2,1	4,2	6,3
36 até 40	6,3	8,3	14,6
41 até 50	20,8	20,8	41,7
51 até 60	6,3	6,3	12,5
61 ou mais	4,2	2,1	6,3
Total	45,8	54,2	100

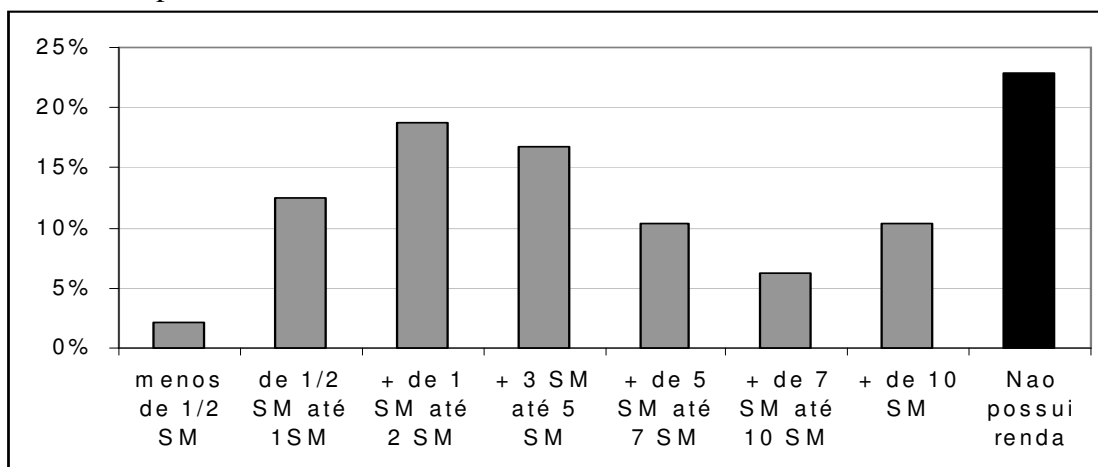
Fonte: Dados da Pesquisa de Campo, fevereiro de 2010

Cerca de 75% dos entrevistados são católicos, 16,7% evangélicos, 2,1 espíritas e 6,3% não possuem religião. Encontram-se solteiros(as) 16,7%, casados(as) 72,9%, divorciados(as) 8,3% e viúvos(as) 2,1%.

3.2.1.1 Rendimentos dos moradores

Ao perguntar sobre a renda individual do entrevistado em salários mínimos (R\$510,00) 22,9% declaram não possuir renda individual, 2,1% declaram receber menos de 1/2 salário mínimo, 12,5% mais de 1/2 até 1 salário mínimo, 18,8% que recebem mais de 1 até 2 salários mínimos, 16,7% mais de 3 até 5 salários mínimos, 10,4% mais de 5 até 7 salários mínimos, 6,3% mais de 7 até 10 salários mínimos, e 10,4% mais de 10 salários mínimos. Veja o Gráfico 04.

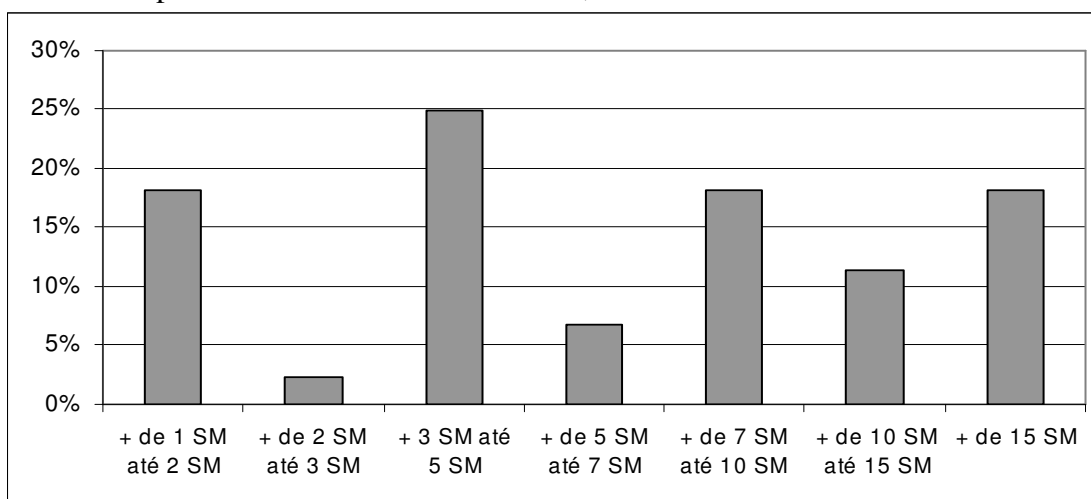
Gráfico 04 - Renda individual em salário mínimo (R\$ 510,00) dos moradores do bairro Jardim Aeroporto da cidade de Bocaiuva-MG, em fevereiro de 2010.



Fonte: Dados da Pesquisa de Campo, fevereiro de 2010

Quando a pergunta é sobre a renda familiar, encontra-se 18,2% com mais de 1 salário mínimo até 2 salários mínimos, 2,3% com mais de 2 até 3 salários mínimos, 25% com mais de 3 até 5 salários, 6,8% com mais de 5 até 7 salários mínimos, 18,2% com mais de 7 até 10 salários, 11,4% com mais de 10 até 15 salários, e 18,2% com renda familiar superior a 15 salários mínimos. Os resultados supracitados encontram-se expressos no gráfico 05.

Gráfico 05 - Renda familiar em salário mínimo (R\$ 510,00) dos moradores do bairro Jardim Aeroporto da cidade de Bocaiuva-MG, em fevereiro de 2010.

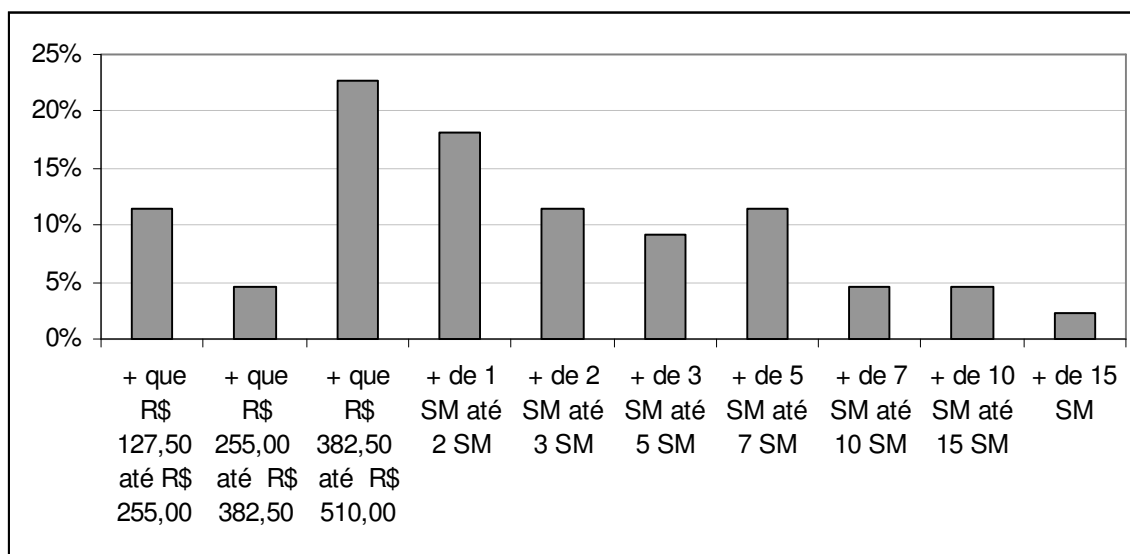


Fonte: Dados da Pesquisa de Campo, fevereiro de 2010

Quanto à renda *per capita*, tem-se que 11,4% das famílias possuem renda *per capita* com valores superiores a 1/4 de salário mínimo até 1/2 salário mínimo, 4,5% possuem mais

de 1/2 até 3/4 de salário mínimo, 22,7% possuem mais de 3/4 até 1 salário mínimo, 18,2% possuem mais de 1 até 2 salários mínimos, 11,4% mais de 2 até 3 salários, 9,1% possuem mais de 3 até 5 salários mínimos, 11,4% mais de 5 até 7 salários mínimos, 4,5% possuem mais de 7 até 10 salários mínimos, 4,5% mais de 10 até 15 salários, e 2,3% possuem renda *per capita* superior a 15 salários mínimos. Vejamos o gráfico 06.

Gráfico 06 - Renda per capita dos moradores do bairro Jardim Aeroporto da cidade de Bocaiuva-MG, em fevereiro de 2010.



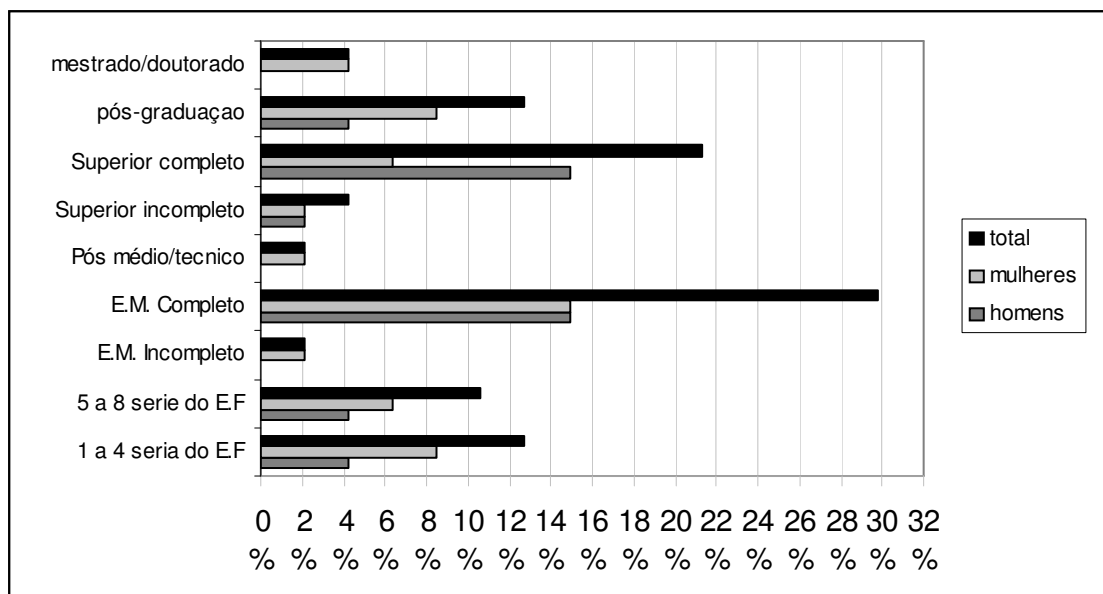
Fonte: Dados da Pesquisa de Campo, fevereiro de 2010

A renda *per capita* dos moradores do bairro Jardim Aeroporto mostra que estes possuem condições econômicas muito favoráveis, e que há uma forte concentração de renda neste bairro, no qual cerca de 25% possuem renda per capita superior a 5 salários mínimos. Ter maior renda significa usufruir um maior leque de benefícios, sendo este um meio para se ter melhoria na qualidade de vida.

3.2.1.2 Educação e formação profissional

Quando indagados sobre a escolaridade, tem-se 12,8% de 1º a 4º série do ensino fundamental, 10,6% que se encontram situados entre a 5ª e 8ª série do ensino fundamental, 2,1% com ensino médio incompleto, 29,8% com ensino médio completo, 2,1% com ensino pós-médio/técnico, 4,3% com ensino superior incompleto, 21,3% com ensino superior completo, 12,8% com pós-graduação e 4,3% com mestrado/doutorado, conforme o gráfico 07.

Gráfico 07 – Escolaridade por sexo dos moradores do bairro Jardim Aeroporto da cidade de Bocaiuva-MG, em fevereiro de 2010.



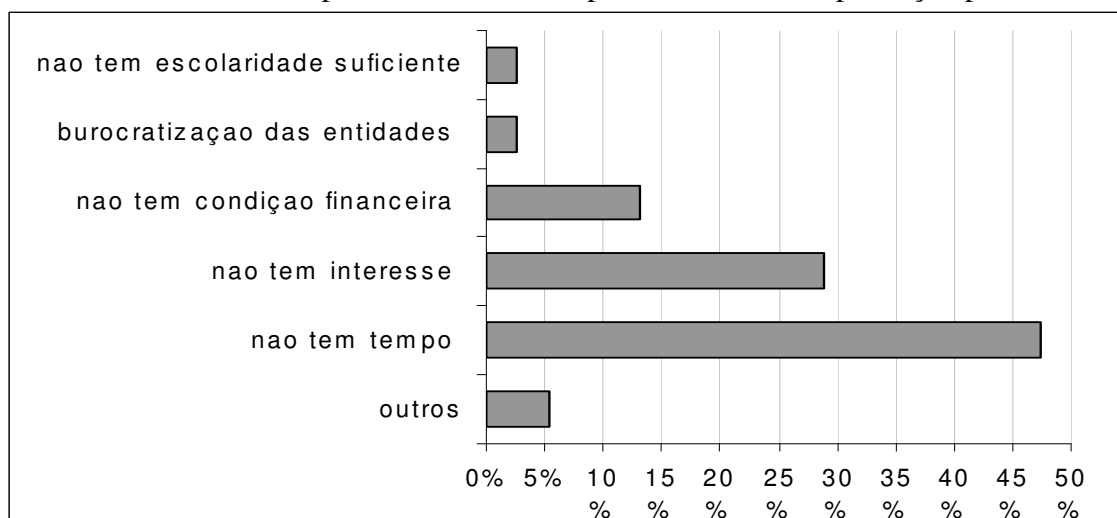
Fonte: Dados da Pesquisa de Campo, fevereiro de 2010

Percebe-se que neste bairro, as mulheres se encontram em vantagem nos níveis mais altos de escolaridade. Para estas, cerca de 4% possuem mestrado ou doutorado, e mais de 8% possuem pós-graduação. Já para os que possuem somente curso superior, os homens se encontram em proporção maior do que as mulheres, sendo estes de aproximadamente 15%, conforme o Gráfico 07.

Quanto ao fato de possuírem ou não cursos de capacitação profissional⁴⁰, pode-se constatar que 64,6% dos entrevistados já fizeram pelo menos um dos cursos, dos quais lhes foram perguntados. Para as pessoas que disseram não possuir nenhum ou apenas um dos cursos de capacitação profissional, foi-lhes perguntado o motivo de não terem tais cursos. Dos que se enquadram nesta pergunta, 28,9% declararam que não tem interesse em cursos de qualificação profissional, 47,4% disseram que não tem tempo para fazer tais cursos, e 13,2% disseram que não tem tais cursos devido às condições financeiras, 2,6% dizem não ter tais cursos devido à burocratização dos órgãos/empresas que os fornecem, 2,6% argumentam não possuir escolaridade suficiente, e 5,3% dizem ser por outros motivos. Veja o Gráfico – 08.

⁴⁰ Os cursos perguntados foram: informática básica, informática avançada, auxiliar administrativo, auxiliar de contabilidade, auxiliar de departamento pessoal, vendas e marketing, turismo e hotelaria, corte e costura, secretariado, manicura e pedicura, cabeleireiro (a), técnico em agropecuária, técnico em mecânica, técnico em eletromecânica, técnico em radiologia, técnico em segurança do trabalho, técnico em química, técnico em informática, técnico farmacêutico, técnico em gestão ambiental, técnico agrícola, técnico em enfermagem, etc.

Gráfico 08 - Motivo pelo qual, os moradores do bairro Jardim Aeroporto da cidade de Bocaiuva-MG, declaram possuir nenhum ou apenas 1 curso de capacitação profissional.



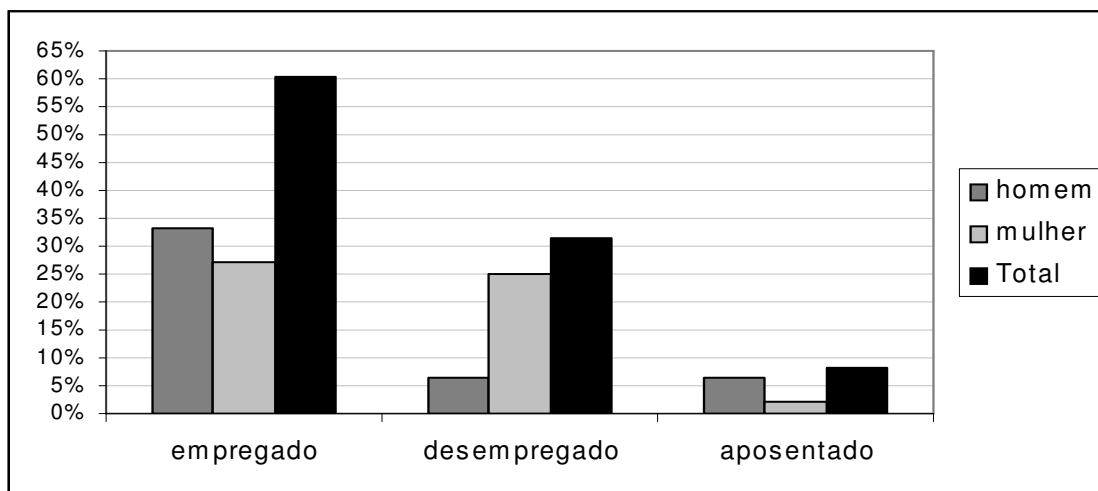
Fonte: Dados da Pesquisa de Campo, fevereiro de 2010

O nível educacional e a formação profissional são instrumentos valiosos para o mercado de trabalho, e um dos fortes componentes para medição de melhores ou piores salários. Pelo disposto acima, percebe-se o porquê dos ótimos salários recebidos por uma grande parte dos moradores entrevistados no bairro Jardim Aeroporto.

3.2.1.3 Emprego/desemprego

No bairro Jardim Aeroporto, 60,4% dos entrevistados, estão empregados no momento sendo 33,3% de homens e 27,1% de mulheres, observa-se que 8,3% estão aposentados(as) e que 31,3% encontram-se desempregados(as), sendo destes 25% de mulheres, conforme o gráfico 09.

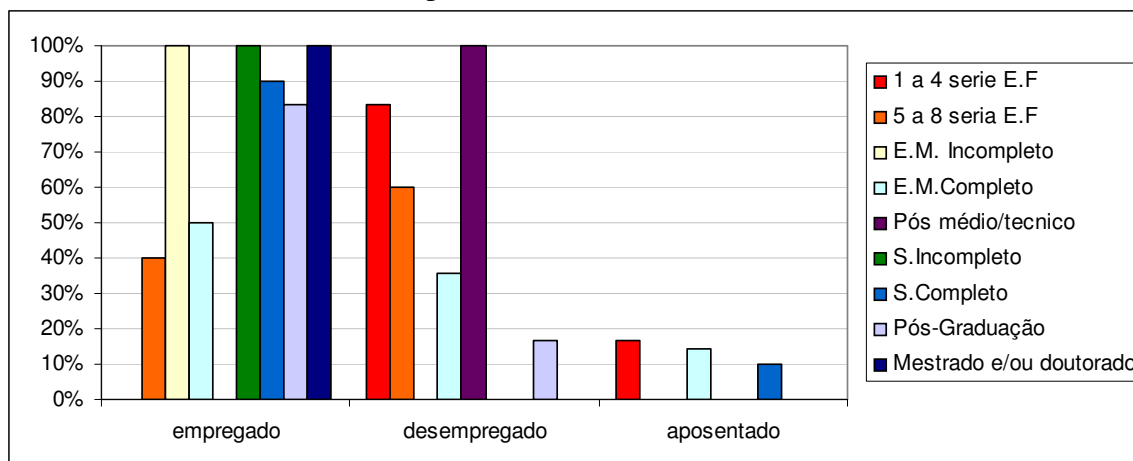
Gráfico 09 - Situação de emprego/desemprego e aposentadoria por sexo dos moradores do bairro Jardim Aeroporto da cidade de Bocaiuva-MG em fevereiro de 2010



Fonte: Dados da Pesquisa de Campo, fevereiro de 2010

Ao se cruzar o nível de escolaridade com a condição empregado/desempregado e aposentado tem-se o seguinte resultado a ser observado no gráfico 10.

Gráfico 10 - Escolaridade por situação de emprego/desemprego e aposentadoria dos moradores do bairro Jardim Aeroporto da cidade de Bocaiuva-MG em fevereiro de 2010



Fonte: Dados da Pesquisa de Campo, fevereiro de 2010

Percebe-se que dentre os empregados, grande parte possui maiores níveis de escolaridade. Já os de menor escolaridade, a exemplo dos que se estão entre a primeira e a quarta série pode ser observada que mais de 80% estão desempregados. Isso mostra que, o nível educacional contribui consideravelmente para a inserção no mercado de trabalho. Dos que se encontram empregados, 76% possuem cursos de qualificação profissional.

A tabela 21 mostra as ocupações de cada entrevistado, sendo possível ver que grande parte dos empregados do bairro Jardim Aeroporto possuam empregos que são bem valorizados no mercado de trabalho, e que exigem um grande nível de instrução.

Tabela 21 - Tipo de trabalho (cargo/função) dos moradores do bairro Jardim Aeroporto em 2010

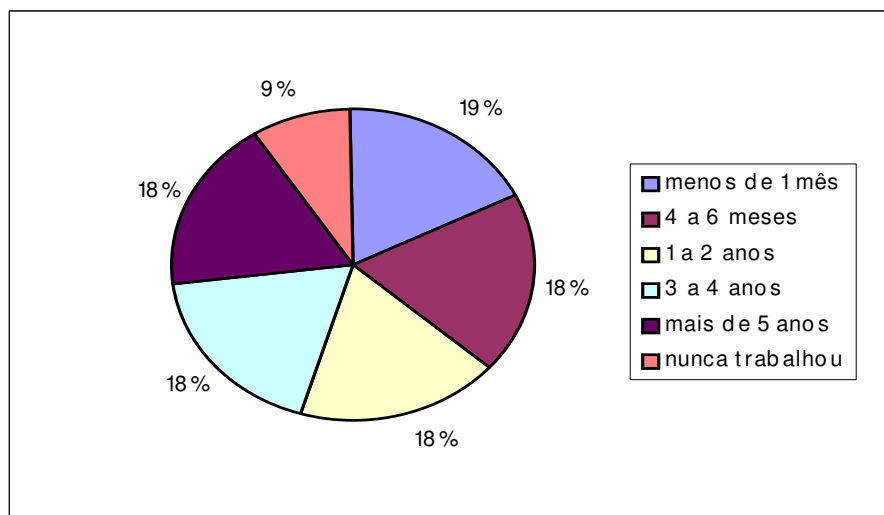
Cargo/função	Masculino(%)	Feminino(%)	Total(%)
Professor	3,6	10,7	14,3
Diretor escolar	-	3,6	3,6
Autônomo	10,7	3,6	14,3
Consultor de vendas	3,6	3,6	7,1
Gerente de loja	-	3,6	3,6
Supervisor escolar	-	3,6	3,6
Atendente comercial	3,6	3,6	7,1
Gestor industrial	3,6	-	3,6
Fazendeiro	3,6	-	3,6
Professor coordenador de curso	-	3,6	3,6
Engenheiro ambiental	3,6	-	3,6
Engenheiro civil	3,6	-	3,6
Médico	3,6	-	3,6
Domestico(a)	-	3,6	3,6
Cirurgião dentista	-	3,6	3,6
Comerciante	7,1	3,6	10,7
Empresário	7,1		7,1
Total	53,6	46,4	100

Fonte: Dados da Pesquisa de Campo, fevereiro de 2010

Aos que não estavam trabalhando, foi-lhes feita a seguinte pergunta: Qual o motivo de não estar trabalhando? Para a qual 18,2% responderam que já se encontravam com a idade avançada para trabalhar, 9,1% disseram ter pouca qualificação profissional, 9,1% por não ter escolaridade suficiente e 63,6% disseram está desempregado por outros motivos, sendo estes: 14,3% por problemas de saúde, 14,3% por não quererem trabalhar, 28,6% por causa dos filhos, 14,3% por morarem em local ruim de serviço, 14,3% por terem se casado e 14,3% por perseguição política. Dentre estes que se encontravam desempregados, 46,2% estavam à procura de emprego. Estavam desempregado há menos de 1 mês, cerca de 18,2% dos

desempregados, de 4 a 6 meses 18,2%, de 1 a 2 anos 18,2%, de 3 a 4 anos 18,2%, mais de 5 anos 18,2% e 9,1% nunca trabalhou. Ver gráfico 11.

Gráfico 11 - Tempo em que os moradores do bairro Jardim Aeroporto se encontram desempregados



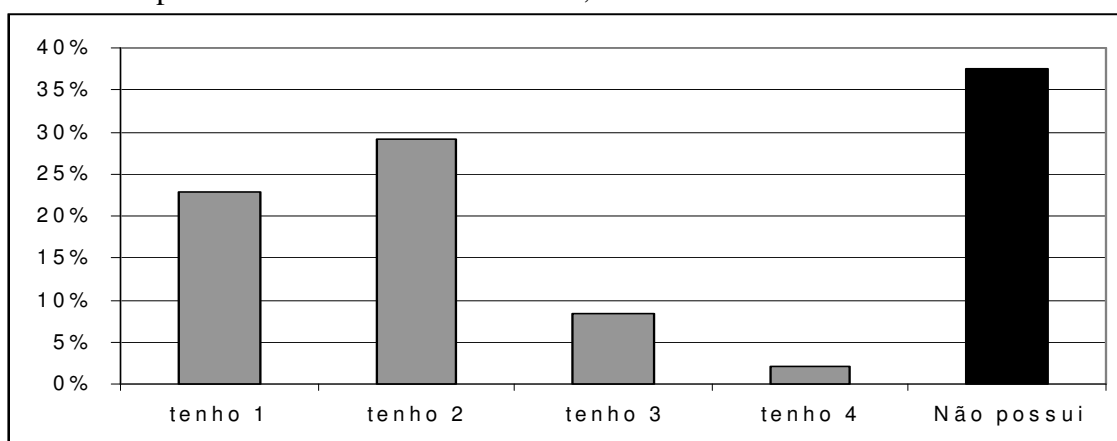
Fonte: Dados da Pesquisa de Campo, fevereiro de 2010

3.2.1.4 Condição de habitação e acesso a bens e serviços públicos

Todos os entrevistados declaram possuir casa como tipo de residência, destes, 89,6% moram em casa própria, e 8,3% em casa de aluguel e 2,1% mora em casa cedida por terceiros. As casas desse bairro possuem em média, 10,67 cômodos, onde a média de dormitórios existentes é de 3,54, a média de salas existentes é de 2,52, a média de banheiros existentes é de 2,52 e a média de cozinhas é de 1,08.

Moram em média, 3,56 pessoas por casa, onde em 6,3% das residências moram apenas 1 pessoa, em 22,9% moram 2 pessoas, em 18,8% moram 3, em 27,1% moram 4, em 14,6% moram 5, em 8,3% moram 6 e em 2,1% moram 8 pessoas. Dos entrevistados, 62,5% disseram ter filhos, onde se pode constatar uma média de 1,83 filhos por família. Ver o gráfico – 12, onde nele é representado a quantidade de filhos que essas pessoas declaram ter.

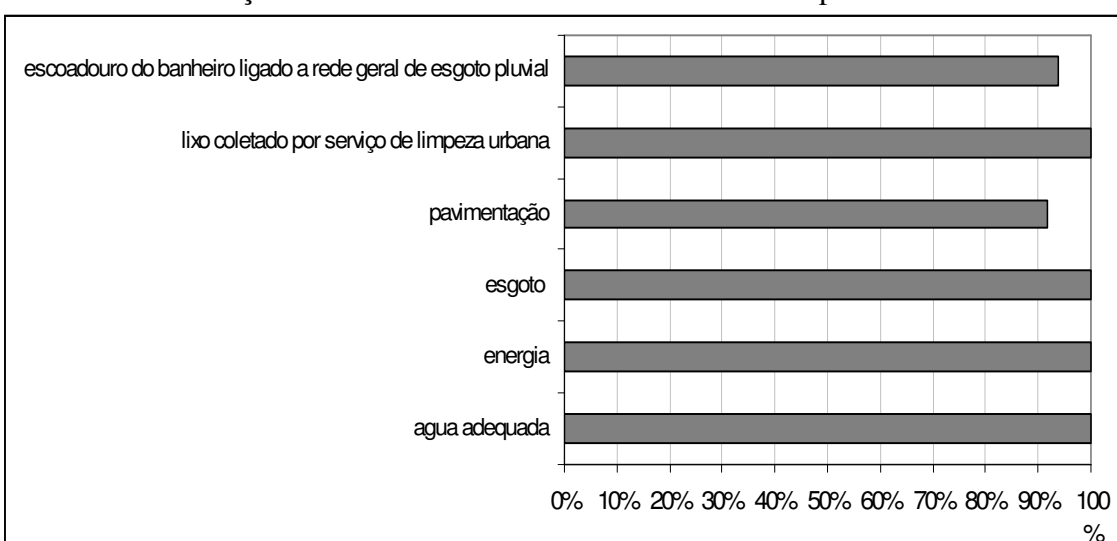
Gráfico 12 - Quantidade de filhos (dos moradores que declaram ter filhos) no bairro Jardim Aeroporto da cidade de Bocaiuva-MG, em fevereiro de 2010.



Fonte: Dados da Pesquisa de Campo, fevereiro de 2010

Todos os domicílios possuem serviço de abastecimento de água adequado, energia elétrica e tratamento de esgoto, e cerca de 91,7% das residências possuem asfalto ou algum tipo de pavimentação. A coleta de lixo é realizada em sua totalidade pelo serviço de limpeza urbana. Cerca de 93,8% das residências tem o escoadouro do banheiro ou sanitário ligado a rede geral de esgoto pluvial e 6,3% utilizam outro tipo de escoadouro. Ver gráfico 13.

Gráfico 13 – Serviços urbanos existentes no bairro Jardim Aeroporto



Fonte: Dados da Pesquisa de Campo, fevereiro de 2010

Dos entrevistados 8,3% utilizam somente o serviço de saúde pública municipal, 60,4% utiliza os serviços da saúde pública municipal e também os serviços da saúde privada, e 29,2% utiliza somente os serviços privados de saúde. Cerca de 77,1% dos moradores entrevistados declaram ir ao dentista com frequência. Para os que não vão frequentemente ao dentista, 36,4% disseram ir somente quando precisam, 36,4% não vão por não terem condição financeira e 27,3% não vão porque não tem necessidade.

Ao se perguntar sobre a existência ou não, no domicílio de alguns bens de consumo duráveis e de entretenimento, verificou-se o exposto na tabela 22.

Tabela 22 - Bens de consumo durável, acesso à Internet e TV a cabo pelos moradores do bairro Jardim Aeroporto

Itens	Sim (%)	Não (%)
Rádio	92,7	6,3
Geladeira	100	-
Aparelho de DVD	87,5	12,5
Máquina/tanquinho de lavar roupas	87,5	12,5
Forno de microondas	52,1	47,9
Telefone fixo	72,9	27,1
Telefone celular	100	-
Televisor	97,9	2,1
Microcomputador	72,9	27,1
Acesso a Internet	60,4	39,6
Tv por assinatura	35,4	64,6
Automóvel	85,4	14,6
Aparelho de ar condicionado	20,8	79,2

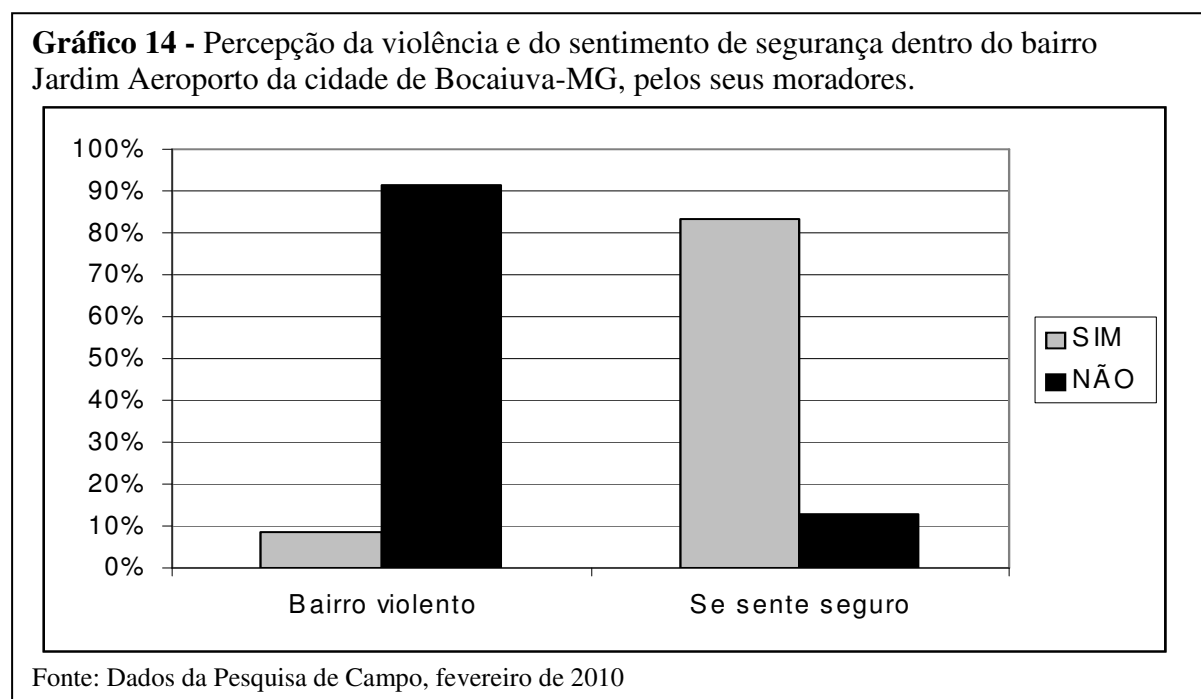
Fonte: Dados da Pesquisa de Campo, fevereiro de 2010

O padrão de vida dos moradores do bairro Jardim Aeroporto pode ser observado ao analisar a tabela 22, em que se verifica que a não privação de recursos financeiros, possibilita a aquisição de bens, que contribuem para aumentar à comodidade, o entretenimento, a capacidade de locomoção e o acesso à informação.

Ainda se pode dizer, que 85,4% dos entrevistados vão ao centro da cidade com frequência, em média 6,10 dias por semana. Dos que não se dirigem ao centro da cidade com frequência, 50% dizem ser pela distância e 50% dizem que só vai ao centro quando precisam.

3.2.1.5 Percepção da violência e do sentimento de segurança dos moradores

Entre os entrevistados, 91,5% disseram que o bairro em que vivem não é violento, 83,3% se sentem seguros dentro das suas casas, e nenhum morador declara já ter sofrido violência por parte de outro morador do bairro, dados estes expressos no gráfico 14.



Considerando alguns problemas sociais que podem ser encontrados na maioria das cidades brasileiras, e que nos últimos tempos vêm cada vez mais se tornando visíveis na “pacata cidade de Bocaiuva”, foi indagado aos entrevistados se existem no bairro alguns destes problemas tais como: drogas, gangues, prostituição, assaltos, homicídios, brigas e embriaguez, conforme tabela 23.

Tabela 23 - Percepção dos entrevistados acerca de alguns problemas existentes dentro do bairro Jardim Aeroporto em 2010

	Sim (%)	Não (%)
Drogas	38,3	61,7
Gangues	4,3	95,7
Prostituição	14,9	85,1
Assaltos	61,7	38,3
Homicídios	8,3	91,7
Brigas	8,3	91,7
Embriaguez	27,1	72,9

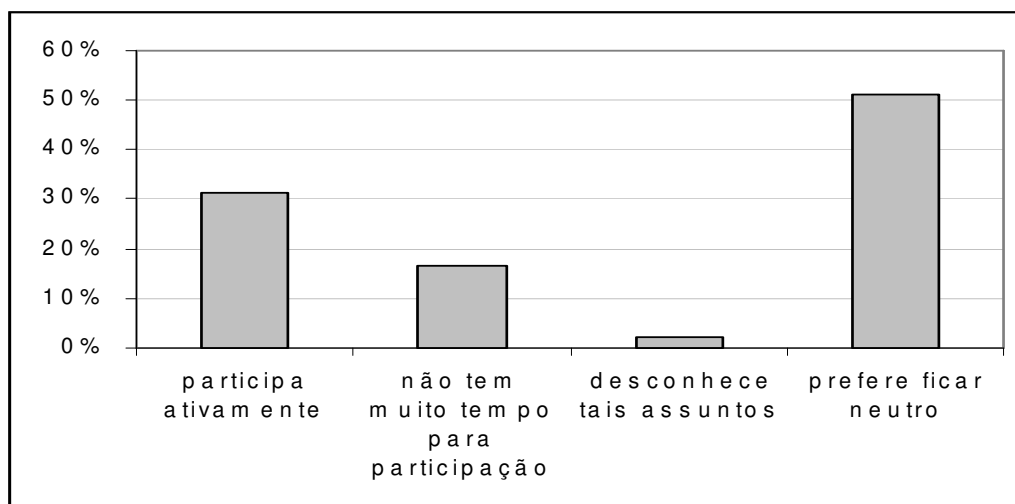
Fonte: Dados da Pesquisa de Campo, fevereiro de 2010

Verifica-se que nesse bairro, segundo seus moradores, o maior problema enfrentado é referente a assaltos e drogas, e que poucos vêem problemas relacionados a gangues, homicídios e brigas. O fato de o bairro possuir residências bem estruturadas e ser considerado de bom padrão econômico faz com que este seja visado pelos assaltantes, justificando assim o maior reconhecimento pelos seus moradores desse problema.

3.2.1.6 Participação política e social

Quanto à participação do entrevistado nas questões políticas, econômicas e sociais da cidade de Bocaiuva, 31,3% declararam que procuram participar ativamente de tais assuntos, 16,7% disseram que se interessam, mas não têm muito tempo para tais questões, 2,1% desconhece tais assuntos e 50% preferem ficar neutros, não gostam de dar opiniões, conforme mostra o gráfico 15.

Gráfico 15 – Participação dos moradores do bairro Jardim Aeroporto nas questões políticas, econômicas e sociais da cidade de Bocaiuva-MG



Fonte: Dados da Pesquisa de Campo, fevereiro de 2010

No município, as questões referentes à política, mostram-se bem bipolarizadas, onde se verifica uma relação fervorosa entre oposição e situação, fazendo assim, com que muitos dos moradores, talvez temendo perseguição política, prefiram se manter neutros. Assim sendo, 20,8% dos entrevistados encontram-se filiados a algum partido político. Não há associação de bairro.

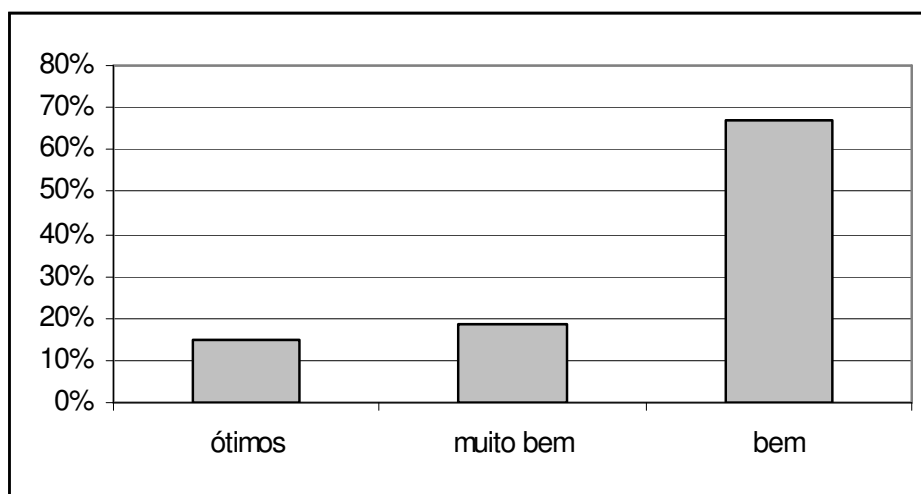
3.2.1.7 Relação de vizinhança e sentimento quanto ao modo de vida

Quanto à relação com a vizinhança, cerca de 43,8% dos moradores responderam que conhecem bem os vizinhos, 29,2% disseram conhecer mais ou menos, e 27,1% disseram não conhecer bem os vizinhos. Dos entrevistados, 68,1% confiam nos seus vizinhos, 17% se encontram indiferentes e 14,9 não confiam nos seus vizinhos. Quanto ao relacionamento com os vizinhos, 25,5% dizem ter um ótimo relacionamento, 51,1% dizem ter um bom relacionamento, 4,3% diz relacionar-se apenas em festas e reuniões e 19,1% declaram não se relacionar com os seus vizinhos. Responderam afirmando realizarem trocas de favores com os vizinhos cerca de 39,6% dos entrevistados. Destas trocas de favores existentes observa-se que 11,1% tem relação com a troca de alimentos, 27,8% empréstimo de materiais e equipamentos, 11,1% ajudar nos afazeres domésticos, 27,8% proteção das casas nos momentos de ausência,

5,6% cuidar das crianças umas das outras, 11,1% ajudar nos momentos de doença e 5,6% responderam ajudar nos momentos que são solicitados.

Os moradores, em média, residem no bairro há 8,40 anos, e 75% disseram morar em outro bairro da cidade antes de vir morar no Jardim Aeroporto, 2,1% diz ter morado na zona rural da cidade, e 22,9% declarou morar em outra cidade antes de vir morar no bairro. Quanto ao motivo de escolher viver no local 6,3% dizem ser pelo fato da família já morar no bairro, 47,9% pelo fato de terem conseguido comprar uma casa melhor do que a que morava, 8,3% por ser um bairro tranqüilo, 2,1% pelo fato de terem conseguido comprar um lote no local, 8,3% dizem ser por causa do trabalho, 2,1% por não gostarem do lugar onde morava, 8,3% por terem conseguido um casa para morar, 16,7% pelo fato de terem que acompanhar o cônjuge. Dos moradores, 14,6% se sentem ótimos vivendo no bairro, 18,8% se sentem muito bem, e 66,7% se sentem bem (Ver gráfico 16).

Gráfico 16 – Como os moradores do bairro Jardim Aeroporto se sentem vivendo no bairro



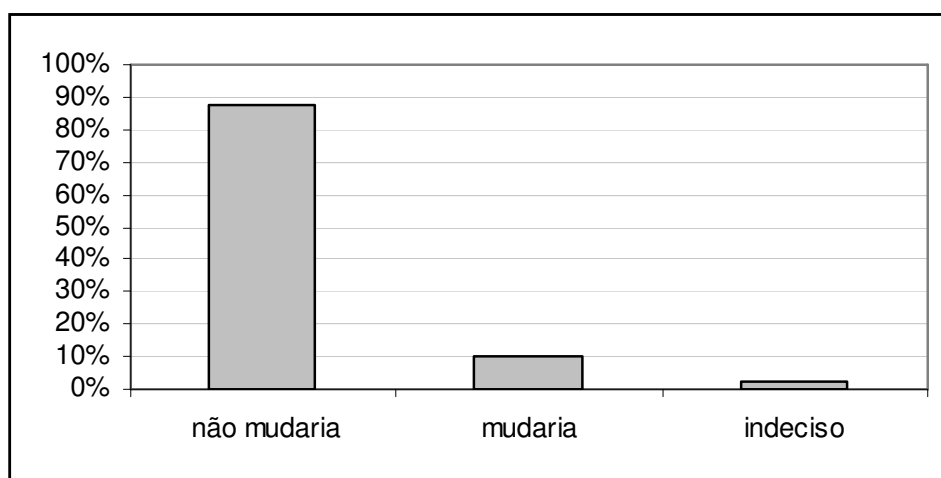
Fonte: Dados da Pesquisa de Campo, fevereiro de 2010

Em comparação com os demais bairros da cidade, 64% dos moradores acham o bairro ótimo, 31,3% bom, e 4,2% regular. Quando é perguntado o que os moradores do bairro pensam sobre o que os outros moradores da cidade pensam sobre o bairro deles, 66% disseram que consideram o bairro ótimo, 27,7% bom, 4,3% regular, 2,1% ruim.

Foi feita a seguinte pergunta para os entrevistados: Se lhe fosse dada a oportunidade de mudar para outro bairro da cidade, mudaria? Obteve-se que 87,5% não mudaria, 10,4% mudaria e 2,1% de indecisos conforme o gráfico 17. Dos que mudariam, 25% justifica-se por

causa da distância do bairro em relação aos outros bairros da cidade, 25% diz que mudaria para poder ficar mais próximo do local de trabalho, 25% por não gostar do bairro e 25% por ter vontade de morar no centro da cidade. Já para os que responderam que não mudariam, 71,4% justifica-se por gostar de morar no bairro, 4,8% diz que não mudaria pelo fato de morar em casa própria e 23,8% não mudaria porque o bairro em que vive é tranquilo.

Gráfico 17 – Se os entrevistados do bairro Jardim Aeroporto tivessem oportunidade de mudar para outro bairro da cidade:



Fonte: Dados da Pesquisa de Campo, fevereiro de 2010

Quanto às vantagens de morar no bairro, 2,1% dizem ter bons vizinhos, 17% boa localização, 2,1% valorização do bairro, 2,1% poderem contar com alguns benefícios públicos, 74,5% por ser um bairro tranquilo e 2,1% dizem que não tem vantagens de morar no bairro.

3.2.1.8 Acesso a atividades de lazer e de formação complementar

Dos entrevistados, metade disseram ser sócios de clubes de lazer. Dos que não são sócios, foi também perguntado o porquê de não serem. Das pessoas que se enquadram nesta condição, 14,3% declaram que não têm tempo para frequentar clubes, 47,6% disseram não gostar de clubes, 33,3% declaram não ter condições financeiras suficiente para pagar por tal benefício, e 4,8% declaram não ser sócios de clubes por falta de acesso.

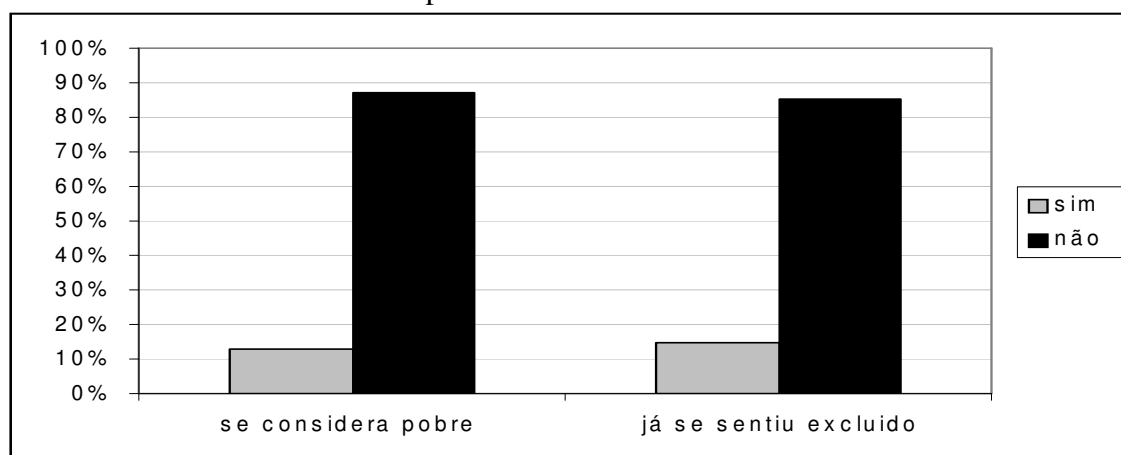
Dos entrevistados, 34% disseram ter acesso à educação artística, tais como, pintura, dança, e música. Dos que responderam não ter acesso a tais atividades, 39,3% declaram ser por falta de tempo, 53,6% dizem não gostar, 3,6% dizem não possuir condição financeira suficiente e 3,6% dizem não ter acesso.

Dos moradores 36,2% declaram ter conhecimento de pelo menos 1 (uma) língua estrangeira. Dos que declaram não ter conhecimento de nenhuma língua estrangeira, foram indagados sobre o porquê de não possuírem tal conhecimento. Dos 63,8% que se enquadram nesta situação, 40% disseram que não têm interesse em conhecer nenhuma língua estrangeira, 8% disseram não ter tempo para apreender uma nova língua, e 16% declaram que até têm vontade de aprender outra língua, mas não possuem condições financeiras propícias para investir em escolas que ensinam outras línguas, 32% declaram ser por falta de acesso, e 4% dizem não possuir tal conhecimento pelo fato de não ser exigido no seu trabalho.

3.2.1.9 Considerações acerca da pobreza e da exclusão social

Dos moradores que foram entrevistados, apenas 6,3% são beneficiários do programa Bolsa Família. Cerca de 15% disseram já terem vivenciado momentos em que o dinheiro adquirido não tenha sido suficiente para custear no mínimo a alimentação, sendo necessário buscar ajuda do vizinho ou de outros. Cerca de 12,8% dos entrevistados se consideram pobres, e 8,5% afirmaram que eles ou algum membro da família já tenham passado fome. E segundo os mesmos, 4,2% disseram haver casos de crianças desnutridas na família.

Gráfico 18 – Consideração acerca da pobreza e percepção do sentimento de exclusão dos moradores do bairro Jardim Aeroporto da cidade de Bocaiuva-MG.



Fonte: Dados da Pesquisa de Campo, fevereiro de 2010

Quanto ao sentimento de exclusão, verifica-se que 14,6% dos moradores entrevistados disseram já terem se sentido excluído. Dessas pessoas que disseram já terem se sentido excluídas, 60% diz ser por motivos políticos, 20% por condição financeira, e 20% exclusão familiar.

3.2.2 O bairro Cachoeirinha

O bairro Cachoeirinha, localizado na região Sudoeste da cidade de Bocaiuva-MG, criado por volta de 1988, em 2009 possuía 235 residências, 18 quarteirões, 8 pontos comerciais/industriais, cerca de 246 terrenos baldios, e aproximadamente 653 habitantes. Localiza-se a aproximadamente 3.082m de distância do centro da cidade. O acesso ao mesmo é possibilitado por meio de uma estrada de terra denominada “Estrada para o Pantanal”, isso devido ao antigo nome do bairro, chamado Pantanal.

Figura 03 – Foto ilustrativa do tipo de residências do bairro Cachoeirinha



Fonte: foto retirada no bairro Cachoeirinha em fevereiro de 2010

São encontradas neste bairro, moradias simples, em sua maioria barracões de 3 até 4 cômodos, as casas mais bem estruturadas chegam a ter em média de 5 até 6 cômodos. As ruas do bairro encontram-se sem pavimentação.

Das 54 pessoas que foram entrevistadas neste bairro, 44,4% são do sexo masculino, a idade mínima para responder ao questionário foi de 18 anos (Ver Tabela 24). Constatou-se que 63% dos entrevistados são os chefes de família, e que 64,8% dos chefes de família são homens. Dos entrevistados, 9,3% se declararam brancos, 31,5% pretos/negros, e 59,3% pardos.

Tabela 24 - Idade dos entrevistados no bairro Cachoeirinha por sexo em fevereiro de 2010

Faixa etária	Masculino(%)	Feminino(%)	Total(%)
18 até 21	3,7	7,4	11,1
22 até 25	1,9	11,1	13
26 até 30	-	14,8	14,8
31 até 35	5,6	1,9	7,4
36 até 40	3,7	3,7	7,4
41 até 50	13	13	25,9
51 até 60	11,1	3,7	14,8
61 ou mais	5,6	-	5,6
Total	44,4	55,6	100

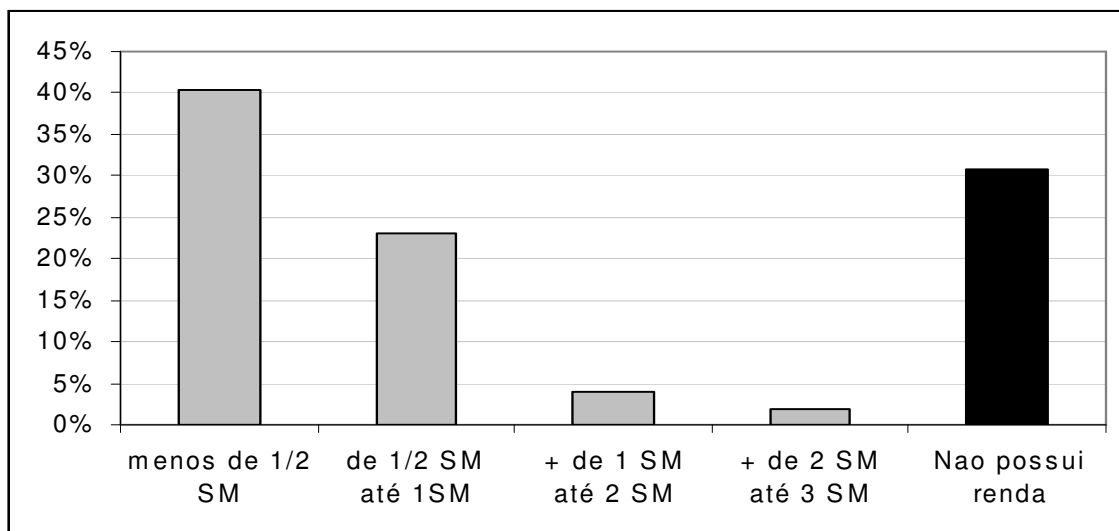
Fonte: Dados da Pesquisa de Campo, fevereiro de 2010

Cerca de 67,3% dos entrevistados são católicos, 28,8% evangélicos, e 3,8% não possuem religião. Encontram-se solteiros (as) 25,9%, casados (as) 35,2%, divorciados (as) 3,7%, viúvos(as) 7,4% e unidos consensualmente 27,8%.

3.2.2.1 Rendimentos dos moradores

Nesse bairro 40,4% dos entrevistados encontram-se recebendo como renda individual, menos de 1/2 salário mínimo, 23,1% mais de 1/2 até 1 salário mínimo, 3,8% que recebem mais de 1 até 2 salários mínimos, 1,9% mais de 2 até 3 salários mínimos, e 30,8% que não possuem renda individual. Ver Gráfico 19.

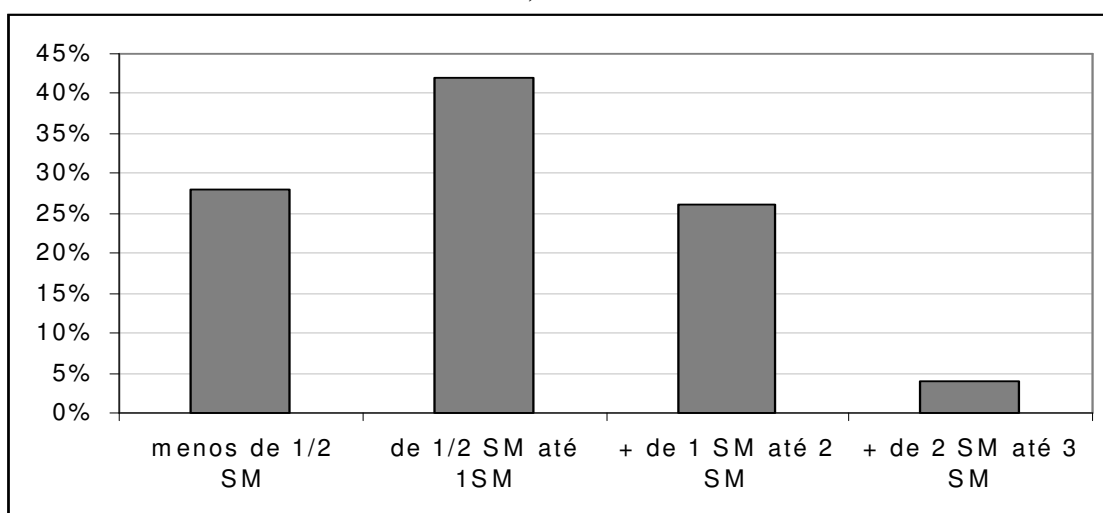
Gráfico 19 - Renda individual em salário mínimo (R\$ 510,00) dos moradores do bairro Cachoeirinha da cidade de Bocaiuva-MG, em fevereiro de 2010.



Fonte: Dados da Pesquisa de Campo, fevereiro de 2010

Quando a pergunta é sobre a renda familiar, encontra-se 28% com menos de 1/2 salário mínimo, 42% com mais de 1/2 até 1 salário, 26% com mais de 1 até 2 salários mínimos, e 4% com mais de 2 até 3 salários mínimos. Ver gráfico 20.

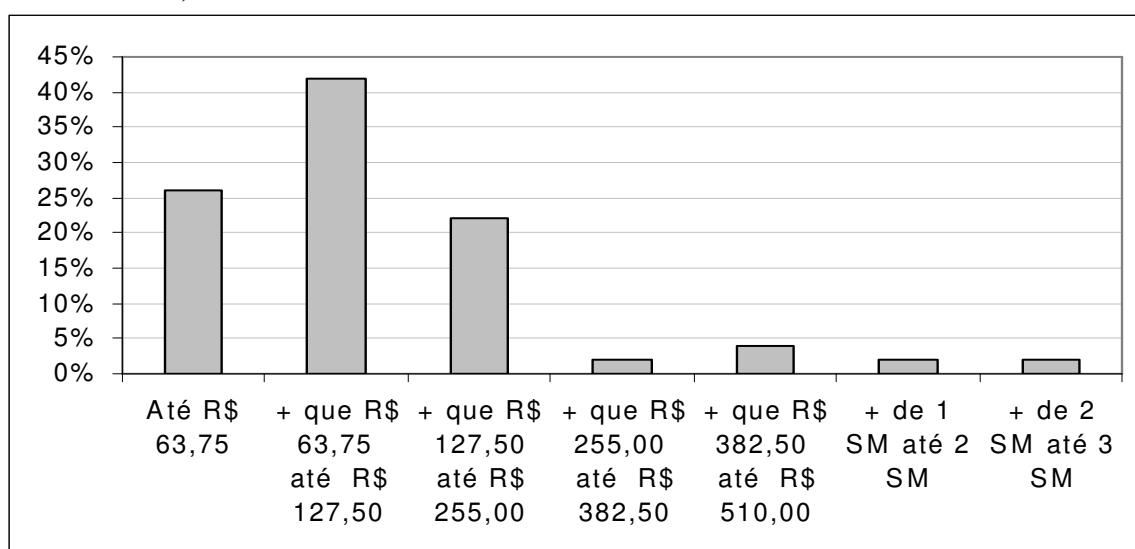
Gráfico 20 - Renda familiar em salário mínimo (R\$ 510,00) dos moradores do bairro Cachoeirinha da cidade de Bocaiuva-MG, em fevereiro de 2010.



Fonte: Dados da Pesquisa de Campo, fevereiro de 2010

Ao ser analisada a renda *per capita*, tem-se que 26% das famílias possuem renda *per capita* com valores inferiores a 1/8 de salário mínimo, 42% possuem mais de 1/8 até 1/4 de salário mínimo, 22% possuem mais de 1/4 até 1/2 salário mínimo, 2% possuem mais de 1/2 até 3/4 de salários mínimos, 4% mais de 3/4 até 1 salário, 2% possuem mais de 1 até 2 salários mínimos, e 2% possuem renda *per capita* com mais de 2 até 3 salários mínimos, conforme o gráfico 21.

Gráfico 21 - Renda *per capita* dos moradores do bairro Cachoeirinha da cidade de Bocaiuva-MG, em fevereiro de 2010.



Fonte: Dados da Pesquisa de Campo, fevereiro de 2010

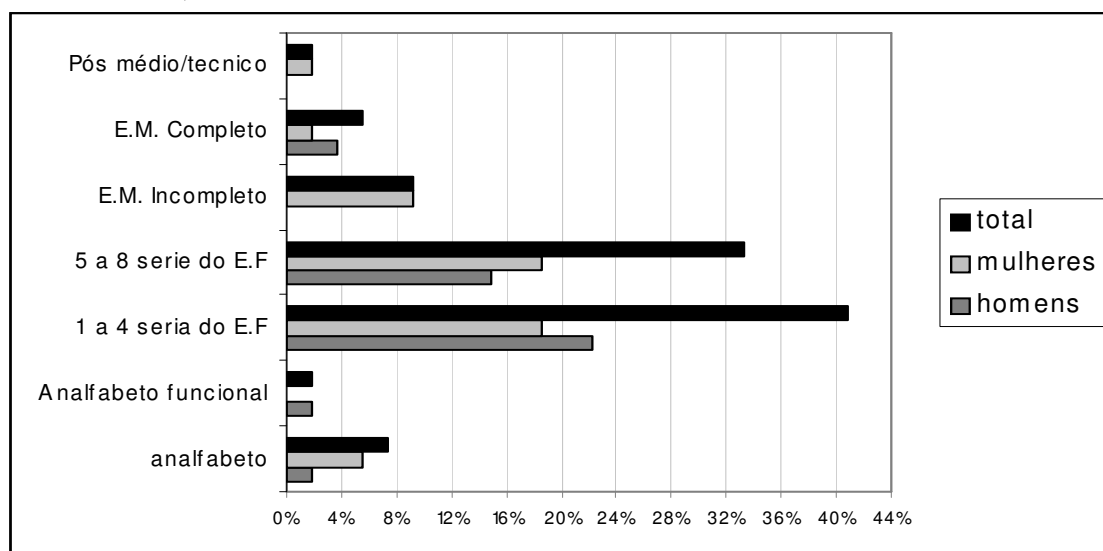
Percebe-se que neste bairro, as rendas individual, familiar e *per capita*, encontram-se bem baixas. Grande parte dos entrevistados possui em sua família, renda *per capita* abaixo de meio salário mínimo, caracterizando estas famílias como pobres, e cerca de 26% que tem rendimentos *per capita* menor que 1/4 de salário mínimo, estando estas abaixo da linha da extrema pobreza.

3.2.2.2 Escolaridade e formação profissional

Quando indagados sobre o nível escolar em que se encontram, tem-se 7,4% de analfabetos, 1,9% de analfabetos funcionais, 40,7% de 1º a 4º série do ensino fundamental,

33,3% que se encontram situados entre a 5ª e 8ª série do ensino fundamental 9,3% com ensino médio incompleto, 5,6% com ensino médio completo e 1,9% com ensino pós-médio/técnico. Dados dispostos no gráfico 22..

Gráfico 22– Escolaridade por sexo dos moradores do bairro Cachoeirinha da cidade de Bocaiuva-MG, em fevereiro de 2010.



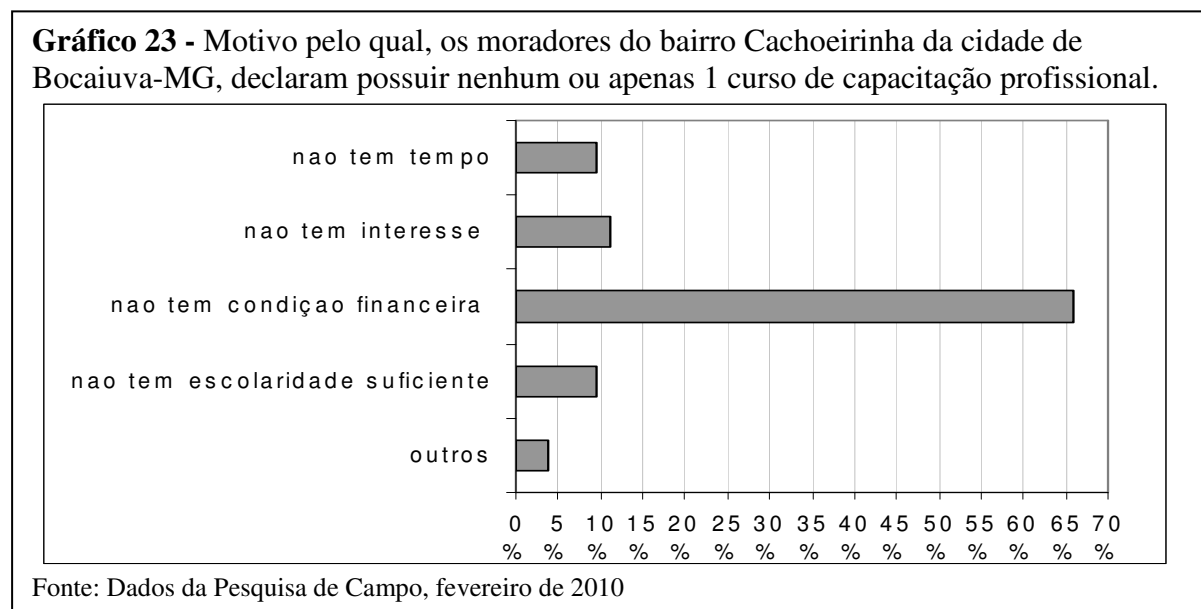
Fonte: Dados da Pesquisa de Campo, fevereiro de 2010

Nesse bairro, juntamente com os baixos rendimentos, encontram-se muitas pessoas com baixo nível de escolaridade. Grande parte de seus moradores possui ensino fundamental, e uma parte considerável é analfabeta. Percebe-se que com nível médio, pode-se encontrar menos de 16% dos entrevistados. As mulheres constituem maioria nos extremos, tanto entre os que são analfabetos, quanto no nível máximo de escolaridade encontrado, o pós médio/técnico. Fato é que neste bairro é difícil dizer quem se encontra em melhor situação, uma vez que o nível de escolaridade encontrado é muito baixo, concentrando tanto homens quanto mulheres em situações próximas.

Quanto à formação profissional, apenas 13% dos entrevistados nesse bairro disseram ter pelo menos um curso de capacitação profissional⁴¹. Dos que não possuem nenhum ou

⁴¹ Os cursos perguntados foram: informática básica, informática avançada, auxiliar administrativo, auxiliar de contabilidade, auxiliar de departamento pessoal, Vendas e Marketing, Turismo e hotelaria, Corte e costura, Secretariado, Manicura e pedicura, Cabeleireiro(a), técnico em agropecuária, técnico em mecânica, técnico em eletromecânica, técnico em radiologia, técnico em segurança do trabalho, técnico em química, técnico em informática, técnico farmacêutico, técnico em gestão ambiental, técnico agrícola, técnico em enfermagem, etc.

apenas um curso, 11,3% declararam que não tem interesse em cursos de qualificação profissional, 9,4% disseram que não tem tempo para fazer tais cursos, e 66% disseram que não tem tais cursos devido às condições financeiras, 9,4% argumentam não possuir escolaridade suficiente, e 3,8% diz ser por outros motivos. Veja o Gráfico 23.

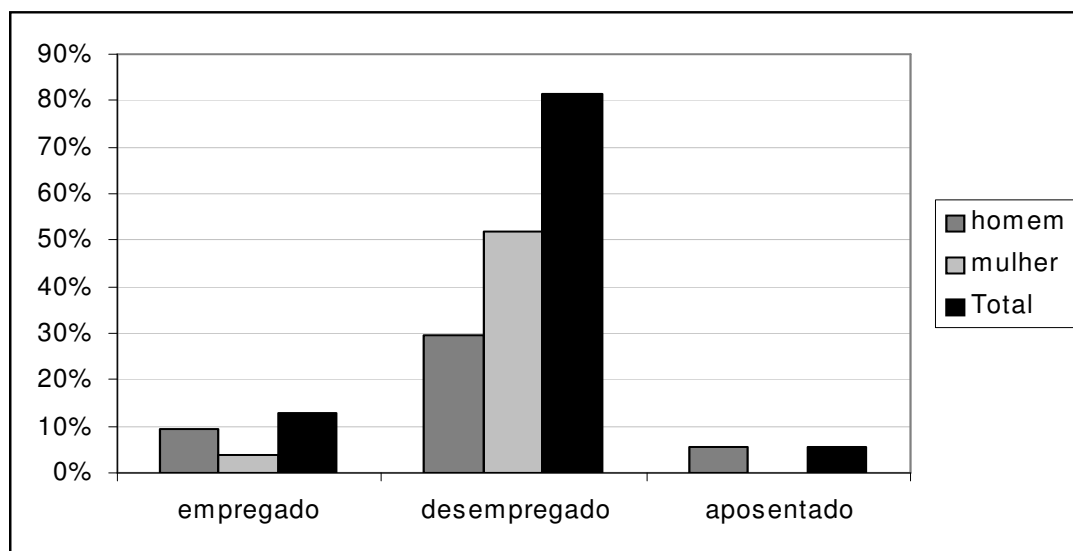


Nota-se que tanto o nível de formação escolar, quanto o de capacitação profissional destes moradores são baixos. Encontrar emprego quando se tem boa formação escolar e boa capacitação profissional, às vezes é difícil, levando um grande número de pessoas nessa situação à fila do desemprego. Para os que estão na situação dos moradores do bairro Cachoeirinha, pela lógica da modernidade, torna-se quase impossível encontrar um emprego, cuja remuneração seja boa e que ofereça boas condições de trabalho.

3.2.2.3 Emprego/desemprego

Neste bairro, como era de se esperar, apenas 13% dos entrevistados estavam empregados no momento de realização da pesquisa, sendo 9,3% de homens e 3,7% de mulheres, observa-se que 5,6% estavam aposentados (as) e que 81,5% encontravam-se desempregados (as), sendo destes 51,9% de mulheres e 29,6% de homens, conforme o gráfico 24.

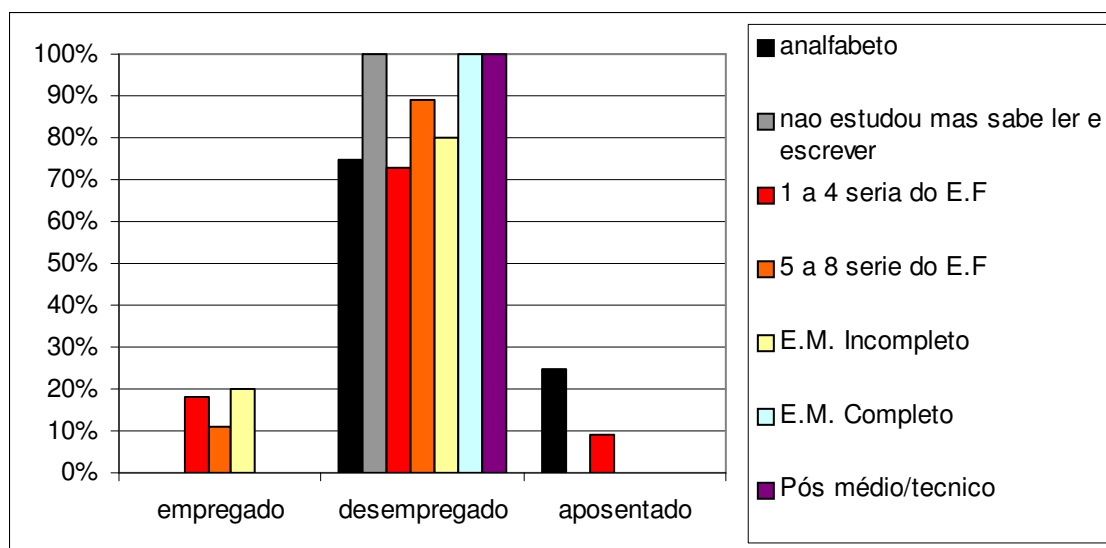
Gráfico 24 - Situação de emprego/desemprego e aposentadoria por sexo dos moradores do bairro Cachoeirinha da cidade de Bocaiuva-MG, fevereiro de 2010



Fonte: Dados da Pesquisa de Campo, fevereiro de 2010

Ao analisar o nível de escolaridade e a condição empregado/desempregado e aposentado tem-se o resultado exposto no gráfico 25.

Gráfico 25 - Escolaridade por situação de emprego/desemprego e aposentadoria dos moradores do bairro Cachoeirinha da cidade de Bocaiuva-MG, fevereiro de 2010



Fonte: Dados da Pesquisa de Campo, fevereiro de 2010

Nesse bairro os que possuem os melhores níveis de escolaridade encontram-se desempregados. Fato é, nos maiores níveis de escolaridade encontram-se uma pequena proporção dos moradores, e estes, mesmo sendo os maiores níveis encontrados para o bairro, não se traduzem em níveis de escolaridade satisfatórios para a inserção no mercado de trabalho.

Dos que se encontram empregados, nenhum possui curso de capacitação profissional. O fato de estarem empregados mesmo com pouca escolaridade e sem cursos de capacitação profissional, tem sua explicação no tipo de trabalho exercido.

A tabela 25 apresenta as ocupações dos entrevistados:

Tabela 25 - Tipo de trabalho (cargo/função) dos moradores do bairro Cachoeirinha em 2010

Cargo/função	Masculino	Feminino	Total
Faxineiro(a)	-	25%	25%
Domestico(a)	-	25%	25%
Lavrador	50%	-	50%
Total	50%	50%	100%

Fonte: Dados da Pesquisa de Campo, fevereiro de 2010

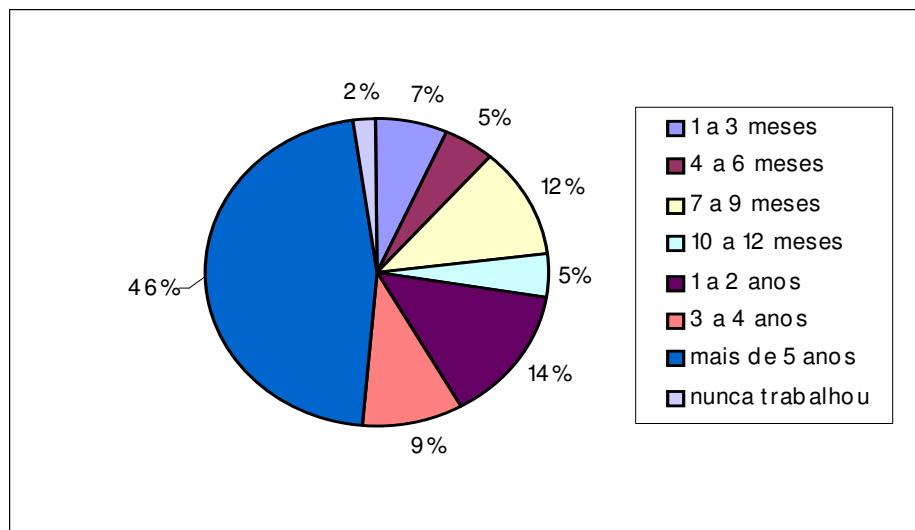
Nota-se pela tabela 25, que estes exercem como função, serviços que não se tem uma exigência quanto à formação escolar e profissional. Todavia, estes são pouco remunerados e não trabalham de forma fixa. O tipo de serviço é braçal, no caso dos homens, cujo emprego está totalmente voltado para as atividades agrícolas. No caso das mulheres, percebe-se que estão inseridas em serviços domésticos, que na opinião de uma jovem moradora do bairro em exercício desta atividade: “é trabalhar muito e aguentar muita encheção de saco para no final do mês ganhar pouco mais de R\$ 100,00”⁴².

Aos que não estavam trabalhando no momento foi-lhes feita a seguinte pergunta: Qual o motivo de não estar trabalhando no momento? Nota-se que 20% dos entrevistados declararam ter pouca qualificação profissional, 4,4% disseram está desempregados pelo fato de serem muito novos, 13,3% por estarem muito velhos, 28,9% por não possuírem escolaridade suficiente, 2,2% por sofrerem discriminação pelo fato de ser mulher e 31,1% por

⁴² Jovem de 22 anos, solteira que trabalha o dia todo como doméstica em casa de família no bairro Beija Flor e que se encontra matriculada no EJA – Educação de Jovens e Adultos.

outros motivos, sendo estes 42,9% por se encontrarem com problemas de saúde, 21,4% sofrerem discriminação por morar no bairro, 7,1% por serem portador de deficiência física, 7,1% por causa dos filhos, 7,1% por morarem em local ruim de serviço e 14,3 dizem estar desempregado por não querer trabalhar. Dentre estes que se encontravam desempregados, 59,1% estavam à procura de emprego. Estavam desempregado, conforme mostra o gráfico 26, há menos de 1 mês, cerca de 4,4% dos que estão desempregados, de 1 a 3 meses 6,7%, de 4 a 6 meses 4,4%, de 7 a 9 meses 11,1%, de 10 a 12 meses 4,4%, de 1 a 2 anos 13,3%, de 3 a 4 anos 8,9%, mais de 5 anos 44,4% e 2,2% nunca trabalharam.

Gráfico 26 – Tempo em que os moradores do bairro Cachoeirinha se encontram desempregados



Fonte: Dados da Pesquisa de Campo, fevereiro de 2010

Percebe-se quanto ao grande número de desempregados, que somado à baixa escolaridade e a baixa capacitação profissional, tem-se a estigmatização do bairro, onde pode ser notado que entre os 31,1% que declararam estar desempregados por outros motivos, cerca de 21% atribuem as causas do desemprego ao fato de serem discriminados por morarem no bairro. Talvez pelo fato de serem discriminados, excluídos, estes muitas vezes não consigam ter um bom emprego, fazendo assim, com que cerca de 46% estejam a mais de cinco anos desempregados. Nota-se que há uma influência espacial na determinação do desemprego neste bairro.

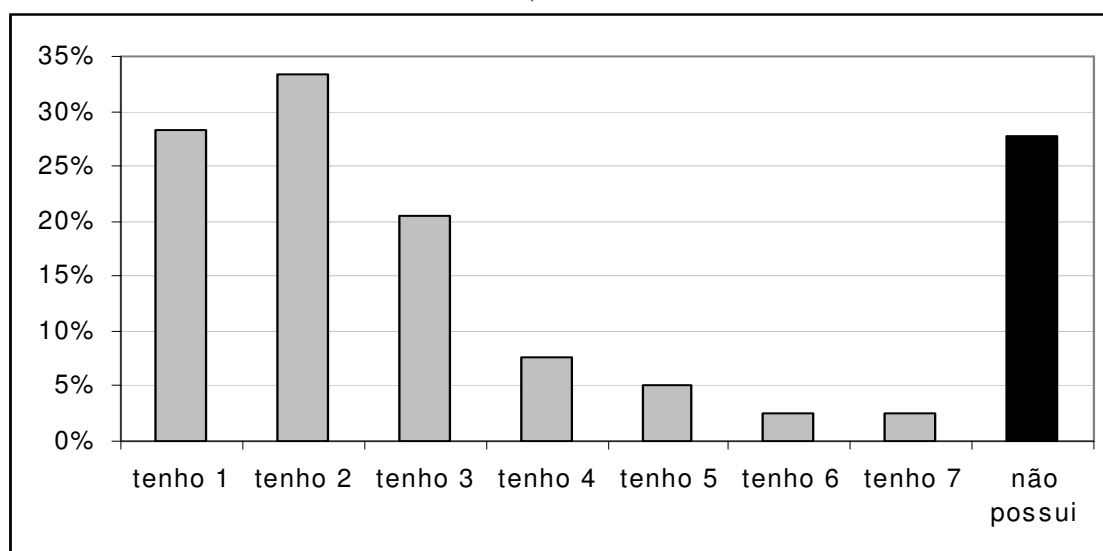
3.2.2.4 Condição de habitação e acesso a bens e serviços públicos

Dos entrevistados 72,2% tem casa como tipo de residência, 3,7% moram em apenas um cômodo e 24,1% em barracão. Destes, 83,4% moram em casa própria, 7,4% pagam aluguel e 9,3% moram em casas cedidas por terceiros. As casas desse bairro possuem em média, 3,94 cômodos, onde a média de dormitórios existentes é de 1,92, a média de salas existentes é de 1,11%, a média de banheiros existentes é de 1,02 e a média de cozinhas é de 1,02.

Moram em média, 4,22 pessoas por casa, onde em 9,3% das residências moram apenas 1 pessoa, em 11,1% moram 2 pessoas, em 9,3% moram 3, em 22,2% moram 4, em 31,5% moram 5, em 7,4% moram 6, em 5,6% moram 7, em 1,9% moram 8 e em 1,9% moram 10.

Dos 54 entrevistados, 72,2% disseram ter filhos, constata-se uma média de 2,46 filhos por família. O gráfico – 27, mostra a quantidade de filhos por família.

Gráfico 27 - Quantidade de filhos (dos moradores que declaram ter filhos) no bairro Cachoeirinha da cidade de Bocaiuva-MG, em fevereiro de 2010.

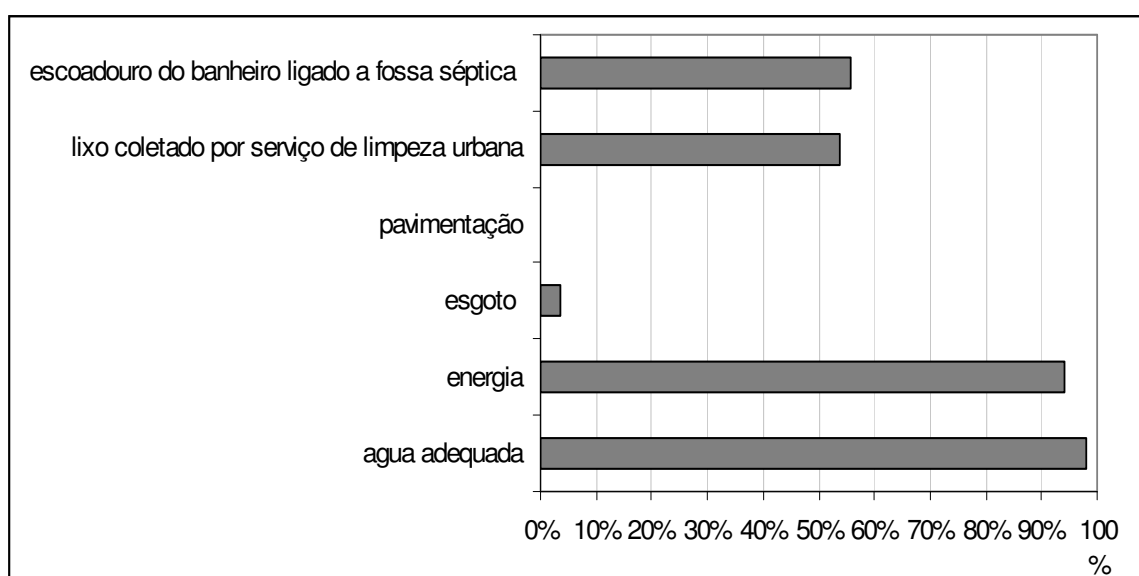


Fonte: Dados da Pesquisa de Campo, fevereiro de 2010

Em cerca de 98,1% dos domicílios possuem serviço de abastecimento de água adequado; apenas 3,7% dos domicílios recebem tratamento de esgoto, 94,2% recebe

iluminação elétrica, em nenhuma rua dos entrevistados existe pavimentação asfáltica ou de outro tipo. Dos entrevistados, 53,7% disseram que a coleta de lixo é realizada pelo serviço de limpeza urbana, 37% que o lixo é queimado, 1,9% enterrado, e 7,4% jogado em terreno baldio. Cerca de 55,8% das residências tem o escoadouro do banheiro ou sanitário ligado à fossa séptica, 40,7% fossa rudimentar e 1,9% disseram utilizar outro tipo de escoadouro. Ver gráfico 28.

Gráfico 28 – Serviços urbanos existentes no bairro Cachoeirinha



Fonte: Dados da Pesquisa de Campo, fevereiro de 2010

Dos entrevistados 96,3% fazem uso somente do serviço de saúde pública municipal, e 3,7% utilizam os serviços da saúde pública municipal e também os serviços da saúde privada. Constatou-se que 45,3% dos moradores entrevistados vão ao dentista com frequência. Para os que não vão frequentemente ao dentista, 17,9% dizem ir somente quando precisa, 17,9% não vão por não ter condição financeira suficiente, 32,1% por ter dificuldade em conseguir uma consulta nos postos de atendimentos municipais e 32,1% dizem que não vão ao dentista com frequência pelo fato de não terem necessidade.

Ao perguntar sobre a existência de alguns itens de uso doméstico e de entretenimento, obteve-se o exposto na tabela 26.

Tabela 26 - Bens de consumo durável, acesso à Internet e TV a cabo dos moradores do bairro Cachoeirinha em 2010

Itens	Sim (%)	Não (%)
Rádio	72,2	27,8
Geladeira	74,1	25,9
Aparelho de DVD	50,0	50,0
Máquina/tanquinho de lavar roupas	57,4	42,6
Forno de microondas	1,9	98,1
Telefone fixo	-	100,0
Telefone celular	68,5	31,5
Televisor	94,4	5,6
Microcomputador	-	100,0
Acesso a Internet	-	100,0
Tv por assinatura	-	100,0
Automóvel	3,7	96,3
Aparelho de ar condicionado	-	100,0

Fonte: Coletado no local pesquisado, fevereiro de 2010

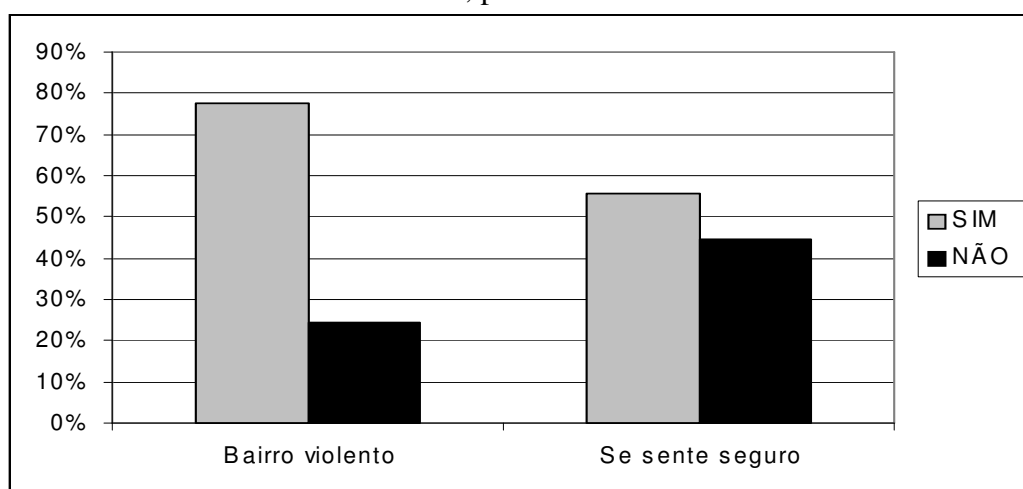
Para este bairro, não se esperava outra situação senão a exposta acima, uma vez que se torna difícil para estes moradores a aquisição de grande parte dos bens que foram listados. Bens esses, que corroboram para o aumento da qualidade de vida. O acesso a bens, como automóvel, aparelho de ar condicionado, tv por assinatura, computador e Internet, torna-se muito difícil, ao passo que mais de 90% dos entrevistados no bairro podem ser considerados pobres.

Dos entrevistados 68,5% disseram ir ao centro da cidade com frequência, em média 3,06 dias por semana. Dos que não se dirigem ao centro da cidade com frequência, 13,3% dizem ser pela distância, 13,3% dizem não ter necessidade de ir sempre, 6,7% não gostam de ir ao centro e 66,7% dizem que só vai ao centro quando precisa.

3.2.2.5 Percepção da violência e do sentimento de segurança dos moradores

Entre os entrevistados, 75,5% disseram que o bairro em que vivem é violento, 55,6% se sentem seguros dentro das suas casas, e 18,5% dizem já ter sofrido violência por parte de algum morador do bairro.

Gráfico 29 - Percepção da violência e do sentimento de segurança dentro do bairro Cachoeirinha da cidade de Bocaiuva-MG, pelos seus moradores.



Fonte: Dados da Pesquisa de Campo, fevereiro de 2010

Indagou-se aos entrevistados se no bairro existem alguns dos problemas tais como drogas, gangues, prostituição, assaltos, homicídios, brigas e embriaguez. A tabela 27 mostra os resultados.

Tabela 27- Percepção dos entrevistados acerca de alguns problemas existentes dentro do bairro Cachoeirinha em 2010

	Sim (%)	Não (%)
Drogas	83,33	16,7
Gangues	61,2	38,8
Prostituição	41,2	58,8
Assaltos	74,0	26,0
Homicídios	71,4	28,6
Brigas	88,2	11,8
Embriaguez	86,5	13,5

Fonte: Dados da Pesquisa de Campo, fevereiro de 2010

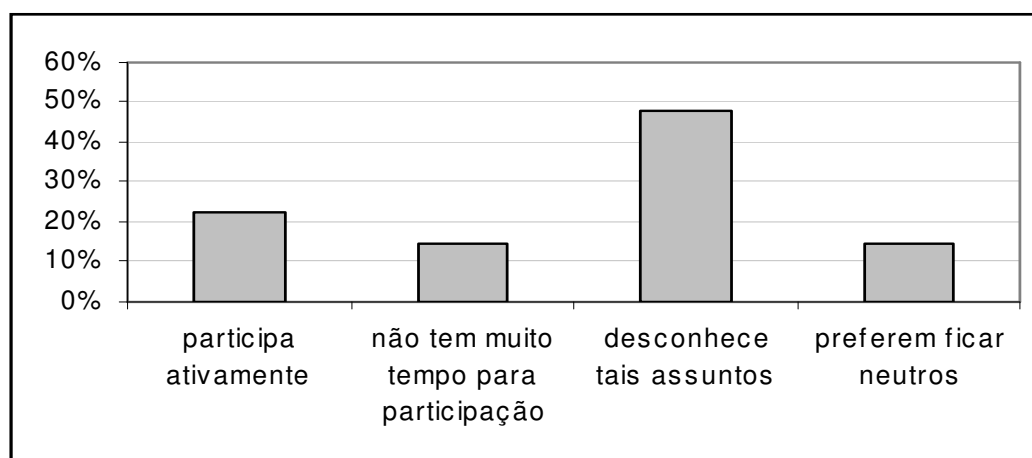
Percebe-se pela tabela 27, que neste bairro, segundo os entrevistados, há grande presença dos problemas citados. A existência de brigas, embriaguez e drogas foram os problemas de maior destaque, sendo registrado o de prostituição como sendo menos considerável na opinião dos entrevistados.

Do ponto de vista dos seus moradores, o bairro Cachoeirinha não é muito tranquilo de se viver, haja vista que mais de 75% dos entrevistados dizem que o bairro é violento, e ainda consideram presentes, grande parte dos problemas citados na tabela 27.

3.2.2.6 Participação política e social

Quanto a participação dos entrevistados, nas questões políticas, econômicas e sociais da cidade de Bocaiuva, 22,2% declararam que procuram participar ativamente de tais assuntos, 14,8% disseram que se interessam, mas não têm muito tempo para tais questões, 48,1% desconhece tais assuntos e 14,8% preferem ficar neutros, não gostam de dar opiniões, conforme gráfico 30.

Gráfico 30 – Participação dos moradores do bairro Cachoeirinha nas questões políticas, econômicas e sociais da cidade de Bocaiuva



Fonte: Dados da Pesquisa de Campo, fevereiro de 2010

Nota-se que de acordo com o gráfico 30, uma grande parte dos moradores do bairro Cachoeirinha desconhece a situação vivida pela cidade, em relação às questões econômicas, sociais e políticas. A distância do bairro em relação aos demais o faz ser excluído até mesmo das informações correntes concernentes aos fatos ocorridos na cidade. Até mesmo o sinal das rádios, fonte de informação mais popular, não funciona em alguns pontos do bairro, dependendo da sintonia pretendida.

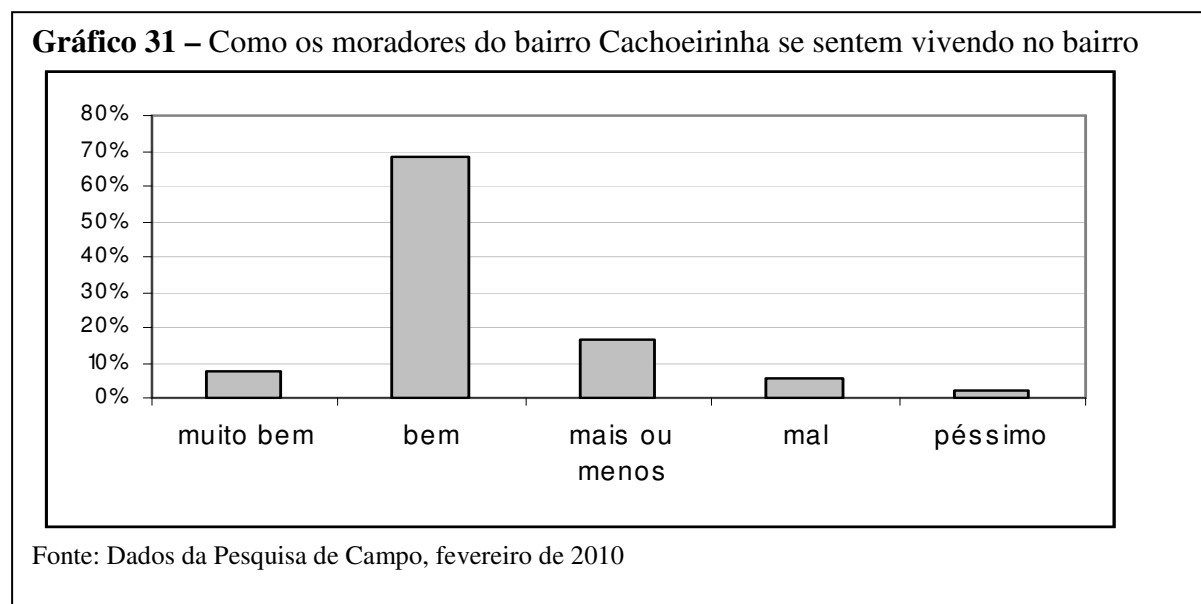
Mesmo privados de informação e de tantas outras coisas, há de se notar que estes possuem considerável participação quanto à filiação partidária, podendo ser observado cerca de 20,4% dos entrevistados filiados. Neste bairro, tem-se a presença forte da associação na vida dos seus moradores, tanto é que cerca de 50% dos entrevistados participam frequentemente das reuniões da associação. Fato importante, que mostra a organização dos seus moradores para cobrarem dos políticos ações concretas para a melhoria das condições do seu bairro.

3.2.2.7 Relação de vizinhança e sentimento quanto ao modo vida

Quanto à relação com a vizinhança, cerca de 74,1% dos moradores responderam que conhecem bem os vizinhos, 13% disseram conhecer mais ou menos, e 13% disse não conhecer bem os vizinhos. Dos entrevistados, 66,7% confiam nos seus vizinhos, e 33,3 não confiam nos seus vizinhos. Quanto ao relacionamento com os vizinhos, 20,8% dizem ter um ótimo relacionamento, 69,8% dizem ter um bom relacionamento, 3,8% dizem ter uma ruim relação com seus vizinhos e 5,7% declaram não se relacionar com os seus vizinhos. Responderam, afirmando, realizar trocas de favores com os vizinhos, cerca de 66,7% dos entrevistados. Destas trocas de favores existentes observa-se que 33,3% relacionam-se a troca de alimentos, 2,8% empréstimo de dinheiro, 8,3% ajudar nos afazeres domésticos, 25% proteção das casas nos momentos de ausência, 5,6% cuidar das crianças umas das outras, 5,6% ajudar nos momentos de doença e 11,1% responderam ajudar nos momentos que são solicitados, 5,6% entrega de correspondências, e 2,8% ir ao centro ou a outro bairro da cidade.

Os moradores, em média, residem no bairro há 11,28 anos, e 52,9% disseram morar em outro bairro da cidade antes de vir morar no Cachoeirinha, 23,5% dizem ter morado na zona rural da cidade, e 23,5% declararam morar em outra cidade antes de vir morar no bairro. Quanto ao motivo de vir morar no bairro, 4,1% dizem ser pelo fato da família já morar no bairro, 12,2% pelo fato de terem ganhado o lote, 2% por terem comprado o lote, 6,1% por terem vindo acompanhar os pais, 12,2% não tinham outro lugar para morar, 4,1% por motivos da separação dos pais, 4,1% por motivos de saúde, 6,1% dizem ser por causa do trabalho, 10,2% por não gostarem do lugar onde morava, 26,5% por terem conseguido um casa para morar e 10,2% pelo fato de terem que acompanhar o cônjuge. Dos moradores, 7,4% se sentem

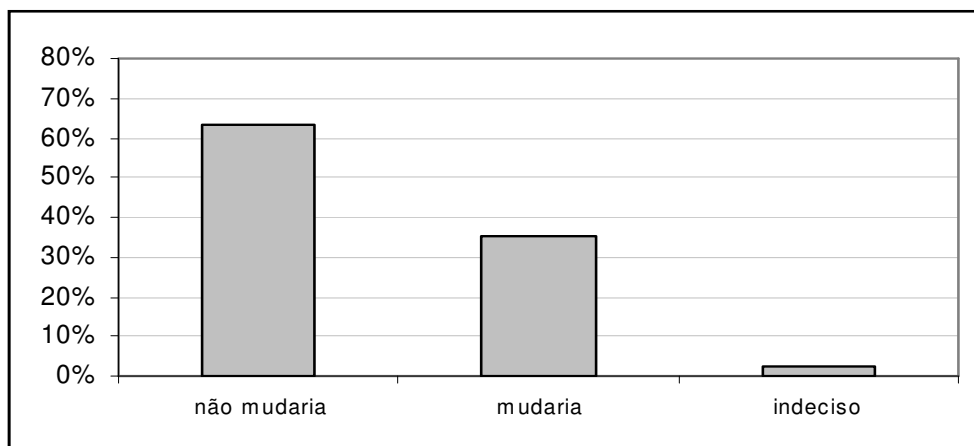
muito bem vivendo no bairro, 68,5% se sentem bem, 16,7% se sentem mais ou menos, 5,6% mal e 1,9% péssimo, de acordo com o gráfico 31.



Em comparação com os demais bairros da cidade, 1,9% dos moradores acha o seu bairro ótimo, 59,3% bom, 24,1% regular, 13% ruim e 1,9% péssimo. Quando perguntado o que os moradores do bairro pensam sobre o que os outros moradores da cidade pensam sobre o bairro deles, 24,5% disseram que considera o bairro bom, 5,7% regular, 56,6% ruim e 13,2% péssimo.

A seguinte pergunta foi feita para os entrevistados: Se lhe fosse dada a oportunidade de mudar para outro bairro da cidade, mudaria? Obteve-se que 35,2% não mudaria, 63% mudaria e 1,9% indecisos conforme mostra o gráfico 32. Dos que mudariam, 34,3% justificava-se por causa da distância do bairro em relação aos outros bairros da cidade, 5,7% por causa dos vizinhos que perturbam, 11,4% por ser um bairro muito violento, 20% por achar muito difícil a vida no bairro, 11,4% por não gostarem do bairro, 8,6% por não terem emprego no bairro, 5,7% por quererem voltar para a cidade onde morava e 2,9% por não gostar de ficar muito tempo no mesmo local. Já para os que responderam que não mudariam, 83,3% justificava-se por gostarem de morar no bairro, 11,1% dizem que não mudaria pelo fato de morar em casa própria e 5,6% pelo fato de que mesmo sendo difícil viver no bairro, gostam viver no bairro.

Gráfico 32 – Se os entrevistados do bairro Cachoeirinha tivessem oportunidade de mudar para outro bairro da cidade



Fonte: Dados da Pesquisa de Campo, fevereiro de 2010

Quanto às vantagens de morar no bairro, 17,6% dizem ter bons vizinhos, 15,7% morar em casa própria, 9,8% poderem contar com alguns benefícios públicos, 3,9% por parecer com a vida na roça, 3,9% pelo fato da família morar no local, 3,9% por tudo ser barato, 25,5% por ser um bairro tranquilo, 2% morar próximo da igreja que frequenta e 17,6% dizem que não tem vantagens de morar no bairro.

3.2.2.8 Acesso a atividades de lazer e de formação complementar

No bairro Cachoeirinha, apenas 3,8% dos entrevistados disseram ser sócios de clubes de lazer. Dos que não eram sócios, foi também perguntado o porquê de não serem. Das pessoas que se enquadram nesta condição, 8,3% declaram que não têm tempo para frequentar clubes, 22,9% disseram não gostar de clubes, 45,8% declaram não ter condições financeiras suficiente para pagar por tal benefício, 14,6% declaram não ser sócios de clubes por falta de acesso, e 8,3% por causa da distância destes em relação ao bairro onde vivem.

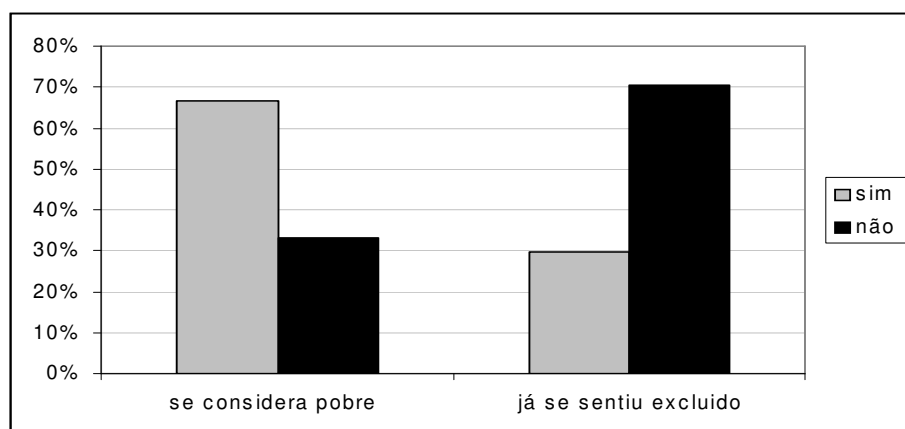
Dos entrevistados, 18,5% disseram praticar ou terem algum membro familiar que tenham acesso a atividades artísticas, tais como, pintura, dança, e música. Dos que responderam não ter acesso a atividades artísticas, 2,5% disseram não ter tempo, 25% disseram não gostar, 20% disseram não possuir condição financeira suficiente, 35% diz não terem acesso, 12,5% por causa da distância do bairro em relação ao centro da cidade, 2,5% por terem vergonha e 2,5% por terem criança pequena em casa.

Dos moradores 11,5% declararam ter conhecimento de pelo menos 1 (uma) língua estrangeira. Dos que declararam não ter conhecimento de nenhuma língua estrangeira, foram indagados sobre o porquê de não possuírem tal conhecimento. Dos 88,5% que se enquadram nesta situação, 4,6% disseram que não têm interesse em conhecer nenhuma língua estrangeira, 2,3% disseram não ter tempo para apreenderem uma nova língua, 9,3% declararam que até têm vontade de aprender outra língua, mas não possuem condições financeiras propícias para investirem em escolas que ensinam outras línguas, 27,9% declarou ser por falta de acesso, 51,2% por não ter escolaridade suficiente e 2,3% por outros motivos.

3.2.2.9 Considerações acerca da pobreza e da exclusão social

Dos moradores que foram entrevistados, 37% são beneficiários do programa Bolsa Família. Observa-se que 63% dizem já ter vivenciado momentos em que o dinheiro adquirido não tenha sido suficiente para custear no mínimo a alimentação, sendo necessário buscar ajuda do vizinho ou de outros. Cerca de 66,7% dos entrevistados se consideram pobres, e 37% afirmaram que eles ou algum membro da família já tenham passado fome. E segundo os mesmos, 22,2% dos entrevistados disseram haver casos de crianças desnutridas na família. Quanto ao sentimento de exclusão, verificamos que 29,6% dos moradores entrevistados disseram já ter se sentido excluído, conforme o gráfico 33.

Gráfico 33 – Consideração a cerca da pobreza e percepção do sentimento de exclusão dos moradores do bairro Cachoeirinha da cidade de Bocaiuva-MG.



Fonte: Dados da Pesquisa de Campo, fevereiro de 2010

Dessas pessoas que disseram já ter se sentido excluídas, 6,7% dizem ser pelo fato de ser mulher, 26,7% por ser pobre, 40% por morar no bairro, 6,7% por morar no bairro e ser pobre, 6,7% por terem baixa escolaridade e 13,3% dizem já ter se sentido excluído dentro da sua família.

4 Um olhar multidimensional sobre a pobreza, exclusão e desenvolvimento

Neste capítulo faz-se algumas considerações acerca do aporte teórico utilizado nos capítulos 1 e 2, com os resultados colhidos na pesquisa empírica dispostos no capítulo 3. Em seguida, busca-se comparar as situações de condições de vida dos dois bairros a partir da análise desagregada dos componentes do índice de desenvolvimento familiar, buscando extrair lições para a compreensão das situações de pobreza e exclusão social para, por fim, proceder a uma sistematização dos dados apresentados, via o cálculo do índice de desenvolvimento familiar.. A partir do IDF, dar-se-á para visualizar com maior precisão o nível de desenvolvimento familiar encontrado para ambos os bairros.

4.1 Pobreza e desigualdades sociais em Jardim Aeroporto e Cachoeirinha

No capítulo anterior, pode-se perceber, a partir dos dados coletados nos dois bairros, que existem muitas diferenças entre os mesmos. No bairro Cachoeirinha pode-se encontrar, em sua maioria, pessoas desempregadas, com baixos salários, baixa escolaridade, pouca formação profissional. Por outro lado, encontram-se no bairro Jardim Aeroporto pessoas com formação escolar mais avançada, bem preparadas profissionalmente, e com potencial de auferir rendas mais elevadas.

Os dados mostraram que as condições de habitação eram bem distintas. No bairro Cachoeirinha há de fato uma privação, não somente de renda, mas também de bens públicos, tais como pavimentação, rede de esgoto, coleta de lixo, entre outros. Os moradores do bairro Cachoeirinha eram os únicos da cidade que não contam com o serviço de entrega dos correios, para receberem suas correspondências devem dirigir-se frequentemente a agência local.

A via de acesso para os mesmos mostra mais uma vez o processo de exclusão em que vive o bairro Cachoeirinha, uma vez que para se deslocar ao centro, ou a qualquer bairro da cidade tem-se que percorrer uma longa distância por estrada de terra. O mesmo encontra-se até mesmo geograficamente distante dos demais bairros que compõem a cidade. É comum ouvir entre os moradores do bairro Cachoeirinha, quando precisam ir para outro bairro da cidade, dizerem que: “vou ter que ir na cidade”. Como se o bairro em que vivessem, não pertencesse ao perímetro urbano, ou quem sabe até mesmo à cidade de Bocaiuva.

Tal distanciamento do bairro e a estigmatização existente, que o rotula como perigoso, faz com que muitos dos que nele vivem, não consigam emprego, como é o caso de alguns relatos de jovens moradoras do bairro que declaram que muitas das vezes em que procuram emprego de domésticas “na cidade”, quando falam que moram no bairro Cachoeirinha, logo os possíveis patrões acham motivos para a não contratação, e uma das justificativas seria o fato do bairro ser muito distante.

Percebe-se que, dentre os dois bairros, assim como nos ensina Sen (2000), sobressaem melhor aqueles moradores que tem maior liberdade, onde a renda, vista como instrumento de minimização da privação, possibilita aos moradores do bairro Jardim Aeroporto, viver com maior comodidade e qualidade de vida. Se o desenvolvimento social, visto a partir das postulações aqui apresentadas, requer aumento na qualidade de vida, é notado que, aos moradores do bairro Cachoeirinha é dada uma menor chance de se sobressaírem no meio social, de conseguirem vencer as privações que a pobreza traz. Isso mostra que, além das condições socioeconômicas desfavoráveis, o espaço não é neutro. Somado a outras variáveis, o espaço pode constituir elemento de estigmatização e consequentemente de exclusão social, como no caso dos moradores do bairro Cachoeirinha.

As estruturas sociais vigentes fazem com que os moradores do bairro Cachoeirinha reproduzam a pobreza e a exclusão social, criando um ciclo, onde a capacidade de mobilidade e inserção social tornam-se reduzidas, ou até mesmo escassas.

4.1.1 Raça/cor e gênero na compreensão da pobreza, da exclusão social e das desigualdades sociais

Ficou constatada na parte empírica deste trabalho a precariedade encontrada no bairro Cachoeirinha, apresentando este, um quadro bem distinto do observado no bairro Jardim Aeroporto.

Ao se analisar a proporção de pobres, cuja renda *per capita* esteja abaixo de meio salário mínimo, verificamos que no bairro Jardim Aeroporto, cerca de 11% dos que foram entrevistados, se encontram abaixo da linha da pobreza, mostrando assim, que a condição de riqueza, não é dada de forma homogênea neste bairro. Dos entrevistados que podem ser considerados pobres neste bairro, verifica-se que os homens estavam em maior proporção, sendo estes de 7% enquanto que as mulheres de 4%. Quanto às diferenças de raça/cor, nota-se que há uma maior proporção de não brancos considerados pobres, sendo este de 7%. Dos não

brancos considerados pobres, as mulheres estavam em melhor condição do que os homens, sendo a proporção para mulheres de 2% enquanto que para os homens de 5%. Ver tabela 28.

Tabela 28 – Proporção de pobres para os bairros Jardim Aeroporto e Cachoeirinha, segundo raça/cor e sexo. (dados em %)

	Jardim Aeroporto (%)	Cachoeirinha(%)
Total	11	90
Homens	07	36
Mulheres	04	54
Branços	4	10
Homens	2	02
Mulheres	2	08
Não Brancos	7	80
Homens	5	34
Mulheres	2	46

Fonte: Dados da Pesquisa de Campo, fevereiro de 2010

Já no bairro Cachoeirinha, nota-se que há uma grande proporção de famílias que se encontravam abaixo da linha da pobreza sendo de 90%. Neste as mulheres estavam em maior proporção sendo de 54% e os homens 36%. Dos 90% que podiam ser considerados pobres, 10% eram brancos, sendo 2% de homens e 8% de mulheres; e 80% eram não brancos sendo 34% de homens e 46% de mulheres.

Percebe-se que nos bairros Cachoeirinha e Jardim Aeroporto a maior parte de pobres era constituído por não brancos, corroborando assim, para a afirmativa de Martins(2004), onde segundo ele, no Brasil a proporção de não brancos pobres é bem superior a de brancos pobres. Já quanto ao sexo, no bairro Cachoeirinha as mulheres estavam em maior proporção abaixo da linha da pobreza e no bairro Jardim Aeroporto eram os homens.

Ao analisar a proporção de extremamente pobres, apresentados na literatura como indigentes, cuja renda *per capita* esteja abaixo de $\frac{1}{4}$ de salário mínimo, nota-se que no bairro Jardim Aeroporto, não houve ninguém nesta situação. Já para o bairro Cachoeirinha, cerca de 68% dos entrevistados se encontravam na situação de extremamente pobres. Destes, 30% eram homens e 38% mulheres, e cerca de 6% eram brancos e 62% eram não brancos. Dos não brancos, 28% eram homens e 34% mulheres, mostrando mais uma vez, que neste bairro, os não brancos e mulheres vivem a pobreza e a extrema pobreza mais intensamente. Ver tabela 29.

Tabela 29 - Proporção de extremamente pobres para os bairros Jardim Aeroporto e Cachoeirinha, segundo raça/cor e sexo. (dados em %)

	Jardim Aeroporto	Cachoeirinha
Total	0	68
Homens	0	30
Mulheres	0	38
Branços	0	6
Homens	0	2
Mulheres	0	4
Não Brancos	0	62
Homens	0	28
Mulheres	0	34

Fonte: Dados da Pesquisa de Campo, fevereiro de 2010

Ao analisar os rendimentos individuais, verificou-se que os moradores do bairro Jardim Aeroporto possuíam renda individual mensal média de R\$ 2.857,84 e o bairro Cachoeirinha de R\$ 275,30. Para ambos os bairros, nota-se que os homens possuíam maiores rendimentos do que as mulheres. E quando se analisa a raça/cor, percebe-se que para o bairro Jardim Aeroporto, os brancos saíam na vantagem, enquanto que para o bairro Cachoeirinha, os não brancos tinham maiores rendimentos. No bairro Jardim Aeroporto e Cachoeirinha, entre os brancos, as mulheres possuíam maiores rendimentos, e entre os não brancos, verificava-se que eram os homens que possuíam maiores rendas (Ver tabela 30).

Tabela 30 – Média de rendimentos individuais para os bairros Jardim Aeroporto e Cachoeirinha, segundo raça/cor e sexo

	Jardim Aeroporto	Cachoeirinha
Total	2.857,84	275,30
Homens	3.131,91	354,00
Mulheres	2.498,12	204,89
Branços	3.838,75	183,00
Homens	3.381,00	-
Mulheres	4.601,67	183,00
Não Brancos	2.110,48	280,73
Homens	2.905,45	354,00
Mulheres	1.236,00	207,47

Fonte: Dados da Pesquisa de Campo, fevereiro de 2010

A renda individual média, para os dois bairros, revela a grande distância existente entre eles no que tange ao poder econômico. A renda média individual dos moradores do bairro Jardim Aeroporto chegava a ser 10 vezes maior que a dos moradores do bairro Cachoeirinha, e quando olhamos para os brancos, percebe-se que tal diferença atinge cerca de vinte vezes.

Para o bairro Jardim Aeroporto, percebe-se que as mulheres não brancas possuíam pior renda média, sendo esta de R\$ 1.236,00, e as mulheres brancas possuíam a melhor situação, com renda individual média de R\$ 4.601,67. Para o bairro Cachoeirinha, as mulheres brancas possuíam pior situação, tendo renda média de R\$ 183,00, e os homens não brancos a melhor condição, com renda individual média de R\$ 354,00. Comparando a pior situação encontrada para o bairro Jardim Aeroporto, com a melhor encontrada para o bairro Cachoeirinha tinha-se, ainda, uma diferença de cerca de três vezes.

Tal diferença entre os bairros pode ser também visualizada, quando se analisa os quartis⁴³ para os rendimentos individuais. Percebe-se quanto aos rendimentos individuais para o bairro Jardim Aeroporto, que no primeiro quartil, onde podiam ser localizados aqueles cuja renda estivesse entre R\$ 200,00 e R\$ 825,00, estavam 24,3% dos entrevistados e para o bairro Cachoeirinha, no quartil 1, de R\$ 50,00 a R\$ 100,00, encontravam-se cerca de 27,8% dos entrevistados. Para o quartil 4 da renda individual dos entrevistados do bairro Jardim Aeroporto, encontravam-se cerca de 24,3% que possuíam entre R\$ 3.251,01 e R\$ 13.300,00, e para o bairro Cachoeirinha, no último quartil, encontram-se 25% dos entrevistados que possuíam entre R\$ 502,51 e R\$ 1.200,00 (Ver tabela 31).

Apreende-se que para os dois primeiros quartis, as mulheres em ambos os bairros, possuíam melhor situação do que os homens, já para os dois últimos quartis, nos quais se encontravam as melhores rendas, vê-se que os homens se encontravam em situação melhor. No bairro Jardim Aeroporto, para os três primeiros quartis, nota-se que as mulheres não brancas estavam em vantagem sobre as mulheres brancas, e para o bairro Cachoeirinha, em todos os quartis, as mulheres não brancas estavam melhor. Para os homens do bairro Jardim Aeroporto, os não brancos estavam melhores nos quartis 2 e 3, e empatados com os brancos no quartil 1, e para o quartil 4, os brancos estavam em vantagem. Já no Cachoeirinha, pelo fato de não haver presença de homens brancos, em todos os quartis há somente homens não brancos.

⁴³ Quartil é uma forma de medida de tendência central, que ao contrario da média, não sofre a influencia dos extremos, este divide os dados em quatro partes iguais.

Tabela 31 – Renda individual, por quartis para o bairro Jardim Aeroporto e Cachoeirinha, segundo raça/cor e sexo.

Renda individual	total	Homens (%)			Mulheres (%)			
		%	Brancos	Não Brancos	total	Brancos	Não Brancos	
Jardim Aeroporto								
Quartil 1	200,00 a 825,00	24,3	5,4	5,4	10,8	5,4	8,1	13,5
Quartil 2	826,00 a 2.000,00	29,7	2,7	10,8	13,5	2,7	13,5	16,2
Quartil 3	2.000,01 a 3.250,00	21,6	5,4	8,1	13,5	2,7	5,4	8,1
Quartil 4	3.251,01 a 13.300	24,3	13,5	5,4	18,9	5,4	0	5,4
Total		100,0	27,0	29,7	56,8	16,2	27,0	43,2
Cachoeirinha								
Quartil 1	50,00 a 100,00	27,8	-	11,1	11,1	2,8	13,9	16,7
Quartil 2	101,00 a 134,00	25,0	-	5,6	5,6	0,0	19,4	19,4
Quartil 3	134,01 a 502,50	22,2	-	16,7	16,7	2,8	2,8	5,6
Quartil 4	502,51 a 1.200,00	25,0	-	13,9	13,9	0,0	11,1	11,1
Total		100,0	0,0	47,2	47,2	5,6	47,2	52,8

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados em fevereiro de 2010

A análise dos quartis mostra que para o bairro Jardim Aeroporto, os homens brancos eram os que se encontravam em melhor situação, ao passo que estes representam 13,5% dos que possuíam rendimentos entre R\$ 3.251,01 e R\$ 13.300,00. Já no bairro Cachoeirinha, os homens não brancos possuíam melhor condição, representando 13,9% dos que recebiam entre R\$ 502,51 e 1.200,00. No bairro Jardim Aeroporto, as mulheres não brancas possuíam menores rendimentos sendo estas representantes de 8,1% dos que recebiam entre R\$ 200,00 e R\$ 825,00. Para o bairro Cachoeirinha, também as mulheres não brancas possuíam os piores rendimentos, sendo estas representantes de 13,9% dos que possuíam rendimentos entre R\$ 50,00 e R\$ 100,00.

4.1.2 Raça/cor e gênero na compreensão da educação

Sabe-se que a educação é uma dimensão importante no processo de desenvolvimento social para o alargamento das oportunidades individuais. As diferenças dos níveis educacionais entre os moradores dos dois bairros eram enormes. No bairro Cachoeirinha,

9,3% dos entrevistados eram analfabetos, enquanto que para o bairro Jardim Aeroporto a porcentagem de analfabetismo foi zero. Dentre os analfabetos encontrados no bairro Cachoeirinha, as mulheres estavam em maior proporção, sendo estas de 5,6%. Quanto à raça/cor, percebe-se que os não brancos estavam em maior proporção na situação de analfabetismo (Ver tabela 32).

Tabela 32 – Proporção de Analfabetos para pessoas de 10 anos ou mais por cor e sexo para o bairro Jardim Aeroporto e Cachoeirinha

	Jardim Aeroporto	Cachoeirinha
Total	-	9,3
Homens	-	3,7
Mulheres	-	5,6
Branços	-	3,7
Homens	-	-
Mulheres	-	3,7
Não brancos	-	5,6
Homens	-	3,7
Mulheres	-	1,9

Fonte: Dados da Pesquisa de Campo, fevereiro de 2010

Ao se analisar a porcentagem de escolarização⁴⁴ para o ensino fundamental, observa-se a ocorrência de 100% para os entrevistados no bairro Jardim Aeroporto, enquanto que para o Cachoeirinha 90,74%. No bairro Jardim Aeroporto havia 44,68% de homens e 55,32% de mulheres no nível fundamental. Para o bairro Cachoeirinha tinha-se 40,74% de homens e 50% de mulheres no nível fundamental. Neste nível, por ser de baixa escolaridade, não havia grande diferença entre os dois bairros (Ver tabela 33).

À medida que aumenta de nível, aumentam-se também as diferenças entre os mesmos. Para o ensino médio, tinha-se a presença de 76,60% dos entrevistados, no bairro Jardim Aeroporto e apenas 16,67% para os entrevistados no bairro Cachoeirinha. Para os dois bairros, as mulheres e os não brancos estavam em maior proporção do que os homens e brancos, neste nível de escolaridade.

⁴⁴ A taxa de escolarização fornece a proporção da população que possui ou que estejam matriculadas no nível/modalidade de ensino, assim sendo, para aqueles que possuem ou estejam no ensino superior, será contado sua presença nos níveis médio e fundamental, e para os que estejam no ensino médio, será contado sua presença também para o ensino fundamental.

Tabela 33 – Porcentagem de escolarização segundo cor/raça e sexo para os bairros Jardim Aeroporto e Cachoeirinha

	Jardim Aeroporto	Cachoeirinha
Ensino Fundamental		
Total	100	90,74
Homens	44,68	40,74
Mulheres	55,32	50
Branços	44,68	5,56
Não Brancos	55,32	85,18
Ensino Médio		
Total	76,60	16,67
Homens	36,17	3,70
Mulheres	40,42	12,97
Branços	36,17	-
Não Brancos	40,43	16,67
Ensino Superior		
Total	42,55	0
Homens	21,27	0
Mulheres	21,27	0
Branços	21,27	0
Não Brancos	21,27	0

Fonte: Dados da Pesquisa de Campo, fevereiro de 2010

Em nível médio, já se vê a grande distância encontrada entre as porcentagens para os dois bairros. O bairro Jardim Aeroporto possuía mais de quatro vezes a proporção de pessoas com taxa de escolarização no nível médio, do que o encontrado para os entrevistados no bairro Cachoeirinha mostrando assim, que atrelado com a pobreza econômica, estava o baixo nível de escolaridade dos moradores do bairro Cachoeirinha.

Em nível superior a diferença se fazia total, uma vez que não podia encontrar ninguém no bairro Cachoeirinha neste nível de escolaridade. Para o bairro Jardim Aeroporto nota-se que 42,55% dos entrevistados se encontravam em tal nível. A grande proporção destes últimos se deve ao fato de que para o cálculo da porcentagem de escolarização ao nível superior, leva-se em conta aqueles que já concluíram o nível superior, bem como aqueles que estavam cursando.

Se ter maior nível de escolaridade possibilita ter melhores empregos, e consequentemente melhores rendas, tem-se então uma explicação para a situação de pobreza

dos moradores do bairro Cachoeirinha, e a situação mais confortável dos moradores do bairro Jardim Aeroporto.

4.1.3 Raça/cor e gênero na compreensão do emprego/desemprego

Nota-se que os entrevistados do bairro Cachoeirinha possuíam baixo nível de escolaridade, e destes apenas 13% disseram possuir pelo menos um curso de qualificação profissional. Com baixa escolaridade e sem capacitação, fica difícil encontrar um emprego que possibilite apropriar de boa remuneração. Os entrevistados do bairro Jardim Aeroporto possuíam excelentes níveis de escolaridade, e cerca de 65% possuíam pelo menos um curso de qualificação profissional, fazendo assim com que estes tivessem maior probabilidade de conseguirem melhores empregos.

A tabela 34 traz dados acerca da taxa de ocupação e desocupação para os entrevistados no bairros Jardim Aeroporto e Cachoeirinha. Nela pode-se ver que 60,4% dos moradores do bairro Jardim Aeroporto encontravam-se ocupados/empregados, enquanto que para o bairro Cachoeirinha nota-se apenas 13%. Nestes, os homens encontravam-se em maior proporção do que as mulheres, e os não brancos em melhor situação do que os brancos.

Tabela 34 – Porcentagem de Ocupação e de Desocupação por cor/raça e sexo

	Jardim Aeroporto(%)	Cachoeirinha(%)
Taxa de ocupação⁴⁵		
Total	60,4	13
Homens	71,9	20
Mulheres	49	6
Branco	59	-
Não Branco	61	13
Taxa de Desocupação⁴⁶		
Total	39,6	87
Homens	28,1	80
Mulheres	51	94
Branco	41	-
Não Branco	39	87

Fonte: Dados da Pesquisa de Campo, fevereiro de 2010

⁴⁵ Corresponde ao quociente entre população empregada e população economicamente ativa..

⁴⁶ Corresponde ao quociente entre população desempregada e população economicamente ativa.

Ao ser analisada a taxa de desocupação, percebe-se que para o bairro Cachoeirinha esta chegava a 87%, e para o bairro Jardim Aeroporto 39,6%. As mulheres e os brancos possuíam maiores taxas de desocupação.

Para as condições de emprego/desemprego, percebe-se que há uma incidência de gênero, para ambos os bairros, remetendo as mulheres a uma maior taxa de desemprego. Quanto à raça/cor, apreende-se que em relação ao emprego/desemprego, esta não se faz muito presente, uma vez que dentre os que estavam empregados, a maior proporção foi de não brancos para os dois bairros.

4.2 Desenvolvimento numa perspectiva multidimensional

Estabelecer de forma clara e concisa a mediação dos conceitos de desenvolvimento social e pobreza não é tarefa das mais simples. Compreende-se que, tais conceitos são multidimensionais e não podem ser resumidos a aspectos unicausais em seu conteúdo. Na tentativa de superar o reducionismo que perpassa a equiparação das medidas de desenvolvimento social e pobreza, com a condição monetária, ganha corpo, desde a década de 1990 - com a elaboração do IDH -, a elaboração de indicadores sintéticos que levam em conta mais dimensões do que a medida de renda.

O IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) desenvolveu o IDF – Índice de Desenvolvimento Familiar, feito com base nas informações da PNAD e do Cadastro Único do Governo Federal. Na elaboração do IDF original examina-se 6 dimensões, 26 componentes e 48 indicadores, sendo que o índice pode variar de 0 (pior situação) a 1 (melhor situação). As seis dimensões analisadas no IDF são: Ausência de Vulnerabilidade; Acesso ao Conhecimento; Acesso ao Trabalho; Disponibilidade de Recursos; Desenvolvimento Infantil e Condições Habitacionais.

Com o intuito de visualizar as condições de vida dos moradores dos bairros Jardim Aeroporto e Cachoeirinha, sob múltiplas dimensões é que se procede a construção do IDF - Índice de Desenvolvimento Familiar numa versão adaptada, em que são mantidas as mesmas 6 dimensões da formulação original, sofrendo algumas mudanças nos componentes e nos indicadores. Para o modelo aqui utilizado, temos 49 indicadores, 27 componentes e 6 dimensões.

Segundo os idealizadores do IDF, ele pode ser adaptado, de acordo com o contexto social. Assim sendo o IDF poder ser adaptado a cada região, de acordo com as características singulares, podendo assim, ser utilizado seguindo critérios que melhor representem uma dada realidade.

O indicador sintético que estamos propondo, como qualquer outro indicador dessa natureza, reúne um conjunto de indicadores e atribui pesos às dimensões. A definição de quais devem ser esses indicadores e pesos não obedece a uma solução matemática relacionada ao cálculo do indicador, mas deve provir do debate da sociedade. (BARROS; CARVALHO; FRANCO, 2003, p.10)

Ao se enfatizar o controle dessas seis dimensões brevemente demarcadas entende-se que “cada uma dessas seis dimensões representa, em parte, o acesso aos meios necessários para as famílias satisfazerem suas necessidades e, em outra parte, a consecução de fins, isto é, a satisfação efetiva de tais necessidades” (BARROS; CARVALHO; FRANCO, 2003, p.08)

O indicador sintético de cada componente é a média aritmética dos indicadores utilizados para representar esse componente. Da mesma forma, o indicador sintético de cada dimensão é a média aritmética dos indicadores sintéticos dos seus componentes. Por fim, o indicador sintético global, é a média aritmética dos indicadores sintéticos das seis dimensões que o compõem. (BARROS; CARVALHO; FRANCO, 2003, p.19)

Percebe-se que, a utilidade de um indicador sintético para uma sociedade tem enorme relevância para a avaliação de cumprimentos de metas de desenvolvimento social, pois expressa o que se passou com as dimensões e indicadores considerados mais relevantes pela sociedade. Outro fator importante, relacionado aos indicadores sintéticos, é o fato de que, a partir de suas análises, escolhe-se melhor os programas sociais a serem aplicados. Ainda pode-se utilizá-los para que se veja quem, dentre os necessitados, estejam em pior situação, para que assim, possam servir de base para os programas de focalização.

Apresentar-se-á, nos próximos itens, os resultados obtidos para o IDF dos bairros estudados. Primeiro os dados para cada dimensão, juntamente com seus componentes e indicadores, para que no final, numa única tabela, sejam mostrados os resultados obtidos para todas as dimensões juntamente com o indicador sintético geral. A lógica de análise é a mesma da formulação original, quanto mais próximo de 1, melhor é a situação.

4.2.1 Indicadores de Vulnerabilidades das Famílias

O indicador de Ausência de Vulnerabilidade tem como objetivo medir as situações em que as famílias expostas a elas podem se tornar mais vulneráveis a pobreza e a privação. Desta ótica, a presença de segmentos como idosos, crianças, negros, entre outras categorias podem acarretar situações de vulnerabilidade.

Conforme tabela 35, vê-se que para a dimensão ausência de vulnerabilidade das famílias, as famílias do bairro Jardim Aeroporto se encontravam em melhor situação do que as famílias do bairro Cachoeirinha.

Tabela 35 – Indicador de Vulnerabilidade das famílias dos bairros Jardim Aeroporto e Cachoeirinha em fevereiro de 2010

	Jardim Aeroporto	Cachoeirinha
V. Ausência de Vulnerabilidade das famílias	0,77	0,59
V1. Ausência de mulheres como chefes de família	0,75	0,65
V1.1. Ausência de mulher assumindo o papel de chefe de família	0,75	0,65
V2. Ausência de negros	0,85	0,56
V2.1. Ausência de negros na família	0,83	0,46
V2.2. Ausência de mulheres negras na família	0,87	0,67
V3. Atenção e Cuidados Especiais com Crianças, Adolescentes e Jovens	0,44	0,26
V3.1. Ausência de crianças	0,56	0,37
V3.2. Ausência de criança ou adolescente	0,44	0,28
V3.3. Ausência de criança, adolescente ou jovem	0,31	0,15
V4. Atenção e Cuidados Especiais com Idosos	0,92	0,76
V4. Ausência de idoso	0,92	0,76
V5. Dependência Econômica	0,74	0,61
V5.1. Presença de cônjuge	0,81	0,70
V5.2. Mais da metade dos membros encontra-se em idade ativa	0,67	0,52
V6. Presença da Mãe	0,95	0,71
V6.1. Não existe criança no domicílio que não viva com a mãe	1	0,91
V6.2. Ausência de mães com menos de 8 anos de estudo	0,90	0,52

Fonte: Dados da Pesquisa de Campo, fevereiro de 2010

Em todos os indicadores analisados, para a construção da dimensão ausência de vulnerabilidade, o bairro Jardim Aeroporto apresentava melhores resultados. Nota-se que entre os indicadores e componentes para o bairro Jardim Aeroporto, a pior situação foi o componente atenção e cuidados especiais com crianças, adolescentes e jovens e o com melhor situação foi de presença da mãe. Para o bairro Cachoeirinha, o pior resultado foi também o de atenção e cuidados especiais com crianças, adolescentes e jovens, e a melhor situação para o componente atenção e cuidados especiais com idosos.

4.2.2 Indicadores de Acesso ao conhecimento

O acesso ao conhecimento por sua vez dá a dimensão dos meios pelos quais as famílias podem satisfazer suas necessidades. Pela tabela 36, vê-se que as famílias no bairro Jardim Aeroporto superava as famílias do bairro Cachoeirinha em mais de duas vezes no quesito acesso ao conhecimento. Como citado anteriormente, nota-se que os entrevistados do bairro Cachoeirinha possuía piores níveis de escolaridade, tendo também baixa formação profissional, fazendo assim com que estivesse em desvantagem na luta por melhores empregos.

Tabela 36 – Indicador de Acesso ao conhecimento das famílias dos bairros Jardim Aeroporto e Cachoeirinha

	Jardim Aeroporto	Cachoeirinha
C. Acesso ao Conhecimento	0,83	0,40
C1. Analfabetismo	1	0,88
C1.1. Ausência de adulto analfabeto	1	0,80
C1.2. Ausência de adulto analfabeto funcional	1	0,96
C2. Escolaridade	0,89	0,26
C2.1. Presença de pelo menos um adulto com ensino fundamental completo	1	0,65
C2.2. Presença de pelo menos um adulto com ensino médio completo	0,96	0,13
C2.3. Presença de pelo menos um adulto com alguma educação superior	0,71	0
C3 Qualificação profissional	0,61	0,07
C3.1. Presença de pelo menos um trabalhador com qualificação média ou alta	0,58	0
C3.2. O entrevistado possui pelo menos um curso de qualificação profissional	0,65	0,13

Fonte: Dados da Pesquisa de Campo, fevereiro de 2010

4.2.3 Indicadores de Acesso ao Trabalho

Acesso ao trabalho por sua vez, significa na construção do índice, a oportunidade que as pessoas tem de ativar suas capacidades adquiridas em relação ao investimento em seu capital humano.

Na dimensão, acesso ao trabalho, as famílias do bairro Jardim Aeroporto superavam em seis vezes o resultado encontrado para as famílias do bairro Cachoeirinha, mostrando assim, que ao estarem mais vulneráveis, os moradores deste bairro não conseguiam ter boa formação escolar, tendo assim pouca oportunidade de trabalho, provocando a grande proporção de desempregados, ou exercício de trabalhos precários com baixas remunerações.

Tabela 37- Indicadores de Acesso ao Trabalho das famílias dos bairros Jardim Aeroporto e Cachoeirinha

	Jardim Aeroporto	Cachoeirinha
Acesso ao Trabalho	0,78	0,13
T1. Disponibilidade de trabalho	0,69	0,18
T1.1. Mas da metade dos membros em idade ativa encontra-se ocupada	0,69	0,18
T2. Qualidade do Posto de Trabalho	0,91	0,18
T2.1. Presença de pelo menos um ocupado no setor formal	0,81	0,07
T2.2. Presença de pelo menos um ocupado em atividade não agrícola	1	0,30
T3. Remuneração	0,74	0,03
T3.1. Presença de pelo menos um ocupado com rendimento superior a 1 salário mínimo	0,82	0,04
T3.2. Presença de pelo menos um ocupado com rendimento superior a 2 salários mínimos	0,66	0,02

Fonte: Dados da Pesquisa de Campo, fevereiro de 2010

4.2.4 Indicadores de Disponibilidade de Recursos

Outra dimensão abarcada pelo IDF é a que considera o *Acesso a Recursos* com os quais uma família pode garantir a satisfação de suas necessidades básicas. Dessa forma, entender como se dimensiona a renda dentro do âmbito familiar é de grande importância, já que na sociedade capitalista, de alguma forma, a satisfação das necessidades passa pelo

componente de renda, mesmo considerando que a satisfação das necessidades ultrapassa o aspecto monetário.

Quanto a esta dimensão, como esperado, a melhor condição é para as famílias do bairro Jardim Aeroporto, sendo que este supera em mais de duas vezes o encontrado para o bairro Cachoeirinha.

Esta dimensão vem corroborar para as análises já feitas, onde mostramos que a proporção de pobres no bairro Cachoeirinha é muito alta, fazendo assim, que o indicador de pobreza deste bairro seja bem mais inferior do que o mesmo indicador para o bairro Jardim Aeroporto. E que no bairro Cachoeirinha há também uma grande proporção de pessoas abaixo da linha da extrema pobreza.

Tabela 38 – Indicador de Acesso a Disponibilidade de Recursos das famílias dos bairros Jardim Aeroporto e Cachoeirinha

	Jardim Aeroporto	Cachoeirinha
Acesso a Disponibilidade de Recursos	0,93	0,35
R1. Extrema pobreza	1	0,34
R1.1. Renda familiar per capita superior à linha de extrema pobreza	1	0,34
R2. Pobreza	0,89	0,10
R2.1. Renda familiar per capita superior à linha de pobreza	0,89	0,10
R3. Capacidade de geração de renda	0,91	0,63
R3.1. Maior parte da renda familiar não advém de transferências	0,91	0,63

Fonte: Dados da Pesquisa de Campo, fevereiro de 2010

4.2.5 Indicadores de Desenvolvimento Infantil

Outro ponto de desenvolvimento social, mensurado no IDF, é a capacidade de cada sociedade garantir, a cada criança, um desenvolvimento em sentido amplo. Assim sendo, as informações desenvolvidas com base na PNAD, o índice de desenvolvimento infantil, leva em consideração as categorias dispostas na tabela 39.

Nesta dimensão não houve grande diferença entre os dois bairros, sendo esta de apenas 0,09. Dos componentes utilizados, verifica-se que o de desnutrição infantil foi o pior encontrado para o bairro Cachoeirinha e Jardim Aeroporto

Tabela 39 – Indicador de Desenvolvimento Infantil das famílias dos bairros Jardim Aeroporto e Cachoeirinha

	Jardim Aeroporto	Cachoeirinha
Desenvolvimento Infantil	0,98	0,89
D1. Trabalho precoce	0,99	0,96
D1.1. Ausência de criança com menos de 14 anos trabalhando	1	0,98
D1.2. Ausência de criança com menos de 16 anos trabalhando	0,98	0,94
D2. Acesso a Escola	0,97	0,85
D2.1. Ausência de criança até 6 anos fora da escola	0,92	0,81
D2.2. Ausência de criança de 7-14 anos fora da escola	1	0,94
D2.3. Ausência de criança de 7-17 anos fora da escola	1	0,81
D3. Progresso Escolar	1	0,96
D3.1. Ausência de criança de até 14 anos com mais de 2 anos de atraso	1	0,87
D3.2. Ausência de adolescente de 10 a 14 anos analfabeto	1	1
D3.3. Ausência de jovem de 15 a 17 anos analfabeto	1	1
D4. Desnutrição Infantil	0,96	0,78
D4.1. Ausência de crianças desnutridas	0,96	0,78

Fonte: Dados da Pesquisa de Campo, fevereiro de 2010

4.2.6 Indicadores de Condições Habitacionais

Por fim, o último fator a ser considerado na composição do Índice de Desenvolvimento das Famílias é a condição de habitação sob a qual cada família vive. A tabela 40 traz o resultado para esta dimensão, mostrando que as condições de habitação das famílias no bairro Jardim Aeroporto eram bem melhores do que as encontradas para o bairro Cachoeirinha, em que se nota a grande privação de recursos públicos tais como coleta de lixo e tratamento de esgoto, serviços estes essenciais para a manutenção da saúde.

No bairro Cachoeirinha, o pouco acesso das famílias a bens duráveis mostra a privação que a pobreza econômica pode gerar. Ser pobre é ter pouco, e esse ter pouco muitas vezes minimiza as chances de possuir uma moradia digna.

Tabela 40 – Indicador de Condições Habitacionais das famílias dos bairros Jardim Aeroporto e Cachoeirinha

	Jardim Aeroporto	Cachoeirinha
Condições de Habitação	0,95	0,67
H1. Propriedade	0,91	0,88
H1.1. Domicílio Próprio	0,90	0,83
H1.2. Domicílio Próprio ou Cedido	0,92	0,93
H2. Déficit Habitacional	1	0,43
H2.1. Densidade de até 2 moradores por domicílio	1	0,43
H3. Abrigabilidade	1	0,65
H3.1. Existência de no mínimo 4 cômodos no domicílio	1	0,65
H4. Acesso a abastecimento de Água	1	0,98
H4.1. Acesso adequado a água	1	0,98
H5. Acesso a saneamento	0,94	0,56
H5.1 Esgotamento Sanitário adequado	0,94	0,56
H6. Acesso a coleta de lixo	1	0,54
H6.1 Lixo é coletado pelo serviço de limpeza urbana	1	0,54
H7. Acesso a energia elétrica	1	0,94
H7.1. Acesso a eletricidade	1	0,94
H8. Acesso a bens duráveis	0,79	0,39
H8.1. Acesso a rádio	0,94	0,72
H8.2. Acesso a rádio e televisão	0,92	0,70
H8.3. Acesso a rádio, televisão e geladeira ou freezer	0,92	0,54
H8.4. Acesso a rádio, televisão, geladeira ou freezer e máquina de lavar roupas	0,79	0,37
H8.5. Acesso a rádio, televisão, geladeira ou freezer, máquina de lavar roupas e telefone fixo	0,67	0
H8.6. Acesso a rádio, televisão, geladeira ou freezer, máquina de lavar roupas, telefone fixo e computador	0,50	0

Fonte: Dados da Pesquisa de Campo, fevereiro de 2010

4.3 O índice de desenvolvimento familiar dos bairros estudados

Ao se analisar todas as seis dimensões, aqui expostas, encontra-se o indicador sintético para o IDF dos bairros em análise. Mais do que números, este indicador traz a tentativa de entender o nível de desenvolvimento para os dois bairros.

Foram utilizados como ponto de corte para a análise do índice 1/2 (0,50) e 2/3 (0,67), indicativos de situação muito grave e grave. Visualiza-se na tabela 41, que o indicador

sintético para o desenvolvimento das famílias do bairro Jardim Aeroporto foi de 0,87, mostrando assim que este bairro possuía um bom desenvolvimento familiar, ao contrário do bairro Cachoeirinha cujo indicador sintético 0,50 o colocava em situação muito grave quanto ao desenvolvimento de suas famílias.

Tabela – 42 Indicador de Desenvolvimento Familiar dos bairros Jardim Aeroporto e Cachoeirinha

Dimensão	Jardim Aeroporto	Cachoeirinha
Indicador sintético	0,87	0,50
Vulnerabilidade	0,77	0,59
Acesso ao conhecimento	0,83	0,40
Acesso ao trabalho	0,78	0,13
Disponibilidade de recursos	0,93	0,35
Desenvolvimento infantil	0,98	0,89
Condições habitacionais	0,95	0,67

Fonte: Dados da Pesquisa de Campo, fevereiro de 2010

Para o bairro Jardim Aeroporto, todas as dimensões analisadas se encontravam com indicadores bem superiores aos cortes estabelecidos. Para o bairro Cachoeirinha, percebe-se que a situação do acesso ao conhecimento, ao trabalho e a disponibilidade de recursos encontravam-se em situação muito grave. A dimensão de condições habitacionais e de ausência de vulnerabilidade para o bairro Cachoeirinha encontravam-se em situação grave, para este bairro a única dimensão com bom desenvolvimento é a de desenvolvimento infantil.

Com esse índice de desenvolvimento familiar, constata-se que a pobreza e a situação vivida pelos moradores do bairro Cachoeirinha, fazem com que estes tenham menos oportunidades de êxito social, fazendo com que os mesmos estejam em um processo de desenvolvimento muito grave, com poucos avanços, e com várias dimensões de suas vidas privadas pela falta de liberdade, gerada pela situação em que vivem.

Considerações finais

O pobre não é um alguém a ser definido de forma concreta e objetiva, fato é que a pobreza assume características multidimensionais. O pobre aqui analisado encontra-se em situação de dependência, exploração, desafiliação e marginalidade, à luz da análise feita por

Bajoit (2006). Não é apenas uma dessas características que os definem, mas sim a aglutinação dessas tipologias que dão forma à pobreza encontrada no bairro Cachoeirinha.

O aporte teórico utilizado, no capítulo 1, serviu para orientar as discussões acerca do tema proposto, fazendo uma revisão das principais literaturas julgadas importantes. Percebe-se neste, que pobreza é um processo que envolve várias faces, sendo a renda uma das dimensões que a compõe. Sen (2000) mostra que a pobreza não deve ser entendida apenas como privação econômica, segundo ele, a pobreza gera privação de liberdades, e tais privações constituem as principais barreiras para o alcance do desenvolvimento social. E da mesma forma que o conceito de pobreza, o conceito de exclusão, abrange múltiplas dimensões, podendo ser verificadas várias faces para a sua configuração.

O Brasil não é um país pobre, mas sim muito desigual. Neste sentido, o capítulo 2 teve como intenção trazer para a discussão da pobreza e da exclusão social, a análise de gênero e raça/cor, mostrando que no Brasil, as mulheres e não brancos encontram-se em grupos historicamente excluídos e desvalorizados. Neste, ainda foram feitas considerações acerca da educação, do emprego/desemprego e das políticas que são adotadas para tentar combater a pobreza e a desigualdade no país.

Pode-se perceber ao longo do terceiro e quarto capítulos, que as diferenças encontradas entre os moradores dos dois bairros, são enormes. Os habitantes do bairro Cachoeirinha não são pobres somente em questão de renda, mas o são também pela falta de infra-estrutura básica, educação, oportunidade de emprego, capacitação profissional, acesso a bens duráveis e por estarem mais expostos à vulnerabilidade e ao risco social.

Adotando a perspectiva da pobreza em suas várias vertentes, para além da focalização da renda, ficou claro e sem sobra de dúvidas, que a pobreza, constitui-se como entrave para o desenvolvimento social; a não pobreza possibilita uma maior mobilidade, uma vez que os não pobres são aqueles que possuem maiores níveis de escolaridade, maior quantidade de cursos de capacitação, sendo assim, em maior número absorvidos pelo mercado de trabalho, tendo maiores rendas e melhores empregos.

Assim sendo, as hipóteses inicialmente levantadas foram confirmadas uma vez que foi possível verificar, que os níveis de educação constituem-se diferentes entre os habitantes dos dois bairros, que os moradores do bairro Jardim Aeroporto encontram-se mais bem instruídos e melhores colocados quanto à educação e, que os moradores do bairro Cachoeirinha possuem níveis baixíssimos de escolaridade. É mais do que sabido, que a educação, vem ganhando importância para o entendimento do desenvolvimento. A pessoa com maior nível educacional tem maior probabilidade de sair da situação de pobreza, ou de

evitá-la. Quanto à questão do emprego e desemprego, pode-se perceber que, no bairro Cachoeirinha o número de pessoas que se declararam desempregadas é bem superior aos desempregados do bairro Jardim Aeroporto. Dos entrevistados, 81,5% encontram-se em situação de desemprego no bairro Cachoeirinha, enquanto que para o bairro Jardim Aeroporto, 32,3% estavam na mesma situação. O tipo de trabalho do bairro Cachoeirinha está ligado mais ao serviço braçal, informal, como doméstica, faxineira e lavrador. Já no bairro Jardim Aeroporto, verifica-se que os empregos são mais formais, não braçais, com carteira de trabalho assinada, efetivados, e por contrato, tendo assim maior estabilidade de trabalho, encontram-se engenheiros, professores, médicos, empresários, entre outros. Percebe-se ainda quanto à alta proporção de desempregados no bairro Cachoeirinha, que atrelado à baixa escolaridade e a baixa capacitação profissional, tem-se a estigmatização do bairro, em que se verifica que boa parte dos moradores atribuem às causas do desemprego ao fato de serem discriminados por serem moradores do bairro, mostrando assim que além das questões estruturais e sociais, tem-se uma forte influência da variável espaço.

Diante do quadro em cena, ficou constatado que a pobreza limita a condição de agente, minimizando as chances de sucesso e maximizando as oportunidades do fracasso. E, tal afirmação pode ser mostrada com as comparações do índice de desenvolvimento familiar dos dois bairros, e com as distâncias de indicadores positivos encontrados entre os mesmos.

Apesar da grande precariedade vivida pelos habitantes do bairro Cachoeirinha, há de se notar que estes possuem como ponto positivo à união, marcada pelos laços fortes de confiança mútua, ajudando assim uns aos outros a enfrentarem os obstáculos do dia a dia. A troca de favores neste bairro é bem mais do que dar e receber, carregam consigo a essência de valores incalculáveis, que fazem com que os que vivam ali, tenham, apesar de toda privação sofrida, motivos para não desistirem e lutarem para alcançar uma vida melhor. Comprovação da não inércia desses moradores pode ser vista nas reuniões da associação do bairro, nas quais, os mesmos não medem esforços para tentarem a cada dia mais, trazer o poder público para as discussões dos problemas por eles vividos.

As postulações do desenvolvimento social nos leva a pensar que ainda estamos longe de alcançá-lo, ainda existem muitas desigualdades, e muitos contrastes de riqueza e pobreza, convivendo em espaços, às vezes distantes e às vezes próximos. O que divide o pobre do não pobre não é a linha da pobreza, mas sim a vontade política de construir um país melhor, de ter uma cidade melhor. O pobre, aqui encontrado, é bem mais do que a soma de seus fracassos individuais, no entendimento aqui proposto, é fruto de um problema estrutural, que só

conseguirá alcançar êxito, se isto acontecer um dia, quando tivermos políticas e políticos comprometidos com a minimização do problema.

Os moradores do bairro Cachoeirinha encontram-se sem muitas alternativas, não basta somente à vontade deles para que saiam da situação de pobreza, se não conseguem ter bons empregos por possuírem baixa escolaridade e nenhuma capacitação profissional, não tem também maiores condições de ter e dar uma vida livre das privações que a insuficiência de renda pode causar, o que contribui para o ciclo geracional da pobreza. Os filhos destes, como os pais, não tem muita condição, logo, abandonam a escola e dessa forma, nasce um ciclo, no qual o pobre se multiplica sem chances, ou com mínimas chances de alcance de existo social.

Sabe-se que a exclusão social pode da mesma forma que a pobreza, se metamorfosear em várias faces. O excluído, não o é somente pelo fato de ser pobre, mas este também pode ser por preferências sexuais, cor da pele, deficiência física, por ser homem ou mulher, entre outros. No bairro Cachoeirinha, estes não estão inseridos somente em um tipo de exclusão, encontram-se às vezes excluídos por serem pobres, por serem moradores do bairro, por não serem brancos. As condições de vida dos moradores do bairro não se encontram distantes somente dos demais bairros da cidade, como também se encontra longe dos benefícios encontrados nos demais bairros, como equipamentos sociais e infra-estrutura. Pavimentação, rede de esgoto, serviços de coleta de lixo e correios, são apenas alguns dos exemplos deste aspecto.

Em muitos relatos de jovens, do bairro Cachoeirinha, quando os outros moradores da “cidade” os vêem, logo pensam que são bandidos, que não são cidadãos de bem. O bairro tem na cidade, conforme visão de muitos, uma imagem de periculosidade, de um lugar onde vivem somente os bandidos. Ao contrário do imaginário, ou das construções que foram feitas acerca do bairro e dos seus moradores, encontra-se neste, pessoas sofridas, às vezes cansadas de promessas não cumpridas, desgastadas pela privação de suas liberdades substantivas, exaustas por não conseguirem mais nem entender o que se passa em suas vidas. Muitos, já acomodados, acostumados com o descaso e com a humilhação. Outros já dependentes de ajuda, pouco acreditam em si mesmos, preferem, se é que isto se constitui como escolha, levar a vida, ou melhor, deixar que a vida os leve.

A grande contribuição desse trabalho para a discussão acerca da pobreza e do desenvolvimento social, constituiu-se da construção do IDF – Índice de Desenvolvimento Familiar, para as famílias entrevistadas nos bairros em estudo, revelando grandes diferenças

entre eles. O IDF dos entrevistados no bairro Cachoeirinha foi de 37 pontos percentuais menor do que o encontrado para o bairro Jardim Aeroporto.

Conclui-se assim, que os moradores do bairro Jardim Aeroporto, saem com suas condições de agentes maximizadas, podendo alcançar seus objetivos com maior facilidade, conseguindo assim, ter uma vida com maior qualidade. O desenvolvimento social é para nós a soma das possibilidades de se viver bem, de se ter uma boa educação, de poder se vestir de forma apropriada, de poder fazer tudo aquilo quanto julgar necessário para que ocorra o desenvolvimento de todas as suas potencialidades.

Referências Bibliográficas

ABRAMO, Lais. Um olhar de gênero: visibilizando precarizações ao longo das cadeias produtivas. In: ABRAMO, Lais; ABREU, Alice Rangel. **Gênero e trabalho na sociologia latino-americana**. São Paulo: ALAST, 1998. p.39-61.

ABRANCHES, Sérgio Henrique. Política Social e Combate a Pobreza: A teoria da prática. In: ABRANCHES, Sérgio H; SANTOS, Wanderley Guilherme dos; COIMBRA, Marcos Antônio (Orgs). **Política Social e Combate a Pobreza**.3.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, p.9 -32.

ALAMBERT, Zuleika. **Feminismo: o ponto de vista marxista**. São Paulo: Nobel, 1986.

ANANIAS, Patrus. **A dignidade do trabalho**. Artigo publicado originalmente no jornal O Estado de Minas em 28/04/2004.

ANANIAS, Patrus. **Prioridade Social**. Artigo publicado no Jornal Estado de Minas em 25/11/2004.

ANANIAS, Patrus. **As condições para ensinar a pescar**. Artigo publicado originalmente em 27/12/2004 no jornal Folha de São Paulo.

ANANIAS, Patrus. **O fortalecimento de um novo modelo de política social**. Publicado em 13/07/2006 no sitio do MDS.

ANANIAS, Patrus. **Crise de valores**. Artigo publicado no Correio Braziliense em 14/08/2006.

ANANIAS, Patrus. **Transferir renda e superar a pobreza**. Artigo publicado na Folha de São Paulo - SP em 27/08/2006.

ANANIAS, Patrus. **A política social e a resposta à globalização**. Publicado no sitio do MDS em 14/05/2007.

ANANIAS, Patrus. **Políticas permanentes**. Artigo publicado nos Jornais Folha de Boa Vista e da Paraíba em 02/07/2007.

ANANIAS, Patrus. **O caminho da emancipação social**. Artigo publicado na Coluna Opinião da Folha de São Paulo em 02/07/2007.

ANANIAS, Patrus. **A desigualdade é violenta**. Publicado em 23/10/2007 no sitio do MDS.

ANANIAS, Patrus. **Quatro anos de luta pelos mais pobres**. Publicado no Jornal do Brasil em 27/01/2008.

ANANIAS, Patrus. **Políticas sociais como pilar fundamental para o desenvolvimento de uma nação**. Publicado no Blog do jornalista Luís Nassif - 28/01/2008.

ANANIAS, Patrus. **Pilar para o desenvolvimento**. Publicado em Desafios do Desenvolvimento, revista mensal do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), edição nº 40, de fevereiro de 2008.

ANANIAS, Patrus. **Política social: o que temos a falar; o que temos a aprender**. Artigo publicado no Jornal do Brasil em 25 de maio de 2008.

ANANIAS, Patrus. **Constituição Cidadã, 20 anos**. Publicado no sitio do MDS em 03/10/2008.

ANANIAS, Patrus. **Bolsa Família - um elo forte da rede**. Publicado no sitio do MDS em 09/11/2008.

ANANIAS, Patrus. **Políticas sociais em tempos de crise**. Publicado no sitio do MDS em 16/03/2009.

ANANIAS, Patrus. **Qualificação: desenvolvimento com justiça social**. Publicado no sitio do MDS em 10/06/2009.

ANANIAS, Patrus. **Crise e políticas sociais**. Artigo publicado no jornal Folha de São Paulo em 03/08/2009.

ARENDR, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

AZZONI, C. (2000). **Globalização, integração e desequilíbrios regionais em países da América Latina**. In: Anais do Fórum BNB: Novos desafios para o século XXI. Fortaleza, 20 e 21 de julho de 2000.

BAJOIT, Guy. Olhares Sociológicos, Rostos da Pobreza e Concepções do Trabalho Social. In: BALSÁ, Casimiro; BONETTI, Lindomar W.; SOULET, Marc-Henry (Orgs). **Conceitos e Dimensões da Pobreza e da Exclusão Social: uma abordagem transnacional**. Ijuí: Ed. Unijui, 2006, p.31-102.

BARROS, Ricardo P.; CARVALHO, Mirela; FRANCO, Samuel. O índice de desenvolvimento das famílias (IDF). **Texto para Discussão nº 0986**. Brasília: IPEA, 2003.

BEDIN, Gilmar Antonio. Estado de Direito e Desigualdades Sociais: uma leitura da exclusão social a partir da realidade brasileira. In: BALSÁ, Casimiro; BONETI, Lindomar W.; SOULET, Marc-Henry (Orgs). **Conceitos e Dimensões da Pobreza e da Exclusão Social: uma abordagem transnacional**. Ijuí: Ed. Unijui, 2006, p.225-236.

BENDIX, Reinhard. **Construção Nacional e Cidadania**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996. Cap. 7 e 8, p. 245-389.

BRAZ, Brasiliano. **São Francisco nos Caminhos da História**. São Francisco: Lemi, 1977.

CARDOSO, Fernando Henrique. **As idéias e seu lugar**. Ensaios sobre as teorias do desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1980. Introdução, cap. 1 e 2.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. 7.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

CASTEL, Robert. Classes Sociais, Desigualdades Sociais, Exclusão Social. In: BALSÁ, Casimiro; BONETI, Lindomar W.; SOULET, Marc-Henry (Orgs). **Conceitos e Dimensões da Pobreza e da Exclusão Social: uma abordagem transnacional**. Ijuí: Ed. Unijui, 2006, p.63-77.

COELHO, Maria F. Ramos; ANANIAS, Patrus. **Políticas sociais ajudam na inclusão econômica**. Artigo publicado no jornal Valor Econômico, de 27 de outubro de 2009.

COIMBRA, Marcos Antonio. Abordagens Teóricas ao Estudo das Políticas Sociais In: ABRANCHES, Sérgio H; SANTOS, Wanderley Guilherme dos; COIMBRA, Marcos Antônio (Orgs). **Política Social e Combate a Pobreza**.3.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, p.65-104..

DANCEY, Christine P; REIDY, Jonh. Estatística sem matemática para psicologia: usando SPSS para Windows. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DEMO, Pedro. **Exclusão social: categorias novas para realidades velhas**. Revista Ser Social 3. Brasília-DF: Universidade de Brasília, 1998.

DUPAS, Gilberto. **Economia Global e exclusão social: pobreza, emprego estado e o futuro do capitalismo**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DURKHEIM, Emile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1971.

DRUMMOND, José Augusto. “**A primazia dos cientistas naturais na construção da agenda ambiental contemporânea**”. In: RBCS. Vol. 21. Nº 62. Outubro de 2006.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 15 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

ESTIVILL, Jordi. A face não reconhecida da sociedade: o debate conceptual sobre a exclusão social na Europa e na América Latina. In: BALSÀ, Casimiro; BONETI, Lindomar W.; SOULET, Marc-Henry (Orgs). **Conceitos e Dimensões da Pobreza e da Exclusão Social: uma abordagem transnacional**. Ijuí: Ed. Unijui, 2006, p.103-139.

FISCHER, Izaura R.; MARQUES, F. **Gênero e exclusão social**. Fundação J. Nabuco, 2001.

FIORI, José L. **Em busca do dissenso perdido: Ensaio crítico sobre a festejada crise do Estado**. Rio de Janeiro: Insight, 1995

FONSECA, Paulo Cezar Dutra. **Gênese e Precusores do Desenvolvimentismo no Brasil**. PPGE/UFRGS, Textos para Discussão, 2005.

FURTADO, Celso M. **Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar**. 2.ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1981

_____ **O mito do desenvolvimento econômico**. 5.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 4.ed. Porto Alegre: Artmed, 2001

JACCOUD, Luciana; BEGHIN, Nathalie. **Desigualdades Raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental**. Brasília: IPEA, 2002.

KLIKSBERG, Bernardo. **Falácias e Mitos do Desenvolvimento Social**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2001.

KUGELMAS, Eduardo. **Revisitando o Desenvolvimento**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. V.22, nº63. São Paulo, 2007.

LADERCHI, C. R.; SAITH, R.; STEWART, F. **Does it matter that we don't agree on the definition of poverty? A comparison of four approaches**. QEH Working Paper Series – QEHWPS107. University of Oxford, 2003

LAGO, L.C. (2000). Dinâmica urbana e estruturação socioespacial. In: LAGO, L.C **Desigualdades e segregação na metrópole: O Rio de Janeiro em tempo de crise**. Rio de Janeiro, Revan, 2000. cap.1, p. 20-55.

LAVINAS, Lena. **Programa de garantia de renda mínima e ação coordenada de combate a pobreza**. Rio de Janeiro: IPEA, 1997.

Manual de capacitação e informação sobre gênero, raça, pobreza e emprego: guia para o leitor/ Organização Internacional do Trabalho. Brasília: OIT, 2005.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Editora Paulus, 1997.

MARX, Karl. **O capital (livro 1: o processo de produção do capital)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MATA-MACHADO, Bernardo. **História do Sertão Noroeste de Minas Gerais 1690-1930**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.

MINGOTI, Sueli Aparecida. **Análise de dados através de métodos de estatística multivariada: uma abordagem aplicada**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

NEDER, H. D.; BUAINAIN, A. M.; LIMA, F. **Evolução e pobreza rural no Brasil**. FIDA: Campinas, 2007.

OLIVEIRA, Luciano. **Os excluídos existem? Notas sobre a elaboração de um novo conceito**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo: ANPOCS, nº33, ano 12, fevereiro de 1997. p.49-60.

OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins [et al.]. **Formação Social e Econômica do Norte de Minas. Montes Claros**: Ed. Unimontes, 2000.

OLIVEIRA, Orlandina; Ariza, Marina. **División sexual del trabajo y exclusión**. Revista latinoamericana de Estudios del trabajo. Ano 3, no. 05, 1997, p.183-202.

Organização Internacional do Trabalho. **Manual de capacitação e informação sobre gênero, raça, pobreza e emprego**: Modulo 1. Brasília: OIT, 2005

O'SULLIVAN, Arthur. Urban Economics. Boston: Irwin/McGraw-Hill, third edition. 1996, 739p.

PELIANO, José Carlos Pereira. **Números da desigualdade e pobreza no Brasil**: BSb, 18 de agosto de 1999.

RIBEIRO, Eliane Maria Fernandes. **Bocaiuva: Sociedade e Espaço**. Belo Horizonte: Graphilivros, 1988.

POCHMANN, M. et alli. **Atlas da Exclusão Social no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

POLANYI, K. O moinho satânico. In: POLANYI, K. **A Grande Transformação**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

RIVERA GARRETAS, Maria-Milagros. El pensamiento feminista contemporáneo: categorías de análisis de la sociedad y de la historia. In: **Nombrar el mundo em femenino**. 3.ed. Barcelona: Içaria, 2003. p.57-86.

ROCHA, Maria Isabel Baltar (org.). **Trabalho e gênero – mudanças, permanências e desafios**. São Paulo: Ed. 34, 2000. p.171-186.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil: fatos básicos e implicações para política social**. In: Economia e Sociedade, n.6, p.141-152, 1996.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no nordeste: a década de 1990 vista de perto.** In: Revista Econômica do Nordeste. Fortaleza, v.34, n.1, jan-mar, 2003^a

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil: afinal, do que se trata?** Rio de Janeiro: Editora FGV. 2003b.

ROMÃO, Mauricio Costa. Distribuição de renda, pobreza e desigualdades regionais. In: CAMARGO, José Marcio; GIAMBIAGI, Fabio (Orgs.). **Distribuição de Renda no Brasil.** 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000, p.97-120.

RODRIGUES, Luciene [et al.]. **Formação Social e Econômica do Norte de Minas.** Montes Claros: Ed. Unimontes, 2000.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **A educação em tempos de neoliberalismo.** Porto Alegre: Artmed, 2003. (cap. I; cap. IV).

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. A trágica condição da política social. In: ABRANCHES, Sérgio H; SANTOS, Wanderley Guilherme dos; COIMBRA, Marcos Antônio (Orgs.). **Política Social e Combate a Pobreza.**3.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, p.33-64.

SAWAIA, Bader. Introdução: exclusão ou inclusão perversa. In: SAWAIA (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social.** 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p.7-14.

SARTORI, Giovanni. Comparación y Método Comparativo. In: SARTORI, Giovanni; Morlino, Leonardo (Orgs.). **La comparación em las ciências sociales.** Madrid: Alianza Editorial, 1994. p.29-49.

SCAVONE, Lucila. Engels e a desigualdade de sexos: impasses do feminismo marxista. In: COGGIOLA, Osvaldo (org). **Marx e Engels na História.** São Paulo: Xamã, 1996. p.107-111.

SCHWARTZMAN, Simon. **As causas da Pobreza.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004. p.13-29.

_____ **Fora de foco: diversidade e identidade étnicas no Brasil.** Rio de Janeiro: Cebrap, 1999. p.83-96.

SCOTT, Joan. Gênero: **uma categoria útil de análise histórica.** Educação & Realidade. V.20, no.2, julho-dezembro, 1995. p.71-100.

SEN, Amartya K. Development as Capability Expansion. In: GRIFFIN, K; KNIGHT, J. **Human Development and the International Development Strategy for the 1990s.** London: MacMillan, 1990.

SEN, Amartya K. Poverty in the human development perspective: concept and measurement. In: **Human Development Report** 1997. 1997, p.15-23.

SEN, Amartya K. **Sobre ética e economia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SEN, Amartya K. **Desenvolvimento como liberdades**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

SILVA, Ana Marcia Rodrigues . Um estudo sobre pobreza multidimensional na região nordeste do Brasil. Uberlanida-MG: UFU, 2009.

SOUSA, Silvio Araújo. **A maior crise econômica do século**. Artigo publicado originalmente no Jornal O Estado de São Paulo em 26 de outubro de 2008. disponível em <http://www.scribd.com/doc/7568486/Crise-Economica-ou-o-Dia-em-que-o-mundo-afundou>

SUPLICY, Eduardo M.. **O Desenvolvimento Social**. Artigo publicado originalmente no Jornal do Brasil em 02/10/2005

TEIXEIRA, Gilmara Emilia. Faces e interfaces da pobreza e do desenvolvimento: uma análise para a cidade de Montes Claros (MG). Montes Claros: PPGDS/UNIMONTES, 2007.

TELLES, Edward. **Racismo à Brasileira**: uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

VASCONCELOS, Diogo. **História Média de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1918.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento Sustentável**: o Desafio do Século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. Parte 1.

VÉRAS, Maura. Exclusão social: um problema brasileiro de 500 anos. In: SAWAIA, Bader (Org). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 0201. cap.2, p.27-52.

VIANNA, Cláudia Pereira. **O sexo e o gênero da docência**. Cadernos Pagu. nº17/18. São Paulo: Unicamp, 2002. p.81-104. (disponível em www.scielo.com)

ANEXOS

Tabela – 42 Indicador de Desenvolvimento Familiar da cidade de Bocaiuva – MG (2006 – 2007)

Dimensão	2006	2007
Indicador sintético	0,55	0,56
Vulnerabilidade	0,68	0,68
Acesso ao conhecimento	0,36	0,37
Acesso ao trabalho	0,18	0,21
Disponibilidade de recursos	0,37	0,37
Desenvolvimento infantil	0,94	0,95
Condições habitacionais	0,77	0,78

Fonte: Matriz de Informação Social.

Tabela 43 – Renda individual, familiar e *per capita* por quartis para os bairros Jardim Aeroporto e Cachoeirinha

Jardim Aeroporto						
	Renda individual	%⁴⁷	Renda Familiar	%	Renda per capita	%
Quartil 1	200,00 a 825,00	24,3	1.000,00 a 1.800,00	29,5	170,00 a 450,00	27,3
Quartil 2	826,00 a 2.000,00	29,7	1.800,01 a 3.180,00	20,5	451,01 a 887,50	22,7
Quartil 3	2.000,01 a 3.250,00	21,6	3.180,01 a 6.000,00	27,3	887,51 a 2.500,00	27,3
Quartil 4	3.251,01 a 13.300	24,3	6.000,01 a 15.000,00	22,7	2.501,01 a 13.300,00	22,7
Cachoeirinha						
	Renda individual	%	Renda Familiar	%	Renda per capita	%
Quartil 1	50,00 a 100,00	27,8	50,00 a 230,00	24	10,00 a 63,30	24
Quartil 2	101,00 a 134,00	25	230,01 a 510,00	42	63,31 a 102,50	26
Quartil 3	134,01 a 502,50	22,2	510,01 a 578,00	12	102,51 a 175,80	26
Quartil 4	502,51 a 1.200,00	25	578,01 a 1.265,00	22	175,81 a 1.200,00	24

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados em fevereiro de 2010

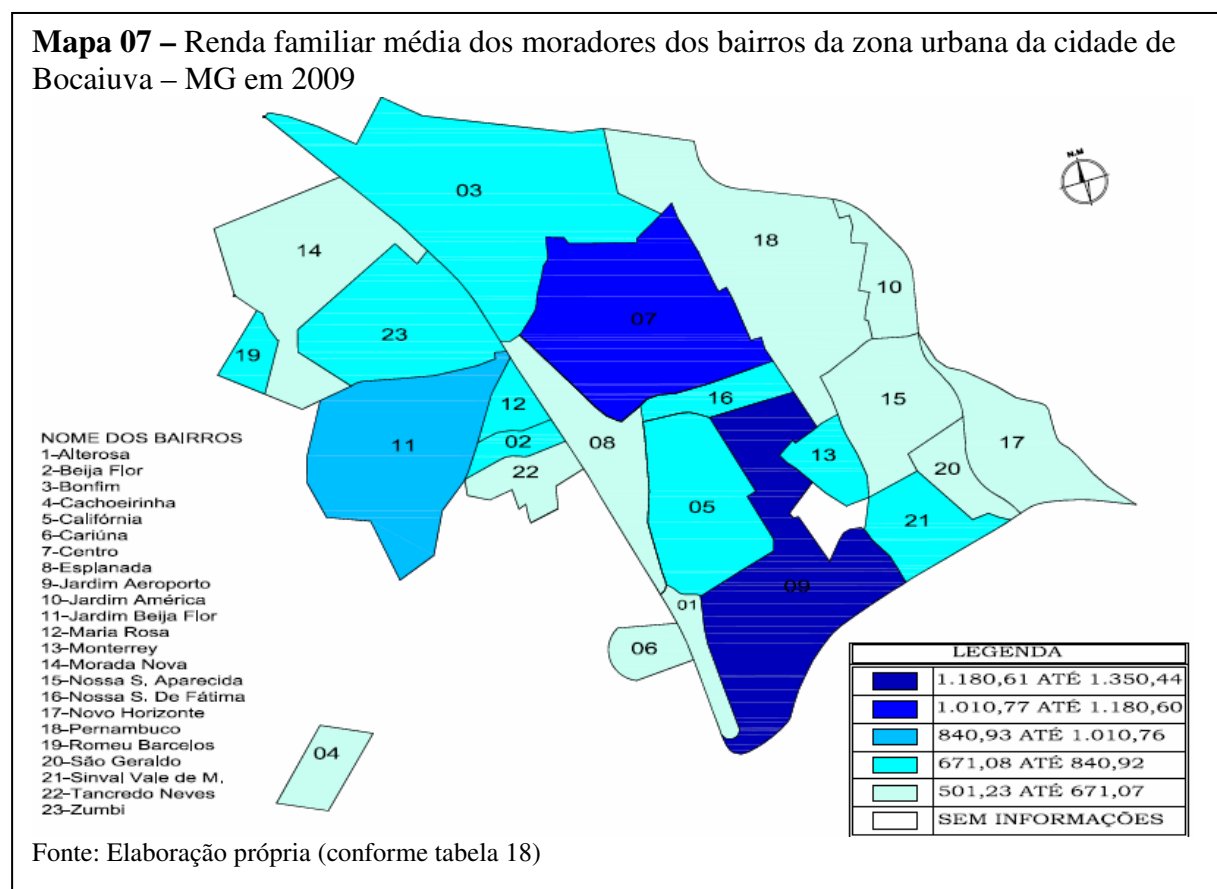
⁴⁷ Porcentagem de entrevistados cujo estejam dentro da faixa do quartil especificado

Tabela 44 – Renda Familiar da cidade de Bocaiuva por bairro em outubro de 2008

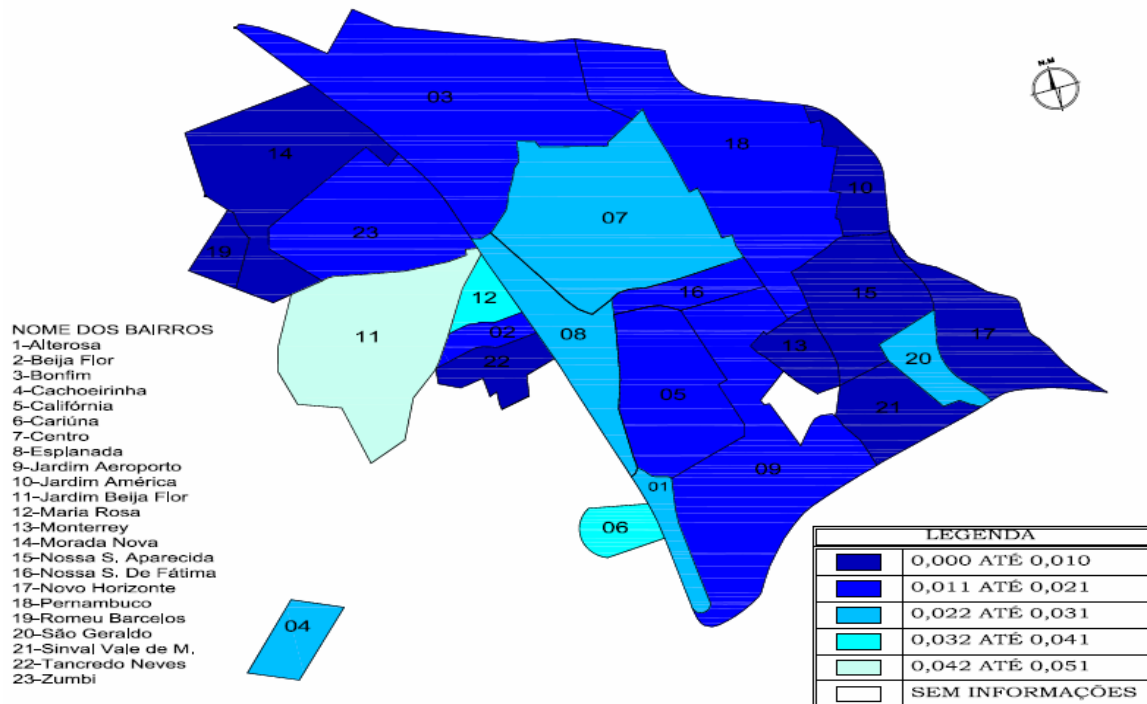
Bairro Residência	Renda Familiar do Entrevistado 1 SM =R\$ 465,00				Total (%)
	Até 1SM	De 2 a 3 SM	De 3 a 5 SM	Mais de 5 SM	
Alterosa	73,3	26,7			100%
Beija Flor	25	70	5		100%
Bonfim	80	13,3	6,7		100%
Cachoeirinha	96,7	3,3			100%
Cariúna	88,9	11,1			100%
Centro	52,9	35,3	11,8		100%
Esplanada	27,5	39,2	31,4	2	100%
Jardim Aeroporto	8,3	33,3	41,7	16,7	100%
Jardim América	25,9	70,4	3,7		100%
Maria Rosa	25	68,8	6,3		100%
Morada Nova	87,5	12,5			100%
Nossa S. Aparecida	64,1	35,9			100%
Nossa S. Fátima	52	36	12		100%
Novo Horizonte	80	20			100%
Pernambuco	64,9	28,4	6,8		100%
Romeu Barcelos	60	40			100%
São Geraldo	93,3			6,7	100%
Sinval V. Menezes	11,8	64,7	23,5		100%
Tancredo Neves	50	34,6	15,4		100%
Zumbi	30	57,5	10	2,5	100%
Total	53,7	35,7	9,6	1	100%

Fonte: Pesquisas realizadas no período eleitoral de outubro de 2008, onde foram entrevistados 535 moradores da cidade, entre 20 bairros que compõem o perímetro urbano, dividida proporcionalmente de acordo com o número de habitantes de cada bairro

Mapa 07 – Renda familiar média dos moradores dos bairros da zona urbana da cidade de Bocaiuva – MG em 2009

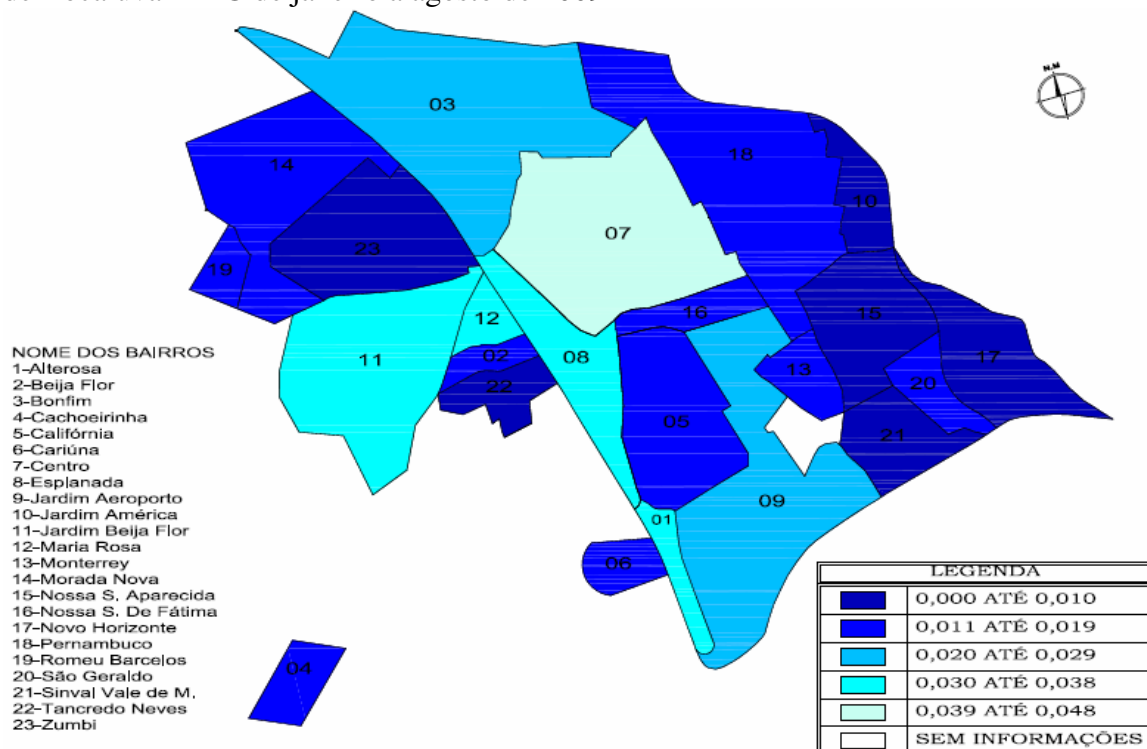


Mapa 08 – Ocorrências de crimes contra pessoa nos bairros da zona urbana da cidade de Bocaiuva – MG de janeiro a agosto de 2009



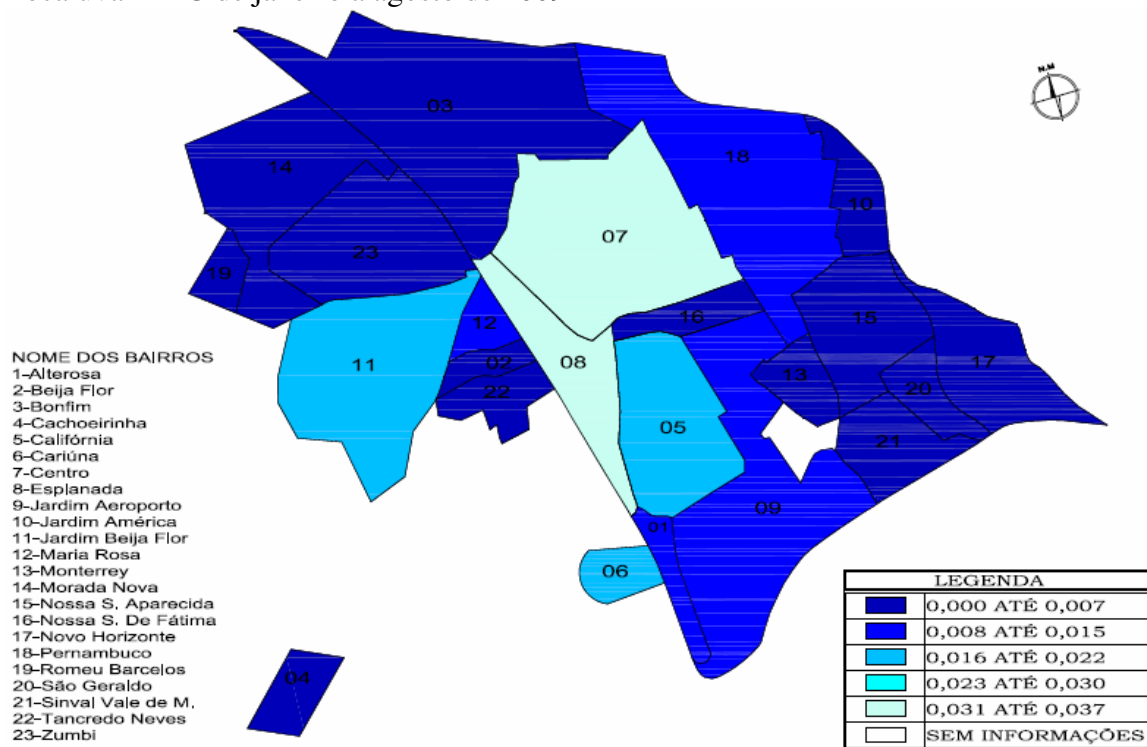
Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados pela Polícia Militar de Bocaiuva

Mapa 09 – Ocorrências de crimes contra patrimônio nos bairros da zona urbana da cidade de Bocaiuva – MG de janeiro a agosto de 2009



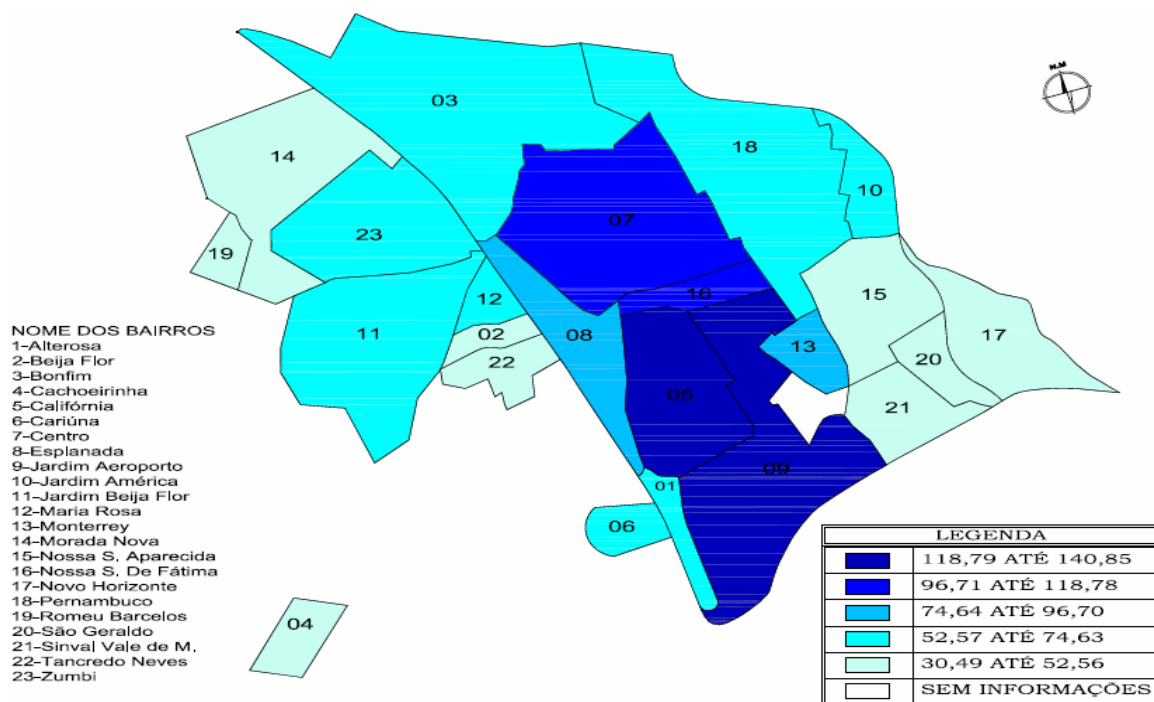
Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados pela Polícia Militar de Bocaiuva

Mapa 10 – Ocorrências de crimes diversos nos bairros da zona urbana da cidade de Bocaiuva – MG de janeiro a agosto de 2009



Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados pela Polícia Militar de Bocaiuva

Mapa 11 – Área construída média das residências dos bairros da zona urbana da cidade de Bocaiuva – MG em 2009



Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados pelo setor de arrecadação da prefeitura de Bocaiuva para o ano de 2009

UNIMONTES – Universidade Estadual de Montes Claros

PPGDS – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social

Mestrado em Desenvolvimento Social

Questionário socioeconômico aplicado aos moradores dos bairros Jardim Aeroporto e Cachoeirinha da cidade de Bocaiuva – MG em fevereiro de 2010

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1	Sexo: 01 – masculino 02 – feminino
1.2	Qual a sua idade:
1.3	O(a) senhor(a) é a pessoa responsável pelo domicílio? 01 – sim 02 – não (<i>Se não, citar quem é o responsável</i>) _____
1.4	A sua cor ou raça é: 01 – Branca 02 – Preta/negra 03 – Amarela 04 – Parda 05 – Indígena
1.5	Qual é a sua religião ou culto: 01 – Católica 02 – Evangélica 03 – Espírita 04 – não possui 05 – Outra _____ 77 -NS/NR
1.6	Qual é o seu estado civil: 01 - Solteiro(a) 02 – Casado(a) 03 – Divorciado(a)/Separado(a) 04 – Viúvo(a) 05 - União Consensual

2. ESCOLARIDADE E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

2.1	Qual é o nível da sua escolaridade: 01 – Analfabeto 02 – Não estudou mas sabe ler e escrever 03 – 1 a 4 serie do ensino fundamental 04 – 5 a 8 serie do ensino fundamental 05 – ensino médio incompleto 06 – ensino médio completo 07 – pós médio/técnico 08 – superior incompleto 09 – superior completo 10 – pós-graduação 11 – mestrado e doutorado 77 – NS/NR	
2.2	O (a) senhor(a) possui algum curso de qualificação profissional? 01 - sim 02 – não	
2.3	Destes cursos abaixo marque os que o(a) senhor(a) já fez ou está fazendo:	
	01 – informática básica	14 – técnico em mecânica
	02 – informática avançada	15 – técnico em eletromecânica
	03 – auxiliar administrativo	16 – técnico em radiologia
	04 – auxiliar de contabilidade	17 – técnico em segurança do trabalho
	05 – auxiliar de departamento pessoal	18 – técnico em química
	06 – Vendas e Marketing	19 – técnico em informática
	07 – Turismo e hotelaria	20 – técnico farmacêutico
	08 – Corte e costura	21 – técnico em gestão ambiental
	10 – Secretariado	22 – técnico agrícola
	11 – Manicura e pedicura	23 – Não tenho nenhum dos cursos citados
	12 – Cabelereiro(a)	24 – outros: _____
	13 – técnico em agropecuária	25 - _____
2.4	Se tem de 0 a 1 destes cursos supracitados, qual o fator de impedimento? 01 – Não tem interesse em cursos de qualificação profissional 02 – Não tem tempo para fazer tais cursos 03 – Não tem condições financeira para investir em tais cursos 04 – Burocratização das entidades que fornecem tais cursos 05 – outros _____	

3. SITUAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

3.1	O(a) senhor (a) está empregado(a) neste momento? 01 – sim 02 – não 77 – NS/NR (se a resposta for NÃO ir para a questão 3.2.1)
3.1.1	Qual o tipo de trabalho? _____
3.1.2	Posição na ocupação: 01 –funcionário(a) publico(a) e militar 02 – Empregado(a) com carteira de trabalho assinada 03 – Empregado(a) sem carteira de trabalho assinada 04 – Empregado(a) domestico com remuneração e com carteira assinada 05 – Empregado(a) doméstico com remuneração sem carteira assinada 06 – Empregado(a) doméstico(a) sem remuneração 07 – conta própria 08 – Empregador(a) 09 – Trabalho na produção para o próprio consumo 10 – Aprendiz ou estagiário(a) com remuneração 11 – Aprendiz ou estagiário(a) sem remuneração 12 – Contratado por tempo determinado 13 – outros Quantas horas o (a) senhor(a) trabalha por dia: _____ e por semana: _____
3.2.1	A quanto tempo está desempregado? 01 – há menos de 1 mês 02 – de 1 a 3 meses 03 – de 4 a 6 meses 04 – de 7 a 9 meses 05 – de 10 a 12 meses 06 – de 1 a 2 anos 07 – de 3 a 4 anos 08 – mais de 5 anos (Responda as seguintes questões com base no seu ultimo emprego)
3.2.2	Qual era o tipo de trabalho? _____
3.2.3	O seu trabalho era: 01 –funcionário(a) publico(a) e militar 02 – Empregado(a) com carteira de trabalho assinada 03 – Empregado(a) sem carteira de trabalho assinada 04 – Empregado(a) domestico com remuneração e com carteira assinada 05 – Empregado(a) doméstico com remuneração sem carteira assinada 06 – Empregado(a) doméstico(a) sem remuneração 07 – conta própria 08 – Empregador(a) 09 – Trabalho na produção para o próprio consumo 10 – Aprendiz ou estagiário(a) com remuneração 11 – Aprendiz ou estagiário(a) sem remuneração 12 – Contratado por tempo determinado 13 – outros
3.2.4	Quantas horas o (a) Senhor(a) trabalhava por dia: _____ e por semana: _____
3.2.5	O(a) senhor(a) está procurando por emprego? 01 – sim 02 – não 88 – NA
3.2.6	A que o(a) senhor(a) atribui o fato de estar desempregado? 01 – tenho pouca qualificação profissional 02 – sou muito novo(a) 03 – estou muito velho(a) 04 – não tenho escolaridade suficiente 05 – sofro discriminação por ser pobre 06 – sofro discriminação por ser negro 07 – sofro discriminação por ser homem 08 – sofro discriminação por ser mulher 09 – outros motivos _____

4. RENDIMENTOS DA FAMÍLIA

4.1	O senhor(a) é beneficiário(a) do programa Bolsa Família? 01 – sim 02 – não 03 – já fui 77 – NS/NR
4.2	Qual a sua renda individual mensal? R\$ _____
4.3	Qual a sua renda familiar mensal?(soma de todos os rendimentos da família, incluindo, se houver, os benefícios do Governo Federal) R\$ _____

4.4	Na sua opinião, a renda de sua família permite que vocês levem a vida até o fim do mês com: 01 – muita dificuldade 02 – dificuldade 03 – alguma dificuldade 04 – alguma facilidade 05 – facilidade 06 – muita facilidade
4.5	A sua família já vivenciou momentos em que o dinheiro adquirido não tenha sido suficiente para custear no mínimo a alimentação, sendo necessário buscar ajuda do vizinho ou de outros? 01 – sim 02 – não 77 – NS/NR
4.6	O(a) senhor(a) se considera pobre? 01 – sim 02 – não 77 – NS/NR
4.7	O (a) senhor(a) ou alguém da sua família já passou fome? 01 – sim 02 – não 77 – NS/NR
4.8	Já houve casos de crianças desnutridas em sua família? 01 - sim 02 – não 77 – NS/NR

5. CARACTERIZAÇÃO DA RESIDENCIA

5.1	Tipo de residência: 01 – casa 02 – apartamento 03 – cômodo 04 – barracão 05 – barraca de lona		
5.2	O lugar onde vive é: 01 – próprio(já pago) 02 – próprio(ainda pagando) 03 - alugado 04 – cedido por terceiros		
5.3	Quantos cômodos existem neste domicílio?_____		
5.3.1	<i>(diga a quantidade dos seguintes cômodos existentes no domicílio)</i> ___ cozinha; ___ quarto(s); ___ sala(s); ___ banheiro(s); ___ outros_____		
5.4	O Domicílio em que vive recebe água canalizada e tratada? 01 - sim 02 – não		
5.5	O Domicílio em que vive recebe tratamento de esgoto? 01 - sim 02 – não		
5.6	O escoadouro do banheiro ou sanitário é ligado a: 01 – rede geral de esgoto pluvial 02 – fossa séptica 03 – fossa rudimentar 04 – vala 05 – rio, lago 06 – outro escoadouro		
5.7	O Domicílio em que vive possui iluminação elétrica? 01 – sim 02 – não		
5.8	O lixo deste domicílio é: 01 – coletado por serviço de limpeza 02 – é queimado 03 – é enterrado 04 – é jogado em terreno baldio 05 – tem outro destino 77 – NS/NR		
5.9	A rua onde mora é asfaltada ou recebe algum tipo de pavimentação? 01 – sim 02 – não		
5.10	Como se dá o seu acesso à saúde? 01 – Hospital, PSF e Postos de Saúde Municipais 02 - Hospital, PSF e Postos de Saúde Municipais e Hospital / clínicas particulares 03 – Somente Hospitais e clínicas particulares 04 - outros		
5.11	Neste domicílio existe:		
		Sim	Não
	Radio		
	Geladeira ou freezer		
	Aparelho de DVD		
	Maquina de lavar roupas		
	Forno de microondas		
	Telefone fixo		
	Telefone celular		
	Televisores		
	Microcomputador		
	Acesso a Internet		
	Tv por assinatura		
	Automóvel		
	Aparelho de ar condicionado		

6. CARACTERIZAÇÃO DOS MORADORES DA RESIDENCIA

6.1	Quantas pessoas moram na sua casa? (Incluindo quem responde o questionário)_____ (preencher tabela com os membros familiares)
-----	---

7. VIZINHANÇA				
7.1	O (a) senhor(a) conhece bem os seus vizinhos? 01 – sim 02 – não 03 – mais ou menos 77 – NS/NR			
7.2	Como é a relação com seus vizinhos? 01 – ótima 02 – boa 03 – ruim 04 – relacionam-se apenas em reuniões de bairros, ou festas do bairro 05 – não se relacionam 77 – NS/NR			
7.3	O(a) senhor(a) confia nos seus vizinhos? 01 – sim 02 – não 03 – indiferente 77 – NS/NR			
7.4	Há troca de favores entre vocês? 01 – sim 02 – não 77 – NS/NR (se sim, quais?) _____			
8. VIDA NO BAIRRO				
8.1	A quanto tempo o(a) senhor(a) vive no bairro?			
8.2	Onde vivia antes de vir morar aqui no bairro? _____			
8.3	Qual o motivo de vir morar aqui no bairro? _____ _____			
8.4	Como o(a) senhor(a) se sente vivendo neste bairro? _____ _____			
8.5	Se lhe fosse dada a oportunidade de mudar para outro bairro da cidade? 01 – mudaria 02 – não mudaria 03 – indeciso Por quê? _____			
8.5.1	_____			
8.6	Em comparação com os demais bairros da cidade o(a) senhor(a) considera o seu bairro: 01 – ótimo 02 – bom 03 – regular 04 – ruim 05 – péssimo			
8.7	Na sua percepção, qual a opinião dos moradores dos outros bairros acerca do bairro em que vive? 01 – acham meu bairro ótimo 02 – bom 03 – regular 04 – ruim 05 – péssimo			
8.8	O(a) senhor(a) poderia dizer quais as vantagens de viver neste bairro? _____ _____			
9. VIOLENCIA				
9.1	O (a) senhor(a) considera o seu bairro violento? 01 – sim 02 – não 77 – NS/NR			
9.2	O (a) senhor(a) se considera seguro na sua casa? 01 – sim 02 – não 77 – NS/NR			
9.3	Quais destes problemas você vê no seu bairro?			
		Sim	Não	3 principais
	01 – drogas			
	02 – gangues			
	03 – prostituição			
	04 – assaltos			
	05 – homicídios			
	06 – brigas			
	07 – embriagues			
09 – outros				
9.4	O(a) senhor(a) já sofreu algum tipo de violência praticada pelos moradores do bairro em que vive? 01 sim 02 – não 77 – NS/NR			

10. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

10.1	O(a) senhor(a) possui alguma filiação partidária? 01 – sim 02 – não 77 – NS/NR
10.1.1	Se <u>NÃO</u> qual o motivo de não ser filiado a nenhum partido político? _____ _____
10.2	O(a) senhor(a) participa das reuniões da associação do seu bairro? 01 – sim 02 – não 77 – NS/NR
10.2.1	Se <u>NÃO</u> qual o motivo de não participar das reuniões da associação do seu bairro? _____ _____
10.3	O (a) senhor(a) frequenta ou é sócio de algum clube de lazer? 01 – sim 02 – não 77 – NS/NR
10.3.1	Se <u>NÃO</u> , qual o motivo de não frequentar ou ser sócio de clube de lazer? _____ _____
10.4	O (a) senhor(a) ou alguém da sua família pratica alguma atividade artística (dança, teatro, violão, teclado, piano, canto, etc.)? 01 – sim 02 – não 77 – NS/NR
10.4.1	(Se <u>SIM</u>) qual atividade? _____
10.4.2	Se <u>NÃO</u> , qual o motivo de não terem acesso a tais praticas artísticas? _____ _____
10.5	O(a) senhor(a) tem conhecimento de alguma língua estrangeira? 01 – sim 02 – não 77 – NS/NR
10.5.1	Se <u>SIM</u> , qual? _____
10.5.2	Se <u>NÃO</u> qual o motivo de não possuir conhecimento de outras línguas? _____ _____
10.6	O (a) senhor(a) participa ativamente das questões políticas, econômicas e sociais da sua cidade? 01 – Procuo participar ativamente 02 – Me interessa mas não tenho muito tempo para me inteirar de tais questões 03 – Desconheço tais assuntos 04 – Prefiro ficar neutro (não gosto de opinar)
10.7	O (a) senhor(a) vai ao centro da cidade com frequência? 01 – sim 02 – não 77 – NS/NR
10.7.1	Quantos dias por semana o (a) senhor(a) se desloca da sua casa até o centro da cidade? _____
10.7.2	Caso não vá com frequência ao centro da cidade, qual o motivo? _____ _____

10.8	O(a) senhor(a) e sua família vai ao dentista com muita frequência? 01 – sim 02 – não 77 – NS/NR
10.8.1	Se <u>SIM</u> com que frequência?
10.8.2	Se <u>NÃO</u> , qual o motivo de não realizarem consultas odontológicas? _____ _____
10.9	O (a) senhor(a) e sua família viajam nos momentos de férias? 01 – sim 02 – não 77 – NS/NR
10.9.1	Se <u>SIM</u> com quem frequência?
10.9.2	Se <u>NÃO</u> qual o motivo de não viajarem? _____ _____
10.10	O(a) senhor(a) em algum momento já se sentiu excluído por algum motivo? 01 – sim 02 – não
10.10.1	<i>Se sim, dizer o motivo</i> _____ _____
10.11	Em poucas palavras, como o (a) senhor(a) descreveria as condições vividas pela sua família no seu bairro? _____ _____ _____ _____

Entrevistador:

OBS:

6.1 CARACTERIZAÇÃO DOS MORADORES DA RESIDENCIA

	sexo	Cor	parentesco	idade	escolaridade	Escola que estuda ou estudou	Emprego/de sempre	Tipo de emprego	Renda individual
Membro 1									
Membro 2									
Membro 3									
Membro 4									
Membro 5									
Membro 6									
Membro 7									
Membro 8									
Membro 9									
Membro 10									

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)